



Nordeste Transmontano no Caminho da Sustentabilidade

Numa aventura o importante não é chegar, mas sim partir.

Miguel Torga

NOVEMBRO 2007

Prefácio

Depois de um período de grande dinamismo, no que concerne à participação pública, em 2007, a equipa técnica responsável pelo projecto, sistematizou toda a informação recolhida e construiu o diagnóstico e plano de sustentabilidade para o Nordeste. Espera-se que estes possam incrementar uma dinâmica positiva nos concelhos transmontanos e proporcionar projectos regionais de sucesso. Sem dúvida alguma que hoje estamos em posição de afirmar que, em 2006, este projecto foi visionário ao ser pensado e estruturado de uma forma regional, antecipando a lógica de funcionamento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e, assim, pelas sinergias que criou estará em posição de sugerir bons projectos.

Os vários mecanismos de participação e envolvimento da comunidade na definição de um plano para o desenvolvimento sustentável, integrando os aspectos de sustentabilidade social, ambiental e económica necessários a um Nordeste Transmontano verdadeiramente desenvolvido foram diversos, desde a dinamização de fóruns participativos, seminários temáticos, reuniões dos grupos coordenadores, até à realização de um inquérito regional e envolveram, no total, cerca de três mil participantes.

Nestes momentos participativos foram identificados os vários problemas da região em diversas temáticas, tal como as suas potencialidades e investimentos prioritários e foram propostos mais de 300 projectos a implementar, de forma a promover a sustentabilidade futura destes concelhos, em conjunto.

Assim, o presente Documento Estratégico para o Plano de Acção, denominado "Nordeste Transmontano no Caminho da Sustentabilidade", sintetiza os resultados da participação cidadã, além das reflexões da equipa técnica.

Importa agora debater os projectos âncora a escolher, de âmbito regional e preparar candidaturas ao QREN e/ou outros mecanismos de financiamento comunitário.

Uma oportunidade a não perder!

O Presidente do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste

Eugénio Rodrigo Cardoso de Castro



Ficha Técnica

Agenda 21 Local Nordeste Transmontano

Municípios Participantes:

Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso

Entidade Promotora:

Resíduos do Nordeste – Empresa Intermunicipal

Equipa Técnica:

Coordenação Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (GEA): Margarida Silva

Coordenação Nordeste 21: Helena Ferreira (2007)

Pedro Santos (2006)

Técnicas: Marta Macedo (GEA)

Paula Matos (INNOV Sustainability)

Colaboração na componente técnica e organização de seminários:

Ana Barata

Ana Afonso

Carla Santos

Cláudia Teixeira

Luís Brás

Paginação INNOV Sustainability

Fotografia de Capa: Rollingroscoe

ÍNDICE

1. Introdução	7
1.1 Enquadramento Geral	8
1.2 Enquadramento Conceptual	9
1.2.1 Desenvolvimento Sustentável	9
1.2.2 Agenda 21 Local	10
1.2.3 O Papel dos Cidadãos na Agenda 21 Local	12
1.2.4 Contexto e Mecanismos da Participação dos Cidadãos	12
1.2.5 Passividade Cívica e Suas Causas	12
2. O Projecto Nordeste 21	14
2.1 O Desenrolar do Processo	15
2.2 Divulgação e Acesso à Informação do Processo da A21 Local	20
3. O Processo Participativo do Nordeste 21	21
3.1 Fórum Participativo	23
3.1.1 Primeiros Fóruns Participativos do Nordeste 21	24
3.1.2 Segundos Fóruns Participativos do Nordeste 21	29
3.2 Inquérito à População	33
3.2.1 Caracterização da Amostra	35
3.2.2 Identificação de Problemas	36
3.2.3 Identificação de Investimentos	39
3.3 Eixos Estratégicos	43
3.4 O Grupo Coordenador	44
3.4.1 Primeiras Reuniões dos Grupos Coordenadores	45
3.4.2 Segundas Reuniões dos Grupos Coordenadores	46
3.4.3 Reunião do Grupo de Trabalho de Energia	47
3.4.4 Reuniões de Trabalho dos Grupos Coordenadores	48
3.5 Rede de Parceiros Locais	56
3.6 Os Seminários do Nordeste 21	57
4. Ciclo de Seminários	60
5. Síntese do Diagnóstico do Nordeste 21	158
5.1 Território e População	159
5.2 Economia e Emprego	168
5.3 Ambiente	187
5.4 Coesão Social	202
6. Bibliografia	210

SIGLAS

A21 L	Agenda 21 Local
AQSpP	Água Quente Solar para Portugal
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte
DS	Desenvolvimento Sustentável
DGRF	Direcção-Geral dos Recursos Florestais
DGGE	Direcção-Geral de Geologia e Energia
DOP	Denominação de Origem Protegida
EIM	Empresa Intermunicipal
INE	Instituto Nacional de Estatística
ER	Energias Renováveis
ESB-UCP	Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa
ETA	Estação de Tratamento de Águas
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETG	Especialidade Tradicional Garantida
FP	Fóruns Participativos
GC	Grupo Coordenador
GCI	Grupo Coordenador Intermunicipal
GCM	Grupo Coordenador Municipal
FSE	Fundo Social Europeu
GEE	Gases de Efeito Estufa
GPL	Gás de Petróleo Liquefeito
IGP	Indicação Geográfica Protegida
N21	Nordeste 21
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
ONG	Organização Não Governamental

SIGLAS

PAC	Política Agrícola Comum
PDM	Plano Director Municipal
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PERSU	Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos
AQSP	Água Quente Solar para Portugal
PNAC	Plano Nacional de Alterações Climáticas
POS	Programa Operacional de Sociedade do Conhecimento
QAI	Qualidade do Ar Interior
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RCCTE	Regulamento das Características Térmicas de Edifícios
RSECE	Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização de Edifícios
RUB	Resíduos Urbanos Biodegradáveis
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SGE	Sistema de Gestão de Energia
SIC	Sociedade de Informação e do Conhecimento
SIM	Sistema de Microcrédito para o Auto Emprego e para Criação de Empresas
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TMB	Tratamento Biológico e Mecânico
UE	União Europeia
ZIFs	Zonas de Intervenção Florestal
kWh	Quilowatt-hora
tep	Tonelada equivalente de petróleo



1. Introdução

“Desenvolvimento Sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras satisfazerem as suas próprias necessidades”

In Relatório de Brundtland, 1987

1.1 Enquadramento Geral

Na sequência da necessidade de criar mecanismos que proporcionem um desenvolvimento consciente, aliando o desenvolvimento ambiental ao socioeconómico, surgiu em 1992, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21. Neste documento supera a ideia de que um planeamento participativo é o caminho para atingir um novo paradigma económico, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento. Neste é referida a necessidade de implementação a nível local – Agenda 21 Local, por se considerar que os impactes directos são mais bem sucedidos. Actualmente, em Portugal, apenas 20% dos municípios tem processos de implementação de Agenda 21 Local (A21L) em curso.

Deste modo, e seguindo as orientações saídas da Conferência do Rio, a Empresa InterMunicipal Resíduos do Nordeste proporciona a Implementação da Agenda 21 Local do Nordeste Transmontano, em parceria com a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (ESB-UCP). No Projecto Nordeste 21 (N21) participam oito municípios Transmontanos: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso.

Diagnosticada principalmente como uma região envelhecida em crescente despovoamento, devido ao êxodo rural, mas com elevado potencial, principalmente a nível de recursos endógenos, com este projecto assumiu-se o desafio de aumentar a qualidade de vida da Região Transmontana e destes oito concelhos, em particular.

No âmbito da implementação do processo de Agenda 21 Local do Nordeste Transmontano, que se iniciou em Março de 2006, foi encetado um processo de participação pública baseado, essencialmente, na dinamização de sessões participativas no seio dos Grupos Coordenadores, dos Fóruns Participativos do Nordeste 21, em Inquéritos à população e na realização de Seminários Temáticos. Em estreita articulação com a dinâmica participativa decorre a construção do diagnóstico e do plano de sustentabilidade.

Nordeste 21



MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O PROJECTO NORDESTE 21

1.2 Enquadramento Conceptual

1.2.1 Desenvolvimento Sustentável

O conceito mais difundido de Desenvolvimento Sustentável (DS), e como hoje é entendido por muitos, surgiu pela primeira vez, em *"Our Common Future"*, documento publicado em 1987 pela *World Commission on Environment and Development*, chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. O Relatório de Brundtland, como ficou conhecido o documento, define DS como sendo *"o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as próprias necessidades"*. Implica a integração equilibrada dos sistemas económico, sócio-cultural e ambiental, e dos aspectos institucionais relacionados com o conceito muito actual de "boa governação". Os debates mundiais sobre degradação ambiental que viriam a dar origem ao termo "desenvolvimento sustentável" iniciaram-se na década de 60, estes levaram a ONU a promover, em 1972, uma Conferência sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo. Já neste ano, com a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, documento resultante dessa conferência, é referida a obrigatoriedade do Homem em proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras, assim como salienta a necessidade de um desenvolvimento económico e social aliado à conservação da natureza, como factor indispensável para a qualidade de vida.

Foi em consequência dos trabalhos citados e outros neste sentido que a ONU criou em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, referida inicialmente. Esta comissão tinha como objectivos: procurar responder a questões levantadas relativamente ao meio ambiente, com propostas de acção a longo prazo, cumprindo assim os objectivos comuns da comunidade mundial; propor novas formas de cooperação internacional de modo a orientar as políticas e acções no sentido das mudanças necessárias, e dar à população, organizações, empresas, institutos e governos uma maior compreensão desses problemas, incentivando-os a uma actuação mais firme. Os trabalhos ficaram concluídos em 1987, com a apresentação do referido Relatório de Brundtland. Este chamou a atenção do mundo sobre a necessidade urgente de encontrar formas de desenvolvimento económico que se sustentassem, sem a redução dramática dos recursos naturais nem danos ao meio ambiente. Definiu também três princípios essenciais a serem cumpridos: *desenvolvimento económico, protecção ambiental e equidade social*, sendo que para cumprir estas condições seriam indispensáveis mudanças tecnológicas e sociais.



ESQUEMA DOS PRINCÍPIOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este documento foi definitivo na decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, para convocar uma conferência mundial tendo como objectivos fundamentais conseguir um equilíbrio justo entre as necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras, e firmar as bases para uma associação mundial entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como, entre os governos e os sectores da sociedade civil, focadas na compreensão das necessidades e interesses comuns.

O desenvolvimento sustentável pressupõe assim a procura de um modelo de desenvolvimento capaz de gerar riqueza e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo, incluindo o combate às desigualdades sociais e à pobreza, sem comprometer a qualidade do ambiente e sem provocar o esgotamento dos recursos naturais, de forma a assegurar que as gerações futuras tenham um ambiente pelo menos tão bom quanto o usufruído actualmente. Trata-se sem dúvida de um conceito apelativo e ambicioso mas que não pode deixar de levantar dúvidas na passagem à prática devido à diversidade de esferas envolvidas para além da mera protecção do ambiente (Fidélis, 2001).

Em 1992 realiza-se na cidade brasileira do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, um evento que se tornou um marco histórico para a humanidade, no que se refere a discussões ambientais.

Na ECO-92, como ficou conhecida a Conferência referida anteriormente, foram gerados alguns documentos importantes visando a concretização da proposta de desenvolvimento sustentável. Entre eles destacam-se a “Carta da Terra”, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas, a Declaração sobre Florestas e a **Agenda 21**, que é o documento mais amplo e aborda directrizes, bem como roteiros detalhados para orientar governos, instituições das Nações Unidas e sectores independentes bem como efectivar a proposta de proporcionar o desenvolvimento com maior qualidade de vida através da preservação dos ecossistemas, mudando o rumo das actividades humanas no planeta.

1.2.2 Agenda 21 Local

A Agenda 21 é o plano de acção das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável no Século XXI, aprovado na conferência do Rio de Janeiro de 1992. É um documento que estabelece a importância de cada país se comprometer em reflectir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, Organizações Não Governamentais (ONG) e todos os sectores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais. Constitui um poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma económico e social, que exige uma redefinição do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, e não apenas a quantidade de crescimento.

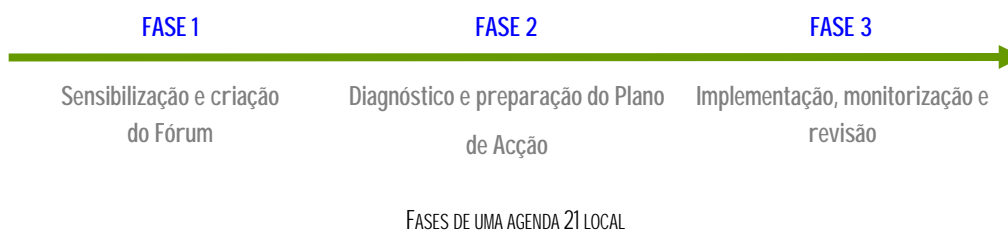
A Agenda 21 apresenta-se assim como um processo capaz de ajudar a construir politicamente as bases de um plano de acção e de planeamento estratégico e participativo, a nível global, nacional e local, com vista ao desenvolvimento sustentável. Este deve aglutinar os vários grupos sociais na promoção de uma série de actividades no nível local, que impliquem mudanças no actual padrão de desenvolvimento, integrando as dimensões socioeconómicas, político-institucionais, culturais e ambientais da sustentabilidade.

O Capítulo 28 da Agenda 21 apela às autoridades locais de cada país que desenvolvam um processo consultivo e consensual com as suas populações, sob a forma de uma versão local da Agenda 21 para as suas comunidades – **Agenda 21 Local**.

Este apelo surge no seguimento do reconhecimento de que muitas das questões tratadas neste documento têm os seus problemas e soluções enraizadas nas actividades locais e que a participação e cooperação das autoridades municipais desempenhará um papel crucial na obtenção destes objectivos.

Em termos gerais, o processo de implementação da Agenda 21 Local compreende três fases fundamentais:

- **Fase 1: Sensibilização e criação do Fórum**, através da identificação das estruturas do município, das estratégias e dos recursos a desenvolver na Agenda 21 Local, com ajuda da autarquia, estabelecendo um entendimento geral da comunidade e desenvolver abordagens participativas e determinando metas, objectivos e indicadores.
- **Fase 2: Diagnóstico e Preparação do Plano de Acção**, documento que contenha as acções que se vão realizar para que cada meta seja atingida, incluindo o prazo, orçamento e responsáveis pela execução,
- **Fase 3: Implementação, monitorização e revisão**, criando um sistema de gestão interno para o cumprimento municipal, monitorizar as actividades e identificar possíveis mudanças nos serviços, através do uso de indicadores para verificar se as metas foram efectivamente atingidas.



Estes passos permitem abranger a comunidade na preparação de um Plano de Acção; determinar objectivos, prioridades e metas a atingir para concretizar a visão do futuro, através de uma abordagem integrada; trabalhar em conjunto com os vários parceiros estratégicos para alcançar os objectivos propostos; e, incluir procedimentos de monitorização, incluindo o uso de indicadores específicos do local para analisar a evolução. Um dos principais conceitos que a maioria dos cidadãos associa imediatamente à Agenda 21 Local ou mesmo ao desenvolvimento sustentável é “a protecção do ambiente”. Esta associação não deixa de ser verdadeira mas é limitada, pois o desenvolvimento sustentável integra obrigatoriamente outras componentes, nomeadamente a económica e social. No entanto, a componente económica é geralmente aquela que tem merecido uma maior atenção por parte de governos e instituições ao longo da história, sendo seguida da social, pelo que há agora que integrar as três vertentes de uma forma mais equitativa: a economia, a sociedade e o ambiente devem ser encarados como os três vértices de um triângulo equilátero. No centro desse triângulo está uma sociedade desenvolvida, isto é, geradora de riqueza, mas também justa para todos os seus cidadãos e que não consome da Terra mais do que esta pode dar, nem emite mais do que a Terra pode absorver. Neste contexto, um processo de A21L passa por desenvolver mecanismos de envolvimento da comunidade na definição de um plano para o desenvolvimento sustentável, integrando os aspectos de sustentabilidade social e ambiental necessários a uma sociedade verdadeiramente desenvolvida.

1.2.3 O papel dos cidadãos na Agenda 21 Local

De acordo com a Agenda 21 (Capítulo 8) um dos pré-requisitos fundamentais para atingir o desenvolvimento sustentável é a existência de uma participação pública alargada nos processos de decisão. Inclui-se aqui a necessidade dos indivíduos, grupos e organizações participarem directamente nos diagnósticos de situação e terem informação para participar nas decisões que possam ter o potencial de afectar as comunidades onde moram ou desenvolvem actividade profissional (Sitarz, 1994).

1.2.4 Contexto e mecanismos da participação dos cidadãos¹

Um dos princípios fundamentais da Constituição nacional diz que “a República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização de políticas democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependências de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa” (Artigo 2º). Ou seja, a possibilidade de cada cidadão participar na construção cívica é vista como algo desejável e a estimular.

Hoje em dia, os cidadãos gozam já de um conjunto de instrumentos de participação política, como a eleição de órgãos representativos, a petição para a adopção de leis (o direito de petição está previsto na Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, alterada pela Lei nº 6/93 de 1 de Março) e o referendo. Visa-se assim possibilitar a intervenção dos particulares na definição das opções genéricas relativas ao destino geral da comunidade. Contudo, o direito de participação como condição essencial de uma verdadeira democracia material não se esgota na participação política indirecta, exigindo formas de participação directa (Sendim, 2002). O associativismo, o voluntariado, a partilha de ideias, o abaixo-assinado, a reclamação, entre muitas outras, são formas de participação directa na comunidade.

A ideia de participação directa é um excelente método para recolher informações adicionais importantes e comprometer os participantes com novos comportamentos (a probabilidade da ocorrência de mudanças comportamentais, em particular no que diz respeito às questões ambientais, aumenta se as pessoas forem sistematicamente sensibilizadas e informadas) (Connor, 1994).

1.2.5 Passividade cívica e suas causas

Hoje em dia há um evidente alheamento cívico. Esse alheamento é visível não só à escala local, mas também nacional e global. Infelizmente, no que diz respeito ao exercício da sua cidadania, os portugueses em geral têm denotado uma grande passividade.

Eventualmente isto acontece por motivos históricos e culturais profundos que ainda prolongam os seus braços até aos dias de hoje: o exercício de direitos de cidadania continua muitas vezes a ser visto entre nós com cepticismo e desconfiança. Com cepticismo porque as pessoas não sabem, em regra, os direitos que têm ou, quando sabem, não acreditam normalmente na sua capacidade (ou na das instituições) de correcção das disfunções. E com desconfiança porque, quando alguém exerce um direito de cidadania a sua atitude é vista, em muitos casos, como sendo motivada pela necessidade de defesa de um obscuro interesse “privado”.

Várias causas para os baixos níveis de participação cívica dos portugueses podem ser apontadas. Muitas radicam no período pré-democrático em Portugal. Antes do 25 de Abril de 1974 o fraco desenvolvimento do sistema escolar, a restrição ao associativismo e a desinformação eram características dominantes. Outras razões podem igualmente ser apontadas: baixos níveis de qualificação cultural e falta de confiança nos políticos (In Pública, 25/04/2004) são sem dúvida parte do leque.

Há ainda outras causas para os baixos níveis de participação. Por um lado há uma fraca visibilidade dos efeitos produzidos pelos projectos de intervenção cívica em que os cidadãos se envolvem (Santos, 2003), o que induz desmotivação e um sentimento difuso mas intenso de inutilidade. A este respeito, Boaventura Sousa Santos (2003) afirma mesmo que “a relação directa da participação com os resultados é factor crucial na sustentabilidade da democracia participativa”, tanto mais que “a gestão eficaz das acções de participação é complexa, pois envolve vários factores: frequência, organização e duração das reuniões; facilidade de acesso aos locais de reunião; relação positiva entre o investimento na acção de participação e seus resultados” (Santos, 2003).

Apesar dos dados pouco animadores apresentados nas linhas anteriores, o investimento na cidadania, nas suas componentes de aumento da informação e promoção da participação, é essencial. Não podemos comportar-nos como “derrotistas”, ou seja, não podemos assumir que se o cidadão não participa é porque não tem conhecimentos para o fazer ou porque não está interessado em actuar.

Assumindo que a participação pública não é um fenómeno geneticamente herdado, a chave de actuação passa pela educação: “Nasce-se cidadão, mas um cidadão esclarecido forma-se” (In Giollito, 1993).



2. O Projecto Nordeste 21

“Nunca duvide que um grupo de cidadãos comprometidos possa mudar o mundo. Na verdade, esta é a única forma de mudança que pode dar certo.”

Margaret Mead (tradução livre)

2.1 O Desenrolar do Processo

O Nordeste 21 é o primeiro projecto de implementação de uma Agenda 21 Regional em Portugal, assumindo assim um carácter pioneiro e inovador. Teve início em 2006 com o estabelecimento da parceria entre a Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste e a ESB-UCP, tendo a duração de 18 meses. A entidade promotora do projecto é a Resíduos do Nordeste, EIM com assessoria técnica do Grupo de Estudos Ambientais da ESB-UCP.

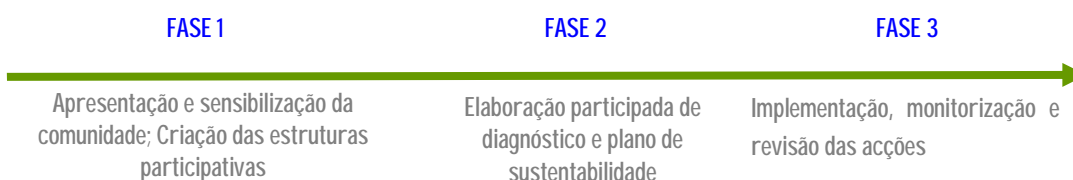
Este projecto visa a implementação da A21L na região do Nordeste Transmontano e conta com a participação de oito municípios: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso.

A sua implementação pressupõe a auscultação da população como forma de identificação dos principais problemas e prioridades da região, para posterior desenvolvimento de um Plano de Sustentabilidade. Para além da população em geral, são também intervenientes os representantes das entidades activas na região e os executivos que se comprometeram com a implementação das medidas estabelecidas ao longo do projecto.

O desenrolar do processo

Por uma questão de simplicidade dividimos o processo do N21 em três fases principais:


- **Fase inicial de apresentação e sensibilização da comunidade para o projecto N21:** assinatura da Carta e Compromissos de Ålborg, pelas Câmaras Municipais envolvidas no projecto; criação dos Fóruns Participativos e constituição dos Grupos Coordenadores a nível local e regional (esteve em curso de Março até Julho de 2006);
- **Fase de elaboração (participada) de diagnóstico e plano de acção:** caracterização dos principais problemas da região e apresentação de acções que depois de implementadas contribuirão para a melhoria da situação caracterizada anteriormente (iniciou-se em Agosto de 2006 encontrando-se nesta fase);
- **Fase de implementação, monitorização e revisão das acções:** aplicação no terreno dos projectos e ideias definidos nas fases anteriores bem como manutenção dos mecanismos básicos da A21L e discussão de novas questões estratégicas.



PRINCIPAIS FASES DO NORDESTE 21

Fase 1	
<p>Lançamento público do projecto N21 Março de 2006</p> 	<p>Decorreu no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros contando com a presença do Vice-Presidente da CCDR-N; de uma representante do Instituto do Ambiente; do Presidente do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste, EIM; de políticos, técnicos e diversos representantes de instituições dos concelhos que integram o projecto e ainda cidadãos em nome individual.</p> <p>Foram apresentadas as principais fases do Nordeste21 e realizados os primeiros apelos à participação da comunidade .</p>
<p>Constituição dos Grupos Coordenadores Municipais (GCM) e do Grupo Coordenador Intermunicipal (GCI) Março de 2006</p> 	<p><u>Grupo Coordenador Municipal (GCM)</u>, equipa de trabalho de carácter executivo, a nível municipal que tem como função acompanhar de forma sistemática a implementação da A21L no seu município. Deste grupo fazem parte elementos em representação da Câmara Municipal e de Serviços Municipalizados e outras entidades de representatividade local;</p> <p><u>Grupo Coordenador Intermunicipal (GCI)</u>, equipa de trabalho à semelhança dos GCM, embora as suas tarefas se relacionem mais com o acompanhamento do projecto a nível regional e seja constituído por entidades de representatividade regional.</p>
<p>Reuniões dos 1^{os} Fóruns Participativos Maio de 2006</p> 	<p>O Fórum Participativo é um espaço de participação pública por excelência, aberto a toda a comunidade e tem como objectivo incitar as pessoas a contribuírem, através dos seus testemunhos, para o desenvolvimento do processo. Realizaram-se oito primeiros fóruns participativos, um em cada município participante.</p>

<p style="text-align: center;">Disponibilização Desde Maio de 2006</p> 	<p>Foi construída uma página na <i>internet</i> que centraliza todas as informações relativas ao N21. www.residuosdonordeste.pt/nordeste21/index.asp</p>
<p style="text-align: center;">Assinatura da Carte de Aalborg Junho de 2006</p> 	<p>A Carta de Aalborg é a Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade aprovada pelos participantes na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, a 27 de Maio de 1994.</p> <p>A assinatura da referida carta representa um compromisso político para cumprimento dos objectivos relacionados com o desenvolvimento sustentável dos concelhos do Nordeste 21.</p> <p>Foi assinada por todos os municípios que constituem o Nordeste 21 no dia 6 de Junho de 2006 no Auditório do Centro de Apoio Rural de Carrazeda de Ansiães.</p>
<p style="text-align: center;">Constituição da Rede de Parceiros Locais Desde Junho de 2006</p>	<p>A Rede de Parceiros Locais é uma estrutura de parcerias pensada e criada para fomentar o envolvimento dos cidadãos e das diversas instituições na definição das medidas prioritárias a implementar na região do Nordeste Transmontano. A figura de parceiro local assume uma responsabilidade social mais intensa e tem direito ao acesso privilegiado à informação. A lista conta actualmente com 50 parceiros locais.</p>
<p style="text-align: center;">Estabelecimento de parcerias com jornais locais Desde Junho de 2006</p> 	<p>O envolvimento dos cidadãos nos processos de planeamento e decisão requer a existência de mecanismos de comunicação eficazes. Realizaram-se parcerias com alguns jornais locais para a manutenção de um espaço privilegiado dedicado ao N21.</p>

<p>Distribuição de folheto informativo e inquérito Desde Junho de 2006</p> 	<p>Foi realizada a edição de um desdobrável sobre o N21 com um inquérito de participação, aberto a toda a população. Através deste método foram reunidos dados sobre a percepção dos habitantes do Nordeste Transmontano relativamente aos seguintes aspectos: principais problemas do concelho; principais investimentos a realizar no concelho e a visão de futuro para o concelho (num horizonte temporal até 2015).</p>
<p>Elaboração dos Pré-diagnósticos Municipais e Regional de Sustentabilidade</p>  <p>Julho de 2006</p>	<p>O objectivo principal deste pré-diagnóstico consistiu em reunir um conjunto de indicadores que permitissem fazer uma breve caracterização do estado actual da região do Nordeste Transmontano, integrando informação das áreas ambientais, económicas e sociais.</p>

<p>Fase 2</p>	
<p>2^{os} Fóruns Participativos: “Nordeste Transmontano em 2015” Setembro de 2006</p> 	<p>Sessão de forte cariz participativo onde se realizaram grupos de trabalho com o intuito de se perspectivar o Nordeste Transmontano em 2015. Os participantes visualizaram e discutiram um cenário de futuro apresentando as estratégias e as áreas de intervenção e construindo um panorama comum. Realizaram-se oito segundos fóruns participativos, um em cada município participante.</p>
<p>Definição, com base nos resultados dos 1^{os} e 2^{os} Fóruns Participativos, dos Eixos Estratégicos para realização dos diagnósticos e planos de acção Dezembro de 2006</p>	<p>Com a finalidade de traçar uma visão de futuro e eixos estratégicos para a região do Nordeste Transmontano foi realizada uma síntese de todos os dados da participação pública nos Fóruns Participativos. Esta síntese resultou na definição de oito Eixos Estratégicos para o N21, com vista à elaboração de diagnósticos e planos de acção em oito eixos distintos e determinantes para a região.</p>

<p style="text-align: center;">Ciclo de Seminários do N21 Março de 2007 a Junho de 2007</p> 	<p>Estes seminários temáticos tiveram como ponto forte o seu carácter prático, com apresentação de casos concretos, e posterior criação de mesas de trabalho, nas quais os participantes puderam contribuir com propostas, inspiradas nos casos apresentados, bem como indicar as oportunidades, os constrangimentos, os possíveis parceiros, os modos financiamento e as necessidades específicas de cada uma das propostas e a sua possível participação nas acções concretas e futuras. Para esta componente do seminário foi reservado um espaço de tempo substancial, que permitiu a formulação concreta das suas propostas. Destes seminários resultaram grupos de acção dentro da temática de cada um, com vista a futuras reuniões de trabalho, dirigidas para projectos âncora.</p>
<p style="text-align: center;">Elaboração do documento estratégico para o plano de acção para o N21 Outubro de 2007</p> 	<p>O documento estratégico do plano de acção para o N21 sintetiza vários documentos e informação, nomeadamente relacionados com a componente participativa e respectivas sessões públicas, sendo um ponto de partida para a construção do plano de sustentabilidade.</p>
<p style="text-align: center;">Elaboração do Plano de Sustentabilidade Novembro de 2007</p>	<p>Documento que contém as medidas, objectivos estratégicos e projectos prioritários que posteriormente deverão resultar em projectos regionais para implementação, visando o seu desenvolvimento sustentável do Nordeste Transmontano.</p>
<p style="text-align: center;">3^{os} Fóruns Participativos A realizar</p>	<p>Sessão de forte cariz participativo onde se irão realizar grupos de trabalho com o intuito de escolherem os projectos prioritários sugeridos no Plano de Sustentabilidade.</p>
Fase 3	
<p style="text-align: center;">Implementação e Monitorização A realizar</p>	<p>Fase de execução dos principais projectos escolhidos, fazendo a devida avaliação e monitorização dos impactes decorrentes da implementação destas novas acções.</p>

2. 2 A Divulgação e o Acesso à Informação

No decorrer de todo o processo da A21L é fundamental disponibilizar suportes de divulgação e acesso à informação para possibilitar a comunicação permanente com a população, um contínuo *feedback* do decorrer dos trabalhos e espírito de transparência.

Na página na electrónica com o endereço www.residuosdonordeste.pt/nordeste21/index.asp é disponibilizada toda a informação produzida ao longo do desenrolar do processo. Nela estão disponíveis relatórios dos Fóruns Participativos, programas e comunicações dos Seminários Temáticos e outra informação relativa ao projecto e às actividades desencadeadas no âmbito do mesmo.



PÁGINA DE INTERNET DO NORDESTE 21



EXEMPLOS DE CARTAZ E PROGRAMA DE DIVULGAÇÃO DO CICLO DE SEMINÁRIOS REALIZADOS



3. O Processo Participativo do Nordeste 21

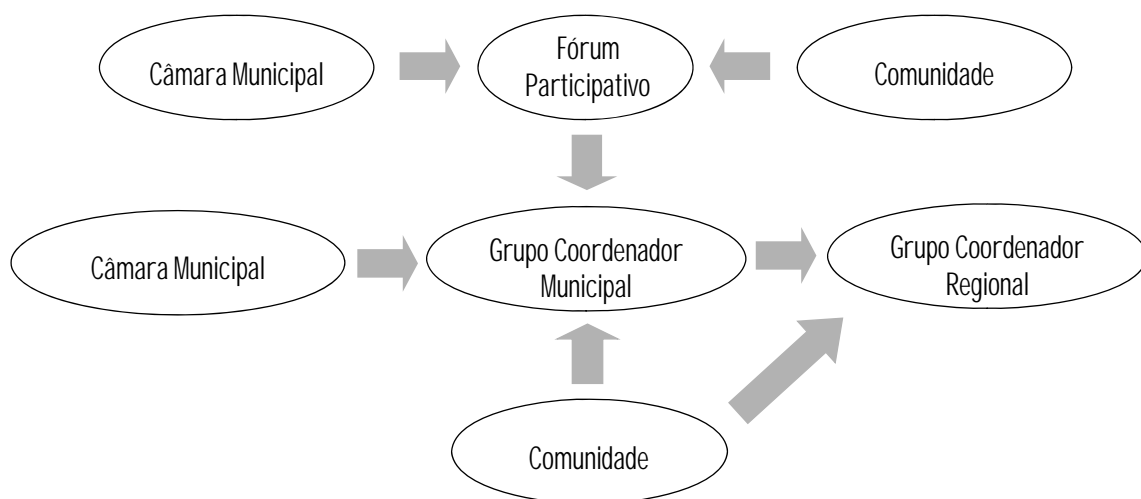
"Nasce-se cidadão, mas um cidadão esclarecido forma-se."

In Giollito, 1993

As principais fases de participação cidadã (indivíduos e instituições) no N21 ocorreram em diversos momentos. Por um lado foram criadas estruturas participativas de longo prazo, consubstanciadas nas figuras dos Grupos Coordenadores Municipais, Grupo Coordenador Intermunicipal e Rede de Parceiros Locais e por outro têm sido promovidos eventos e sessões de participação distintos ao longo do tempo, nomeadamente:

- O inquérito à população em geral;
- As reuniões dos Fóruns Participativos;
- As reuniões dos Grupos Coordenadores;
- Os seminários temáticos participativos.

De seguida apresentam-se, resumidamente, alguns dados sobre cada uma dessas estruturas participativas e momentos de participação e principais resultados.



INTERVENIENTES NO PROJECTO NORDESTE 21

3.1 Fórum Participativo

Conceptualmente o Fórum Participativo representa a estrutura por excelência da discussão e participação cívica visto estarem representados os vários sectores da sociedade: associações, escolas, autarquia, empresas e outras estruturas públicas e privadas, e devido a todos eles poderem dar o seu contributo para o desenvolvimento sustentável da região.

Regra geral, as tradicionais reuniões de participação pública – do tipo “audição pós-definição do projecto” trazem mais calor do que luz (Connor, 1994). Daí a importância da existência de um Fórum Participativo onde se promove o debate e partilha de ideias desde as fases precoces do planeamento estratégico.

A participação pública é crucial para este projecto, já que induz um sentimento de confiança e responsabilidade na comunidade, estimulando-a a prosseguir no rumo da sustentabilidade e preenchendo o fosso entre políticos e cidadãos.

Os fóruns organizados nos diferentes municípios pretendem constituir um espaço privilegiado de discussão e reflexão sobre as necessidades do desenvolvimento sustentável, incentivando a participação activa dos cidadãos.

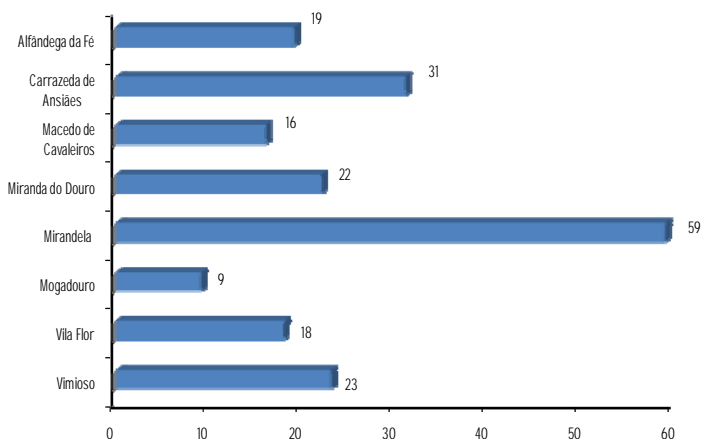
Na formatação do projecto Nordeste 21 planeou-se a realização de três fóruns participativos com objectivos distintos:

1.º Fórum Participativo – apresentação do projecto e sensibilização para as questões do desenvolvimento sustentável assentes nos três pilares fundamentais: social, ambiente e economia, realizando uma primeira auscultação da população no que diz respeito às problemáticas sentidas e anseios para o futuro.

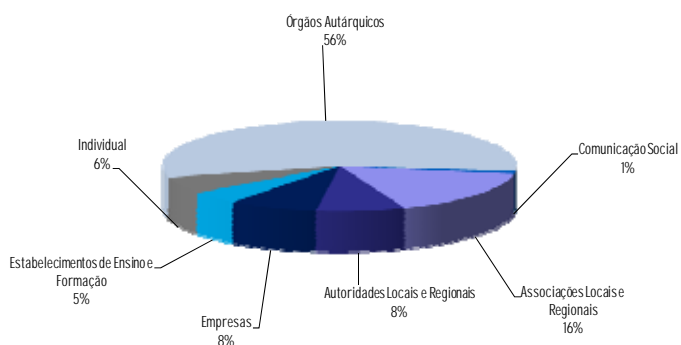
2.º Fórum Participativo – construção da Visão de Futuro num período temporal, até 2015.

3.º Fórum Participativo - os Planos de Acção devem ser aprovados pelos Grupos Coordenadores, ser alvo de consulta pública e debatidos nesta reunião do Fórum Participativo, com escolha e priorização dos projectos a implementar futuramente.

PROGRAMAÇÃO DOS 1^{OS} FP DO NORDESTE 21



NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS 1^{OS} FÓRUNS PARTICIPATIVOS DO N21



CLASSIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES NOS 1^{OS} FÓRUNS, SEGUNDO O TIPO DE ENTIDADE

3.1.1 Primeiros Fóruns Participativos do Nordeste 21

As primeiras reuniões dos Fóruns Participativos, uma por cada município do projecto N21, foram realizadas entre Maio e Junho de 2006.

Nesta primeira reunião do FP apresentou-se projecto a todos os presentes, o processo de implementação do N21 e os passos seguintes do mesmo. Pretendeu-se ainda que individualmente os participantes identificassem os cinco principais problemas e potencialidades do seu concelho e ainda três prioridades para a região do Nordeste Transmontano. Na parte final da sessão foi realizada a votação individual de todos os problemas, potencialidades e prioridades.

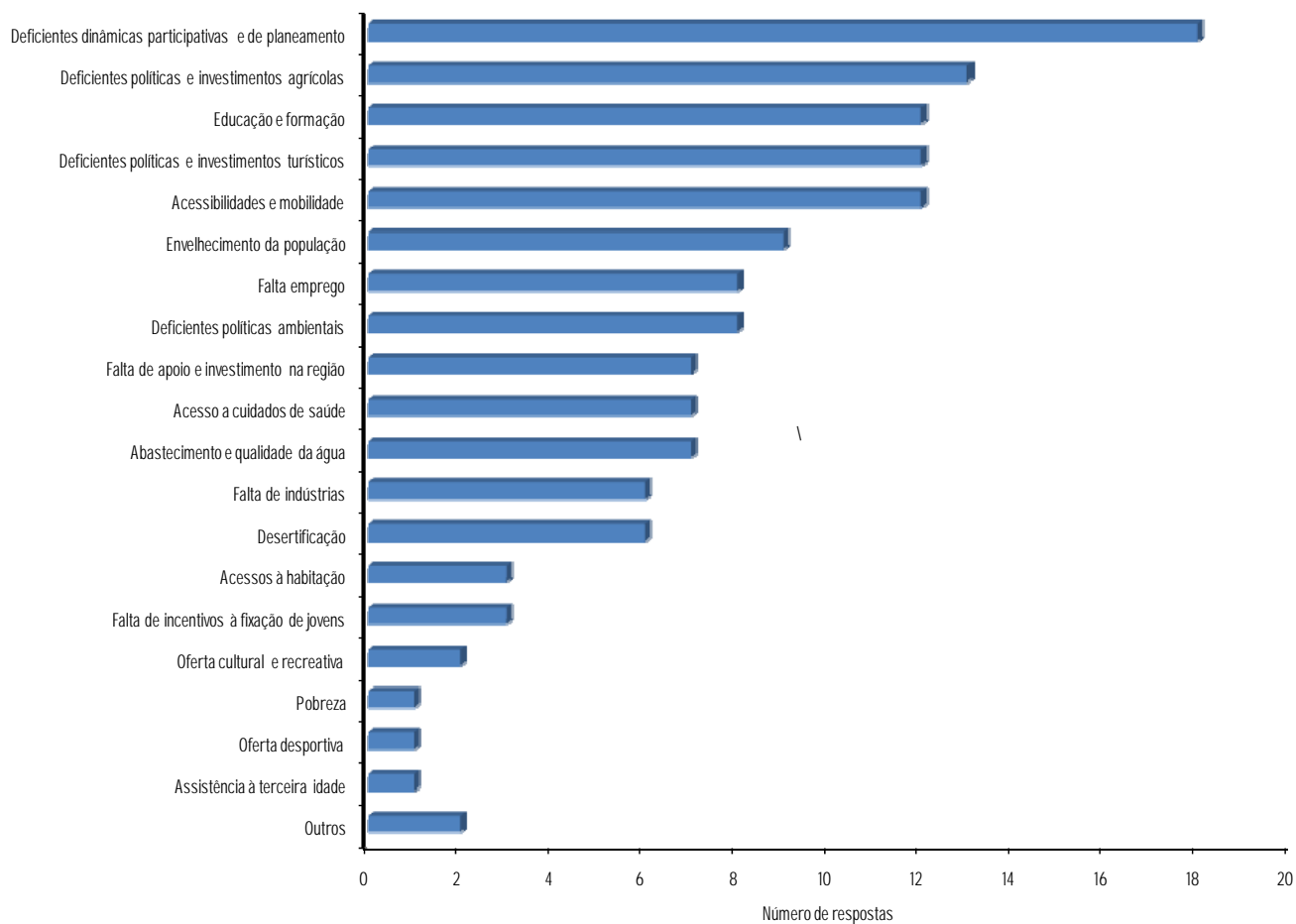
No total de oito reuniões estiveram presentes 197 cidadãos, a distribuição dos presentes pelos vários municípios do N21 pode ser visualizada no gráfico ao lado.

Note-se que a maioria dos participantes no total das reuniões representava órgãos autárquicos da região, sendo o número de participantes em nome individual 5% do total de participantes.

As oito reuniões efectuadas permitiram identificar 138 problemas, 95 investimentos prioritários e 87 potencialidades da região.

Os cinco principais grupos de problemas que afloraram do total de Fóruns Participativos foram essencialmente os relacionados com:

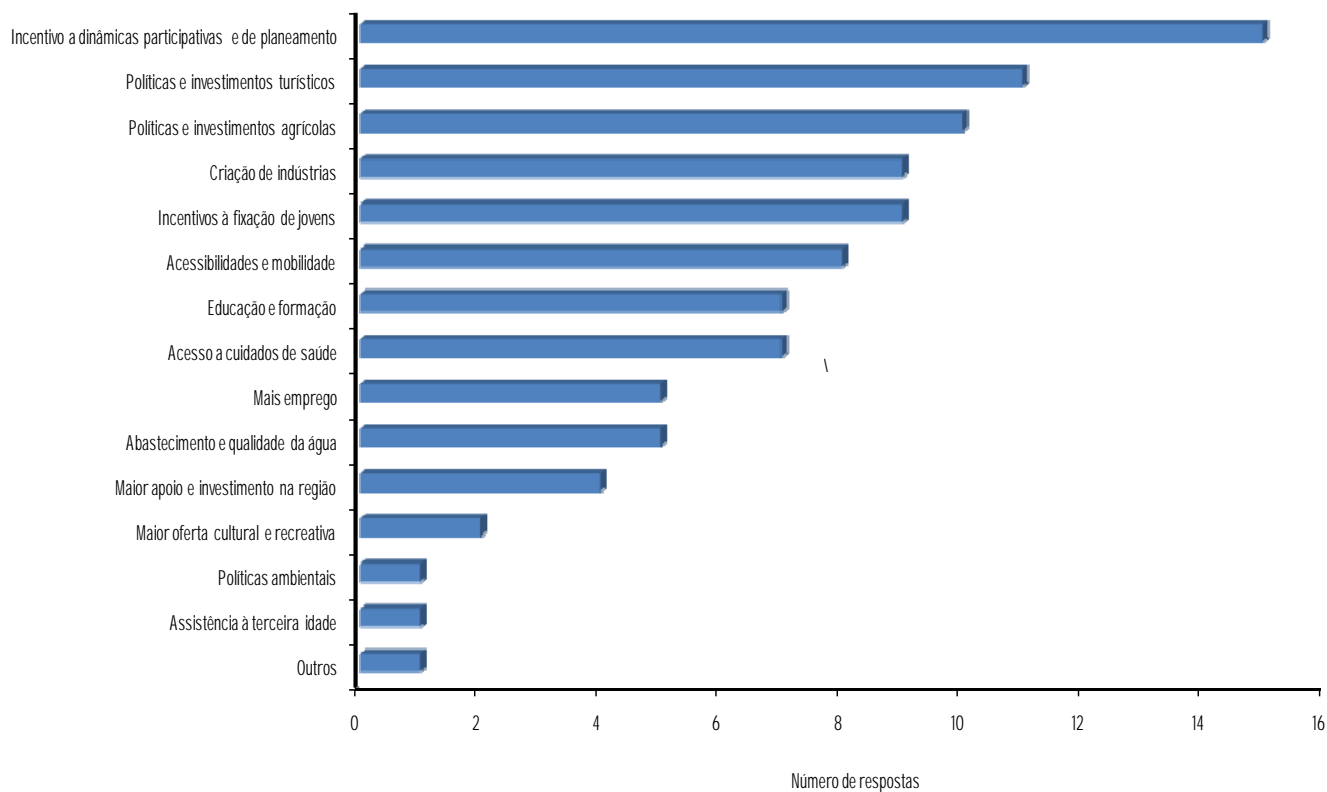
- Deficientes dinâmicas participativas e de planeamento;
- Deficientes políticas e investimentos agrícolas;
- Educação e formação;
- Deficientes políticas e investimentos turísticos;
- Acessibilidades e mobilidade.



PRINCIPAIS PROBLEMAS DA REGIÃO DO NORDESTE 21 IDENTIFICADOS NOS 1ºS FÓRUMS PARTICIPATIVOS

No gráfico seguinte podemos ver os resultados da identificação dos principais investimentos para o Nordeste Transmontano, na opinião dos participantes dos fóruns. Os cinco principais grupos de prioridades de investimento identificadas pelos participantes foram essencialmente os relacionadas com:

- Incentivo a dinâmicas participativas e de planeamento;
- Políticas e investimentos turísticos;
- Políticas e investimentos agrícolas;
- Criação de indústrias;
- Incentivos à fixação de jovens.



PRINCIPAIS INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS PARA A REGIÃO DO N21 IDENTIFICADOS NOS 1^{OS} FÓRUMS PARTICIPATIVOS

Votação dos Principais Problemas e Investimentos Prioritários

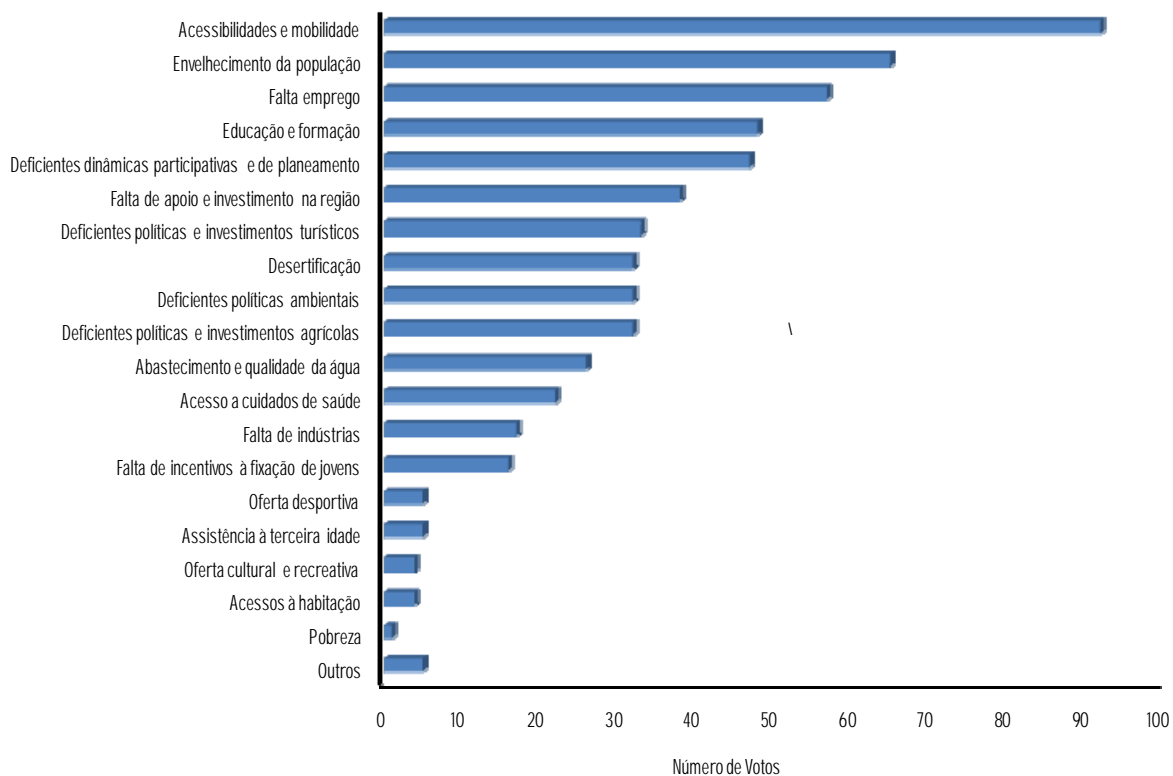
No gráfico seguinte podemos ver os resultados das votações dos problemas, a sua análise revela que os problemas ligados às acessibilidades e mobilidade, os problemas de envelhecimento da população, a falta de emprego, a formação e qualificação da população e as deficientes dinâmicas participativas e de planeamento foram os que receberam maior número de votos por parte dos participantes. Relativamente aos resultados das votações dos investimentos mais votados verificou-se que foram os ligados à melhoria das acessibilidades e mobilidade, melhoria de políticas e investimentos na área do turismo e da agricultura, apoios para a fixação de jovens e ainda maiores investimentos na formação e qualificação da população.

ALGUNS NÚMEROS DOS 1^{OS} FP DO N21

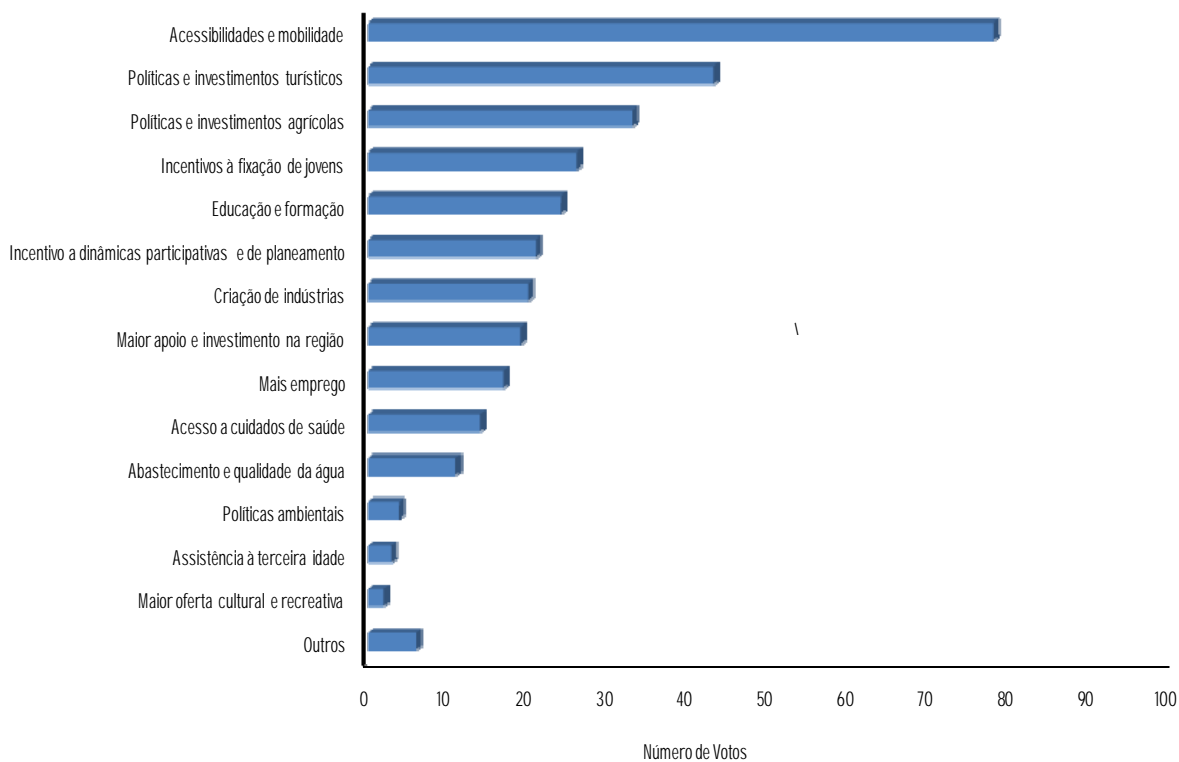
Problemas identificados: 138

Investimentos Prioritários: 95

Número de Potencialidades da Região: 87



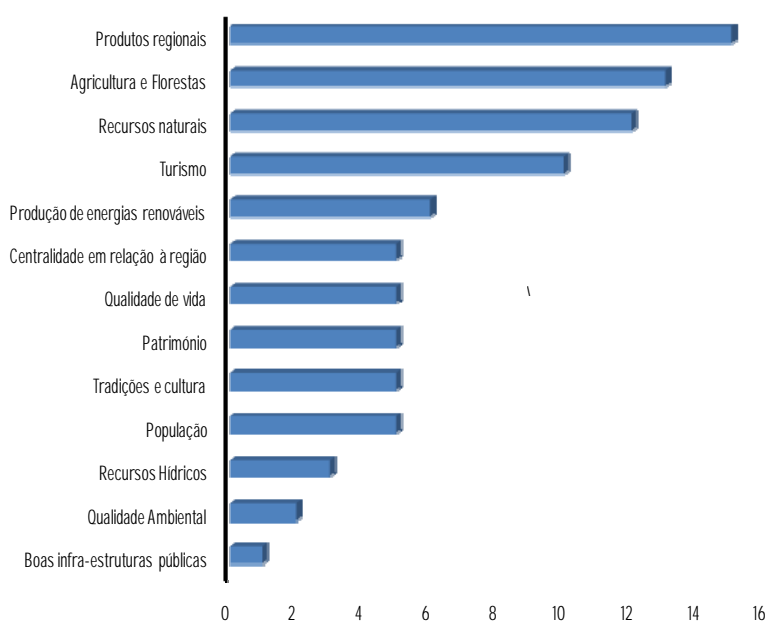
VOTAÇÃO DOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NOS 1.ºS FP DO N21



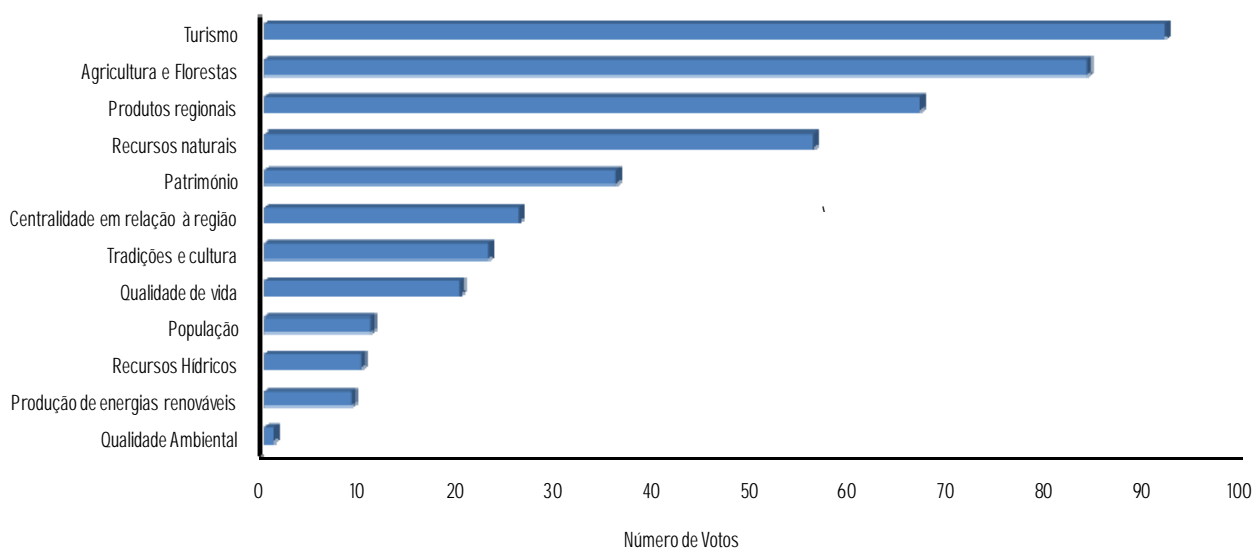
VOTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS IDENTIFICADOS NOS 1.ºS FP DO N21

Outro resultado retirado das reuniões dos primeiros fóruns prende-se com a identificação das potencialidades da região do nordeste transmontano. A análise das opiniões recolhidas, revela que as maiores potencialidades da região, de acordo com a opinião dos participantes, são:

- Produtos regionais;
- Agricultura e floresta;
- Recursos naturais;
- Turismo;
- Produção de energias renováveis.



PRINCIPAIS POTENCIALIDADES DO N21 IDENTIFICADOS NOS 105 FP



VOTAÇÃO DAS POTENCIALIDADES REGIONAIS IDENTIFICADAS AO LONGO DOS 105 FP DO N21

PROGRAMAÇÃO DOS 2^{OS} FÓRUNS PARTICIPATIVOS DO N21

Número de Reuniões 2^{OS} Fóruns: 8

Mirandela: 20 de Setembro de 2006

Macedo de Cavaleiros: 21 de Setembro de 2006

Vila Flor: 2 de Outubro de 2006

Mogadouro: 3 de Outubro de 2006

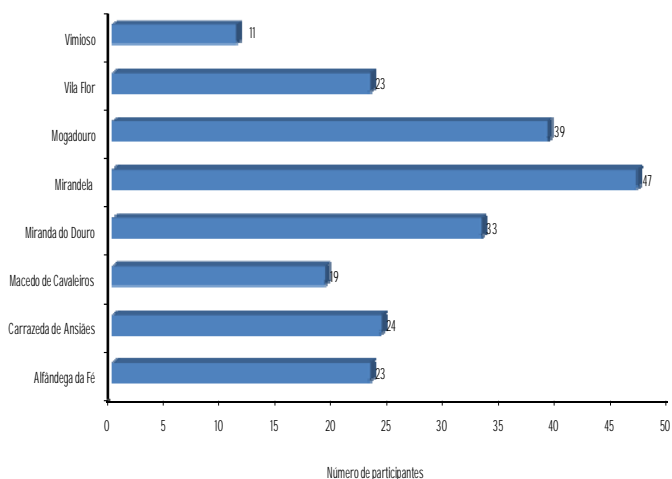
Vimioso: 9 de Outubro de 2006

Miranda do Douro: 10 de Outubro de 2006

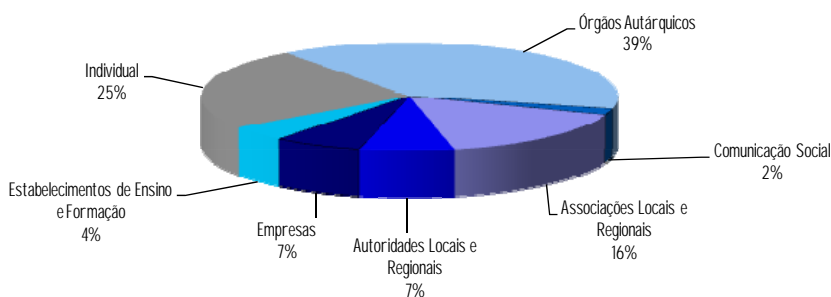
Carrazeda de Ansiães: 23 de Outubro de 2006

Alfândega da Fé: 24 de Outubro de 2006

Número Total de Participantes: 219



NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS 2^{OS} FÓRUNS PARTICIPATIVOS DO N21



CLASSIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES NOS OITO FÓRUNS, SEGUNDO O TIPO DE ENTIDADE

3.1.2 Segundos Fóruns Participativos do Nordeste 21

As segundas reuniões dos Fóruns Participativos, uma por cada município do projecto N21, foram realizadas entre Setembro e Outubro de 2006.

O objectivo destas reuniões foi identificar a visão de futuro para a região e as principais barreiras/obstáculos e prioridades de investimento, para a sua concretização até 2015.

A sessão foi iniciada em plenário e, posteriormente, o grupo foi aleatoriamente dividido em grupos de trabalho com cerca de 6 a 7 pessoas colocando-se o desafio de, em grupo, através de debate, alcançarem o consenso e estruturarem uma visão de futuro para a região em 2015 e indicarem três barreiras, actualmente, existentes à concretização da visão de futuro adoptada e três prioridades de investimento que deverão ser adoptadas até 2015. Após esta fase foi feita uma exposição dos resultados do trabalho em grupo e encetou-se o debate sobre as principais ideias para a região. No final da sessão as ideias reunidas foram votadas, individualmente pelos participantes do Fórum.

No total das oito reuniões estiveram presentes 219 indivíduos.

ALGUNS NÚMEROS DOS 2^{OS} FÓRUNS DO N21

Problemas Identificados: 114

Investimentos Prioritários: 113

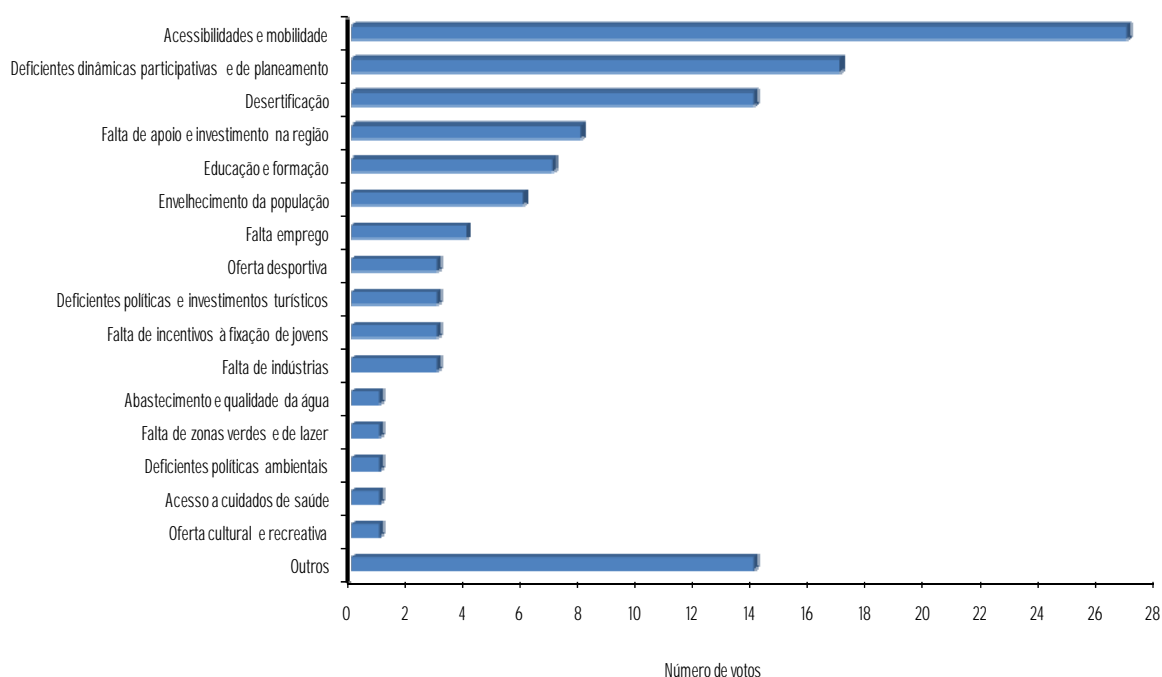
Número de Visões de Futuro para a Região: 44

Visões de Futuro Propostas nos Fóruns Participativos

Foi possível contar com 182 pessoas a participarem nos trabalhos em grupo e destes foi possível obter a identificação de 44 visões de futuro, 113 prioridades de investimento para a sua concretização e 114 obstáculos.

Assim, apresentam-se algumas das visões de futuro propostas pelos vários concelhos:

- *“Alfândega da Fé, um concelho com qualidade de vida, que sabe potenciar os seus recursos naturais e agir sobre o território, em busca do conforto ambiental e do civismo, de modo a integrar a “aldeia global”, sem perder a identidade local.”*
- *“Um território com gente motivada e no qual a educação/formação seja de boa qualidade. A elevada qualificação permite gerar e manter actividades económicas geradoras de emprego, com base nos recursos endógenos, revertendo-se assim, o processo de despovoamento. É necessária uma nova cultura de participação cívica, (Alfândega da Fé).”*
- *“Carrazeda de Ansiães, com uma agricultura e pecuária modernas e mecanizadas, desenvolvendo também a indústria do granito.”*
- *“Aproveitamento turístico em Carrazeda de Ansiães, nomeadamente do Castelo, do Douro e do Tua.”*
- *“Macedo de Cavaleiros como parte integrante da região do Nordeste Transmontano, como epicentro do turismo regional, sustentado nos recursos e dotado de infra-estruturas de excelência (Albufeira do Azibo, agro-pecuária, Serra de Bornes).”*
- *“Um concelho capaz de fixar a sua população e ter atractividade para quadros técnicos; um concelho com melhores acessibilidades; um concelho com oferta turística de qualidade; um concelho com agricultura rentável, que obrigará a um emparcelamento dos terrenos; valorização dos produtos agrícolas de qualidade, (Macedo de Cavaleiros).”*
- *“Miranda do Douro, Um concelho com indústria (não poluente) de pequena dimensão e um concelho com uma enorme atractividade turística para cidadãos nacionais e estrangeiros.”*
- *“Acreditamos que a cidade de Mirandela irá aumentar substancialmente, irá conseguir captar pequenas e médias empresas e indústrias transformadoras o que irá dar oportunidades de emprego e consequentemente fixação de mais população.”*
- *“Mogadouro com estradas, trabalho, promoção dos produtos da terra e emparcelamento na agricultura.”*
- *“Um concelho bem “arrumado” sob o ponto de vista do ordenamento e do ambiente, com condições para fixar as camadas jovens e onde os “menos jovens” vivam felizes, (Mogadouro) ”.*
- *“Vila Flor, como epicentro do Nordeste Transmontano com população activa, postos de trabalho qualificados e um pólo de atracção turística aproveitando o espólio natural da nossa terra.”*
- *“Criação de uma zona franca em todo o Trás-os-Montes (discriminação positiva), certificação dos nossos produtos (castanha, azeitona e plantas aromáticas) e incentivos à fixação das populações (em particular dos mais jovens) (Vimioso).”*
- *“Gostaríamos que o concelho de Vimioso fosse uma região próspera e evoluída de forma sustentável e que se verificasse o aumento da população distribuída de forma equilibrada pelo concelho.”*



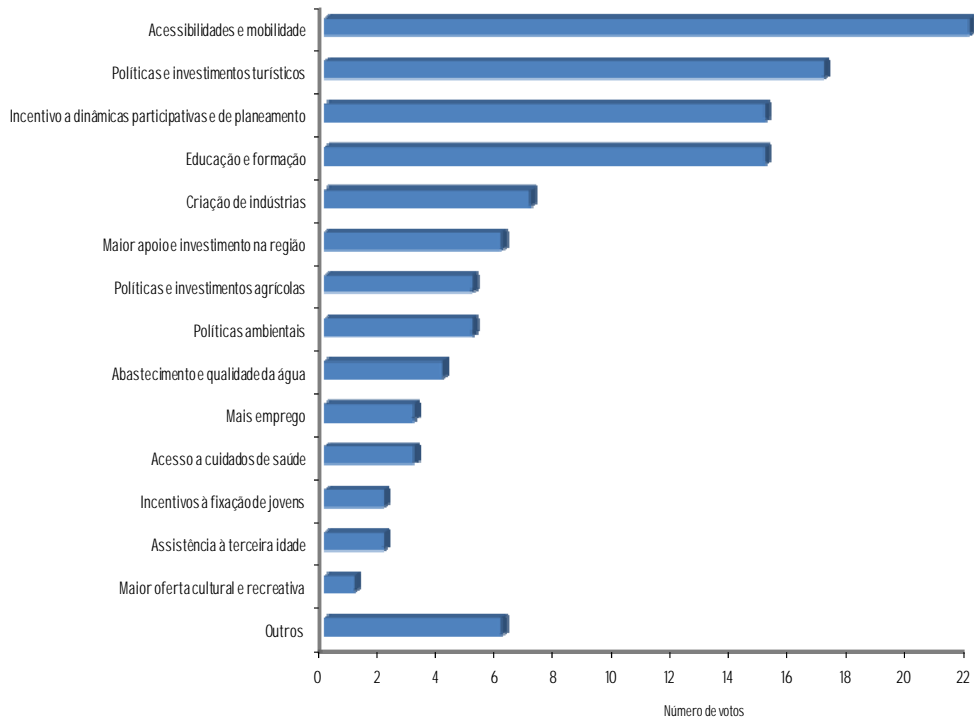
PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À CONCRETIZAÇÃO DA VISÃO DE FUTURO PARA A REGIÃO DO N21 IDENTIFICADOS NOS 2^{OS} FÓRUMS PARTICIPATIVOS

Os cinco obstáculos mais referidos no total dos dois fóruns participativos relacionaram-se com as acessibilidades e mobilidade, as deficientes dinâmicas participativas e de planeamento, a desertificação, a falta de apoio e investimento na região, entre outros.

A votação dos problemas identificados permitiu concluir que para os participantes dos segundos fóruns os problemas relacionados com acessibilidades e mobilidade, falta de apoio e investimento na região, desertificação, educação e formação e a falta de emprego são os principais entraves ao desenvolvimento sustentável do Nordeste Transmontano.

No gráfico seguinte podemos observar que para os participantes nos segundos fóruns participativos, os cinco investimentos prioritários com o maior número de referências são:

- Investimentos em acessibilidades e mobilidade;
- Melhores políticas e investimentos turísticos;
- Incentivos a dinâmicas participativas e de planeamento;
- Educação e formação;
- Maior apoio e investimento na região.



INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS NECESSÁRIOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DA VISÃO DE FUTURO



GRUPOS DE TRABALHO NOS 2^{OS} FÓRUNS PARTICIPATIVOS DO N21

3.2 INQUÉRITOS À POPULAÇÃO

EXEMPLOS DOS INQUÉRITOS DISTRIBUÍDOS À POPULAÇÃO DO N21



O processo de Agenda 21 Local assenta numa metodologia participativa com o objectivo de criar espaços de reflexão que permitam o envolvimento da população na identificação dos problemas e prioridades ao nível do desenvolvimento sustentável das regiões.

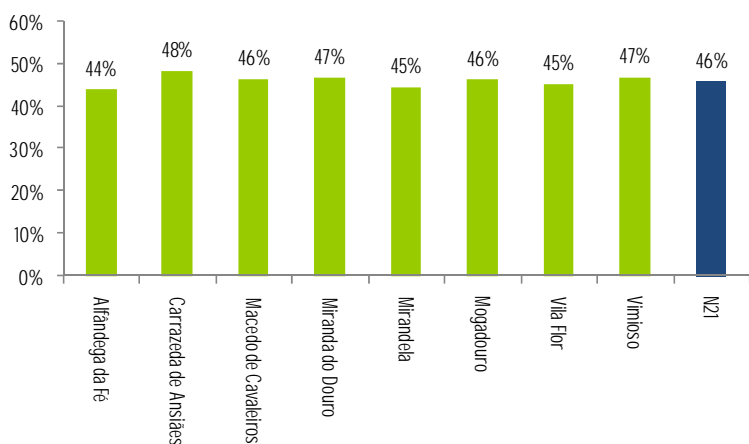
Com a identificação dos interesses, percepções e prioridades de uma dada comunidade é possível convergir em torno dos principais factores de carácter estratégico e delinear as futuras actuações. Assim, é necessário auscultar a população, utilizando-se para tal, vários métodos.

Para a recolha de informação junto da comunidade do Nordeste Transmontano recorreu-se, além de outros, à realização de um questionário de participação aberta a toda a população. Através deste estudo pretendeu-se reunir dados sobre as percepções da população relativamente aos seguintes aspectos:

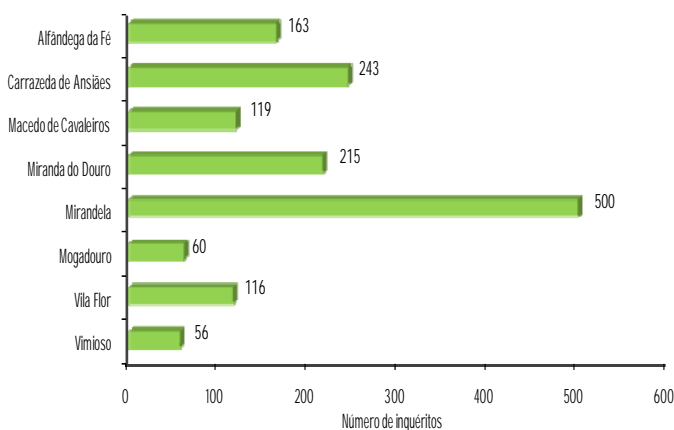
- cinco principais problemas do concelhos pertencentes ao Nordeste 21;
- cinco principais investimentos a realizar nos concelhos pertencentes ao Nordeste 21;
- uma visão ideal para o futuro dos concelhos num horizonte temporal de 10 anos.

Os dados recolhidos foram, posteriormente, tratados estatisticamente através da ferramenta SPSS.

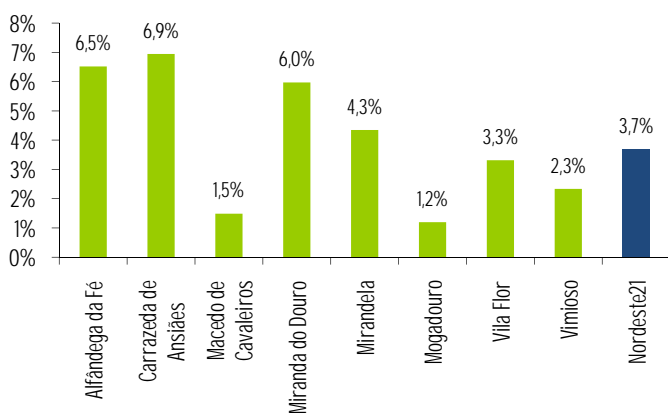
O questionário foi realizado nos concelhos do Nordeste 21, nomeadamente em Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso, com uma tiragem de 40.000 exemplares, o que permitiu uma distribuição alargada em vários pontos de afluência de população, nomeadamente, Câmaras Municipais, Escolas, Juntas de Freguesia, Bibliotecas, entre outros. O questionário foi ainda disponibilizado na página de Internet do Projecto Nordeste 21 <http://www.residuosdonordeste.pt/nordeste21/index.asp>.



RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE INQUÉRITOS DISTRIBUÍDOS E NÚMERO DE RESIDENTES POR CONCELHO



NÚMERO DE INQUÉRITOS RECEBIDOS SEGUNDO O CONCELHO



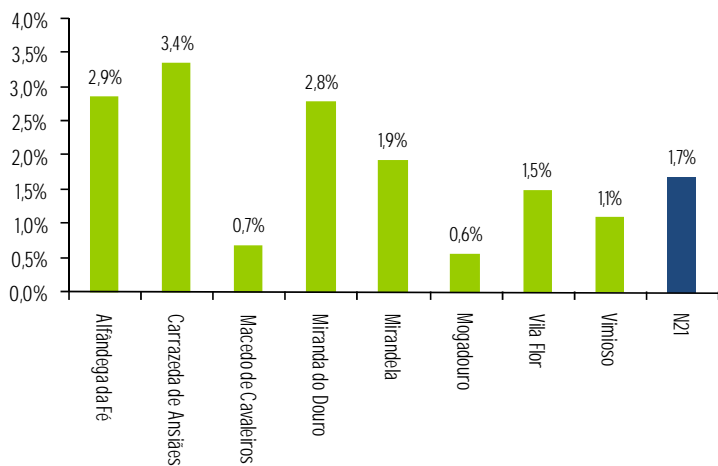
NÚMERO DE INQUÉRITOS RECEBIDOS VS. NÚMERO DE INQUÉRITOS DISTRIBUÍDOS

Nos municípios pertencentes ao Nordeste 21 foram disponibilizados, em pontos-chave do concelho, 40.000 inquéritos para preenchimento por parte da população, o que permitia abranger, em média, 46% da população visada. No final do período de recepção de respostas foram recolhidos 1.472 inquéritos, o que corresponde a 1,7% dos habitantes totais e uma taxa de 3,7% de respostas relativamente ao número de inquéritos, efectivamente, distribuídos.

O que, numa primeira análise, pode ser encarado como uma baixa taxa de adesão a esta forma de participação pública, quando comparado com outras realidades nacionais e mesmo europeias, tem-se outra perspectiva. Se tivermos presente que na implementação da Agenda 21 Local de São João da Madeira, os inquiridos, num conjunto de questões similares, representaram 1% da população e nas Agendas 21 Local do Eixo Atlântico, não foram além dos 0,7%, os valores alcançados no Nordeste denotam uma significativa melhoria e conferem-lhe uma maior representatividade.

A maioria dos inquéritos recebidos pertencia aos moradores do concelho de Mirandela (500 respostas), seguido dos moradores do concelho de Carrazeda de Ansiães (243 respostas) e Miranda do Douro (215 respostas).

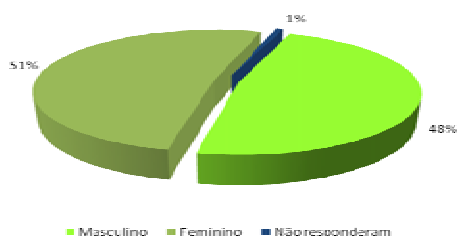
Faça ao número de inquéritos distribuídos *versus* o número de inquéritos recebidos, a taxa de participação não foi linear entre todos os concelhos, variando de 6,9% em Carrazeda de Ansiães, com o valor mais elevado, até 1,2% em Mogadouro.



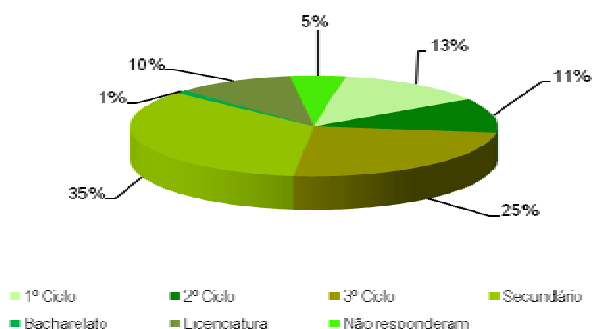
NÚMERO DE INQUÉRITOS RECEBIDOS FACE À POPULAÇÃO RESIDENTE DO CONCELHO



DESAGREGAÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO O CONCELHO DE RESIDÊNCIA



CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA QUANTO AO GÉNERO



CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA QUANTO À ESCOLARIDADE

3.2.1 Caracterização da Amostra

A maior representatividade da amostra relativamente à população, em geral, é conseguida nos concelhos de Carraceda de Ansiães, Alfândega da Fé e Miranda do Douro, com respectivamente, 3,4%, 2,9% e 2,8%.

A maioria dos inquéritos recebidos pertenciam a residentes dos municípios inquiridos, apenas 3% das respostas obtidas pertenciam a indivíduos externos aos concelhos do Nordeste 21, sendo as proveniências de Bragança, Vinhais, Torre de Moncorvo, Porto, Vila Franca de Xira e Freixo de Espada à Cinta, as que obtiveram o maior número de respostas. Caso o seu concelho de residência não pertencesse ao Nordeste 21 era perguntado qual o tipo de ligação que o inquirido tinha com estes concelhos, a resposta obtida indicou serem motivos de trabalho, estudo, família e residência sazonal a causa para esta deslocação aos concelhos do Nordeste 21.

Na caracterização da amostra evidencia-se uma maior adesão ao inquérito da Agenda 21 Local do Nordeste por parte dos habitantes do sexo feminino, a classe etária predominante situa-se entre os 25 a 64 anos, ou seja, maioritariamente é a população em idade activa que apresenta a sua opinião neste tema e os habitantes com o ensino adquirido ao nível do secundário são também os que mais respondem, seguidos pelo 3.º ciclo. O ensino superior proporcionou cerca de 11% das respostas.

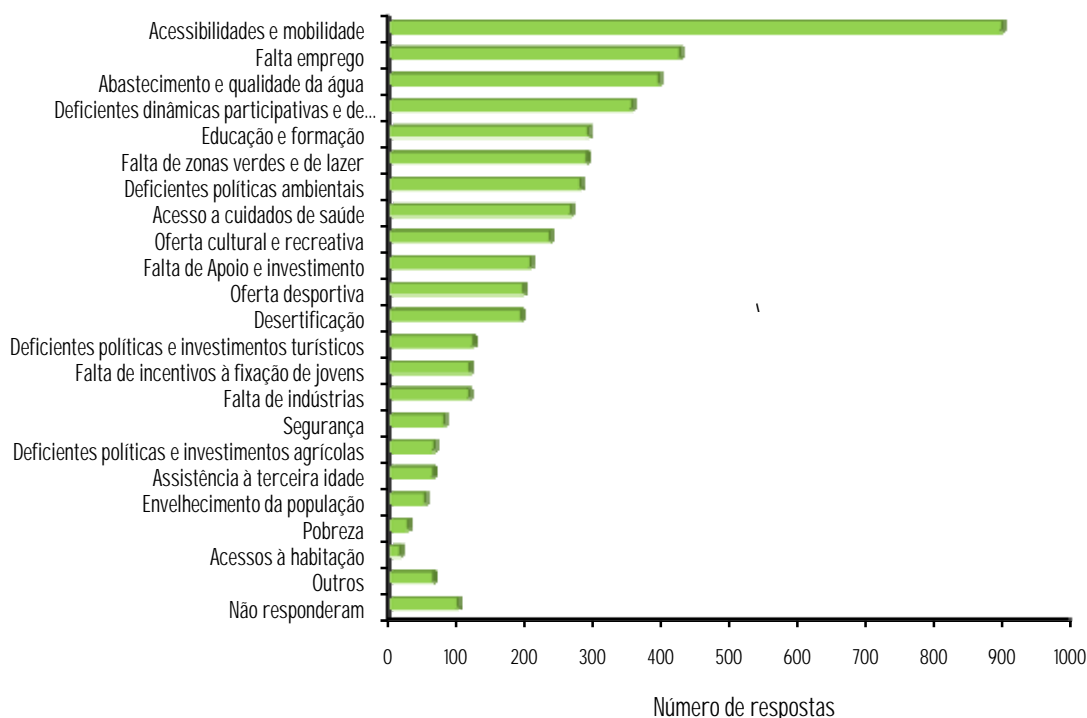
Em termos de ocupação profissional, observa-se que a maior parte da amostra corresponde a estudantes e a trabalhadores do sector terciário.

Pretendia-se com a realização do presente inquérito à população, em geral, auscultar a sua opinião relativamente à percepção dos principais problemas e ainda as áreas consideradas prioritárias para o investimento. A população tinha ainda a oportunidade de indicar uma visão de futuro para os concelhos do Nordeste 21, tendo como horizonte o ano de 2015.

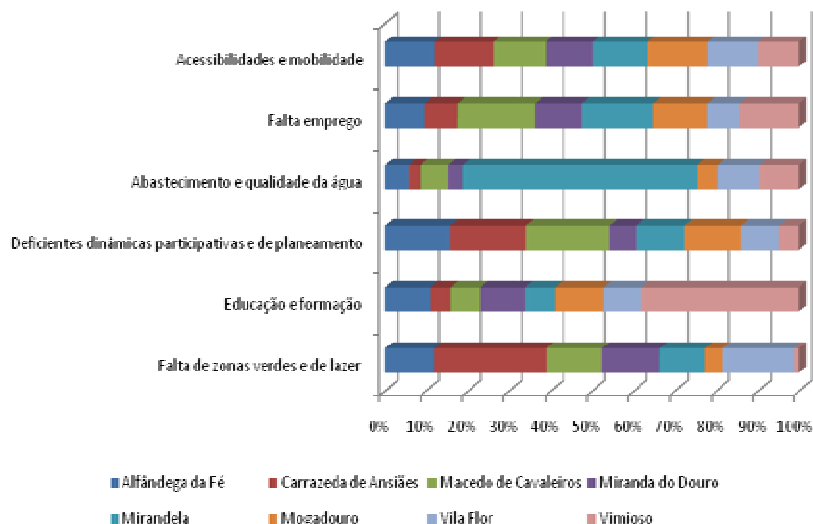
3.2.2 Identificação de Problemas

Claramente destacado surge o problema da acessibilidade e mobilidade, correspondendo ao que se julgava expectável, já que a população nordestina há muito que reclama melhores acessos e uma maior mobilidade, seja em ligação ao exterior, seja entre concelhos e entre sede de concelhos e restantes freguesias.

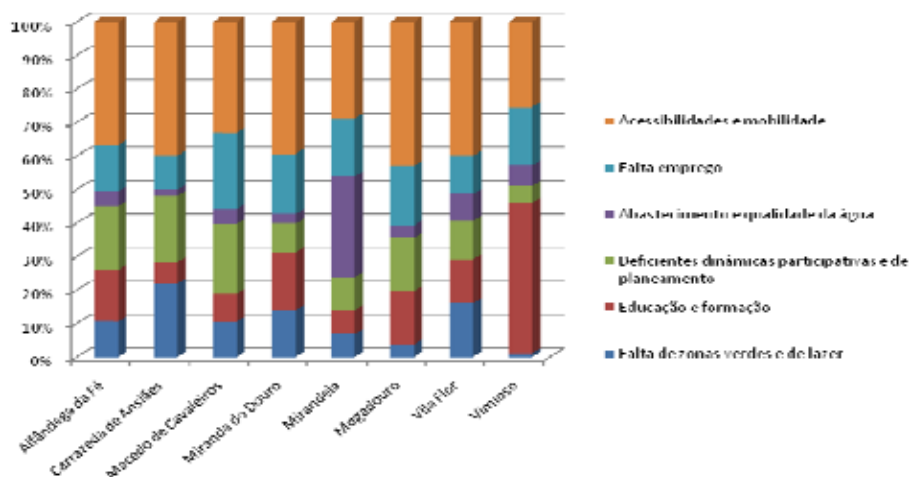
Apesar disto note-se os principais problemas que se seguem: falta de emprego (423 respostas), o abastecimento e qualidade da água (393 respostas), as deficientes dinâmicas participativas e de planeamento (352 respostas), a educação e formação (289 respostas) e, por último, referiram questões relacionadas com a falta de zonas verdes e de lazer. Deste conjunto referenciado como principal centra-se a atenção na resposta *deficientes dinâmicas participativas e de planeamento*, o que evidencia que a população anseia ter um papel mais activo nas decisões e sentem que o actual funcionamento das instâncias democráticas não estão estruturadas para lhes promover e possibilitar a participação. Pela génese dos processos de Agenda 21 Local justifica-se que a sua implementação será um caminho para minorar este problema percepcionado.



IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS PARA OS CONCELHOS PERTENCENTES AO NORDESTE 21

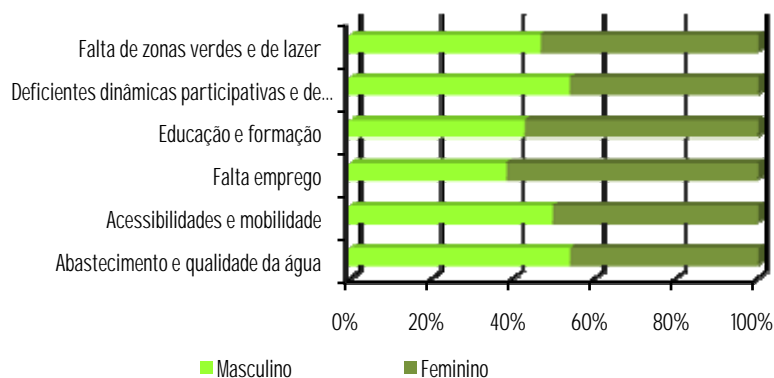


DISTRIBUIÇÃO DOS SEIS PROBLEMAS PRINCIPAIS POR CONCELHOS

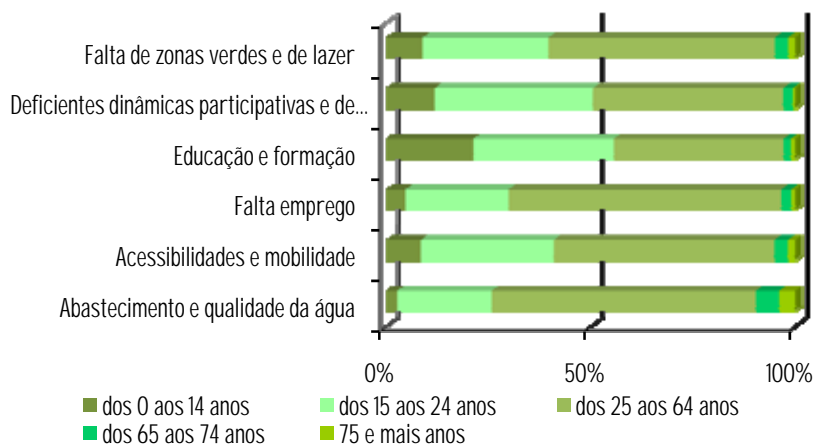


PESO DE CADA CONCELHO NA ESCOLHA DOS SEIS PRINCIPAIS PROBLEMAS

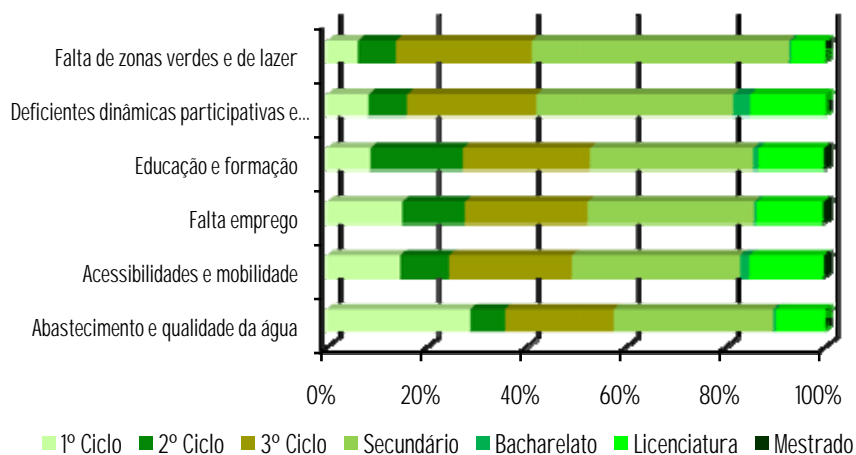
Quanto aos seis problemas principais, nos quais se centrou a análise e correspondem a cerca de 55% das respostas totais, o comportamento não é linear entre concelhos, o que se constata nos cruzamentos efectuados. A acessibilidade e mobilidade apesar de afectar, transversalmente, todo o Nordeste 21, é em Mogadouro e em Carrazeda de Ansiães que tem um peso maior relativamente aos restantes problemas identificados. Vimioso, Macedo de Cavaleiros e Mirandela destacam-se no peso que a falta de emprego assume, já no precário abastecimento e qualidade de água Mirandela é a principal responsável pela referência a esta questão. A educação e formação aglutinam, proporcionalmente, um maior número de respostas em Vimioso, a que não é imune o facto de um considerável número de inquiridos, neste concelho, ter sido preenchido por estudantes, logo seguido por Mogadouro, Alfândega da Fé e Miranda do Douro. Numa região em que a componente natural e o campo são apanágio de todos os concelhos a falta de espaços verdes e de lazer, à primeira vista, poderá surpreender alguns leitores, contudo, há que distinguir entre o que é o verde do campo e o espaço verde de proximidade que afecta, diariamente, a qualidade de vida dos aglomerados urbanos, independentemente da sua dimensão e da sua envolvimento. Assim é em Carrazeda de Ansiães e Vila Flor que este tema adquire maior preponderância. É nos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Carrazeda de Ansiães e Alfândega da Fé que a participação no planeamento é mais apontada.



RELAÇÃO ENTRE O GÉNERO DO INQUIRIDO E OS SEIS PROBLEMAS PRINCIPAIS IDENTIFICADOS



RELAÇÃO ENTRE A CLASSE ETÁRIA DO INQUIRIDO E OS SEIS PROBLEMAS PRINCIPAIS IDENTIFICADOS



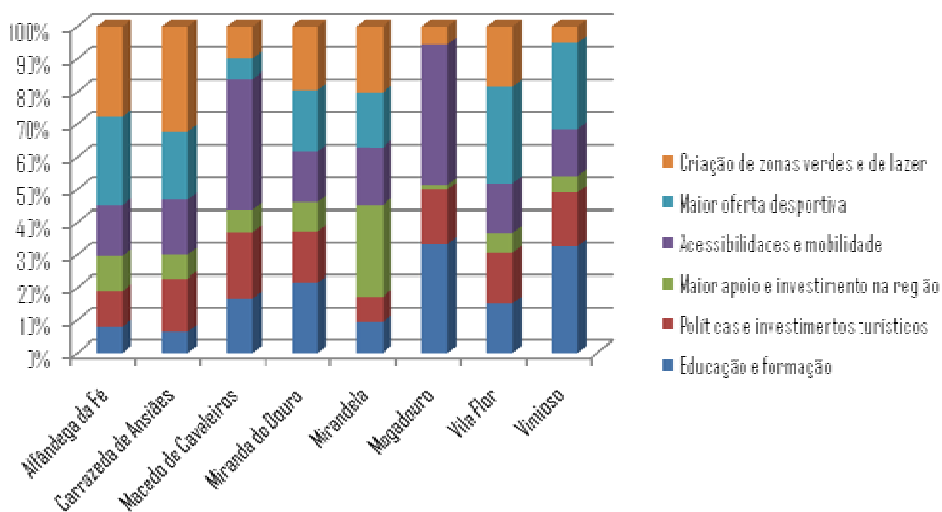
RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO INQUIRIDO E OS SEIS PROBLEMAS PRINCIPAIS IDENTIFICADOS

3.2.3 Identificação de Investimentos

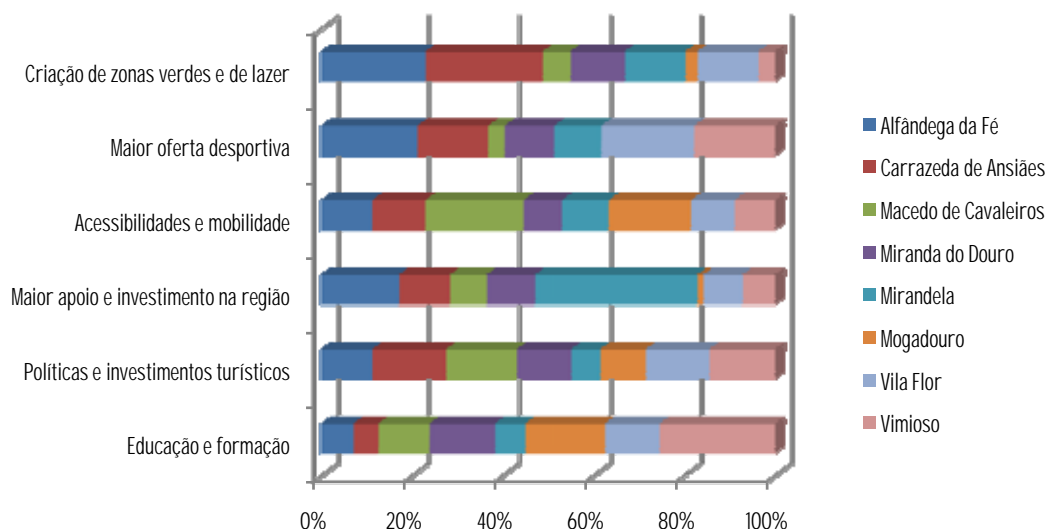
Na identificação dos seis principais investimentos prioritários para os concelhos pertencentes ao Nordeste 21, destacam-se os investimentos relacionados com a criação de zonas verdes e de lazer (559 respostas), investimentos direccionados para uma oferta desportiva (502 respostas), acessibilidades e mobilidade (490 respostas), maior apoio e investimento na região (355 respostas) investimentos nas políticas e investimentos turísticos (340 respostas) e educação e formação (322 respostas).



IDENTIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS



ESCOLHA DOS SEIS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS POR CONCELHO



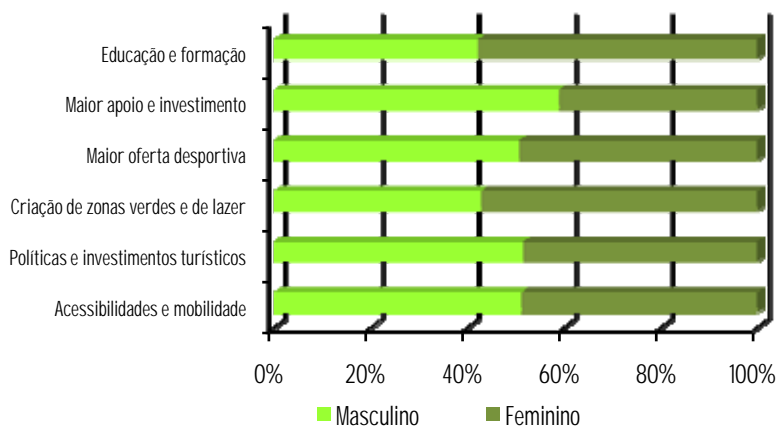
CORRELAÇÃO ENTRE OS CONCELHOS DO N21 E OS SEIS INVESTIMENTOS MAIS IDENTIFICADOS

A não linearidade das respostas, entre concelhos, também se verifica na identificação dos seis principais investimentos prioritários, nos quais se centrou a análise e que correspondem a cerca de 60% das respostas totais. A acessibilidade e mobilidade apesar de ser uma necessidade identificada, em larga medida, por todos os municípios, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros destacam-se.

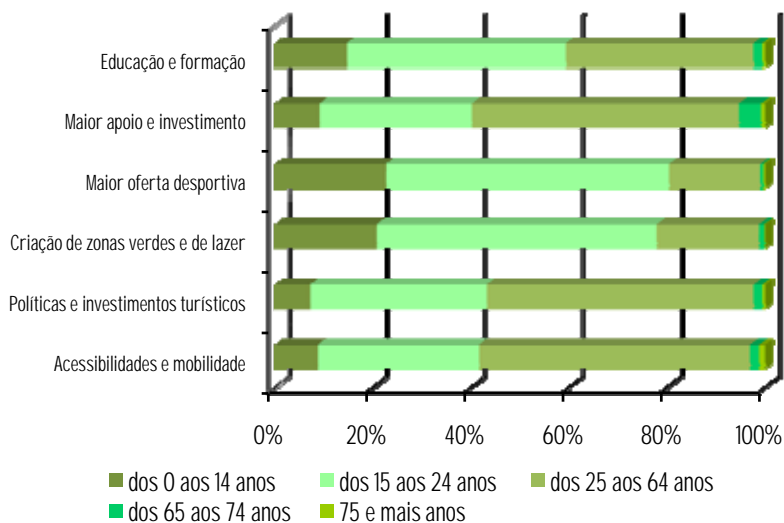
Os habitantes inquiridos de Carrazeda de Ansiães, Vimioso e Macedo de Cavaleiros são os que mais solicitam investimentos no turismo, enquanto Mirandela e Alfândega da Fé desejam um maior apoio e investimento, em geral, na região. Vimioso, Mogadouro e Miranda do Douro querem, até 2015, uma clara aposta na educação e formação. Em consonância com a identificação das problemáticas é também em Carrazeda de Ansiães e Vila Flor que se espera a criação de novas áreas verdes e de lazer, a que se junta Alfândega da Fé. A classe etária mais nova também gostaria de obter uma maior oferta desportiva em Vimioso, Alfândega e Vila Flor, embora, neste último caso, o inquérito tenha sido realizado antes da inauguração das piscinas municipais.

A partir da relação entre os seis investimentos prioritários principais e o género dos inquiridos é possível observar que os homens reclamam maior apoio ao investimento na região, acessibilidades e mobilidade e investimentos turísticos. Para o género feminino os investimentos relacionados com a criação de zonas verdes e de lazer, em acessibilidades e mobilidade e turísticos são os mais prioritários.

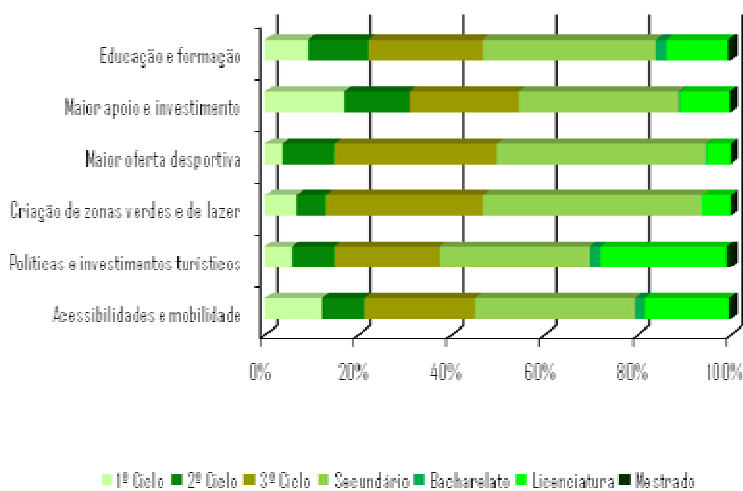
Constata-se que a população entre os 15 e 24 anos tem como escolha prioritária de investimento a criação de zonas verdes e de lazer e a maior oferta desportiva e a faixa etária entre os 25 e os 64 escolhe, prioritariamente, investimentos em acessibilidades e mobilidade e no turismo.



RELAÇÃO ENTRE O GÉNERO DO INQUIRIDO E OS SEIS INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS IDENTIFICADOS



RELAÇÃO ENTRE A CLASSE ETÁRIA DO INQUIRIDO E OS CINCO INVESTIMENTOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS PARA OS CONCELHOS PERTENCENTES AO NORDESTE 21



RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E OS INVESTIMENTOS IDENTIFICADOS

Visões de Futuro Resultantes do Inquérito

*“Gostaria que **Alfândega da Fé**, em 2015, se transformasse num pólo de desenvolvimento a todos os níveis, cultural, social e económico.”*

*“Gostaria que **Carrazeda de Ansiães**, em 2015, fosse uma vila que privilegia a qualidade de vida aliada ao desenvolvimento sócio-económico.”*

*“Gostaria que **Macedo de Cavaleiros**, em 2015, fosse uma cidade jovem, feita por pessoas jovens, com forte aposta no sector tecnológico para criação de empregos com futuro e para o futuro.”*

*“Gostaria que **Miranda do Douro**, em 2015, fosse uma cidade com melhores acessibilidades e que captasse mais turismo rural já que é um concelho rico nos seus usos e costumes.”*

*“Gostaria que **Mirandela**, em 2015, fosse um concelho mais modernizado, com investimentos tecnológicos e mais atractivos, que permitam um aumento demográfico.”*

*“Gostaria que **Mogadouro**, em 2015, fosse uma cidade com condições de vida que promovam a permanência dos jovens e dos quadros técnicos.”*

*“Gostaria que **Vila Flor**, em 2015, fosse mais desenvolvido ao nível do ensino, do turismo, do comércio e da cultura. Um sítio onde seja agradável viver.”*

*Gostaria que **Vimioso**, em 2015, fosse um concelho povoado, um concelho com condições para garantir a permanência das pessoas e capaz de gerar riqueza e emprego para toda a região.”*

3.3 Eixos Estratégicos

A conjugação e análise cuidada dos dados recolhidos e tratados, até esta fase, teve como objectivo primordial identificar os eixos estratégicos para os quais a Agenda 21 Local deve encaminhar as acções futuras.

Tanto o diagnóstico sintético a realizar como a construção do plano de sustentabilidade estarão balizados por estes eixos estratégicos.

Assim os eixos estratégicos resultantes das duas primeiras reuniões dos Fóruns Participativos e dos inquéritos direccionaram-se para as seguintes temáticas:

- Acrescentar Valor aos Produtos Locais;
- Agricultura e Floresta;
- Valores Naturais, Patrimoniais e Culturais da Região;
- Economia, Emprego, Formação e Qualificação;
- Empreendedorismo;
- Energia;
- Gestão de Águas e Resíduos;
- Sociedade do Conhecimento e Novas Tecnologias;
- Turismo Sustentável;
- Acessibilidades e Mobilidade.

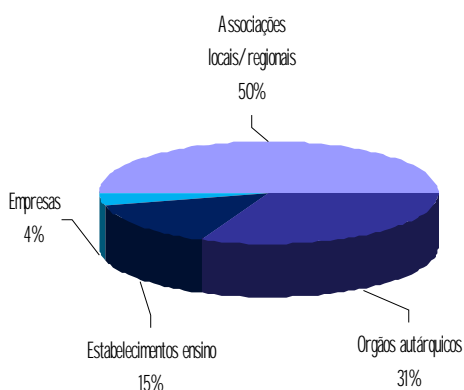
O tema das acessibilidades e mobilidade e os valores naturais, patrimoniais e culturais são vertidos transversalmente nos outros temas, não se direccionando uma análise específica, mas enquadrando os seus impactes tanto nas questões, ambientais, como nas sociais e económicas.

A partir deste ponto a metodologia de construção do plano de acção tem de ser interpretada à luz de uma visão quase purista da participação pública, em que tal como se poderá constatar os projectos e acções constantes deste documento estratégico são fruto das sugestões das várias estruturas participativas, principalmente os seminários participativos abertos a toda a população e alvo de uma forte divulgação e os contributos dos membros dos grupos coordenadores.

3.4 O Grupo Coordenador

ALGUNS DADOS DAS REUNIÕES DOS GC DO N21

Número de Reuniões Intermunicipais: 2
Número de Reuniões Municipais: 28
Alfândega da Fé: 4
Carraceda de Ansiães: 3
Macedo de Cavaleiros: 9
Miranda do Douro: 4
Mirandela: 2
Mogadouro: 2
Vila Flor: 2
Vimioso: 2
Número Total de Participantes: 168



DIFERENTES ENTIDADES QUE CONSTITUEM OS GC DO N21

O Grupo Coordenador (GC) consiste numa equipa de trabalho de carácter deliberativo e executivo e que reúne com o intuito de discutir/decidir os próximos passos do processo do Nordeste 21.

Devido ao carácter regional do projecto N21 foram criadas duas estruturas de GC, o Grupo Coordenador Municipal (GCM) e o Grupo Coordenador Intermunicipal (GCI).

Até ao momento já se concretizaram cerca de trinta reuniões dos GC, destas duas foram reuniões do GCI e as restantes vinte e oito dos GCM, que foram realizadas em todos os municípios do N21, permitindo a todas estas estruturas acompanharem o desenrolar do projecto.

De todas as sessões de trabalho já realizadas no âmbito dos grupos coordenadores foi possível obter um conjunto de ideias para a região que se apresentam segundo os oito temas estratégicos escolhidos para o Nordeste Transmontano. Estas reuniões tiveram dois momentos chave, as primeiras reuniões que consistiram na apresentação do projecto e seus objectivos e debate acerca da forma de envolvimento da população local no projecto, e as segundas reuniões onde houve a distribuição de um questionário temático com a finalidade de dinamizar o grupo coordenador a debater e sugerir propostas de acção para cada um dos eixos estratégicos da Agenda 21 Local, bem como delinear e organizar os seminários de cada concelho. De seguida apresentam-se as propostas e principais conclusões decorrentes do trabalho destes Grupos Coordenadores.



3.4.1 Primeira Fase das Reuniões dos Grupos Coordenadores

Nas reuniões realizadas com os vários GC foi apresentado o projecto Nordeste 21 e os respectivos objectivos, onde se destacou a importância deste enquanto mecanismo de identificação de problemas e de prioridades de investimento para a região, promovendo também o desenvolvimento sustentável dos municípios. A equipa técnica fez a apresentação do cronograma de actividades e explicou que tipos de documentos se iriam produzir durante o processo.

No cômputo geral, os grupos coordenadores nestas reuniões referiram que a divulgação do projecto deveria ser feita junto de alunos e inserido nas actividades escolares, bem como em eventos da região, tais como feiras e festas, sessões públicas de esclarecimentos, utilizando uma linguagem simples e directa. As juntas de freguesia, câmaras municipais, párocos, rádios e jornais locais e o recurso a *mailinglists*, também teriam um papel primordial na divulgação da Agenda 21 junto da população. Nos oito concelhos surgiram outras sugestões tendo em conta o sucesso do projecto, tais como:

- A distribuição dos inquéritos à população deveria ser feita recorrendo às escolas e a eventos da região, nomeadamente feiras e festas;
- A realização de concursos de debate de ideias na rádio, promovendo o esclarecimento de dúvidas sobre a A21L;
- Fazer um levantamento dos principais estudos já realizados sobre a caracterização de alguns concelhos e da região;
- A utilização da agenda cultural das câmaras municipais para produzir textos simples e claros com a descrição e objectivos do projecto e divulgação de actividades relacionadas com a Agenda 21 Local.



3.4.2 Segunda Fase das Reuniões dos Grupos Coordenadores

Estas reuniões foram realizadas com os grupos coordenadores, em cada um dos oito municípios e tiveram como principais objectivos dar a conhecer a metodologia de continuidade a aplicar ao projecto N21, esclarecer que este projecto foi formatado de modo a ultrapassar uma elaboração exaustiva de diagnósticos da Agenda 21 Local avançando para o plano de acção, exceptuando o caso do tema da energia, que até à data ainda não havia qualquer tipo de estudos para a Região do Nordeste Transmontano e que esta equipa técnica aprofundou e trabalhou de forma a haver um diagnóstico nesta área. A equipa técnica pretendeu, de uma forma clara e sucinta, explicar a metodologia de trabalho usada nos seminários, onde no final das apresentações dos oradores haveria lugar a mesas de trabalho com a finalidade de cada grupo construir projectos para a região de uma forma participativa. Foram também apresentados alguns programas passíveis de candidaturas para os municípios, quer ao nível do sector dos transportes (CIVITAS), quer ao nível da energia (SAVE, PPEC), bem como o resultado da reunião do grupo de trabalho de energia, realizada em Macedo de Cavaleiros, onde ficou decidido avançar com o projecto da criação da Agência de Energia para o Nordeste, mediante a aprovação dos presidentes das câmaras da região.

Os resultados e conclusões destas reuniões foram muito positivos tendo ficado acordado que os diversos grupos coordenadores iriam convidar outros membros representativos das suas comunidades, nomeadamente vereadores da oposição política, responsáveis pelo PDM, juntas de freguesia, assembleias municipais e outras instituições relevantes nos concelhos, para integrar os grupos de trabalho, e iriam também trabalhar em grupo todos os questionários temáticos fornecidos pela equipa técnica. Para além do que foi acordado anteriormente pelos grupos coordenadores, os municípios fizeram sugestões e propuseram algumas acções adicionais, nomeadamente:

- Antes da realização de cada seminário temático organizar-se-ia uma reunião de trabalho para debaterem os temas estratégicos para o concelho, para que os concelhos possam melhor transmitir as suas principais necessidades durante as mesas participativas que irão decorrer nos seminários;
- Os folhetos distribuídos no início do projecto tinham uma linguagem muito técnica, assim crêem que muitas das pessoas que os leram continuam sem entender exactamente o que é a Agenda 21. Por isso, consideram necessário que sejam feitas campanhas de sensibilização e informação em linguagem mais clara e acessível, para que a população possa entender a importância e permanência da A21L;



- Elogiaram a forma de organização dos fóruns participativos, considerando que deveriam realizar-se em maior número, como forma de dinamismo da participação, sugerindo que a equipa técnica poderia formar os grupos coordenadores, orientando-os para a organização dos fóruns;
- Salientaram que acreditam na Agenda 21 Local por ter a componente participativa, uma vez que um dos grandes problemas da governança tem a ver com a falta de participação. Falaram ainda sobre o projecto de banda larga da Terra Quente, das Cidades Inteligentes, e da empresa de Resíduos como caso de sucesso ao nível regional;
- Destacaram a necessidade de nos seminários se sensibilizar as instituições a fazerem parte dos grupos coordenadores e, simultaneamente, criar uma plataforma de comunicação, de forma às pessoas que não participaram nas reuniões de trabalho dos vários grupos coordenadores poderem receber a informação produzida.

3.4.3 Reunião do Grupo de Trabalho de Energia

Paralelamente foi organizada uma reunião do Grupo de Trabalho de Energia. Este grupo foi formado no seminário de Energia, Ecoeficiência e Desenvolvimento Local, realizado em Mirandela, onde todos os participantes foram convidados a integrá-lo.

Como principais propostas de projectos, foi consensual a escolha da Agência de Energia do Nordeste que deveria ser constituída através da Resíduos do Nordeste, EIM, à qual estão agregados os vários municípios da região. Através da Agência seria mais fácil a realização de todos os outros projectos, nomeadamente a Eco-aldeia, aldeia energeticamente autónoma em que todas as formas de energia são aproveitadas e a utilização de biocombustíveis, projecto que poderia ser uma alternativa para a agricultura da região.

Como forma de avançar com o projecto da Agência de Energia, o grupo concluiu que seria melhor fazer uma carta de intenções para os Presidentes das Câmaras, explicando o objectivo da Agência, e assim avaliar a melhor forma de implementar o projecto.



3.4.4 Reuniões de Trabalho dos Grupos Coordenadores

Estes grupos realizaram diversas reuniões temáticas, subordinadas aos temas dos seminários, e funcionaram como um veículo de informação da Agenda 21 Local, e aquisição de sugestões para a implementação de acções e projectos. As principais dificuldades, bem como as principais acções e projectos trabalhados pelos diversos GC encontram-se subdivididos pelos vários temas estratégicos da Agenda 21 Local, a saber:

SOCIEDADE DE CONHECIMENTO E NOVAS TECNOLOGIAS

Acções/Projectos

Promover a divulgação e uso de novas tecnologias através de campanhas de sensibilização da população para temática em causa e realização de acções de formação, quer nos centros rurais quer nos urbanos;

Implementar a teleconferência para a terceira idade e a tele-escola, promovendo acções de formação;

Apoiar a aquisição de equipamento informático, através de programas locais, nacionais ou internacionais e apoiar a formação para jovens e/ou adultos para a utilização dos computadores e das tecnologias de informação e comunicação;

Produzir conteúdos adaptados às necessidades dos habitantes do Mundo Rural com informações de interesse para agricultores, produtores e prestadores de serviços. Talvez, a parte mais importante destas acções seja a produção de conteúdos que evitem necessidade de deslocação a centros de decisão: Segurança Social, Licenciamentos, Cartórios, Câmaras Municipais, etc;

Criar uma rede de mini-lojas do cidadão nalguns núcleos populacionais (seleccionar freguesias). Disponibilizar uma unidade móvel devidamente equipada para prestar apoio às populações que não tenham mini-lojas do cidadão. A unidade móvel cumprirá um calendário previamente estipulado de modo a servir várias localidades;

Equipar alguns edifícios com importância patrimonial com sistema de vídeo-vigilância, como, por exemplo, museus, igrejas, etc;

Criar zonas de acesso livre a Internet nos edifícios de acesso público, tais como, bares, restaurantes, bibliotecas, postos de turismo, etc.



ECOEFICIÊNCIA, ENERGIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Principais Dificuldades

Falta de conhecimento e de utilização, pela comunidade em geral, de medidas de uso racional de energia;

Falta de conhecimento técnico pelos agentes que trabalham no sector energético, bem como dos mandatários das obras públicas e fornecedores privados de equipamentos, de tecnologias eficientes do ponto de vista energético, sobretudo na área da iluminação e aquecimento e na área de equipamentos que utilizam fontes de energia alternativas;

Falta de opções sustentáveis na área da mobilidade, com ausência do caminho-de-ferro e com transportes públicos apenas com ligação às cidades, deixando de fora as aldeias da região. Necessidade de reformular o ordenamento das cidades e vilas, de modo que desmotive a utilização do automóvel privado para todas as pequenas deslocações do dia-a-dia.

Acções/Projectos

Formação de uma entidade (eventualmente uma agência de energia) que preste apoio técnico especializado e aconselhamento para aquisição dos melhores equipamentos e tecnologias capazes de proporcionar eficiência e poupanças energéticas, quer no sector privado, quer no sector público, e com a competência para incentivar e prestar aconselhamento técnico na escolha de equipamentos com fontes de energia alternativas. Outra competência pertinente dessa entidade seria a de levar a cabo a elaboração de candidaturas supramunicipais no sector energético;

Apostar numa visão integrada dos recursos endógenos, aumentando o nível de autonomia energética do território, aproveitando os recursos locais e implementando sistemas descentralizados de produção de energia para consumo local, valorizando os recursos da biomassa e da energia solar;

Implementar o projecto Eco-aldeia, onde a aldeia seria energeticamente autónoma, aproveitando todas as formas de energia disponíveis;

Criar um plano de formação especializada para os agentes do sector energético com vista à eficiência energética e à utilização de equipamentos com recuso às energias alternativas;

Organizar formações para os decisores e técnicos envolvidos no ordenamento das cidades e vilas, de modo a sensibilizar e promover mecanismos conducentes à mobilidade sustentável, estimulando o pedestrianismo e restringindo o uso automóvel para pequenas distâncias.



AGRICULTURA, FLORESTA E DESPOVOAMENTO DA REGIÃO

Principais Dificuldades

Falta de capacidade associativa;

Incapacidade de acrescentar valor ao produto;

Deficiências no domínio dos mercados e, conseqüentemente, no escoamento dos produtos;

Escassa sensibilização nos restaurantes e nas lojas para apostarem fortemente nos produtos locais, por exemplo, vinho, azeite, hortícolas;

Falta de estratégias e mecanismos de confiança relativamente aos produtos locais, provenientes directamente dos agricultores, principalmente da pequena produção.

Acções/Projectos

Apostar no associativismo e na formação como medidas capazes de ganhar competitividade, garantir escoamento e acréscimo de escala;

Reconversão das "culturas tradicionais" e modernização tecnológica das explorações, nomeadamente ao nível dos principais produtos locais: vinho, azeitona, castanha, amêndoa, etc;

Promover serviços de aconselhamento agrícola através da promoção de acções de formação e diminuição dos processos burocráticos;

Incremento da agricultura, baseada em técnicas direccionadas para a protecção integrada procurando caminhar para a agricultura biológica, assumindo como essencial a criação de um sistema agrícola de produção de alimentos e de outros produtos de alta qualidade;

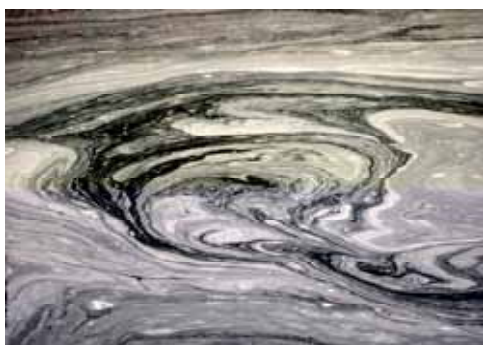
Promoção do desenvolvimento rural que deverá assentar numa abordagem horizontal, com forte participação dos actores locais, tendo como eixo de integração as suas especificidades e visando diversificar as actividades do meio rural;

Estabelecer parcerias com universidades no campo da investigação, que visem responder a problemas reais e construir inovações para o desenvolvimento do sector agrícola, nomeadamente a preservação do património genético das diversas espécies cultivadas na região, bem como a luta contra as pragas mais comuns;

Diversificar estratégias de venda, por exemplo constituição de uma rede de lojas rurais estrategicamente localizadas;

Aproveitar janelas de oportunidades das culturas bioenergéticas, caso se adaptem os solos;

Impôr, em alguns casos, o ordenamento da floresta, noutras uma florestação correcta e ordenada, nomeadamente nas grandes áreas que têm ardido nos últimos anos.



GESTÃO DE RESÍDUOS E ÁGUA

Principais Dificuldades

Falta de qualidade da água no fornecimento em baixa, associada a problemas bacteriológicos que se manifestam no Verão, entre outros;

Falta de aproveitamento das águas da chuva para usos menores;

Falta de legislação e fiscalização para a deposição ilegal de entulho;

Desconhecimento do modo de funcionamento das centrais de biomassa aprovadas para a região, nomeadamente quanto à proveniência da biomassa e ao nível da existência de contrapartidas para a região.

Acções/Projectos

Solucionar os problemas de efluentes agrícolas e a falta de tratamento destes, como por exemplo, os efluentes vínicos e das vacarias;

Promover o abastecimento de água sustentado realizando uma avaliação das perdas de água;

Reduzir a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro através da redução da recolha indiferenciada de resíduos putrescível, promovendo, simultaneamente, a compostagem doméstica e aproveitamento do produto em meio agrícola;

Criar pontos de água para apoio à agricultura e combate aos incêndios;

Desenvolver um sistema de rega dos jardins e espaços públicos com água não tratada e divulgação da estratégia adoptada para sensibilizar a comunidade;

Reordenar os jardins, de modo a que estes reduzam as necessidades de água, sobretudo à custa da diminuição dos espaços relvados e aposta nas plantas autóctones, mais adaptadas a períodos de secas longos;

Implementar um tarifário adequado para a água, de modo a que através do aumento dos tarifários, se racionalize o consumo;

Implementar projectos de educação ambiental centrados nos rios e ribeiras, com uma aposta forte na dinamização e participação das comunidades e organizações locais;

Desenvolver um projecto regional de reabilitação e valorização de ribeiras e rios. Cada município indicaria as situações que considere mais preocupantes;

Aplicar soluções de mitigação do impacte associado aos efluentes dos lagares de azeite e reforço da monitorização da qualidade da água nos rios e ribeiras da região.



DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL

Principais Dificuldades

Falta de iniciativa e empreendedorismo privado no sector industrial;

Falta de técnicos especializados e de mão-de-obra qualificada;

Perda de uma parte significativa da população jovem e activa para o litoral e estrangeiro;

Carências e atrasos diversos, nomeadamente: em infra-estruturas económicas e sociais; na diversificação das actividades e criação de empregos; na qualificação profissional; e na capacidade de intervenção das organizações e dos agentes locais e regionais.

Acções/Projectos

Estimular a fixação e criação de pequenas e médias empresas na região;

Promover a divulgação de informação relativa às oportunidades de financiamento, entre elas, o microcrédito;

Promover a criação de centros de formação supra municipais especializados em áreas específicas e consideradas prioritárias que possam apoiar e fomentar a criação de empresas. Garantir sinergias com as instituições de ensino superior regionais;

Fomentar um projecto supra municipal que possa constituir um berçário de empresa, que integre componentes de gestão; gestão de recursos humanos; técnicas de produção; mercados; técnicas de venda, que possam garantir a profissionalização dos agentes envolvidos e a capacidade de competitividade às empresas então formadas. E que, simultaneamente, possa fornecer apoio às empresas que já operam no mercado.



EMPREENDEDORISMO

Acções/Projectos

Fomentar o associativismo e valorização do potencial endógeno através da criação de associações empresariais, e promoção e incentivo de produtos regionais;

Criação de um “gabinete de apoio ao empreendedor ” por autarquia que, eventualmente, pode ser constituído por técnicos da autarquia, após formação especializada, que dê apoio ao nível da informação, na procura do melhor negócio e financiamento e que monitorize o número de empresas que nascem /morrem e as suas respectivas áreas;

Criação, em cada sede de concelho, de um “ninho de empresas”, que acompanhe todo o processo, desde o início da formação das empresas, complementada por formação especificada em determinadas áreas para o empreendedor, estabelecimento de parcerias, etc;

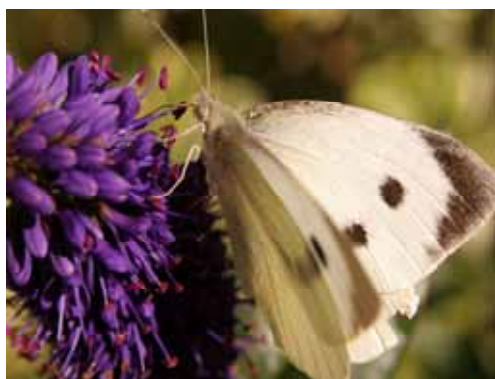
Elaborar uma base de dados relativa aos emigrantes/imigrantes de cada concelho, com vista à recolha de dados, tais como: área de trabalho, de modo a procurar negócios de intercâmbio entre estes, e a sua origem. O seu potencial papel tem sido descurado;

Fomentar a descentralização de entidades de apoio nestas matérias, como por exemplo, a SPA e a Sociedade de Pequenas e Médias Empresas, com vista a poderem apoiar, orientar e formar técnicos especializados da autarquia, que possam dar apoio directo no terreno às pessoas;

Internacionalizar a Região como opção associada ao reforço da sua capacidade competitiva, nas vertentes de captação de investimento directo estrangeiro, atracção de investigadores estrangeiros para reforçar um conjunto de centros de excelência em termos de conhecimentos e competências que permitam integrar a Região num local único ao nível da dinamização da economia local;

Fomentar a formação profissional à procura de mercado, incentivando o ensino profissional, como via de acesso ao mercado de trabalho com fixação de jovens na região e a formação contínua do sector empresarial e respectivos gestores;

Criar instrumentos e mecanismos financeiros complementares ou alternativos aos oferecidos pela banca às micro, pequenas e médias empresas, a fim de permitir encontrar e otimizar engenharias financeiras ajustáveis ao financiamento de projectos inovadores.



TURISMO SUSTENTÁVEL

Principais Dificuldades

Dificuldade na criação de redes de modo que o turismo possa beneficiar directamente os sectores da agricultura, do artesanato e reverter directamente para os seus agentes;

A aposta dos agentes do sector em “fazer mais do mesmo”, sem qualidade, sem diferenciação e sem interligação com outros sectores locais (é frequente a oferta gastronómica passar pelo banal bife com batatas fritas e arroz, esquecendo-se a qualidade dos produtos locais e as ricas e apetitosas refeições típicas);

Ausência de uma estratégia regional de turismo, ocorrendo por vezes os mesmos eventos em diferentes localidades, nas mesmas datas, como por exemplo, as feiras do foliar;

Necessidade de fomentar o “merchandising” em torno de alguns valores naturais, culturais e etnográficas regionais, de modo a criar algum retorno financeiro capaz de contribuir para a sua dinamização e preservação.

Acções/Projectos

Implementar um modelo turístico para a Região do Nordeste Transmontano, com acções turísticas de carácter inovador, utilizando por exemplo rotas pré-definidas, de carácter demonstrativo do que de melhor há na região, ao nível da gastronomia, percursos pedestres e animação;

Melhorar a gestão de marketing, por exemplo, criando uma imagem de marca;

Concertar com os outros concelhos da região uma estratégia regional de turismo;

Reforçar junto dos operadores turísticos a importância deste sector para o desenvolvimento regional. Incentivar a necessidade da profissionalização, da qualificação dos operadores deste sector através de uma formação cuidada e actualizada;

Aposta na excelência e na diferenciação da oferta;

Incentivar a necessidade de criação de sinergias de trabalho em rede entre os sectores do turismo, da agricultura, do artesanato, do desporto de aventura. Uma oferta concertada e cuidada dos produtos regionais ao nível da gastronomia, por exemplo, confecção de refeições tradicionais com casulas, fumeiro, castanha, cogumelos, ervas aromáticas, compotas, frutos silvestres, caça, etc., é um elemento fortemente diferenciador), do artesanato, do património material e imaterial garante uma atractiva diferenciação relativamente a outras regiões do



ACRESCENTAR VALOR AOS PRODUTOS LOCAIS

Acções/Projectos

Apostar no marketing e na certificação dos produtos locais, criando uma imagem de marca e uma empresa para promoção dos produtos locais;

Potenciar as fileiras estratégicas da região, identificando os principais produtos de menção de qualidade, incluindo agricultura biológica, criando circuitos próprios de canalização desses produtos através de uma cadeia de lojas;

Melhorar o escoamento dos produtos locais, através da transmissão de informação para os mais jovens acerca do saber-fazer tradicional;

Criar uma estrutura física com recursos humanos que apoiem o produtor na valorização dos produtos locais, através de slogans, embalagens atractivas, campanhas de marketing, etc;

Criar **uma marca chapéu do Nordeste Transmontano** que permita uma rápida identificação do consumidor, associando-a a uma imagem de qualidade e de autenticidade;

Fomentar um processo/estratégia para que os pequenos produtores possam vender legalmente os seus produtos, por norma em pequenas quantidades. Permitir que mesmo os produtores de pequenas quantidades possam ver o produto final certificado, de modo a colocarem-no no mercado com maior valor acrescentado;

Organizar visitas a empresas que possam constituir um bom exemplo em termos de certificação, acréscimo de valor e certificação de produto final, mesmo que seja em pequenas quantidades, e dessa forma inspirar os nossos produtores regionais.

3.5 Rede de Parceiros Locais

ALGUNS DADOS DA REDE DE PARCEIROS LOCAIS DO N21

Número de inscritos na Rede de Parceiros Locais do N21: 61

Número de Inscritos por Município:

Alfândega da Fé: 3

Carrazeda de Ansiães: 3

Macedo de Cavaleiros: 3

Miranda do Douro: 4

Mirandela: 30

Mogadouro: 11

Vila Flor: 3

Vimioso: 4

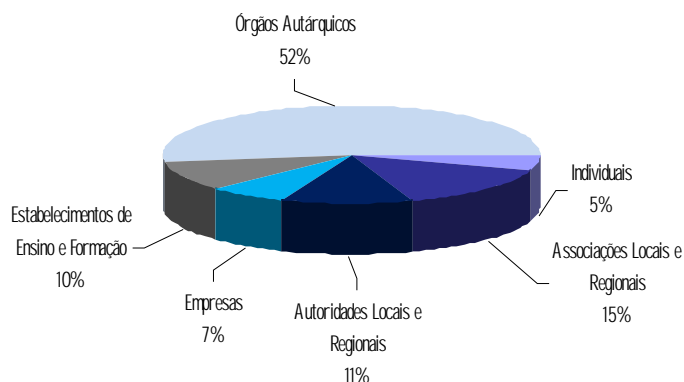
A Rede de Parceiros Locais do N21 foi concebida como um processo facilitador e promotor da participação pública, quer das instituições locais, quer dos cidadãos, estreitando os laços entre as instituições, a equipa técnica e o promotor do processo.

A adesão à Rede de Parceiros Locais é um processo informal, gratuito e voluntário. Todas as instituições e pessoas aderentes assumem os compromissos de:

- Colaborar na divulgação da informação relativa ao N21, através dos meios à sua disposição (divulgação de eventos e reuniões e distribuição de questionários e folhetos);
- Ler os relatórios e documentos produzidos e divulgá-los;
- Envolver as pessoas e instituições, ao nível local, na discussão dos documentos produzidos;
- Transmitir à equipa técnica as conclusões e outros comentários que considerem pertinentes;
- Participar nos Fóruns Participativos N21 e em todas as reuniões que se venham a efectuar sobre o processo.

Em contrapartida todos os parceiros locais passam a constar de uma base de dados da equipa técnica pelo que é garantido que são directamente convidados para todos os eventos relacionados com a A21L, recebem todos os documentos produzidos por via electrónica e/ou postal e podem participar privilegiadamente na tomada de determinadas decisões.

Uma breve análise dos parceiros locais permite-nos concluir que a maioria pertencem a órgãos autárquicos e cerca de 3% são parceiros em nome individual.



CLASSIFICAÇÃO DOS VÁRIOS PARCEIROS LOCAIS DO N21

3.6 Os Seminários Participativos do Nordeste 21

ALGUNS DADOS DAS REUNIÕES DOS SEMINÁRIOS DO N21

Número de Seminários Realizados: 8

Número de Participantes nos Seminários Temáticos: 837

Número de Participantes nas Mesas Temáticas: 212

Número de Projectos Sugeridos pelos Participantes: 113

Número de Acções Sugeridas pelos Participantes: 200

TEMAS DOS SEMINÁRIOS DO N21

Alfândega da Fé: Dinamização da Economia Local: Potenciar a Criação de Emprego Formando e Qualificando.

Carraceda de Ansiães: Estratégia Integrada de Turismo Sustentável no Nordeste.

Macedo de Cavaleiros: Estratégia da Gestão de Água e Resíduos.

Miranda do Douro: Empreendedorismo como Forma de Potenciar os Recursos Naturais, Culturais e Humanos da Região.

Mirandela: Energia, Ecoeficiência e Desenvolvimento Local.

Mogadouro: O Futuro da Agricultura, Floresta e o Despovoamento da Região.

Vila Flor: Acrescentar Valor aos Produtos Locais: Como Inovar e Aceder a Mercados mais Vastos?

Vimioso: Sociedade do Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: "As Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida."

Os diagnósticos elaborados pela equipa técnica do projecto foram apresentados durante oito seminários temáticos realizados no âmbito do Ciclo de Seminários da Agenda 21 Local do Nordeste, entre Março e Julho de 2007, permitindo identificar o estado da região. Nestes seminários foram abordados os oito eixos eleitos como estratégicos para o desenvolvimento sustentável da região.

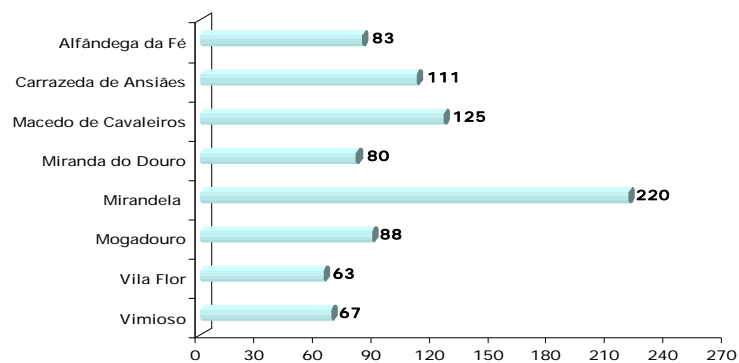
Cada um destes seminários foi trabalhado num dos municípios do Nordeste 21, tendo sido no entanto seminários de âmbito regional.

O objectivo destes seminários foi, para além da apresentação dos diagnósticos da região, dar a conhecer alguns dos apoios facultados na área, assim como alguns casos de sucesso trabalhados e que se pudessem transpor para a região do nordeste, suportados a partir de processos participativos, nomeadamente mesas de trabalho temáticas e propostas individuais de projectos sugeridas e elaborados nestes eventos, que serão usados para a elaboração do plano de acção.

Foram convidados a comparecer todos os cidadãos interessados (através de divulgação na página na *Internet*, em órgãos de comunicação social, convites electrónicos e por carta postal e ainda através da afixação de cartazes em locais estratégicos).

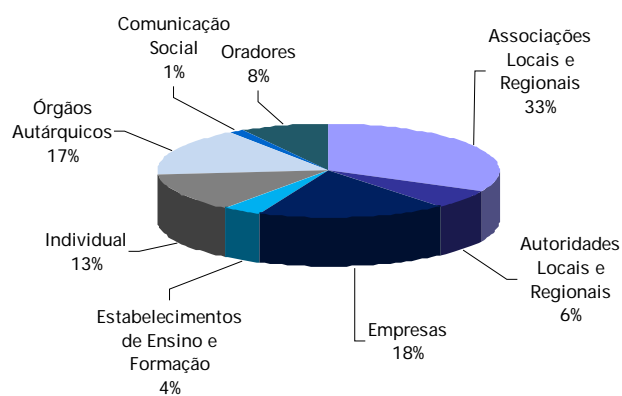
Para o total de oito seminários estiveram presentes 837 indivíduos dos quais 212 participaram nos trabalhos participativos, organizados em mesas temáticas ou apresentação de ideias. Foi possível contar com um total de 66 oradores convidados. No total de seminários resultaram 113 projectos para a região e que podem ser desenvolvidos com 200 acções identificadas.

Os seminários versaram sobre os temas escolhidos como estratégicos para o desenvolvimento da região, resultantes dos processos participativos do 1º e 2º fóruns.

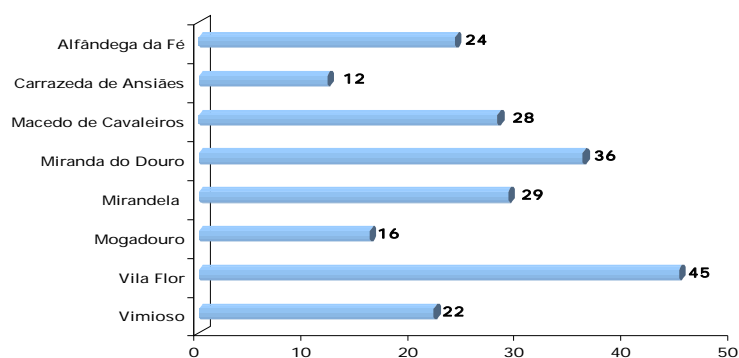


Número de Participantes nos Seminários

NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES DO N21

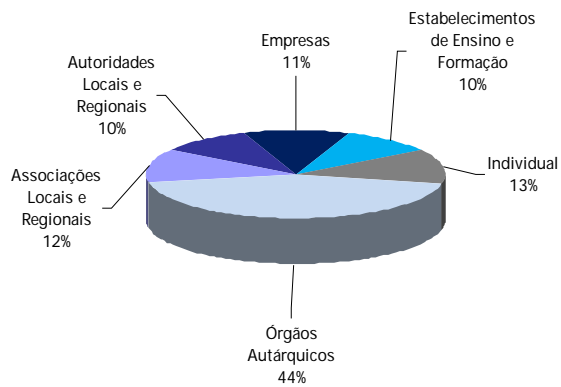


PERCENTAGEM DE ENTIDADES PRESENTES NOS SEMINÁRIOS

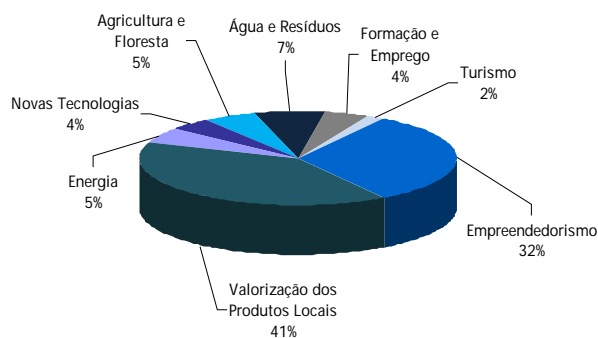


Número de Participantes nas Mesas de Trabalho

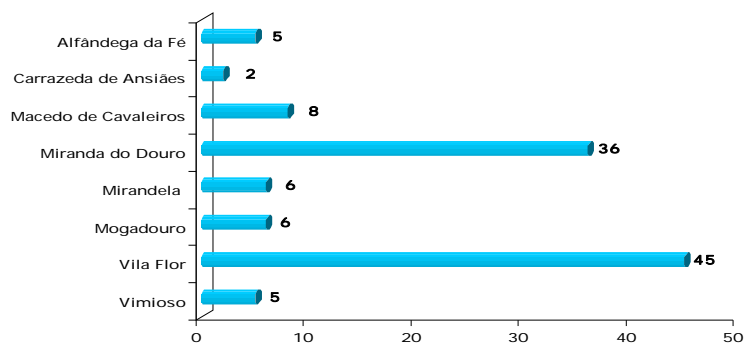
NÚMERO DE PARTICIPANTES NAS MESSAS DE TRABALHO



ENTIDADES REPRESENTADAS NOS SEMINÁRIOS DO NORDESTE 21



PROJECTOS TEMÁTICOS RESULTANTES DOS SEMINÁRIOS DO NORDESTE 21



Número de Projectos Sugeridos pelos Participantes

NÚMERO DE ACÇÕES SUGERIDAS NOS SEMINÁRIOS DO NORDESTE 21



4. Ciclo de Seminários

“O segredo de progredir é começar. O segredo de começar é dividir as tarefas árduas e complicadas em tarefas pequenas e fáceis de executar, e depois começar pela primeira.”

Mark Twain



Mirandela

Seminário – Energia, Ecoeficiência e Desenvolvimento Local

Realizado no dia 14 de Março no Auditório da Câmara Municipal de Mirandela

Este seminário aberto a toda a população, em especial à Transmontana, assume que o debate sobre energia e ecoeficiência energética é fundamental e de grande importância para o desenvolvimento sustentável da região. Foi dada a conhecer a actual situação relativa aos consumos de electricidade e combustíveis da região.

No decorrer do evento os participantes tiveram acesso a demonstrações e mostras de equipamentos eco-energéticos, nomeadamente o Toyota Prius (carro híbrido eléctrico), a SEGWAY (a nova geração de mobilidade individual), placas fotovoltaicas da empresa SENSO, tecnologias ecoeficientes e de energias renováveis da empresa INNOVACTIVITY, Lda., entre outros, e puderam realizar simulações da viabilidade da aplicação de energia solar térmica e biomassa em edifícios.



Seminário de Mirandela:

Energia, Ecoeficiência e Desenvolvimento Local

Orador: Helena Ferreira

Actividade: Coordenadora do Projecto Nordeste 21

Entidade: Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica

Tema da Apresentação:

“Diagnóstico de Energia do Nordeste”

Breve Citação do Orador:

“Estas novas políticas energéticas, além de induzirem impactes ambientais e sociais positivos, revelam-se como excelentes oportunidades económicas e numa nova forma do Nordeste 21 promover o seu desenvolvimento sustentável.”

Consideramos a energia como um eixo estratégico fundamental na implementação da Agenda 21 Local do Nordeste Transmontano porque a nível político se dão os primeiros passos na implementação da Estratégia Energética para Portugal e, por outro lado, vai ao encontro dos pilares que sustentam a A21L: social, ambiente e economia. Neste processo participativo, multisectorial e transversal a diversas áreas, a energia ao nível económico permite gerar riqueza e diminuir os custos inerentes à produção e consumo energético, ao nível ambiental através do incremento do uso das energias renováveis, aproveitamento dos recursos endógenos e aumento da eficiência energética diminui as emissões de CO₂ eq., reduzindo o contributo para o aquecimento global (73% das emissões de GEE, em Portugal devem-se ao sector da energia), e por último ao nível social actua criando postos de trabalhos, alterando hábitos de consumo e implementando políticas de racionalização e sensibilização energética (principalmente junto das camadas mais jovens), fazendo uma alteração dos padrões comportamentais no sentido de motivar um comportamento energeticamente mais eficiente e refrear a indole excessivamente consumista. Ainda neste ponto não nos podemos esquecer que serão (ou já são!) os estratos mais frágeis e debilitados da sociedade os mais afectados pelas alterações climáticas associadas ao aquecimento global.

Tendo sido feita uma avaliação do cenário energético da região, verifica-se que desde 1994 a 2004 o consumo energético final aumentou cerca de 30 a 40%, dependendo do município em causa. Se nos focarmos unicamente no consumo de energia eléctrica regista-se um aumento considerável, na ordem dos 104%. Mediante a avaliação do consumo por fonte de energia, constata-se que é a electricidade a que tem maior peso (se não incluirmos as lenhas), sendo a segunda forma mais consumida o gásóleo. Os maiores consumos não estão associados, como seria de esperar, aos transportes, mas sim aos sectores doméstico e de serviços, indexando-se mais de 50% do consumo energético total aos edifícios (sendo a principal causa o aquecimento). Perante este diagnóstico, existe um nicho alargado de actuação nesta área, podendo-se implementar outras tecnologias ambientalmente mais correctas e economicamente mais sustentáveis ao nível dos edifícios. Relativamente aos consumos de electricidade destas autarquias, também se verificaram aumentos consideráveis ao longo dos últimos anos nos gastos com iluminação interna dos edifícios e com a iluminação pública. Assim, é premente que quando estas entidades estejam a trabalhar nesta área, planeiem a forma eficiente de iluminação e aquecimento de edifícios, bem como da iluminação pública.

Em suma, a região deverá apostar nas energias renováveis e numa política energética mais eficiente, conciliando-se com a própria Estratégia Comunitária e Europeia que impõe como meta o aumento da capacidade das energias renováveis até 2010, bem como a necessidade do cumprimento do Protocolo de Quioto. Estas novas políticas energéticas, além de induzirem impactes ambientais e sociais positivos, revelam-se como excelentes oportunidades económicas e numa nova forma do Nordeste 21 promover o seu desenvolvimento sustentável.



Seminário de Mirandela:

Energia, Ecoeficiência e Desenvolvimento Local

Orador: Luísa Silvério

Actividade: Técnica Superior da DGGE

Entidade: Direcção-Geral Geologia e Energia

Tema da Apresentação:

"Estratégia Nacional para a Energia"

Breve Citação do Orador:

"A energia é uma aposta clara de Portugal, desempenhando um papel chave no crescimento sustentado da economia portuguesa e da sua competitividade. A política energética deve articular-se de modo estreito com a política ambiental, integrando a estratégia de desenvolvimento sustentável, em que a Agenda 21 Local desempenha um papel importante. "

A Estratégia Nacional para a Energia tem como prioridades a criação de mercados competitivos e seguros, a promoção da sustentabilidade ambiental e ainda a redução da dependência energética externa (apenas 15% da energia primária é endógena) bem como melhorar o uso racional de energia. Assenta em três eixos prioritários, um primeiro que visa garantir a segurança do abastecimento de energia, o segundo estimular a competitividade e por fim garantir a sustentabilidade ambiental de todo o processo energético. Para garantir a segurança do abastecimento, há que reduzir a dependência externa por duas vias, diversificando as fontes de energia primária, apostando nas energias renováveis e promovendo a redução da procura de energia, através de medidas que melhorem a nossa eficiência energética e a sensibilização do público. Para o segundo grande eixo, têm vindo a ser desenvolvidas várias medidas, nomeadamente nos mercados do gás e da electricidade e no âmbito das energias renováveis. Por último, para o terceiro grande eixo prioritário e para que se consiga garantir a sustentabilidade ambiental dos processos energéticos, a aposta vai para a redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

Ao nível das energias renováveis foi lançada uma nova meta para a produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável que passa dos 39% iniciais para 45% do consumo em 2010, com uma aposta forte na energia eólica, na valorização da biomassa florestal e biocombustíveis. Já no campo da energia hídrica, vão ser antecipados os investimentos de reforço de potência em infra-estruturas existentes. Uma medida que se segue, entre outras, é o redimensionamento do programa Água Quente Solar para Portugal (AQSpP), com meta de 1 milhão de metros quadrados de painéis solares até 2012, cuja instalação passa a ser obrigatória nos novos edifícios, com o novo sistema de Certificação de Edifícios. Ao nível do ambiente e da fiscalidade há também medidas muito importantes, nomeadamente o PNAC (Plano Nacional para as Alterações Climáticas) 2006 que prevê um potencial de redução de emissões de GEE e que também visa garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no âmbito do Protocolo de Quioto.

Em suma, a energia é uma aposta clara de Portugal e do Governo, desempenhando um papel chave no crescimento sustentado da economia portuguesa e da sua competitividade. A política energética deve articular-se de modo estreito com a política ambiental, integrando a estratégia de desenvolvimento sustentável, em que a Agenda 21 Local desempenha um papel importante. As Energias Renováveis e a Eficiência Energética, são um motor de desenvolvimento económico, social e tecnológico, criação de emprego e desenvolvimento regional.



Seminário de Mirandela:

Energia, Ecoeficiência e Desenvolvimento Local

Orador: Borges Gouveia

Actividade: Presidente RENAE/Energaia

Entidade: Rede de Agências de Energia (RENAE) e Agência de Energia de Vila Nova de Gaia (ENERGAIA)

Tema da Apresentação:

“O Papel das Agências de Energia no Panorama Energético Actual”

Breve Citação do Orador:

“O Nordeste Transmontano, pelas suas características, tem uma enorme oportunidade de participar no desenvolvimento das energias limpas, menos emissoras de carbono e em novos modelos de desenvolvimento de promoção do desenvolvimento sustentável”.

Hoje estamos perante um quadro energético bem definido ao nível político, legal e de instrumentos normativos, fundamentalmente, numa visão de oferta para a procura. Se o fornecimento de energia, até agora, era concentrado e monopolista, a liberalização dos sistemas energéticos, no futuro, vai permitir que cada consumidor possa definir e adquirir o mix energético com vista a uma melhor eficiência energética, à inclusão de energias renováveis e à redução das emissões de carbono. Os consumidores devem ter cada vez mais uma preocupação com a utilização racional da energia. Os consumos de energia assentam em três grandes tipos: a energia eléctrica, o aquecimento/arrefecimento e a mobilidade.

Neste contexto, as agências de energia desempenham um papel importante que é o de procurar definir novas soluções energéticas com uma visão da procura para a oferta, fazendo um contraponto ao que tem sido norma, de uma política direccionada para o incentivo à procura de energia. Estas soluções baseadas naquilo que o consumidor necessita, devem ser pensadas num conceito de sistemas energéticos sustentáveis.

No fundo, as agências de energia têm três funções fulcrais:

- por um lado, a acção de sensibilização dos consumidores e, em especial, dos jovens para a redução de consumos, através da mudança de comportamentos;
- por outro, o fomento da eficiência energética;
- e ainda uma terceira de promoção das energias renováveis.

Para se atingirem estes objectivos é forçoso implementar e activar uma rede de conhecimentos e colocar pessoas em contacto, pessoas que podem não perceber necessariamente de energia mas que sentem a responsabilidade com o desenvolvimento económico sustentável. Portanto, as agências devem ajudar a esclarecer e formar o mercado, sobretudo apoiando o consumidor que a breve prazo pagará a energia bem mais cara e que portanto obrigatoriamente terá de reduzir o seu consumo ou então terá as emissões de CO₂. As agências de energia são uma organização em rede de apoio ao poder local e um elo de ligação entre os governantes, os técnicos e a população local. Alguns dos projectos em que as agências estão envolvidas, inclusive a nível europeu, poderão ser consultados na página da RENAE – www.renae.pt.

Para terminar, o Nordeste Transmontano, pelas suas características, tem uma enorme oportunidade de participar no desenvolvimento das energias limpas, menos emissoras de carbono e em novos modelos de desenvolvimento de promoção do desenvolvimento sustentável. A construção de uma rede de conhecimento nas áreas da Energia, do Ambiente e da Sustentabilidade, em que o conhecimento não tem de estar centralizado mas pode estar distribuído, criará com certeza novas oportunidades de desenvolvimento nestas áreas para a região nordestina.



Seminário de Mirandela:

Energia, Ecoeficiência e Desenvolvimento Local

Orador: Ana Margarida Pinto

Actividade: Técnica Direcção Auditorias e Edifícios - ADENE

Entidade: Agência para a Energia

Tema da Apresentação:

“A Nova Regulamentação dos Edifícios e o Sistema de Certificação Energética”

Breve Citação do Orador:

“Comprova-se que a utilização de Energias Renováveis é muito valorizada nesta nova legislação, permitindo que os edifícios tenham um melhor desempenho energético e, consequentemente, uma melhor classificação energética.”

Com o passar dos anos temos assistido a um aumento gradual do consumo de energia final, sobretudo no sector doméstico e dos serviços. Actualmente, em Portugal, os edifícios representam uma fatia muito importante da factura energética nacional, cerca de 28% do consumo final de energia e, no que diz respeito à energia eléctrica, cerca de 60%. No contexto Europeu estas preocupações são comuns pois os edifícios representam 40% do consumo energético global sendo consensual a necessidade de melhorar a eficiência energética destes. Perante este cenário, a Comissão Europeia lançou uma Directiva sobre o desempenho energético dos edifícios. A transposição parcial da directiva Comunitária veio a acontecer em Portugal em Abril de 2006 com a introdução de um novo pacote legislativo que incluiu: revisão do Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização de Edifícios (RSECE) e do Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) e publicação de um novo diploma que introduziu o Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior (SCE). Relativamente ao âmbito de aplicação dos dois regulamentos, o RCCTE vai abranger os edifícios de habitação e pequenos edifícios de serviços sem sistemas de climatização centralizados, o RSECE vai abranger todos os grandes edifícios de serviços e ainda pequenos edifícios e edifícios de habitação com sistemas de climatização com uma potência instalada superior a 25kW.

Os principais intervenientes no SCE são a DGEG e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) como entidades supervisoras do sistema, a ADENE é a entidade gestora, tentando assegurar o seu funcionamento e disponibilizando toda a informação relativa aos processos de certificação, assim como uma bolsa de peritos qualificados. As várias intervenções do perito passam pela emissão de uma declaração de conformidade regulamentar, um certificado energético e da qualidade do ar interna (QAI). Especificamente no caso do RSECE o perito tem ainda intervenção ao nível de auditorias periódicas à QAI, e na inspecção periódica a caldeiras e ar condicionado. No âmbito do novo RCCTE todos os novos edifícios, com exposição solar adequada, têm obrigatoriamente de instalar colectores solares para a preparação de água quente sanitária (AQS). Pretende-se assim dar um impulso ao programa da água quente solar que tem como objectivo a instalação de um milhão m² de painéis solares. Para efeitos deste regulamento os colectores solares têm de ser certificados, devem ser instalados por técnicos devidamente acreditados e deve existir um contrato de manutenção de 6 anos. Os colectores solares podem ser substituídos por outras energias renováveis (ER) que captem numa base anual energia equivalente à dos Colectores. No âmbito do outro regulamento, o RSECE, as ERs também são valorizadas sendo referido a obrigatoriedade ao recurso de sistemas de climatização que utilizem fontes de energia renováveis a menos que demonstrado a sua não viabilidade económica. Assim comprova-se que a utilização de ER é muito valorizada.



Seminário de Mirandela:

Energia, Ecoeficiência e Desenvolvimento Local

Orador: Américo Pires

Actividade: Engenheiro

Entidade: Associação de Municípios do Vale do Douro Norte – Agência de Energia

Tema da Apresentação:

“Fomento de Energias Renováveis e Desenvolvimento Local – Casos Práticos”

Breve Citação do Orador:

“Através do contributo desta Agência de Energia surgiram uma série de aplicações práticas de grande realce e que resultaram em projectos já implementados pelas autarquias associadas. Alguns podem funcionar como uma bandeira para novas estruturas que queiram dedicar-se a esta área, nomeadamente o aproveitamento de biomassa para aquecimento de escolas, a aplicação de painéis fotovoltaicos para a iluminação interior de paragens de autocarro, a remodelação de redes de iluminação pública, sistemas solares térmicos e de micro-cogeração para piscinas cobertas, aproveitamentos micro-hídricos e a aplicação do Sistema de Certificação Energética em edifícios municipais.

A Agência Regional de Energia do Vale Douro Norte iniciou a sua actividade em 1996, sendo a primeira agência de energia criada em Portugal, e tem uma actuação focalizada nos municípios que a constituem. Entre 2000 e 2006 surgiram uma série de aplicações práticas e de realce que resultaram em projectos já implementados na área de intervenção da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte. Alguns deles, de uma forma mais generalizada, podem funcionar como uma bandeira para novas estruturas que queiram dedicar-se a esta área, nomeadamente:

- **“Aquecimento de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-Infância através da utilização de Biomassa Florestal sob a forma de “briquetes” e “pellets”.** Foram escolhidas estas escolas, em particular, por estarem sob a alçada da gestão municipal. Estas acções foram desenvolvidas com o intuito de reduzir a factura energética, especialmente na parte relacionada com o aquecimento. O cenário inicial nas escolas no que concerne a esta vertente era de uma diversificação elevada de fontes energéticas e o programa visava a uniformização com base na biomassa florestal. Foram desenvolvidas acções de colocação de salamandras e sistemas de aquecimento central nas salas de aulas, o isolamento térmico dos edifícios foi renovado e recorreu-se à utilização de briquetes e pellets para alimentação dos equipamentos produtores de calor. Estas medidas permitiram desenvolver um mercado apetecível na área da biomassa com a aquisição de combustível, bem como reduzir os custos de exploração associados.

- **“Remodelação de Redes de Iluminação Pública”,** destacando-se a substituição de pontos de luz por outros energeticamente mais eficientes e com a instalação de controladores de potência nos Postos de Transformação associados. Estas medidas têm vindo a permitir grandes benefícios energéticos e ambientais.

- **“Construção de Abrigos de Passageiros em Locais de Paragens de Autocarros com Sistemas Fotovoltaicos”,** tendo-se revelado até ao momento num caso único a nível nacional. Neste projecto foram construídos abrigos de passageiros com a utilização de materiais característicos da região e, em simultâneo, colocaram-se sistemas fotovoltaicos para a sua iluminação interior.

- **“Sistemas Solares Térmicos para Piscinas Municipais Cobertas”,** através da aplicação de colectores solares para o aquecimento da água do tanque de piscinas e respectivas AQS, havendo sempre prioridade ao sol, o que permite que o equipamento produtor de calor do projecto base (normalmente uma caldeira a gás) funcione menos tempo, aumentando assim o seu período de vida útil e consequentemente diminuindo os custos de manutenção associados e a respectiva facturação energética.

- **“Sistema de Arrefecimento do tipo “Ar Condicionado Evaporativo”.** É um sistema pioneiro em Portugal em edifícios públicos e serve como exemplo de boas soluções alternativas aos processos convencionais.

- **“Sistema de Micro-cogeração em Piscinas Municipais”.** Este projecto permite que, além de se produzir energia eléctrica, quer para consumo próprio, quer para venda à rede pública, seja ainda aproveitado o calor para os sistemas de aquecimento existentes.

- **Projecto “SPLASH” – Aproveitamentos micro-hídricos.** É um projecto que visa a recuperação de açudes naturais e moinhos de água antigos para a produção de energia eléctrica.

- **Análise dos projectos de edifícios públicos à luz da nova regulamentação energética, RCCTE e RSECE,** em vigor desde Julho/2006, tendo em vista a obtenção dos correspondentes certificados energéticos dentro do previsto no plano do Sistema de Certificação Energética (SCE) nacional.



Seminário de Mirandela:

Energia, Ecoeficiência e Desenvolvimento Local

Orador: Vitor Lopes

Actividade: Gestor de Projecto da EDV Energia

Entidade: Agência de Energia de Entre Douro e Vouga (EDV-Energia)

Tema da Apresentação:

"Iluminação Pública e Sistemas de Gestão de Energia"

Breve Citação do Orador:

"O Sistema de Gestão de Energia tem por objectivo aumentar a eficiência administrativa, promover a diminuição de custos de exploração das instalações, disponibilizar informação de consumos e custos com energia, permitir a detecção de desvios de consumos e custos, promover a optimização das operações de manutenção e promover a utilização eficiente e eficaz de energia. Desta forma, o sistema de gestão de energia poderá contribuir para a redução de custos e aumento da qualidade."

A missão da EDV Energia é tornar a região de Entre Douro e Vouga numa região sustentável, impulsionando a protecção ambiental e o desenvolvimento económico, promovendo práticas de eco-eficiência e a utilização racional dos recursos. Nesta região foi identificado um elevado potencial de poupança em relação aos consumos energéticos, nomeadamente nos consumos municipais com Sistema de Iluminação Pública e com Instalações Municipais (menos 20% do consumo em 3 anos).

Assim, foram implementadas ou estão em curso algumas soluções, para os novos circuitos desenvolvendo-se um Guia Técnico de Qualidade de Serviço de Iluminação Pública e para os circuitos já existentes foi realizado uma intervenção em 35 postos de transformação, intervenções em 1300 pontos de luz e, futuramente, será realizada a introdução de 20 reguladores de fluxo conseguindo-se poupar 600 MWh, evitando, dessa forma, a emissão anual de 300 ton/CO₂.

Desenvolveu-se também um Sistema de Gestão de Energia (SGE) que tem por objectivo aumentar a eficiência administrativa, promover a diminuição dos custos de exploração das instalações, disponibilizar informação de consumos e custos com energia, permitir a detecção de desvios de consumos e custos, promover a optimização das operações de manutenção e promover a utilização eficiente e eficaz de energia. Desta forma o SGE poderá contribuir para a redução de custos e para o aumento da qualidade. Alguns dos serviços que o sistema de gestão de energia irá possibilitar passam pela elaboração e fornecimento de um cadastro técnico, a gestão contratual, a optimização tarifária, um sistema de informação e a gestão da procura.

Como conclusão refira-se que perante o sistema de gestão desadequado que a região apresentava, foi identificada uma larga margem para poupança energética, através de controlo das horas de funcionamento, da substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio por vapor de sódio e da aplicação ou melhorias a nível de reguladores de fluxo.



Seminário de Mirandela:

Energia, Ecoeficiência e Desenvolvimento Local

Orador: Francisco Campilho

Actividade: Gestor

Entidade: EDP Corporate

Tema da Apresentação:

“Que Estratégias e Mecanismos para a Introdução de Práticas Ecoeficientes e Energias Renováveis nas Autarquias?”

Breve Citação do Orador:

“Os serviços de energia prestados pela EDP Corporate pretendem contribuir para a redução dos custos energéticos e aumento do desempenho operacional dos seus clientes, para tal promovemos uma abordagem integrada assente em multi-serviços que passam pela elaboração de diagnósticos e apresentação de soluções a nível de contratos e financiamento, a nível da gestão de operações e da energia.”

O actual *mix* de produção de energia, em Portugal, apresenta um custo unitário crescente e um enorme impacte ambiental. Assim, o principal objectivo deve ser a minimização dos impactes ambientais da produção de energia e o desenvolvimento e aplicação de estratégias para o desenvolvimento sustentável a nível energético. Portugal tem objectivos ainda mais ambiciosos que a União Europeia, pretendendo que, até 2010, 45% da energia produzida seja proveniente de fontes renováveis e aplicar uma quota de 10% de biocombustíveis. Além das medidas e compromissos nacionais também será necessário as autarquias locais estabelecerem objectivos alinhados com os objectivos nacionais e comunitários, sendo essencial que estas entidades promovam parcerias para captar e participar nos investimentos e no acesso a financiamentos, diminuindo os encargos, promovendo a sua própria certificação ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A EDP Corporate na sua Proposta de Valor já inclui a eficiência energética e as energias renováveis, recorrendo a uma relação personalizada com os seus clientes, pretendendo-se contribuir para a redução de custos, melhoria da eficiência energética e melhor desempenho das empresas. Os serviços de energia prestados pretendem contribuir para a redução dos custos energéticos e aumento do desempenho operacional dos seus clientes, para tal promovem uma abordagem integrada assente em multi-serviços que passam pela elaboração de diagnósticos e apresentação de soluções a nível de contratos e financiamento da gestão de operações e da energia, formação em gestão e qualidade da energia destinada aos quadros das empresas, serviços multitécnicos direccionados para a manutenção e assistência técnica. Também existem serviços vocacionados para o aproveitamento de energias renováveis, regulação e controlo de iluminação pública; os serviços de promoção da eficiência energética passam por sistemas de gestão de consumos e por serviços de atribuição de um gestor de energia responsável por definir metas de redução de custos e consumos.

A Proposta de Valor apresentada pela EDP Corporate prevê contratos de serviço "chave-na-mão" em que o financiamento está ausente de investimento inicial.



Seminário de Mirandela:

Energia, Ecoeficiência e Desenvolvimento Local

Orador: Ana Rita Antunes

Actividade: Coordenadora do projecto EcoCasa

Entidade: Quercus

Tema da Apresentação:

“Projecto EcoCasa - Casa Virtual de Energia”

Breve Citação do Orador:

“A Casa Virtual da Energia é uma ferramenta virtual que promove a alteração de hábitos de consumos energéticos. Com esta ferramenta podem-se simular os consumos domésticos de energia, o custo associado e as emissões de gases com efeito de estufa resultantes desse consumo, permite ainda simular os custos de aquisição de equipamentos de energia renováveis.”

O projecto EcoCasa - Casa Virtual de Energia permite tornar as nossas casas mais eficientes ao nível do consumo de energia. Os seus objectivos passam por promover o consumo racional de energia no sector doméstico, sensibilizar para o consumo racional de energia, para a utilização de fontes de energias renováveis e para a conservação da energia pela construção. As iniciativas em curso relacionam-se com a sensibilização ambiental, de forma alargada para a área da eficiência energética, com a aplicação real de métodos de construção e soluções construtivas, tendo em vista a minimização de consumos no que respeita ao conforto térmico. As formas de actuação passam pela criação do site, da Casa Virtual de Energia, pela distribuição de folhetos e CD-Rom, a apresentação do projecto em seminários, a participação em eventos, acções de sensibilização em escolas, o Programa EcoFamílias e ainda o programa “Minuto Verde” com transmissão na televisão pública.

A Casa Virtual da Energia é uma ferramenta virtual que promove a alteração de hábitos de consumos energéticos, ou seja, é uma forma inovadora de transmissão de informação, visualização e sensibilização para acções que todos podemos desenvolver em nossas casas em prol do ambiente e, conseqüentemente, para o aumento da eficiência do sistema energético. Com esta ferramenta podem-se simular os consumos domésticos de energia, o custo associado e as emissões de gases com efeito de estufa resultantes desse consumo, permitindo ainda simular os custos da aquisição de equipamentos de energias renováveis.

Com base na experiência adquirida, a Quercus iniciou, conjuntamente com a EDP Distribuição, um novo programa de promoção de eficiência energética no sector doméstico – EcoFamílias 225. Este programa, promovido pela EDP Distribuição, insere-se no âmbito do Plano de Promoção de Eficiência no Consumo financiado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e tem como objectivo de avaliar o consumo das famílias e o potencial de redução de consumos, pela alteração de hábitos de utilização dos equipamentos e, potencialmente, pela substituição de equipamentos energeticamente ineficientes por equipamentos mais eficientes. As Ecofamílias são acompanhadas ao longo de um ano, com visitas de monitorização/aconselhamento e com base na análise dos dados obtidos é feito um aconselhamento de mudança de hábitos de consumo. Desde Maio de 2007, estão a ser acompanhadas 225 famílias portuguesas, espalhadas pelo território continental, analisando os seus hábitos de consumo, com base nesta avaliação tentar-se-á compreender qual o potencial de poupança energética existente nos lares portugueses.



Seminário de Mirandela:

Energia, Ecoeficiência e Desenvolvimento Local

Orador: Orlando Paraiba

Actividade: Gestor de Projecto da ENA

Entidade: ENA - Agência de Energia e Ambiente da Arrábida

Tema da Apresentação:

“Projecto de SOLaSOL – Promoção de Investimentos Comparticipados na Criação de Centrais Fotovoltaicas com Ligação à Rede na Europa”

Breve Citação do Orador:

“O principal objectivo do projecto SOLaSOL é minimizar barreiras e facilitar aos agentes interessados (privados, pequenas organizações, PMEs, etc.) o investimento conjunto em centrais fotovoltaicas com ligação à rede eléctrica. Este projecto pretende fornecer a informação e ferramentas necessárias para facilitar o investimento em centrais fotovoltaicas com ligação à rede eléctrica.”

A ENA, Energia e Ambiente da Arrábida, é uma agência de energia criada em Junho de 2006, ao abrigo do programa Energia Inteligente para a Europa, e a sua área de actuação centra-se na criação e implementação de acções e projectos nas áreas do ambiente, energia e informação, através da introdução de tecnologias eficientes, disseminação de boas práticas, desenvolvimento de projectos, estudos e acções de aconselhamento, formação, informação e prestação de serviços de consultoria.

Hoje pretendo apresentar-vos o projecto “SOLaSOL - promoção de investimentos comparticipados na criação de centrais fotovoltaicas com ligação à rede na Europa”.

Na Alemanha, em Espanha e, mais recentemente, em França, estão a ser criadas estruturas que apoiam significativamente a optimização do mercado da Energia Solar Fotovoltaica, em particular de centrais fotovoltaicas com ligação à rede eléctrica. Contudo, a tecnologia solar fotovoltaica ainda está sujeita a elevados custos de investimento, e os cidadãos e as pequenas organizações enfrentam diversos obstáculos legais e administrativos.

O principal objectivo do Projecto de SOLaSOL é minimizar estas barreiras e facilitar aos agentes interessados, privados, pequenas organizações, PMEs, o investimento conjunto em centrais PV com ligação à rede eléctrica. Este projecto pretende fornecer a informação e ferramentas necessárias para facilitar o investimento em centrais de Solar Fotovoltaica. Este conceito de investimento é uma oportunidade para todos aqueles que pretendem concretizar o seu compromisso ambiental através das fontes renováveis de energia. Estes sistemas de investimento conjunto têm um enorme efeito catalizador: o capital necessário para o investimento é mínimo, envolvendo um grande conjunto de pessoas, que se tornam participantes activos num modelo de energia sustentável, actuando como disseminadores de informação e dinamizadores de mercado. O consórcio do Projecto é composto por uma parceria equilibrada de PMEs, ONGs, associações sem fins lucrativos e entidades financeiras. Em Portugal é a Aflops – Associação de Produtores Florestais o parceiro responsável pela implementação de centrais de Solar Fotovoltaica e pelo desenvolvimento de campanhas de informação e de sensibilização.

As principais fases do projecto envolvem uma análise comparativa, uma campanha de informação e a criação de Fórum de Discussão através do qual peritos e agentes interessados podem trocar informação e pontos de vista.

Os Grupos-Alvo deste projecto são investidores potenciais, pessoas singulares, pequenas organizações, PMEs, entidades públicas, entidades financeiras, fabricantes e instaladores de solar fotovoltaica, agências de energia, associações de consumidores e ONGs Ambientais.



PROJECTOS E ACÇÕES SUGERIDOS NAS MESAS DE TRABALHO

1. Agência de Energia do Nordeste: 17 votos

Avaliação do potencial regional em todos os tipos de energias renováveis e dos locais de implantação dos centros de coordenação (indústrias transformadoras de matéria-prima com energia e injeção na rede pública);

Levantamento dos consumos dos edifícios públicos e criação de um sistema de gestão energética desses: identificação dos edifícios, tipos de consumos, alteração de equipamentos, alteração de contratos;

Promoção e desenvolvimento integrado de sistemas de produção de energia – eólica, hídrica, biomassa, tratamento mecânico/biológico, biogás, solar.

2. Ecoaldeia – aldeia energeticamente autónoma: 7 votos

Criação de entidade gestora em parceria público-privada, envolvendo a autarquia, empresas produtoras e particulares;

Avaliação do potencial energético, identificação de infra-estruturas, estudo prévio de viabilidade técnico/económica, definição de um modelo tarifário com prémio à eficiência energética;

Ações de sensibilização para utilização racional de energia, auditoria/implementação de medidas activas de eficiência energética nas habitações particulares e equipamentos colectivos.

3. Aproveitamento de biomassa: 7 votos

Limpeza de matos e florestas;

Aproveitamento de sub-produtos agro-pecuários;

Transformação da biomassa em produtos.



PROJECTOS E ACÇÕES SUGERIDOS NAS MESAS DE TRABALHO

4. Optimização dos recursos hídricos e mini-hídricos: 1 voto

Recuperação de moinhos e mini-hídricas existentes;

Construção de novas mini-hídricas e reforço das existentes;

Reforço dos pontos de ligação à rede eléctrica nacional.

5. Ecoenergia - Criação de uma entidade intermunicipal, comum a todos os municípios aderentes: 3 votos

Levantamento/identificação de equipamentos e serviços, quer públicos, quer do tecido empresarial, prioritários e atribuir-lhes nível de eficiência energética;

Identificar soluções que permitam a resolução dos problemas prioritários dos equipamentos e serviços;

Sensibilizar e comunicar com os grupos-alvo, com vista à adopção e escolha das soluções encontradas (projectos).

6. Optimização dos recursos hídricos regionais e exploração integrada de várias fontes energia: 3 votos

Recolha, síntese e avaliação/análise das potencialidades conhecidas e a detectar;

Seleção/eleição das oportunidades analisadas e avaliadas e faseamento da sua execução;

Definição do modelo de negócio: estudo económico, tipo de sociedade: sociedade anónima, com intervenção municipal – sem "golden share" e privada maioritária;

Definição do cronograma de actividades e definição do cronograma financeiro.



Vimioso

Seminário – Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: “As novas acessibilidades na procura da qualidade de vida”

Realizado no dia 30 de Abril de 2007 no Centro Cultural de Vimioso

No âmbito da Agenda 21 do Nordeste foi organizado o seminário temático centrado em aspectos considerados estratégicos para o desenvolvimento sustentável da região, debatendo-se com todos os participantes o tema da Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: as acessibilidades na procura da qualidade de vida, e de onde resultaram interessantes projectos, como foi o caso da aldeia tecnológica.

O debate foi fundamental e de grande importância para o desenvolvimento sustentável da região que, actualmente, não é um território coeso, tornando-se as novas tecnologias numa das soluções futuras para a problemática da região, tentando-se dessa forma ultrapassar as discrepâncias negativas entre Trás-os-Montes e a média nacional.



Seminário de Vimioso:

Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: “As Novas Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida”

Orador: José Baptista Rodrigues

Actividade: Presidente da Câmara

Entidade: Câmara Municipal de Vimioso



Seminário de Vimioso:

Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: “As Novas Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida”

Orador: Jorge Fidalgo

Actividade: Vice-Presidente da Câmara

Entidade: Câmara Municipal de Vimioso

José Baptista Rodrigues

Segundo o Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, o projecto de implementação da Agenda 21 Local é de extrema importância na definição da política para o desenvolvimento sustentável da Região do Nordeste Transmontano.

O facto de oito municípios do distrito de Bragança integrarem este projecto é um bom indicador de que se pode pensar em projectos à escala regional ou intermunicipal, um dos exemplos a referir é a Resíduos do Nordeste, que tem sido um sucesso e espera-se que também surjam outras empresas intermunicipais ou associações com sucesso idêntico.

De salientar que o tema deste seminário e dos restantes são realidades a debater e a traçar os investimentos que assegurem o futuro desta região.

Jorge Fidalgo

O projecto da Agenda 21 foi definido com uma importância muito grande para a Região, o primeiro seminário decorreu em Mirandela e foi sobre o tema da energia, e julga-se que estará a breves passos de dar resultados mais visíveis, ao nível da implementação de projectos na referida área.

O tema do seminário de Vimioso, designado por “Sociedade do Conhecimento e novas tecnologias nas Zonas rurais” é um tema que se considera de extrema importância porque considera-se que, com o acesso às novas tecnologias, com os novos acessos à informação e à comunicação é possível criar postos de trabalho e novas empresas no Nordeste Transmontano.



Seminário de Vimioso:

Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: “As Novas Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida”

Orador: Helena Ferreira

Actividade: Coordenadora do Projecto Nordeste 21

Entidade: Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

Tema da Apresentação

Agenda 21 – Inspiração para o mundo rural

Breve Citação do Orador:

“Num mundo onde a comunicação e a informação estão na ordem do dia, como conseguir que as novas tecnologias não provoquem um isolamento ainda maior do mundo rural?”

No segundo seminário participativo do projecto Nordeste 21 iremos focar o tema das novas tecnologias no mundo rural.

Os indicadores de diagnóstico que a equipa da Agenda 21 Local aqui apresenta não perspectivam uma visão optimista da região do Nordeste Transmontano. Este território, nos últimos 9 anos, perdeu cerca de 6% da sua população, perda essa associada a um índice de envelhecimento na ordem dos 240%, 150% acima da média da Região Norte, constatando-se que esta zona do país desertifica e envelhece a passos largos. Refira-se que Vimioso, o concelho que acolhe este seminário, regista um índice de envelhecimento a rondar os 350%! Também a densidade populacional e a taxa de natalidade são reduzidas quando comparadas com a média nacional, conduzindo a um crescimento efectivo negativo e onde a taxa de idosos, 26%, supera largamente a taxa de jovens, 13%.

O índice sintético de competitividade e coesão social em Alto Trás-os-Montes tem um valor igual a 40,4%, o do Douro 52,8%, face aos 82,2% de média do resto do país, o que denota e revela o quão pouco competitivos e coesos são estes territórios. Quando nos centramos na cobertura dos equipamentos colectivos, como sejam os de ensino, saúde, acção social e culturais, como podem visualizar no quadro, as discrepâncias são gritantes.

Ao nível do emprego, os serviços intensivos em conhecimento (SIC) não representam mais do 17% (Região Norte 32%), concentrando-se, essencialmente, no sector público. Contudo note-se que em nenhuma página electrónica das câmaras municipais é disponibilizado o preenchimento ou download de formulários.

Estes factos não são novidade, pois é algo que a população local sente no dia-a-dia, os números só corroboram algo que todos já têm consciência. E este, não é um panorama fácil de inverter e que nos leva à seguinte questão: *“Num mundo onde a comunicação e a informação estão na ordem do dia, como conseguir que as novas tecnologias não provoquem um isolamento ainda maior do mundo rural?”*

Assim o desafio que hoje vos lançamos é o de participarem na construção de novos projectos e sugestões de ideias como forma de ultrapassar e contrariar esta tendência da região. A Agenda 21 Local considera que esta tendência derrotista poderá ser estrategicamente combatida se se apostar fortemente em algumas áreas e em que as novas tecnologias devem ser incluídas. É necessário pensar e aplicar um plano tecnológico no mundo rural, transformando-se a população local no motor da mudança de panorama das zonas rurais.



Seminário de Vimioso:

Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: "As Novas Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida"

Orador: Miguel Nóvoa

Actividade: Secretário Técnico da Raça Asinina de Miranda e dirigente da APEGA

Entidades: Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino (AEPGA)



Seminário de Vimioso:

Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: "As Novas Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida"

Orador: Ricardo Brandão

Actividade: Presidente da Associação ALDEIA

Entidades: Associação ALDEIA

Miguel Nóvoa

O desenvolvimento foi e será, inevitavelmente, uma necessidade das populações humanas, mas só há relativamente pouco tempo é que a sua sustentabilidade social e ambiental começou lentamente a fazer parte das agendas de quem decide. Para que este processo se alargue é fundamental torná-lo uma necessidade de cada cidadão e não apenas uma obrigação que é imposta. Assim, a integração das populações de uma forma consciente e responsável no meio natural de que dependem, ajudando-as a formarem-se e sensibilizar, torna-se cada vez mais uma prioridade, proporcionando uma série de direitos à população local, especialmente aos mais jovens. Torna-se necessário mudar a imagem e a estratégica até agora usada na região, apostando no uso de novas tecnologias, quer para o desenvolvimento do turismo, quer para a própria formação e sensibilização da população. Actualmente o modelo agrícola vigente está no seu fim, e desse modo as novas tecnologias também deveriam chegar a este sector, inovando-o e formando uma nova geração de agricultores, com acesso a novas técnicas e tecnologias, como é o caso da *internet*. Conclui-se que é preciso mudar mentalidades, valorizando as actividades rurais e culturais da região, aprendendo a defenderem o seu património cultural e natural através do investimento em novos projectos.

Ricardo Brandão

O processo de abandono do interior rural português é inquestionável e poderá ser mesmo imparável, mas não tem que ser constantemente abordado apenas pelos seus aspectos negativos. Pelo contrário, deve ser encarado como uma oportunidade privilegiada de desenvolvimento que reconheça as especificidades e particularidades únicas das regiões, preservando e valorizando o seu património natural e construído que está muito pouco explorado, revitalizando a mentalidade derrotista patente nesta região. Para tal, devem-se estabelecer planos de acção participativos, mobilizados também a partir da sociedade civil e, nesse contexto, a utilização das novas tecnologias em meios rurais será um pilar básico que é urgente fomentar, ultrapassando a falta de iniciativa e medo da população em geral. Presentemente a Associação está a tentar desenvolver alguns projectos com base no renascimento de actividades rurais que estão em extinção e desuso, valorizando as actividades culturais associadas ao património natural, que se encontra praticamente inexplorado, trazendo desta forma turismo para a região.



Seminário de Vimioso:

Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: “As Novas Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida”

Orador: Rui Batista

Actividade: Chefe de Projecto Leader+

Entidade: Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Tema da Apresentação:

“Leader +: Ensinaamentos para o Futuro”

Breve Citação do Orador:

“Falar no Programa Leader é falar sobre territorialização de medidas e sobre a aplicação de um plano integrado a cada território, quer ao nível político, quer ao nível financeiro.

Cerca de 70 a 80% do emprego dentro do Leader é criado com base em actividades produtivas. A região de Trás-os-Montes é a que menos gera emprego no país, e também é aquela que menos aposta nas acções produtivas.”

O programa Leader+ tem como principal objectivo a ligação de acções de desenvolvimento da economia rural, estando configurado para uma dimensão estratégico-financeira curta. Este programa é desenvolvido por 52 associações de desenvolvimento local (ADL), o que o diferencia de todos os outros, pois são estas que analisam as candidaturas, acompanham os projectos, efectuam os pagamentos, entre outras actividades. No fundo, o programa LEADER+ é mais do que um programa, é uma forma de governança, é uma forma de governo local.

Um dos ensinamentos para o futuro que a aplicação do Leader + nos proporciona é, primeiramente, ter em conta a estratégia que vamos aplicar e, conseqüentemente, a dimensão financeira do projecto a implementar, através da integração das políticas vigentes no desenvolvimento dessa estratégia, sendo premente uma análise cuidadosa dos vários programas de financiamento.

Falar no programa Leader é falar sobre a Territorialização de Medidas e sobre a aplicação de um plano integrado a cada território, quer ao nível político, quer ao nível financeiro. No que diz respeito à criação de emprego, cerca de 70 a 80% de postos de trabalho gerados com este programa têm base em actividades produtivas, prevalecendo o emprego feminino, inclusive na faixa etária 25-34 anos, o que é facto único verificado na União Europeia. Este programa também pretende fixar jovens universitários em Trás-os-Montes, mas convém não descurar a problemática desta região que é a que menos gera emprego no país, e também é aquela que menos aposta nas acções produtivas e está a ser assolada pela desertificação. Desertificação que é uma realidade que dificilmente será contrariada, perspectivando-se que, no futuro, cidades médias como Bragança e Vila Real, tal como outros aglomerados populacionais de dimensão média possam crescer e atrair investimento, enquanto as restantes continuarão em acentuados processos de despovoamento e esvaziamento da economia local. No que diz respeito à aplicação das novas tecnologias, sem dúvida alguma que vieram agilizar e facilitar vários procedimentos, mas não são a melhor opção para o interior rural, em que o grau de ensino é baixo e cuja população não vai usar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Em contrapartida quando os jovens terminam a sua escolaridade o que anseiam é integrar-se no empregador Estado, o que demonstra a falta de empreendedorismo, evidenciando a falta de confiança e vitalidade que o povo tem em si próprio. Nesta zona temos de ser capazes de criar emprego e actividade, e já existem alguns casos de sucesso nas áreas de produtos locais e artesanato, por exemplo.

Futuramente o programa LEADER terminará e será integrado no Fundo Europeu para o Desenvolvimento Rural com metodologia de trabalho no plano nacional.



Seminário de Vimioso:

Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: "As Novas Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida"

Orador: Pedro Matos

Actividade: Engenheiro

Entidade: Ydreams

Tema da Apresentação:

"Novas Tecnologias e Qualidade de Vida"

Breve Citação do Orador:

"Apenas 40% dos portugueses usam computadores, mas 85% usa multibancos, que são basicamente computadores com uma facilidade de utilização semelhante à realidade."

A YDreams é uma empresa portuguesa de base tecnológica que pretende simplificar o modo de utilização dos computadores no dia-a-dia, de forma a pôr à disposição de todos as vantagens da tecnologia. Apesar da crescente adesão a novas tecnologias, a informática continua a ser compreensível a apenas uma minoria da população. Assim, YDreams trabalha para alterar o paradigma actual, permitindo que um dia os computadores se integrem no nosso dia-a-dia da mesma forma que os outros objectos da realidade. A isto a empresa chamou Reality Computing, uma realidade em que serão os computadores a adaptarem-se a nós e onde netos e avós poderão interagir com a mesma facilidade com a tecnologia.

Dos projectos desenvolvidos pela YDreams destacam-se jardins virtuais em que as flores se abrem à nossa passagem, aquários interactivos ou o Centro Ciência Viva de Bragança, onde a seda e o ambiente são as estrelas. Em muitas destas aplicações, sistemas complexos como a poluição em rios ou o ordenamento costeiro são transmitidos de forma simples e divertida, permitindo a aprendizagem de maneira lúdica.

Uma das tecnologias apresentadas como potencialmente interessantes para as regiões do interior foi a monitorização remota de idosos com pequenos terminais com interfaces tão fáceis como os do multibanco para lhes permitir interagir com o seu médico, família e amigos. A outra foi a criação de aldeias tecnológicas, com a criação de núcleos onde as pessoas possam dirigir-se para interagirem com outras pessoas com interesses semelhantes em aldeias vizinhas. Estes núcleos permitiriam a criação de comunidades com uma massa crítica suficiente para diminuir o efeito de interioridade, trazendo as melhores características das cidades, mas sem a necessidade dos habitantes se deslocarem para elas.



Seminário de Vimioso:

Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: "As Novas Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida"

Orador: Miguel Tejjido Sotelo

Actividade: Responsável da Associação EuroEume

Entidade: EuroEume

Tema da Apresentação:

"Comunicação no Meio Rural: a comunicação como Instrumento de Desenvolvimento"

Breve Citação do Orador:

"Aparecem novas formas de expressão da pobreza. Há muitas pessoas vivendo situações de solidão, menos escolas, mulheres às quais não se lhes reconhece a sua participação na economia local, jubiladas com pensões ridículas, imigrantes sem trabalho e sem atenção social."

A alienação que se expressa nas dinâmicas do êxodo do campo para a cidade, no desmantelamento das culturas locais e os sistemas autónomos de gestão dos nossos territórios, no desaparecimento permanente de camponeses e camponesas, na imposição do modelo agro-alimentar industrial, na perda de soberania dos povoamentos e estados para decidir sobre os seus modelos de agricultura e alimentação, na deterioração dos recursos naturais como fruto da prática da agricultura industrial. A alienação, que no Estado Espanhol supõe: uma perda constante de população, mais de 1200 povos abandonados. A diminuição constante da população activa na agricultura, afectando especialmente os/as agricultores/as que praticavam uma agricultura viva, ligada ao território, agricultores/as que viviam nos povoamentos. Nos últimos 20 anos 1.500.000 abandonaram a actividade.

Cada vez mais vive-se a prática duma agricultura sem agricultores, dependente de pacotes tecnológicos que controlam um punhado de transnacionais: agro-químicos, sementes geneticamente modificadas. A prática da agricultura industrial deteriorou os recursos naturais imprescindíveis para exercer uma agricultura viva: os solos, a biodiversidade, a água.

Os serviços públicos locais também são desmantelados (escolas, consultórios médicos, transportes, carteiros, serviços educativos e culturais, etc.) favorecendo os processos de abandono do meio rural. Aparecem novas formas de expressão da pobreza. Há muitas pessoas vivendo situações de solidão, menos escolas, mulheres às quais não se lhes reconhece a sua participação na economia local, reformadas com pensões ridículas, imigrantes sem trabalho e sem atenção social.

Como forma de mitigar estas situações, a Euroeume, associação para o desenvolvimento sustentável, desenvolve vários projectos, nomeadamente o projecto recente designado por Pegadas, realizado em nove concelhos do Norte da Galiza, e que teve como principal objectivo o fomento da comunicação entre populações do meio rural, actuando como um instrumento de desenvolvimento destas regiões. Este projecto impulsionou a comunicação nos meios rurais, criando ferramentas de informação que permitissem a divulgação de informação recíproca entre os municípios e os seus habitantes, nomeadamente através de jornais que têm uma linha editorial construtiva, com clara vocação para fomentar a participação, servindo de ponto de encontro entre os habitantes locais e unificador de diferentes estratos e grupos sociais. Esse jornal, para além dos temas escritos com a participação da população, também abrange itens de interesse geral para os habitantes, tais como, as principais notícias dos concelhos, temas relacionados com ensino, ecologia, emprego, lazer, opiniões, guias de empreendedores e agendas da região. São projectos desta índole que fazem com que estas regiões não parem por completo no tempo, e assim há que fomentá-los e desenvolvê-los, pelo menos através de associações deste tipo.



Seminário de Vimioso:

Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: “As Novas Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida”

Orador: António Bob dos Santos

Actividade: Assessor do Gabinete do Coordenador Nacional do Plano Tecnológico

Entidade: Gabinete do Coordenador do Plano Tecnológico (Presidência do Conselho de Ministros)

Tema da Apresentação:

“Plano Tecnológico nas Áreas Rurais: Um desafio?”

Breve Citação do Orador:

“É premente a necessidade de implementar políticas integradas para diminuir as desigualdades, quer no âmbito do sistema de educação, quer no âmbito do sistema de formação profissional, bem como num enquadramento mais favorável às próprias empresas (espírito de cooperação e I&D), no que diz respeito à massificação das TIC.”

O Plano Tecnológico é um plano de mobilização e acção para levar à prática um conjunto articulado de políticas que visam estimular a criação, difusão, absorção e uso do conhecimento e da tecnologia e surge como alavanca para transformar Portugal numa economia dinâmica, inovadora e mais preparada para se afirmar na economia global. Divide-se em três eixos: eixo 1 – conhecimento, eixo 2 – tecnologia e eixo 3 – inovação. Este plano tem como principal aposta a educação e a formação para o empreendedorismo, pretendendo reforçar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Tal será conseguido através da ligação à Internet de Banda Larga de todas as escolas públicas do ensino básico e secundário, da cobertura a 100% do território português no acesso à Banda Larga, da rede Comunitária de Banda Larga, da rede de espaços internet, dos cybercentros, da formação em TIC, das novas medidas em curso para estimular a utilização da Internet Banda Larga pelos cidadãos e empresas, tendo como caso de sucesso as declarações electrónicas (IRS e IRC). Faz também parte deste plano, qualificar o ensino básico e secundário e a introdução do ensino experimental, a expansão dos Centros Ciência Viva, alargamento do horário escolar: mais actividades extra-curriculares, generalização do inglês no ensino básico, iniciativa Rede, Internet e Escolas (CRIE): Formação em TIC a mais de 17.000 docentes do básico, distribuição de mais de 20.000 portáteis a docentes do básico e secundário, e ao nível do ensino básico aposta nas vias profissionalizantes – Novas Oportunidades.

As novas TIC tenderão a contribuir para um maior empreendedorismo e coesão regional, no sentido em que haverá maior crescimento económico, mais empresas, mais empreendedores dispostos a lançar-se em projectos inovadores e mais PME de rápido crescimento.

Por outro lado, as TIC e o empreendedorismo podem contribuir para aumentar os níveis de coesão social nas regiões menos desenvolvidas, contribuindo para integração no mundo laboral dos desempregados e estímulo ao empreendedorismo em públicos desfavorecidos.

Centrando-nos agora nas oportunidades sectoriais e regionais em Trás-os-Montes e Alto Douro, vejo como potenciais para o desenvolvimento económico desta região as energias renováveis, o cluster do turismo e lazer e os sectores agrícola e vinícola. Para tal é necessário criar infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento tecnológico, visando a promoção da qualidade, certificação dos produtos e aumento do valor acrescentado, através de serviços de apoio técnico de nível superior, cooperação intermunicipal e transfronteiriça, além da promoção das complementaridades regionais entre os vários actores.



Seminário de Vimioso:

Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: “As Novas Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida”

Orador: Manuel Miranda

Actividade: Secretário-geral da AMTOT

Entidade: Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTOT)

Tema da Apresentação:

“Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana”

Breve Citação do Orador:

“Ao interior é exigido um esforço de desenvolvimento suplementar, dadas as deficiências existentes ao nível das acessibilidades rodoviárias, que podem em parte ser colmatadas com uma forte aposta nas novas tecnologias, criar competências diversas versus aglomerados dispersos, definir uma estratégia de maior selectividade dos investimentos, maior interligação, integração e conteúdo estratégico.”

O projecto designado por Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana está inserido no Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POS_Conhecimento), e pretende massificar e reforçar as infra-estruturas de banda larga. Como principal objectivo deste programa salienta-se o apoio a projectos de construção e desenvolvimento de infra-estruturas e Banda Larga em regiões desfavorecidas, fomentando a info-inclusão de entidades públicas e privadas e das populações residentes naqueles espaços territoriais.

Esta rede de banda larga irá abranger os concelhos que constituem a Terra Quente Transmontana e ainda Bragança com ligação ao Instituto Politécnico e ligará todas as sedes de concelho que, por sua vez, terá uma ligação com a rede exterior em banda larga. A rede como infra-estrutura de comunicações será estruturada em torno da ligação entre um número de pontos-chave (edifícios municipais, escolas, hospitais, etc.) e aberta a todos os agentes de mercado (serviços públicos, empresas privadas e operadores) interessados na sua utilização, respeitando a rede os princípios de neutralidade tecnológica da solução.

Bastantes mudanças tecnológicas serão verificadas com a implementação deste projecto, nomeadamente ao nível do acesso público à informação, promoção de serviços digitais, à redução de custos em comunicações intra-grupo dos municípios, à gestão de serviços (telegestão da água, das redes de iluminação pública, da gestão remota de semáforos, etc.), vigilância de espaços florestais para controlo de incêndios, intranet intermunicipal que inclua as juntas de freguesia e permita a deslocalização dos serviços a prestar aos munícipes, vigilância remota de idosos, etc.

A disponibilização de uma infra-estrutura de Banda Larga, adequada às exigências de sectores de vanguarda, permite gerar oportunidades para a fixação na região de actividades empresariais dependentes de boas redes de comunicações electrónicas. Está-se a falar na assistência a nível de saúde (p.e telemedicina), apoio tecnológico ao nível da produção agrícola, turismo rural e marketing regional, energias renováveis e utilização eficiente da energia, valorização e promoção do património natural da região.



Seminário de Vimioso:

Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: “As Novas Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida”

Orador: Raquel Patrício

Actividade: Docente do IPB

Entidade: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança (IPB)

Tema da Apresentação:

“Acompanhamento do Uso educativo da Internet nas Escolas Públicas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Distrito de Bragança”

Breve Citação do Orador:

“As tecnologias de informação e comunicação (TIC) assumem-se como um meio imprescindível ao desenvolvimento da sociedade da informação e conhecimento.”

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) assumem-se como um meio imprescindível ao desenvolvimento da sociedade da informação e conhecimento. Face a esta perspectiva, surgiu a necessidade de promover junto de professores e alunos do 1º ciclo do ensino básico do distrito de Bragança a utilização das TICs como recurso educativo ao serviço das aprendizagens curriculares disciplinares e transversais, incluindo as que se referem à pesquisa e ao uso crítico da informação, foi este cenário que em 2002 o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) promoveu o programa “Acompanhamento da Utilização Educativa da Internet nas Escolas Públicas do 1º ciclo do Ensino Básico-Internet@EB1”.

Este programa teve como principal objectivo a promoção da utilização educativa da Internet pelos professores e alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico no distrito de Bragança, através da criação de um dispositivo de acompanhamento e formação centrado nas escolas. O Programa decorreu durante o ano lectivo 2002/03, e teve continuação em 2003/04 e 2004/05.

A continuidade do programa Internet@EB1, no ano lectivo 2005/06 e respectiva extensão ao ano lectivo 2006/2007, passou a ser promovida pelo Ministério da Educação através da equipa missão computadores, redes e Internet na escola (CRIE). O então programa Internet@EB1 passa a designar-se Projecto “Competências Básicas em TIC nas EB1”-CBTIC@EB1, que pretendeu consolidar junto das escolas, dos alunos, dos professores, e da comunidade educativa em geral, o desenvolvimento de competências básicas em TIC, promovendo a info-inclusão e a cultura digital e uso da internet. Deste modo, são criadas comunidades educativas com a possibilidade de interagir e partilhar conhecimentos e experiências e desenvolvimento de competências no âmbito da cidadania e literacia digital na região de Bragança.



Seminário de Vimioso:

Sociedade de Conhecimento e Novas Tecnologias nas Zonas Rurais: “As Novas Acessibilidades na Procura da Qualidade de Vida”

Orador: António Branco

Actividade: Vice-Presidente da CMM

Entidade: Câmara Municipal de Mirandela

Tema da Apresentação:

“Laboratórios – Projectos Tecnológicos de Cariz Municipal”

Breve Citação dos Oradores:

“Como projectos actuais para Mirandela, em curso e a implementar num futuro próximo, enumeram-se os seguintes: Sistema de telegestão e de redução de fluxo das redes de iluminação pública; Sistemas de monitorização ambiental; Semáforos; E-mobilidade; Rede fiscal/judicial/cadastral; Carta municipal; Monitorização de Taludes (Instituto Piaget); Vigilância de Idosos.”

Para justificar a pertinência do debate que hoje estamos aqui a promover deixo só uma nota retirada de um jornal: “Actualmente as associações de agricultores em Trás-os-Montes desesperam com as candidaturas via Internet, pois há um bloqueio do sistema informático para a obtenção de subsídios, o que gera bastante indignação nesta região”.

Foram vários os laboratórios e projectos tecnológicos de cariz municipal desenvolvidos e a desenvolver num futuro próximo no concelho de Mirandela. No ano de 2004 implementámos a rede Wi-Fi amplamente divulgada através do evento designado “Semana da Banda Larga”. Já no ano de 2005 essa mesma rede (wireless) foi estendida a mais oito pontos, criando-se três Hot Spots. Paralelamente foi criado um protocolo que visa a modernização administrativa onde se tenderá a estender esta mesma rede a praticamente todas as freguesias do concelho.

Foi instalada na cidade de Mirandela uma rede bastante abrangente de condutas, especificamente para a banda larga com mais de 10 km. Futuramente pretender-se-á construir uma rede comunitária de Banda Larga, tendo já sido realizada uma candidatura para o efeito, projecto que também será mais detalhadamente apresentado na sessão de hoje. Outros projectos desenvolvidos no âmbito das novas tecnologias neste concelho foram a Gestão Remota da Rede de Rega Municipal e a Rede de Vigilância.

Um projecto designado por Cartografia Dinâmica está a ser desenvolvido em parceria com a Junta de Castela e Leão, ESRI Portugal e Sistemas do Futuro, que consiste na aplicação de um GPS referencial, fazendo a monitorização de riscos (vigilância florestal, ponte do açude em Mirandela, estação meteorológica vs. mapa de risco) e dando apoio à frota de protecção civil (com correcção de posicionamento).

Ao nível de financiamentos a Câmara Municipal de Mirandela obteve apoio do RNT, Inventário do Património e a partir de alguns protocolos de modernização. Ao nível de parcerias tivemos a adesão de pequenas empresas e note-se que nenhum apoio científico.

Para terminar enumero alguns projectos de âmbito tecnológico que fazem parte dos nossos planos actuais e futuros:

- Sistema de telegestão e de redução de fluxo das redes de iluminação pública;
- Sistemas de monitorização ambiental;
- E-mobilidade;
- Rede fiscal/judicial/cadastral;
- Carta municipal –RFID;
- Monitorização de Taludes (RNT- Instituto Piaget);
- Vigilância de Idosos (RFID).



PROJECTOS E ACÇÕES SUGERIDOS NAS MESAS DE TRABALHO

1. Aldeia Tecnológica: 12 votos

Criação de uma unidade móvel de apoio ao cidadão, provida com equipamento capaz de prestar serviços ao nível de subsídios de agricultura; protecção de informação;

Criação de serviços de teleconferência para 3ª idade;

Criação de bases de dados de recursos naturais e culturais do Nordeste ("cluster" de lazer);

Formar técnicos qualificados nas áreas de intervenção, de forma a desenvolver acções identificadas anteriormente;

2. Rede Comunitária de Banda Larga nos municípios integrantes do projecto N21: 6 votos

Alargar a rede comunitária "back hour" a todas as sedes de concelho Agenda 21 Local;

Construção de redes locais municipais;

Cobertura de meio rural com recurso a tecnologias rádio "wimax", "wifi" e "wireless";

Criação de redes "hot-spot".



PROJECTOS E ACÇÕES SUGERIDOS NAS MESAS DE TRABALHO

3. Tecnologias de Comunicação e Informação na Aldeia Gobl: 4 votos

Criação de um portal regional com toda a informação sócio-cultural, com ligações específicas de todas as entidades públicas e privadas a operar na região;

Serviço gratuito de *Internet*, através de sistema "wireless" e "wi-fi", alargado à generalidade dos lares;

Criação de pontos *Internet* em aldeias locais, com oferta de apoio informativo e formação. Disponibilizar serviços de interesse público pela *Internet* à população em geral, como o pagamento de várias contas – água, luz, telefone, etc;

Criação de um *site* que divulgue, via *Internet* projectos e eventos a serem realizados no pavilhão multiusos de Vimioso.

4. Criação de um centro de referência para atracção de técnicos e agentes que possam desenvolver trabalho de novas tecnologias: 12 votos

Avaliação das condições existentes e contacto com o proprietário do espaço;

Definição do projecto e criação de estruturas básicas para albergar população de trabalho (teletrabalho);

Promoção da ideia para alojamento e criação de emprego directamente ligados à EDP e da possibilidade de alojamento de outros agentes interessados.

5. Dotar outros municípios do Nordeste 21 com rede de fibra óptica (banda larga): 4 votos

Parceria com o projecto, já em implementação, da Terra Quente Transmontana.



Mogadouro

Seminário – O Futuro da Agricultura, Floresta e Despovoamento da Região

Realizado no dia 9 de Maio na Casa da Cultura de Mogadouro

A realização deste seminário teve em conta o desafio de tornar o desenvolvimento agrícola e florestal da região em mais uma forma de desenvolvimento das áreas rurais, contrariando a tendência actual de esvaziamento, em várias vertentes, destes territórios e não em mais uma forma de exclusão, agindo desta forma como promotor de fixação e crescimento da população.

Uma das formas para o fazer foi através do incentivo da participação da população no seminário, tendo-se convidado os interessados nestas temáticas e toda a sociedade civil, a participarem, tanto na fase das comunicações, como na elaboração de propostas e, por fim, na formação e participação activa do Grupo de Trabalho Agro-Florestal do Nordeste.



Seminário de Mogadouro:

O Futuro da Agricultura, Floresta e Despovoamento da Região

Orador: António Machado

Actividade: Presidente da Câmara

Entidade: Câmara Municipal de Mogadouro

Breve Citação do Orador:

“Espera-se que o Nordeste 21 traga algo para a região, no sentido de construir projectos sustentáveis, de os implementar e serem úteis, tanto para o concelho, como para a região.”

Actualmente, existem preocupações muito grandes relativamente aos projectos a candidatar ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e a outros problemas que afectam o concelho de Mogadouro, nomeadamente a perda da população, pois a sua diminuição à taxa de 1% ao ano, desde 1950 até à actualidade, traduz-se em apenas 11 mil habitantes em 2001.

Para além do aumento de qualidade de vida que temos vindo a proporcionar à população local é urgente criar emprego, porque sem emprego é impossível fixar a população. Isto só poderá ser concretizado através do quadro comunitário que irá entrar em vigor e permitirá a implementação de novos projectos. Por sua vez, não será fácil de conseguir, devido à doutrina subjacente ao QREN que promove a abrangência e a extensão dos projectos a conjuntos de municípios e a regiões.

No caso de Trás-os-Montes perspectivam-se algumas dificuldades na sua concretização devido ao bairrismo que ainda existe nas mentalidades e forma de actuar. A outra via para criar emprego é o estímulo à iniciativa privada. Contudo as nossas características e a falta de apoio ao investimento geram dificuldade em tirar partido desta situação.

Em termos de infra-estruturas há a necessidade de ligação ao litoral através do IC5 e a ligação a Espanha, pois a falta destes acessos afecta outra das grandes apostas para a região, o turismo, sector no qual temos muitas potencialidades a desenvolver. Outra área em que o concelho e o Nordeste Transmontano deverão apostar e poderá ser gerador de emprego e riqueza é a energia, nomeadamente na produção de energias renováveis.

Mas espera-se que o Nordeste 21 traga algo para a região, no sentido de construir projectos sustentáveis, de os implementar e serem úteis, tanto para o concelho, como para a região.

Desejo que deste seminário e das mesas temáticas de trabalho haja a possibilidade de surgirem projectos e que esses projectos possam ser realizados e provocarem sucesso.



Seminário de Mogadouro:

O Futuro da Agricultura, Floresta e Despovoamento da Região

Orador: Helena Ferreira

Actividade: Coordenadora do Projecto Nordeste 21

Entidade: Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

Tema da Apresentação:

“Agenda 21- Agricultura e Florestas”

Breve Citação do Orador:

“A região também enfrenta graves problemas relativamente à idade e grau de escolaridade dos agricultores que, maioritariamente, têm mais de 55 anos e uma elevada percentagem não tem qualquer tipo de estudos, revelando que cada vez mais os jovens fogem da agricultura.”

Segundo o Ministério da Agricultura, esta região caracteriza-se, na sua quase totalidade, por ser um território de área rural, considerando-se uma área rural fragilizada do interior de montanha. Tal traduz-se num modelo social ainda assente na actividade agrícola, com um papel importante na inserção económica, com grandes potencialidades a nível de ambiente e paisagem, contudo a necessitar de substanciais apoios a iniciativas de desenvolvimento local e intervenções endógenas, de forma a inverter a trajectória de despovoamento progressivo e implementar medidas de combate à exclusão social.

Os estudos feitos nesta área corroboram a dependência económica, ainda existente, do sector primário nesta região, salientando-se a existência de 12% de empresas afectas a este sector, três vezes superior à média da Região Norte. Referia-se que 74% dos produtores singulares da Região Norte se encontram em Trás-os-Montes e Alto Douro.

Contudo enfrentam-se graves problemas relativamente à idade e grau de escolaridade dos agricultores que, maioritariamente, têm mais de 55 anos e uma elevada percentagem não tem qualquer tipo de estudos, revelando que cada vez mais os jovens fogem da agricultura, o que põe em risco esta base económica. Ao nível da agricultura biológica há evoluções positivas, tendo aumentado 77% nos últimos dez anos, sendo que as grandes apostas se concentram no olival, pastagens e culturas arvenses.

A floresta na região de Trás-os-Montes e Alto Douro é bastante representativa, correspondendo a 48% da ocupação total florestal da Região Norte. A sustentabilidade deste sector também depende da prevenção e combate aos incêndios, pois a zona é considerada de risco alto ou muito alto ao incêndio. As espécies florestais dominantes situam-se no grupo das folhosas com 59%, distribuídas pelos castanheiros (15%), sobreiros (15%), carvalhos (13%), azinheiras (11%). No campo das resinosas impera o pinheiro bravo, sendo que o eucalipto não vai além dos 6%, relativamente ao total.

Para atestar a elevada biodiversidade do local onde nos encontramos termino referindo que 15% do total do território Nordeste 21 é classificado como Rede Natura 2000.



Seminário de Mogadouro:

O Futuro da Agricultura, Floresta e Despovoamento da Região

Orador: Domingos Amaro

Actividade: Técnico Superior da DRAT

Entidade: Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAT)

Tema da Apresentação:

"Mecanismos para a Sustentabilidade da Agricultura Transmontana"

Breve Citação do Orador:

"Muitos dos clusters estratégicos do próximo quadro comunitário de apoio e as apostas fortes do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural, encontram-se nesta região, nomeadamente a vinha e o vinho, a olivicultura, as horto-frutícolas e raças autóctones."

Em Trás-os-Montes a agricultura praticada é essencialmente familiar e tradicional, em que a preocupação com a comercialização é marginal, pouco adequada às actuais normas e exigências dos mercado e consumidores e com diminutas preocupações ambientais.

Embora seja uma região com elevado potencial de desenvolvimento para as fileiras estratégicas, já que possui produtos de qualidade e uma produção agro-alimentar diversificada, à qual é possível associar a imagem "Produtos de Trás-os-Montes" (à semelhança do que já foi feito em outras regiões) verificam-se pontos fracos fracturantes como as deficiências estruturais das explorações, a desertificação das áreas rurais, a falta de dinamismo e de cooperação empresarial. De salientar que, muitos dos *clusters* estratégicos do próximo quadro comunitário de apoio e as apostas fortes do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PDR), encontram-se nesta região, nomeadamente a vinha e vinho, a olivicultura, as horto-frutícolas e as raças autóctones. O cenário para 2013 será o de um fortalecimento e consolidação das excelências existentes, a valorização dos produtos produzidos, a melhoria de qualidade de vida rural e a diminuição das desigualdades regionais do território. Outras actividades agrícolas elencadas e consideradas emergentes para a região de Trás-os-Montes referem-se ao pastoreio sob coberto, onde a estratégia para esta nova actividade passa por melhorar a sua competitividade, através da instalação de cercados que diminuam o tempo de ocupação do pastor; a apicultura, incentivando a instalação de novos apicultores profissionais; a micologia silvestre que, actualmente, apresenta estrangulamentos ao nível da recolha indisciplinada e indiscriminada, na fuga das mais-valias para o estrangeiro e ainda a ausência de uma legislação específica, e as plantas aromáticas e condimentares onde a estratégia passará por prestar formação profissional aos recolectores.

A região de Trás-os-Montes terá três planos de intervenção territorial, o do Douro Internacional, o de Montesinho e o do Douro Vinhateiro que poderão ser de grande benefício para os agricultores das áreas protegidas, uma vez que irão permitir o crescimento da agricultura biológica e de outros sistemas que asseguram uma protecção efectiva do ambiente.

Para terminar refiro que a agricultura de Trás-os-Montes deve procurar a competitividade, com qualidade e produtividade, ser tecnologicamente mais avançada, promotora de emprego e de valor acrescentado.



Seminário de Mogadouro:

O Futuro da Agricultura, Floresta e Despovoamento da Região

Orador: Luís Tibério

Actividade: Docente UTAD

Entidade: Universidade de Trás-os-Montes e Alto de Douro (UTAD)

Tema da Apresentação:

“Inversão dos Fenómenos de Despovoamento da Região Transmontana”

Breve Citação do Orador:

“É necessário construir uma nova geração de políticas públicas, que sejam positivamente discriminatórias para as regiões do interior, orientadas para territórios de baixas densidades populacionais. Políticas assentes no equilíbrio entre competitividade e coesão territorial, privilegiando o investimento gerador de emprego, pois só com a criação de emprego será possível fixar população.”

Nos últimos 50 anos, Trás-os-Montes e Alto Douro perdeu cerca de 240 mil pessoas, o que corresponde a uma perda de população equivalente a metade da população residente na região transmontana. Falamos de territórios rurais que assistem a uma continuada perda de vitalidade social e económica, verificando-se uma acentuada redução no número de explorações agrícolas e no número de agricultores a tempo inteiro, no abandono das actividades agrícolas tradicionais e na perda de pastagens permanentes, com aumento da área de matos.

Tudo isto reflecte-se em menos investimento produtivo, em menores expectativas de trabalho e de emprego, fecho de escolas e maior necessidade na prestação de assistência a idosos com a agravante da aplicação do mesmo modelo urbano-industrial de desenvolvimento às áreas rurais. Em suma, há que garantir uma boa qualidade de vida às pessoas, seja qual for a densidade populacional. É necessário construir uma nova geração de políticas públicas, que sejam positivamente discriminatórias para as regiões do interior e orientadas para territórios de baixas densidades populacionais. Políticas assentes no equilíbrio entre competitividade e coesão territorial, privilegiando o investimento gerador de emprego, pois só com a criação de emprego será possível fixar a população no meio rural. O QREN insiste em acções para estes territórios, sendo necessário experimentar novas lógicas e abordagens locais de desenvolvimento que privilegiem maior envolvimento dos actores locais, (autarquias, associações e população) e desenvolvendo o trabalho em rede e a cooperação inter-municipal e transfronteiriça.

A região tem de construir um “território inteligente” no qual a formação contínua dos recursos humanos seja uma realidade. Deve prestar atenção especial à valorização dos recursos endógenos. É com eles que se deve construir o futuro, revitalizando o sector agrícola e agro-alimentar, procedendo à articulação entre a agricultura, a gastronomia e o turismo. É necessário promover novas actividades: na saúde, na formação dos recursos humanos e nas novas tecnologias, mas também desenhar e implementar um plano de desenvolvimento estratégico transfronteiriço. Em conclusão, trata-se de uma região despovoada, desfavorecida e do interior, mas não se pode continuar com a atitude de pedir ao Governo que faça tudo por nós e invista nesta região. Os Nordestinos têm de ser capazes de apresentar projectos bons e sustentáveis e exigir do governo a sua aprovação e financiamento.



Seminário de Mogadouro:

O Futuro da Agricultura, Floresta e Despovoamento da Região

Orador: Armando Pacheco

Actividade: Vice-Presidente da FATA

Entidade: Federação de Agricultores de Trás-os-Montes e Alto Douro (FATA)

Tema da Apresentação:

“O Associativismo e Cooperativismo como Estratégias para o Desenvolvimento da Agricultura e da Floresta”

Breve Citação do Orador:

“A estratégia de desenvolvimento passa por criar um grande agrupamento de agricultores, juntando a produção para o seu melhor escoamento, isto porque para a nova filosofia de fileira e tendo em conta as dimensões das explorações desta região os agricultores terão que se associar para melhor escoamento do produto.”

A Federação de Agricultores de Trás-os-Montes e Alto Douro, FATA, conta com 27 associações filiadas e cobre toda a área de TMAD. São desenvolvidos projectos aos quais as associações concorrem, nomeadamente de emparcelamento e todo o tipo de projectos agrícolas, lagares, florestais e licenciamentos. Neste momento estamos a constituir duas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) com projectos aprovados pelo IFADAP, tendo as nossas associadas mais cinco projectos aprovados também para formação de outras ZIF. O associativismo e cooperativismo têm de ser personalizados para ganharem eficácia, as suas direcções devem pensar mais na resolução dos problemas dos seus associados e, por outro lado, a FATA concorda que o número de associações deve baixar e que devem extinguir-se as que não possuem corpo técnico capaz de desenvolver o trabalho de apoio necessário aos agricultores.

Nesta região poderá ser aplicado o modelo espanhol, em que uma associação abrange uma vasta área territorial, onde se prestam os serviços à agricultura, desde venda e escoamento do produto e se resolvem todas as tarefas referentes a documentação e projectos. A estratégia de desenvolvimento passa por criar um grande agrupamento de agricultores, juntando a produção para o seu melhor escoamento, isto porque para a nova filosofia de fileira e tendo em conta as dimensões das explorações desta região os agricultores terão que se associar para uma melhor comercialização do produto. Um dos exemplos é a AMENDOACOOP que este ano conseguiu escoar toda a produção de amêndoa dos seus sócios, e ainda pagar no acto de entrega do produto. É isto que o associativismo e o cooperativismo têm de implementar cada vez mais. Por outro lado devem ter a capacidade de prestar apoio técnico mais barato e eficaz para todas as questões do sector agrícola, encontrar factores de produção mais competitivos e, ainda, ter a capacidade de concorrer a fundos comunitários através de agrupamentos. No entanto, estas estruturas ainda se debatem com algumas dificuldades, nomeadamente, a mentalidade e desconfiança dos nossos associados, a falta de cumprimento dos estatutos, a idade dos associados que dificulta a implementação de novas ideias, a falta de ambição dos nossos agricultores para inovar e evoluir, o facto de as pessoas ainda encarem a terra como um bem, a falta de iniciativas políticas locais e obstáculos políticos, nomeadamente na passagem de informação para as associações. As políticas da agricultura a nível de Plano de Desenvolvimento Rural, Agro-Ambientais e ICS são entraves para o nosso associativismo, e fazem com que haja um descrédito das associações perante os agricultores. Para concluir, na minha opinião, as Intervenções Territoriais Integradas não são favoráveis a esta região e de nada servem se não contemplarem apoios.



Seminário de Mogadouro:

O Futuro da Agricultura, Floresta e Despovoamento da Região

Orador: Jorge Machado

Actividade: Presidente da APFNT

Entidade: Associação de Produtores Florestais do Nordeste Transmontano

Tema da Apresentação:

"Potencialidades e Constrangimentos Actuais nos Sectores Agrícola e Florestal"

Breve Citação do Orador:

"A área geográfica de intervenção da associação é toda a região do Nordeste Transmontano e os serviços que presta aos associados centram-se em seis áreas: estudos estratégicos de intervenção, ordenamento e planeamento integrado, fomento ao investimento florestal, valorização económica da produção florestal, apoio técnico ao produtor e finalmente prevenção contra incêndios e contra pragas e doenças."

A Associação de Produtores Florestais do Nordeste Transmontano, criada em Outubro de 2004, abrange a área geográfica de toda a região do Nordeste Transmontano e os serviços que presta aos associados centram-se em seis áreas: elaboração de estudos estratégicos de intervenção, ordenamento e planeamento integrado, fomento ao investimento florestal, valorização económica da produção florestal, apoio técnico ao produtor e, finalmente, a área na qual a associação tem centrado mais esforços, a sustentabilidade e estabilidade ecológica das florestas, nomeadamente na prevenção da floresta contra incêndios e prevenção da floresta contra pragas e doenças.

Um dos principais objectivos e projectos da associação visa a constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), pois permitirão o agrupamento dos produtores florestais com vista a uma gestão efectiva da floresta. Com o desenvolvimento deste trabalho pretende-se um aumento da área ocupada por floresta sustentável devido à conversão dos terrenos agrícolas e o desenvolvimento de uma estratégia de emparcelamento da propriedade agrícola e florestal. É também necessária a criação de programas regionais de combate e erradicação das doenças do castanheiro e do pinheiro e até a continuação e reforço dos programas de apoio, que incentivem a gestão florestal por parte das associações florestais. Caso contrário ocorrerão constrangimentos que passam pelo abandono sucessivo dos espaços florestais e agrícolas e a presença sistemática e constante do fogo.

Em referência ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural destaca-se o apoio à inovação e ao desenvolvimento empresarial, à melhoria da qualidade e da segurança alimentar e ao desenvolvimento de infra-estruturas básicas, porém não descurando o correcto ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais, o reforço da coesão territorial e social e a promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural.

Estes são os objectivos que o plano aponta para o prazo de 2007 a 2013, mas cabe a todos os nordestinos fazer os esforços para os transportar para a região e promover as suas potencialidades em relação a outras regiões do país.



Seminário de Mogadouro:

O Futuro da Agricultura, Floresta e Despovoamento da Região

Orador: Jorge Fernandes

Actividade: Secretário Técnico da AAPNDI

Entidade: Associação de Apicultores do Parque Natural do Douro Internacional (AAPNDI)

Tema da Apresentação:

"Mel Biológico, um Caso de Sucesso em Trás-os-Montes e Alto Douro"

Breve Citação do Orador:

"Quando se iniciou a produção biológica de mel, em 2002, existia apenas um operador em toda a região de Trás-os-Montes, no entanto até Dezembro de 2005 esse número já aumentou para 10 operadores sendo actualmente a região do país com maior predominância na produção de mel biológico. Tendo em conta este sucesso a apicultura biológica poderá ser encarada como uma das alternativas viáveis para a agricultura e floresta de TMAD."

O sector apícola, em Portugal, conta com a existência de 15.267 apicultores que exploram um total de 555.049 colónias de abelhas (ano 2007), porém este valor é pouco significativo a nível comunitário. Em relação ao Mel Certificado (DOP, IGP, ETG) existem 545 apicultores dos quais 25 em Modo de Produção Biológico. No contexto local apícola há um potencial para produzir mais de 100 toneladas de mel nesta região. Quando se iniciou a Produção Biológica de Mel, em 2002, existia apenas um operador em toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, no entanto, até Dezembro de 2005 esse número aumentou para 10 operadores sendo, actualmente, a região do país com maior predominância na produção de mel biológico.

Para se poder considerar mel biológico a produção tem de cumprir uma série de regras impostas pelo Sistema de Controlo CE 2092/91 relativo ao "Modo de Produção Biológico" para a apicultura e produtos apícolas. Este regulamento descreve os princípios que o apicultor deve obedecer para poder obter a produção certificada, nomeadamente, as técnicas de produção e maneio, os tratamentos sanitários permitidos, as ceras que podem ser utilizadas, que alimentação artificial pode ser fornecida. Estes são assuntos que não são levados em conta no modo de produção convencional. É ainda importante a localização dos próprios apiários, ou seja, ter em consideração as condições locais em termos de vegetação natural e espontânea. A região do Nordeste tem excelentes condições para desenvolvermos este tipo de prática agrícola.

A produção de mel biológico em Trás-os-Montes e Alto Douro resulta das parcerias estabelecidas que permitem desenvolver trabalhos de investigação e de experimentação, dando uma resposta prática às nossas necessidades, existir uma maior sensibilização e formação aos apicultores, maior valorização e promoção do mel produzido e melhoria do rendimento do apicultor. Tendo em conta este sucesso a apicultura biológica poderá ser encarada como uma das alternativas viáveis para o futuro da Agricultura e da Floresta de Trás-os-Montes.

Desde 2000 que se verifica, em toda a região transfronteiriça, um número considerável de empresários apícolas espanhóis, o que significa que a região tem grandes potencialidades para a actividade. Esta situação pode, por um lado, servir para nos consciencializarmos que temos potencialidades e também que podemos ser empresários. Por outro lado, a presença dos espanhóis poderá levar a um grande número de efectivos e elevada densidade de colónias, bloqueando espaço para os jovens agricultores que se queiram lançar na actividade no contexto empresarial.



Seminário de Mogadouro:

O Futuro da Agricultura, Floresta e
Despovoamento da Região

Oradora: Margarida Silva

Actividade: Investigadora e docente
universitária

Entidade: Escola Superior de Biotecnologia
da Universidade Católica Portuguesa

Tema da Apresentação:

"Zonas Livres de Transgénicos"

Breve Citação da Oradora:

"Outra questão importante é a rotulagem. Porque é que Trás-os-Montes não tira partido da rejeição dos consumidores aos OGM e não cria uma denominação específica para garantir que na pecuária não se usam rações transgénicas? Porque é que os produtores locais não se hão-de posicionar na linha da frente, num nicho de mercado que para já está livre, e tirar partido económico das tendências do mercado quando isso exigiria tão pouca mudança e poderia render tanto?"

Os transgénicos são plantas (e animais) alterados no laboratório de uma forma que não é possível na natureza, porque se quebra a barreira entre espécies e se introduz DNA sintético. Trata-se pois de um método de alteração da vida completamente diferente do melhoramento que sempre se fez na agricultura. Os transgénicos comerciais surgiram pela primeira vez em 1994. Neste momento, para Portugal, está autorizado o cultivo de milho transgénico, mas também podem circular a soja, a colza e o algodão transgénicos.

Estudos de opinião oficiais, do Eurobarómetro, revelam que 71% dos europeus simplesmente recusa a entrada de transgénicos na sua alimentação. Em Portugal essa percentagem é de 64%.

Assim, na UE existem já 174 províncias e regiões que se declararam livres de cultivos de transgénicos, sendo mais de 4.500 as autarquias e outros órgãos do poder locais que pedem restrições às culturas de OGM (organismos geneticamente modificados). As primeiras declarações de Zonas Livres de Transgénicos em Portugal deram-se em 2004, abrangendo hoje um conjunto alargado de 43 municípios (entre os quais estão os 16 municípios da Associação de Municípios do Algarve). Além disso, as maiores empresas alimentares europeias instituíram já políticas de exclusão de transgénicos, tal como as grande cadeias de hipermercados fizeram nas suas marcas próprias. Na UE mais de 60% do total de vendas de bebidas/alimentos provém de empresas com compromissos anti-transgénicos.

Estes factos e outros provam que existe um enorme mercado para produtos livres de transgénicos (incluindo produtos animais livres de rações transgénicas). Quem vai conseguir fornecer estes produtos? Esta é uma oportunidade única, de elevado valor acrescentado. Se os produtores de carne de Trás-os-Montes se souberem organizar, e porque a pecuária no Nordeste já explora em regime extensivo, poderão ser os primeiros a nível nacional a tirar partido dela: basta-lhes criar um mecanismo de rotulagem que veicule a necessária informação ao comprador.



Seminário de Mogadouro:

O Futuro da Agricultura, Floresta e Despovoamento da Região

Orador: Ricardo Teixeira

Actividade: Aluno de doutoramento no IST

Entidade: Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa (IST-UTL)

Tema da Apresentação:

“Contributo dos Sistemas Agro-Florestais para o Sequestro de Carbono”

Breve Citação do Orador:

“O objectivo principal do Extensity é otimizar o desempenho das explorações agrícolas nos três pilares de sustentabilidade: económico, social e ambiental. É uma oportunidade para a agricultura portuguesa e actualmente o projecto já contabiliza cerca de 50 explorações quase por todo o país, que cobrem mais de 60 mil hectares.”

O Extensity é um projecto de demonstração em agricultura sustentável, co-financiado pelo programa LIFE da Comissão Europeia e coordenado pelo Instituto Superior Técnico, que engloba uma parceria envolvendo ONG's, universidades, laboratórios de investigação e agricultores. O objectivo fundamental do Extensity é otimizar o desempenho das explorações agrícolas nos três pilares de sustentabilidade: económico, social e ambiental.

Actualmente, o projecto já contabiliza cerca de 50 explorações quase por todo o país, que cobrem mais de 60 mil hectares. Aqueles que são os dois produtos originais que surgiram deste projecto e que o fizeram afirmar-se são:

1. O sistema de informação centralizado, tratando-se de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) que permite ao agricultor conhecer as suas obrigações em cada ponto da sua exploração, totalmente baseado na internet, o que constitui uma grande poupança de custos e pode ser utilizado por todas as entidades associadas ao projecto (agricultores, técnicos, certificadores, entre outros);

2. A Norma de Sustentabilidade Garantida direccionada para a produção animal. Baseia-se numa lógica de intensificação sustentável e pretende ser um compromisso entre as duas abordagens típicas da agricultura: a de intensificação, que descarta as questões ambientais, e a que se baseia na ideia de que *o que é natural é que é bom* mas que descarta um pouco o lado económico. Esta norma pretende ser um complemento à agricultura biológica, permitindo uma produção integrada como requisito mínimo e, para além disso, garantir segurança alimentar, adaptabilidade geográfica e monitorização da biodiversidade.

Os dois sistemas base que a Norma preconiza para a alimentação animal são a sementeira directa e as pastagens permanentes semeadas biodiversas e ricas em leguminosas. Estes sistemas, para além das suas vantagens agronómicas, são responsáveis por sequestro de carbono. Portugal, para cumprimento do Protocolo de Quioto, escolheu para a contabilização no seu inventário de GEE os itens opcionais de gestão agrícola e gestão de pastagens, nos quais estes sistemas se incluem. Quantificando os seus efeitos, segundo o PNAC, estima-se um potencial conjunto de sequestro de meio milhão de toneladas de CO₂. Esta é uma oportunidade para a agricultura portuguesa que o projecto tenta maximizar.



Seminário de Mogadouro:

O Futuro da Agricultura, Floresta e Despovoamento da Região

Orador: Sofia Lobo

Actividade: Técnica Superior da CMPL

Entidade: Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso (CMPL)

Tema da Apresentação:

“Projecto Biologic@ - Exemplo de Agricultura Biológica Aliada ao Desenvolvimento”

Breve Citação do Orador:

“O projecto Bilogic@, implementado no concelho de Póvoa do Lanhoso, pretende desenvolver uma nova estratégia económica, a BioEconomia, e provar que é possível desenvolver a economia protegendo o ambiente, sustendo a desertificação dos meios rurais, uma visão futurista, aliando a bioagricultura, o bioturismo, os sistemas de informação e de suporte e ainda a reanimação dos mercados de proximidade.”

O projecto Biologic@, implementado no concelho de Póvoa do Lanhoso, pretende desenvolver uma nova estratégia económica, a BioEconomia, e provar que é possível desenvolver a economia protegendo o ambiente, sustendo a desertificação dos meios rurais, numa visão futurista, aliando a bioagricultura, o bioturismo, os sistemas de informação e de suporte e ainda a reanimação dos mercados de proximidade.

Com este projecto pretendemos aumentar a rentabilidade e produtividade dos agricultores, contribuir para um melhor ambiente e para uma alimentação mais saudável. São também nossos objectivos atrair cada vez mais jovens para a agricultura, criar uma bolsa de terras, apoiar os agricultores, através de formação e apoio técnico, criar novos canais de distribuição, incentivar a criação de micro e pequenas empresas e valorizar os produtos locais. Todo o projecto foi construído através de uma gestão de cadeia de fornecimento de produtos biológicos e uma gestão de cadeia de valor das terras, com ordenamento do território, a criação e gestão da *Bolsa de Terras* e o aumento da superfície agrícola cultivada em modo de produção biológica.

Fazemos acompanhamento técnico e gratuito aos bioagricultores, criámos um Centro de Interpretação da Bioeconomia, realizamos acções de formação, participamos em feiras de forma a promover o projecto, os produtos e os produtores, criámos um portal que agrupa toda a informação e criámos um software, o SASBIO. Este permite fornecer apoio e suporte aos agricultores biológicos e conta com um mercado virtual que reúne produtores, pontos de venda, alojamento, restauração, distribuidores, transportes, entre outros, e permite ainda que cada agricultor crie o seu próprio *site* gratuitamente.

Como principais resultados obtivemos no concelho 13 novos produtores biológicos certificados e outros em processo de conversão, tendo iniciado este projecto com zero produtores. Relativamente à Bolsa de Terras, obtivemos a disponibilização de 53 hectares de área e temos um casal já instalado e 17 jovens agricultores em vias de instalação, provenientes essencialmente de grandes áreas urbanas, como Porto, Vila Nova de Gaia e Braga.

Como resultado final registámos a marca BIOLOGIC@ e fazemos a sua promoção, a criação de um caderno de normas e um novo produto Turístico – BIOTURISMO que é a junção entre o ecoturismo e o turismo rural e que ainda não existia em lado nenhum, aliando a agricultura biológica ao turismo.



Seminário de Mogadouro:

O Futuro da Agricultura, Floresta e Despovoamento da Região

Orador: Francisco Rêgo

Actividade: Director-geral da DGRF

Entidade: Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF)

Tema da Apresentação:

"Desenvolvimento Sustentável da Floresta e Fixação das Populações"

Breve Citação do Orador:

"O bioturismo e os produtos biológicos terão preferência em termos de apoios e a ideia da floresta só existir para a produção lenhosa estará confinada às áreas de grande produtividade, libertando as outras para actividades paralelas, como a caça, a pesca, o pastoreio, o lazer e a paisagem, para as quais também estão mais vocacionadas."

A Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF) tem de concretizar, nos próximos tempos, os planos de gestão florestal (PGF) que vão ser peças fundamentais na planificação de todos os apoios a concretizar ao sector florestal. Em termos do núcleo florestal do Nordeste Transmontano há um aspecto fundamental que é o seu conhecimento e para isso é essencial o inventário florestal, concluído no primeiro trimestre de 2007, onde se caracteriza o sector florestal e junto com o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) aponta as metas que devem balizar o futuro.

Esta região apresenta uma densidade populacional baixa e uma variação de população que também obedece à lógica do despovoamento. Efectivamente é uma das zonas em que a susceptibilidade dos solos à desertificação é maior e onde o potencial produtivo é menor e, conseqüentemente, as alternativas da floresta produtiva também diminuem. Portanto, é necessário ter uma preocupação fundamental para que o Nordeste possua floresta como um dos meios de combate à desertificação.

Os sectores das áreas florestais, do ambiente e do turismo, para além dos sectores tradicionais, são importantes e é primordial inovar e focar especial atenção a questões como o bioturismo e os produtos biológicos. Nos modelos de silvicultura que a DGRF quer implementar, e que serão obrigatoriamente escolhidos no quadro da procura de apoios públicos, o modelo multi-funcional será o mais beneficiado, ligado a diversas áreas como a caça e a pesca, o pastoreio, o recreio, o lazer e a paisagem, o solo, a água e o emprego. O bioturismo e os produtos biológicos terão preferência em termos de apoios e a ideia da floresta só existir para a produção lenhosa estará confinada às áreas de grande produtividade libertando as outras para actividades paralelas, acima identificadas, para as quais também estão mais vocacionadas.

As metas previstas são conhecidas: a diminuição da área ardida, o ordenamento dos espaços florestais, a profissionalização da gestão com as Zonas de Intervenção Florestal (ZIFs) e a valorização e diversificação das produções. Também será necessário dar um passo na melhoria da gestão das zonas de caça, melhoria acompanhada não só com a gestão da caça mas também com a gestão do habitat. Os elementos de planificação e de ordenamento que nos permitem uma melhor gestão da floresta nacional passam pela Estratégia Nacional para as Florestas, pelos PROF, pelos PGF com as suas unidades de gestão (os agrupamentos de baldios e as ZIFs) e pelos apoios nacionais, Fundo Florestal Permanente ou pelos apoios comunitários com o Plano de Desenvolvimento Rural.



PROJECTOS E ACÇÕES SUGERIDOS NAS MESAS DE TRABALHO

1. Agência Intermunicipal de valorização dos recursos do Nordeste: 11 votos

Gestão sustentável do espaço rural.

2. Produção integrada/biológica de vinho: 10 votos

Reestruturação da vinha tradicional e comercialização.

3. A floresta como agente potenciador do desenvolvimento local: 4 votos

Reflorestação de áreas ardidas;

Campanhas de sensibilização destinadas à preservação da floresta;

Implementação da diversidade de culturas florestais.

5. Trás-os-Montes em Movimento: 4 votos

Implementação de postos de venda locais em interacção com o turismo;

Valorização dos produtos locais, fazendo a divulgação e produzindo em sistemas que promovam o ambiente;

Criação de uma rede de disponibilidade de produtos "on-line".

4. Certificação da azeitona de conserva (DOP e/ou IGP): 1 voto

Cumprir a Directiva Comunitária referente ao tratamento de águas residuais da conservação da azeitona;

Criar e/ou facilitar os "outputs" necessários para a certificação da azeitona de conserva.



Macedo de Cavaleiros

Seminário – Estratégia da Gestão de Águas e Resíduos

Realizado no dia 23 de Maio no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros

Este seminário teve como principais temas de debate a gestão da água e resíduos na região do Nordeste Transmontano, tendo sido apresentados alguns indicadores sobre a realidade dos concelhos do Nordeste 21, bem como apresentadas propostas de melhorias nestas áreas e futuros planeamentos e investimentos a realizar. No final do evento os participantes interessados foram convidados a participar na construção de um "Ninho de Projectos", com cariz regional e exequíveis de aplicar nos próximos anos.

Resumidamente, o cenário relativo à gestão água traduz-se numa percentagem de população abastecida por sistemas de abastecimento de água, de águas residuais e ETARs nos concelhos do N21 acima da média nacional, registando valores satisfatórios e a maior questão que está em cima da mesa são os elevados custos associados a essa gestão. Relativamente à produção de resíduos sólidos urbanos per capita regista-se um valor ligeiramente inferior à nacional, enquanto que, a recolha selectiva nos ecopontos é superior para o caso do vidro e embalagens. A par do que acontece com a água, também na gestão de resíduos os custos associados são muito superiores às receitas obtidas.



Seminário de Macedo de Cavaleiros:
Estratégia da Gestão de Águas e Resíduos

Orador: Beraldo Vilarinho Pinto

Actividade: Presidente da Câmara

Entidade: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

Breve Citação do Orador:

“Os projectos intermunicipais, os projectos municipais mas geradores de impacto positivo supra-municipal e os projectos regionais são essenciais para Trás-os-Montes e Alto Douro, não só na área dos resíduos e da água, mas também em outras valências, na energia, nos produtos tradicionais, no turismo.”

Destaco dois aspectos neste seminário, em primeiro lugar, o âmbito em que ele se insere: estamos num processo de Agenda 21 Local mas não apenas de um município, mas de um conjunto alargado de oito municípios do Nordeste Transmontano que se propõem trabalhar em parceria, com vista a alcançar o desenvolvimento sustentável desta região, o que merece um registo positivo. O segundo destaque incide no facto de, neste ciclo de seminários regionais, o tema que se debate em Macedo de Cavaleiros, ser *Estratégias de Gestão de Água e Resíduos*. Para nós estes dois elementos são essenciais no caminho da qualidade ambiental de excelência e, consequentemente, do desenvolvimento sustentável. Temos encetado várias acções fundamentais, nesse sentido, e julgo que estamos a ganhar essa aposta, o que se reflecte no reconhecimento externo, através das praias de Bandeira Azul, das escolas premiadas e da atribuição do galardão Eco XXI. É um tema que está associado a bens e serviços essenciais, que para a população tem impactes directos, no seu dia-a-dia, razão pela qual assumem especial importância determinadas questões, como sejam, por exemplo, os custos.

Na gestão destes dois descritores ambientais importa reflectir e perspectivar qual o montante que deveria caber à administração central, à administração local e qual a componente da solidariedade nacional na definição das tarifas e na distribuição desses encargos pelos cidadãos. Considera-se essencial que venha a ser revista a normativa legal, de tal modo, que permita a fixação de tarifas mais justas, tarifas que sejam suportáveis pelos diversos sectores da população, pelos diversos consumidores.

Centrando-me na área dos resíduos, há aspectos a melhorar, que passarão pela adopção de novas metodologias, nomeadamente na recolha selectiva. A unidade de tratamento mecânico-biológico (TMB) dos resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) é essencial e importante, esperando que seja possível concretizá-la brevemente, mas a uma escala totalmente diferente, também devemos apostar na compostagem doméstica.

Para terminar, refiro que os projectos intermunicipais, os projectos municipais mas geradores de impacto positivo supra-municipal e os projectos regionais são essenciais para Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD), não só na área dos resíduos e da água, mas também em outras valências, na energia, nos produtos tradicionais, no turismo.



Seminário de Macedo de Cavaleiros:
Estratégia da Gestão de Águas e Resíduos

Orador: Helena Ferreira

Actividade: Coordenadora do Projecto Nordeste 21

Entidade: Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

Tema da Apresentação:

“Diagnóstico de Águas e Resíduos do Nordeste 21”

Breve Citação do Orador:

“Chama-se à atenção para uma questão deveras importante relacionada com a gestão e sustentabilidade dos municípios, quer ao nível de resíduos, quer ao nível de águas, pois existe um défice negativo elevado entre receitas e despesas geradas que, futuramente, terá de ser reajustado à realidade actual de cada município.”

Os equipamentos da gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) estão bem distribuídos, quando analisados em termos de ecocentros e ecopontos, nomeadamente a captação de ecopontos está em larga medida a cumprir o valor de referência do PERSU de 500 hab/ecoponto. Se por um lado se regista como positivo a captação diária de resíduos ser inferior à média nacional, por outro regista-se um aumento na sua produção de 8%, de 2004 para 2006. Relativamente aos valores da recolha selectiva e indiferenciada os valores desta região seguem a tendência nacional, ou seja, apenas 8% dos resíduos são recolhidos selectivamente, sendo premente encetar medidas de forma a contrariar este facto. No entanto, nos últimos três anos este tipo de recolha registou um aumento significativo: 59%. Os resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) representam 52% do total de RSU, enquanto que a nível nacional atingem os 60%, sendo o seu encaminhamento, maioritariamente, a deposição em aterro, o que contraria a Directiva Aterros. É outra questão a resolver e que poderá servir de mote às vossas propostas nas mesas temáticas.

No tema da água, o comportamento do Nordeste 21 no que se refere à cobertura do abastecimento público de água é satisfatória, já que praticamente 100% da população é servida. Neste ponto os nordestinos apresentam melhores condições que a média do país.

O consumo médio de água por habitante dia é 130, sendo a média nacional 169l/hab/dia, justificando-se, ainda, o incremento de medidas de sensibilização e redução do consumo gradual deste elemento. A população da região abrangida pelo sistema de drenagem de águas residuais é superior à média nacional e a população coberta por ETARs é similar ao resto do país, embora estes indicadores não sejam concordantes em todos os municípios.

Para concluir, chama-se a atenção para uma questão deveras importante relacionada com a gestão e sustentabilidade dos municípios, quer ao nível de resíduos, quer ao nível de águas, pois existe um défice negativo elevado entre receitas e despesas geradas que, futuramente, terá de ser reajustado à realidade actual de cada município.



Seminário de Macedo de Cavaleiros:
Estratégia da Gestão de Águas e Resíduos

Orador: Artur Magalhães

Actividade: Administrador das AdP

Entidade: Águas de Portugal (AdP)

Tema da Apresentação:

“Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais”

Breve Citação do Orador:

“As medidas previstas no novo PEAASAR passam pela conclusão e expansão dos sistemas em “alta” e continuação da infra-estruturação da vertente em “baixa”, a integração territorial de sistemas multimunicipais vizinhos, promoção de sistemas integrados para a “baixa”, revisão do enquadramento legal, institucional, técnico, económico e financeiro, definição de critérios de acesso aos fundos estruturais nacionais e comunitários.”

O PEAASAR 2007-2013 é o plano estratégico de abastecimento de água e saneamento de águas residuais para o período de 2007 a 2013 e assume-se como o documento de referência e orientação das medidas políticas e do papel de todos os protagonistas nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

O diagnóstico realizado à implementação do PEAASAR 2000 – 2006 mostra uma baixa empresarialização dos serviços e das entidades gestoras dos sistemas em “baixa”, com 87% dos municípios a gerirem directamente os serviços sem uma estrutura empresarial, os tarifários estão desajustados aos custos dos serviços, os níveis de atendimento da população são insuficientes, entre outros. Pelo contrário, a forte infra-estruturação dos sistemas em “alta” e as taxas de abastecimento de água (93%) e de saneamento de águas residuais (80%) são motivos de orgulho.

As questões decisivas para o futuro do sector passam pela revisão dos objectivos estratégicos e operacionais, pelos modelos de gestão adequados à resolução da problemática dos sistemas em “baixa” e da articulação com os sistemas em “alta”, sendo a última questão uma das mais pertinentes na região de Trás-os-Montes e Alto Duro. Relativamente às bases para uma política tarifária a nível nacional, o Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR) está, neste momento, a trabalhar sobre uma política de tarifário que se ajuste ao nível de desenvolvimento e à assimetria das diversas zonas.

As medidas fundamentais previstas neste novo PEAASAR passam pela conclusão e expansão dos sistemas em “alta” e continuação da infra-estruturação da vertente em “baixa”, pela integração territorial de sistemas multimunicipais vizinhos, pela promoção de sistemas integrados para a “baixa”, pela revisão do enquadramento legal, institucional, técnico, económico e financeiro aplicável, e pela definição de critérios de acesso aos fundos estruturais nacionais e comunitários.

Estas decisões são importantes uma vez que o novo QREN afecta 1000 milhões de euros ao financiamento do ciclo urbano da água e o investimento total previsto para este período de tempo será de 4.000 milhões de euros. Em relação ao sistema em “baixa” o PEAASAR 2 prevê um novo modelo que é uma extensão dos modelos de parceria Águas de Portugal - Municípios que provou ser um modelo adequado nos sistemas em “alta”.



Seminário de Macedo de Cavaleiros:
Estratégia da Gestão de Águas e Resíduos

Orador: Alexandre Chaves

Actividade: Presidente das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro

Entidade: Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro

Tema da Apresentação:

“A Gestão Local dos Recursos Hídricos”

Breve Citação do Orador:

“O próximo desafio é que se imponha uma nova visão para o ciclo urbano da água, orientada para a problemática das redes em baixa. Romper com o ciclo instalado, com as baixas tarifas, com a baixa qualidade e elevadas perdas. Há que saltar para um novo patamar, com mais qualidade e com reduções nas perdas e infiltrações.”

Desde o seu início, em Outubro de 2001, que as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD) trabalham para garantir o abastecimento de água e o saneamento de 31 municípios. Devido a diversos condicionamentos, nomeadamente ao vasto espaço geográfico e à diversidade de situações, o trabalho foi desenvolvido de forma faseada e tem como objectivos previstos para 2008 a implementação de 115 subsistemas (“em alta”), servindo bacias com mais de 1000 habitantes-equivalente, a construção de 118 ETARs e cerca de 1.343 quilómetros de emissários.

Relativamente ao abastecimento de água, a missão proposta foi aumentar as captações de água (26) e as ETAs (25), bem como aumentar a rede de condutas adutoras para uma população servida de 437.290 habitantes. Neste momento já estão concluídos cinco Subsistemas e 22 Subsistemas encontram-se em execução ou em conclusão, incluindo cinco barragens.

Quanto aos objectivos do sistema multimunicipal, ao nível qualitativo, a ATMAD pretende garantir um serviço de abastecimento de água e saneamento, com qualidade e a custos controlados, promover a qualidade do ambiente e cumprir a legislação nacional e comunitária. Ao nível quantitativo pretende aumentar os níveis de abastecimento de água para 95% e de 85% para o tratamento de águas residuais.

O próximo desafio que se impõe é a implantação de uma nova visão para o ciclo urbano da água, orientada para a problemática das redes em baixa, rompendo com o ciclo instalado, com as baixas tarifas, com a baixa qualidade e elevadas perdas. Estes investimentos necessários serão avultados e terão de ser geridos na óptica Multimunicipal mas importa dizer que estão previstos no próximo QREN e Trás-os-Montes não pode ficar ao lado deste desafio. No abastecimento importa corrigir as perdas, os usos indevidos e a questão dos espaços verdes. Nas águas residuais importa separar as redes pluviais das residuais, estancar as infiltrações, colectar e drenar as águas residuais para os emissários de transporte para as ETARs, instalar novas redes e reabilitar as antigas e ainda aplicar o regulamento para pré-tratamento industrial. Desta forma, este trabalho permite uma significativa melhoria das condições de vida e reforço da actividade multisectorial em Trás-os-Montes e Alto Douro bem como a melhoria das condições da empregabilidade e promoção da coesão social intra-regional aproximando os níveis de atendimento ao todo nacional e com a Europa.



Seminário de Macedo de Cavaleiros:
Estratégia da Gestão de Águas e Resíduos

Orador: Pedro Teiga

Actividade: Doutorando na FEUP

Entidade: Faculdade de Engenharia do Porto (FEUP)

Tema da Apresentação:

"Reabilitação (requalificada e sustentada) de Rios e Ribeiras e a Educação Ambiental"

Breve Citação do Orador:

"Os projectos de reabilitação de rios e ribeiras são um exemplo concreto e local que poderá assumir uma dimensão contínua e continuada, de educação com vocação interdisciplinar, cada vez mais com o compromisso efectivo, por parte dos poderes políticos e culturais, na interligação do método científico na formação escolar com as realidades locais."

A educação ambiental, como componente essencial no processo de formação permanente individual e colectiva, deve ter uma abordagem vocacionada para a resolução de problemas, contribuindo para o envolvimento activo do público, principalmente nas camadas mais jovens. Assim considerada, a educação ambiental ou, como tem vindo mais recentemente a ser designada, a educação para a sustentabilidade, torna o sistema educativo mais relevante e realista e estabelece uma maior interdependência entre a escola e o ambiente natural e social em que se insere, resultando num crescente bem-estar das comunidades humanas.

A educação ambiental é a ferramenta ideal para auxiliar e complementar a reabilitação de rios e ribeiras, processo este que consiste, de forma simples, na reconquista das condições naturais do ecossistema ribeirinho, isto é, na reposição, de uma forma sustentada e integrada, da situação de boa qualidade ambiental que já existiu outrora.

Estes projectos de reabilitação são um exemplo concreto e local que poderá assumir uma dimensão contínua e continuada, de educação com vocação interdisciplinar, cada vez mais com o compromisso efectivo, por parte dos poderes políticos e culturais, na interligação do método científico na formação escolar com as realidades locais.

Os profissionais de actividades de participação pública podem utilizar várias metodologias, quer nos conceitos teóricos quer de experiências práticas, para a eficácia na aquisição de conhecimentos técnico/científicos relativamente aos rios e ribeiras, nomeadamente: Projecto Rios, ciclo da água, ecossistemas, importância da qualidade e usos da água, anfíbios, insectos, mamíferos, botânica, etnografia e tradições culturais, interligados com a realidade local para atingir comportamentos mais adequados ao desenvolvimento sustentado. Com a convicção da necessidade da formação de novas mentalidades indutoras de comportamentos favoráveis ao desenvolvimento sustentado, quer da população em geral quer dos decisores, a metodologia utilizada visa contribuir para a reabilitação de rios e ribeiras, utilizando formas de envolvimento, avaliação e acompanhamento que permitam contribuir para a implementação da Directiva Quadro da Água e conseqüente incremento da qualidade de vida das populações.



Seminário de Macedo de Cavaleiros:
Estratégia da Gestão de Águas e Resíduos

Orador: José Alcides Peres

Actividade: Docente Universitário

Entidade: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

Tema da Apresentação:

“Processo de Tratamento e Valorização dos Resíduos e Efluentes das Unidades de Produção de Azeite”

Breve Citação do Orador:

“Os efluentes da indústria lagareira, vulgarmente designados por águas ruças, constituem actualmente um grave problema ambiental nos países mediterrânicos, estimando-se um volume total anual de 30 milhões de m³. Em Portugal, estima-se que o volume anual destes efluentes se situe entre 100.000 e 350.000 m³, com uma carga poluente equivalente de 2,5 milhões de habitantes.”

A produção de azeite constitui uma das actividades agro-industriais mais antigas e com mais tradições culturais nos países situados na bacia do Mediterrâneo. Os efluentes da indústria lagareira, vulgarmente designados por águas ruças, constituem actualmente um grave problema ambiental nos países mediterrânicos. Em Portugal, estima-se que o volume anual de águas ruças se situe entre 100.000 e 350.000 m³, com uma carga poluente equivalente de 2,5 milhões de habitantes.

As águas ruças são efluentes que se caracterizam por serem bastante ácidas (apresentam um pH entre 4-5) e têm uma elevada concentração de matéria orgânica dissolvida e em suspensão. São tóxicas relativamente a peixes e plantas, tendo carácter herbicida e inibidor da germinação de sementes.

As dificuldades no tratamento destas águas prendem-se com a sua elevada carga poluente, cerca de 200 a 400 vezes superior aos esgotos municipais, e com a dificuldade de depuração natural. Existem variadíssimos métodos físicos e físico-químicos para o tratamento de águas, que têm sido experimentados ao longo das últimas décadas, alguns mesmo legislados pelos ministérios do ambiente e agricultura, mas nenhum se mostrou satisfatoriamente eficaz. Normalmente os processos mais efectivos para a depuração de águas residuais de carácter orgânico costumam ser biológicos. Estes processos têm como base a utilização de consórcios de microorganismos.

Recentemente o departamento de Química da UTAD desenvolveu um novo processo de tratamento e valorização destes resíduos que consiste em tratar águas ruças conjuntamente com o pó de cortiça. A mistura ponderada destes dois sub-produtos traduz-se num produto que constitui um valor acrescentado, produzindo-se biomassa que poderá ser encaminhada para um sistema de queima e, se esse sistema for de cogeração, há a produção de energia eléctrica e de calor. Parte do calor pode ser utilizado para o sistema de secagem e parte da energia eléctrica produzida pode alimentar a linha de produção, criando assim, um processo de tratamento integrado e auto-sustentado. Este processo, patenteado em Portugal e na União Europeia, é viável para um grande lagar ou para uma unidade centralizada de tratamento (p. e. de vários lagares ou mesmo de uma região), mas também poderá ser adaptado a lagares mais pequenos.



Seminário de Macedo de Cavaleiros:
Estratégia da Gestão de Águas e Resíduos

Orador: Mário A. Tavares Russo

Actividade: Docente (ESTG/IPVC)

Entidade: Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Tema da Apresentação:

“A importância da reciclagem de embalagens e resíduos de embalagens por compostagem ou digestão anaeróbia na estratégia de gestão dos resíduos urbanos biodegradáveis em Portugal”

Breve Citação do Orador:

“Para concluir saliento que a Valorização Orgânica de embalagens desempenha um papel importante na gestão dos Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB); o composto produzido a partir de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de recolhas indiferenciadas tem condições de utilização como correctivo dos solos em Portugal.”

A caracterização dos resíduos em Portugal reflecte a elevada percentagem de resíduos sólidos urbanos (RSU) biodegradáveis - cerca de 53% do total de RSU são matéria orgânica fermentável - o que impõe um encaminhamento adequado desses mesmos resíduos. A legislação, de resto, impõe-no!

As directivas comunitárias vieram impor limites quantitativos e temporais quanto à gestão dos RUB (Resíduos Urbanos Biodegradáveis) e o panorama da reciclagem em Portugal, indica-nos que, não obstante a tendência de crescimento - prevê-se que em 2009 se valorize um milhão e meio de toneladas de resíduos a mais do que no ano de 2006. Actualmente, em termos globais, apenas seis sistemas de gestão de resíduos cumprem integralmente a directiva, o que representa menos de um terço (29%) da população portuguesa. Se for analisada a totalidade dos sistemas, conclui-se que faltam reciclar 13.8% dos resíduos de embalagem.

Adicionalmente, há ainda que considerar os perigos que surgem quanto à valorização orgânica de resíduos indiferenciados, já que o 2nd Draft “Biological Treatment of Biowaste”, ainda em fase de discussão, pode transformar o composto das centrais de compostagem nacionais em resíduo, com as consequências nefastas que tal acarretará. A verificar-se tal pode levar a que investimentos elevadíssimos em equipamentos, manutenção e operação de centrais para produzir composto tenham um triste destino: o aterro.

Numa investigação efectuada com vista a avaliar a compostagem de embalagens de papel e cartão em Portugal, para 2006, foram realizados inquéritos aos 29 sistemas de gestão de resíduos que permitiram caracterizar os RSU e de refugos e avaliar a qualidade do composto. Verificou-se que para o papel e cartão produzidos correspondem a 321 mil toneladas/ano, a reciclagem mínima, de acordo com a legislação, seria de 152 mil toneladas/ano, a fracção total de papel e cartão não admitidas em aterro era de 194 mil toneladas, dos quais a fracção de embalagem é de 78 mil toneladas/ano, que os sistemas de gestão poderão absorver, o que quer dizer que não é negligenciável.

Ora, num país em que 68% dos solos são pobres e necessitam de incorporação de matéria orgânica, porque não incorporar embalagens de cartão e papel no processo de compostagem? Parece-nos a solução mais interessante.



Seminário de Macedo de Cavaleiros:

Estratégia da Gestão de Águas e Resíduos

Orador: João Almeida

Actividade: Coordenador do Departamento de Estudos e Projectos do IRAR

Entidade: Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR)

Tema da Apresentação:

“O Papel do IRAR na Evolução da Regulação de Serviços de Águas e Resíduos”

Breve Citação do Orador:

“No que diz respeito às entidades gestoras municipais, irá passar a existir um novo “Regulamento Tarifário” que prevê um conjunto de obrigações e de critérios de uniformização dos sistemas de tarifas, a nível nacional, cabendo ao IRAR o acompanhamento do cumprimento dessa nova legislação.”

O Instituto Regulador de Águas e Resíduos, IRAR, como organismo de regulação dos serviços de águas e resíduos, tem por missão proteger os interesses dos utilizadores dos serviços, salvaguardando a viabilidade económica dos operadores, consolidando o restante tecido empresarial do sector e ainda salvaguardando os aspectos ambientais. Em particular o IRAR incentiva as entidades gestoras a serem mais eficientes e eficazes.

Ao nível da regulação estrutural, e numa tentativa de homogeneizar os critérios de definição de tarifas e as condições de acesso aos serviços de águas e resíduos, o IRAR preparou recentemente o regulamento tarifário. Esta lei, que se espera venha a ser publicada brevemente, vai regular que obrigações e critérios devem ser observados na definição dos tarifários dos serviços de águas e resíduos.

Há princípios fundamentais a reter nesta matéria, nomeadamente no que diz respeito ao pagamento dos serviços: os consumidores deverão pagar uma tarifa que deve ser tendencialmente suficiente para cobrir o preço do serviço, ou seja, não poderão continuar a existir municípios onde não é cobrada uma tarifa pelos serviços de águas e resíduos. Este e outros princípios são apresentados na proposta de legislação de regulamento de tarifário e visam, genericamente, garantir que as pessoas têm acesso ao serviço a um preço justo e que esse preço permite garantir a viabilidade das várias empresas intervenientes.

Relativamente à regulação da qualidade de serviço das entidades gestoras, esta assenta, genericamente, na análise anual do desempenho das entidades, com base num modelo de 20 indicadores aplicáveis aos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Estes indicadores permitem efectuar o “*benchmarking*” entre as várias entidades.

Outra área de actuação do IRAR, prende-se com a regulação da qualidade da água para consumo humano. Neste capítulo, as entidades gestoras enviam anualmente ao IRAR um Programa de Controlo de Qualidade da Água, que é analisado e posteriormente aprovado. Os resultados do controlo da qualidade da água são posteriormente divulgados, conferindo transparência total ao sistema.

Anualmente o IRAR publica o Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal, que contém uma compilação de informação decorrente da actividade do IRAR e que pode ser consultado em www.irar.pt.



Seminário de Macedo de Cavaleiros:
Estratégia da Gestão de Águas e Resíduos

Orador: Pedro Carteiro

Actividade: Técnico da Quercus ANCN

Entidade: Quercus

Tema da Apresentação:

“Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II: Tratamento Mecânico Biológico”

Breve Citação do Orador:

“Considerando a presente realidade do tratamento de RSU é desejável que as candidaturas dos Sistemas Multimunicipais e Autarquias, no âmbito do PERSU II ao novo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contemplem sempre o pré-tratamento através do Tratamento Mecânico Biológico, da totalidade dos resíduos que não são ainda objecto de recolha selectiva.”

O tratamento mecânico e biológico (TMB) é projectado para uma ou mais finalidades, geralmente para recuperar materiais para a reciclagem e estabilizar a fracção orgânica dos resíduos sólidos urbanos (RSU) provenientes da recolha indiferenciada. As suas vantagens práticas são a redução do volume de resíduos destinados à deposição em aterro ou a incinerar e a redução da humidade e da percentagem da fracção orgânica a enviar para destino final bem como do potencial de formação de gás (biogás).

Trata-se de uma série de processos simples tais como a extracção, numa máquina modular, dos componentes indesejáveis que podem obstruir os processos subsequentes, fazendo-se posteriormente a separação dos materiais biodegradáveis, a separação de materiais para a reciclagem, a separação/preparação dos materiais com um valor calorífico elevado, a preparação dos materiais destinados para o tratamento biológico, e por fim a afinação final do composto ou fracção orgânica estabilizada (resultante da fase biológica).

O material estabilizado, devido ao tratamento biológico, já só representa uma pequena parte da fracção orgânica inicial (entre 2 a 10%) e, quando colocado em aterro sanitário tem emissões gasosas desprezáveis comparadas com as emissões de um RSU não tratado. O material estabilizado, contudo, tem qualidades agrícolas, embora não se possa defender – por razões de segurança alimentar – alguns dos presentes destinos (por exemplo a vinha e pomares), mas a produção florestal, culturas bioenergéticas, floricultura, jardinagem e mesmo a recuperação de solos degradados surgem como destinos bastante interessantes.

Considerando a presente realidade do tratamento de RSU em Portugal, é desejável que as candidaturas dos SMAUT (Sistemas Multimunicipais e Autarquias), no âmbito do PERSU II (Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos) ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contemplem sempre o pré-tratamento, através do TMB, da totalidade dos resíduos que não são ainda objecto de recolha selectiva. Só desta forma é que se pode garantir a eliminação dos impactes negativos (ambientais e sociais) dos aterros sanitários e evoluir-se na reciclagem de materiais.



Seminário de Macedo de Cavaleiros:
Estratégia da Gestão de Águas e Resíduos

Orador: Paulo Praça

Actividade: Director da RN

Entidade: Resíduos do Nordeste, EIM (RN)

Breve Citação do Orador:

“Pessoalmente, acredito cada vez mais nos processos participativos pois no meu quotidiano com os políticos chego à conclusão que os principais projectos infra-estruturais já foram feitos ou planeados, faltando agora ideias para a implementação de outros novos e esta lacuna pode, de certo modo, ser colmatada com este tipo de processos.”

Este tipo de projectos e, nomeadamente, a implementação da Agenda 21 Local do Nordeste Transmontano é difícil, pois em Portugal não existe uma cultura participativa como, por exemplo, nos países nórdicos. Se por vezes um político dialoga muito é criticado, pois discursa de mais e pouco faz, assim como o contrário, por isso ainda não se encontrou este equilíbrio democrático muito mais desenvolvido noutros países da Europa.

Pessoalmente, acredito cada vez mais nos processos participativos pois no meu quotidiano com os políticos chego à conclusão que os principais projectos já foram feitos ou planeados, faltando agora ideias para a implementação de outros novos, não tanto infra-estruturais, e esta lacuna pode, de certo modo, ser colmatada com este tipo de processos.

Relativamente ao projecto, já se passou por várias fases, desde o entusiasmo do arranque a uma fase mais morna, até que agora se encontra numa dinâmica activa, havendo várias solicitações de várias personalidades e entidades que querem participar e contribuir activamente neste ciclo de seminários.

Na área dos resíduos, muitas das coisas que foram ditas e debatidas neste seminário estão dentro da linha de trabalho da Resíduos do Nordeste, sendo este um projecto regional com 4 anos de existência. Deseja-se que nas outras áreas se consiga realizar um trabalho semelhante.



PROJECTOS E ACÇÕES SUGERIDOS NAS MESAS DE TRABALHO

Reabilitação de rios e ribeiras: 19 votos

Identificação dos problemas através de levantamentos no terreno;

Seleção das linhas prioritárias de água;

Implementação das acções correctivas;

Monitorização de uma rede das linhas água seleccionadas.

Ecopontos para todos: 15 votos

Sensibilização da população, em geral, para promover a separação dos resíduos;

Distribuição gratuita de sacos / ecopontos / fitas de cores diferentes à população;

Registo da habitação que fez a separação de resíduos, atribuindo-lhe incentivos, como a redução das taxas das tarifas de água;

Distribuição da recolha dos diferentes fluxos de resíduos por diferentes dias.

Equipamentos de recolha de fluxos especiais de resíduos: 10 votos

Nas entidades públicas deve ser recolhido todo o tipo de óleos alimentares, pela Resíduos do Nordeste, podendo-se alargar a outras instituições; o biodiesel produzido deveria ser utilizado pelas frotas municipais;

Criação de um ecocentro móvel que se desloque em dias definidos em determinadas zonas rurais;

Implementação de um circuito de recolha em dias certos; o mesmo carro poderia fazer a recolha dos resíduos fitossanitários e dos monstros domésticos.

Ciclo urbano de águas pluviais: 10 votos

Implementação da rede separativa;

Criação de infra-estruturas de armazenamento e reutilização das águas pluviais;

Sensibilização e divulgação de soluções;

Identificação de zonas prioritárias;



PROJECTOS E ACÇÕES SUGERIDOS NAS MESAS DE TRABALHO

Os eco€urónios também ganham dinheiro: 8 votos

Produtores e distribuidores – campanha de sensibilização/educação para incentivar à produção de embalagens maiores, a um preço mais económico;

Distribuidores e consumidores finais – incentivar o uso de um saco de pano, para substituir os sacos de plástico; estes sacos teriam um logótipo a definir e também frases emblemáticas, como por exemplo " *Embalagem é desperdício, o conteúdo é que conta* ", entre outras;

Comerciantes e restauração – implementar a recolha porta-a-porta dos resíduos recicláveis.

Incentivo da população à produção de composto: 2 votos

Sensibilização da população para a problemática dos resíduos em aterros;
Distribuição de compostores para a realização de compostagem caseira;
Aquisição do composto a produtores da região, para adubagem de jardins públicos.

Efluentes domésticos – intervenção prática: 1 voto

Sensibilização dos produtores de efluentes domésticos para uma correcta utilização das águas rejeitadas, sobretudo na separação de gorduras, através de acções de formação conjuntas com as Juntas de Freguesia e escolas;

Construção de bacias de retenção de águas provenientes do tratamento nas ETAR's, para futura reutilização em regadio e mesmo no combate a fogos florestais (água com controle adequado);

Para garantir o correcto tratamento das águas residuais é necessário, em primeiro lugar, garantir a recolha total de efluentes produzidos; como tal, deverão ser terminadas as redes com a construção de elevatórias, de modo a tentar concentrar todos os efluentes num mesmo ponto de tratamento;

Utilização das lamas nos solos agrícolas após um processo de secagem e correcção do pH; caso não seja suficiente para garantir a sua qualidade, terá de passar por um processo de compostagem.

Consumir menos para garantir o futuro: 1 voto

Manutenção dos espaços verdes;

Reutilização das águas residuais domésticas;

Utilização das águas pluviais;

Redução da quantidade de água utilizada nas casas de banho;

Redução da quantidade de água por descarga de autoclismo;

Redução da água utilizada na limpeza pública;



Alfândega da Fé

Seminário - Dinamização da Economia Local: Potenciar a Criação de Emprego, Formando e Qualificando

Realizado no dia 8 de Junho no Centro Cultural de Alfândega da Fé

Assumindo o desafio de aumentar a qualidade de vida da Região Transmontana e destes oito concelhos em particular, o Projecto Nordeste 21 organizou este seminário temático tendo abordado um tema essencial para a região e com este evento pretendeu-se que se sugerissem e trabalhassem projectos e alianças para o seu futuro.

O desemprego da região revela-se como a consequência de uma estrutura económica débil, incapaz de criar e fixar os seus activos, onde se evidencia uma sociedade com dificuldade em integrar a mulher no mercado de trabalho e se verifica uma elevada taxa de retenção e desistência no ensino básico. Paralelamente denota-se uma falta de dinamismo empresarial e de investimento público em infra-estruturas que tem levado a um decréscimo do número de empresas nos últimos anos numa região rica em recursos endógenos.



Seminário de Alfândega da Fé:

Dinamização da Economia Local: Potenciar a Criação de Emprego, Formando e Qualificando

Orador: João Carlos Sarmiento

Actividade: Presidente da Câmara

Entidade: Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Breve Citação do Orador:

“Reforço que os municípios desta região também têm de começar a pensar de forma conjunta e deixarem de actuar à volta da sua capelinha, trabalhando todos nos mesmos projectos, envolvendo toda a região. Este é sem dúvida o grande desafio dos próximos anos, não esquecendo que o novo QREN aponta claramente nesse sentido.”

A dinamização da economia local é um desafio que se nos coloca a todos, autarcas e municipais, diria mesmo que é o grande desafio que se põe ao Nordeste Transmontano neste e nos próximos anos.

Mais do que apontar indicadores que são por todos amplamente conhecidos, importa hoje apontar caminhos que nos possam servir de instrumentos eficazes para perspectivarmos o desenvolvimento local. É essencial pôr em prática estratégias para promover a competitividade da região e criar condições para a captação de investimentos e projectos que contribuam para um desenvolvimento sustentado da economia local. Tarefa que só será possível se o pensarmos e estruturarmos de um modo integrado, olhando o Nordeste Transmontano como um todo. Estamos conscientes dos constrangimentos que enfrentamos nesta matéria, nem sempre é fácil atrair financiamento e investimento para esta região, sendo premente que todos os municípios reúnam esforços para melhor consegui-lo, nomeadamente junto do poder Central.

Apesar da região ser considerada praticamente marginal a nível de investimentos, é necessário e urgente inverter esta tendência. Para tal temos de a tornar mais atractiva para os investidores, encontrando estratégias de valorização do território. Os nossos objectivos passam por melhorar a imagem do Nordeste Transmontano, tanto a nível nacional, como no estrangeiro e construir parcerias que possibilitem o desenvolvimento efectivo, com geração de postos de trabalho e de riqueza para a região.

Reforço que os municípios desta região também têm de começar a pensar de forma conjunta e deixarem de actuar à volta da sua capelinha, trabalhando todos nos mesmos projectos, envolvendo toda a região. Este é sem dúvida o grande desafio dos próximos anos, não esquecendo que o novo QREN aponta claramente nesse sentido.

Sabemos que o caminho a percorrer é longo, das dificuldades que tal acarreta, mas este é um processo que a todos diz respeito, cabe-nos a todos nós unir esforços, lançar ideias, debater projectos, contribuir de um modo eficaz para este que deve ser um objectivo comum: a dinamização da economia local.

Aos responsáveis pede-se um esforço nesse sentido e é necessário aproveitar eventos como estes para criar e debater ideias e posteriormente pô-las em prática para que todos as possamos aproveitar.

Assim desejo-vos uma boa sessão de trabalho e que apreciem a estada em Alfândega da Fé.



Seminário de Alfândega da Fé:

Dinamização da Economia Local: Potenciar a Criação de Emprego, Formando e Qualificando

Orador: António Luís Olaio

Actividade: Vice-Presidente da Câmara

Entidade: Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Citação do Orador:

“O Nordeste 21 é um projecto que pretende conciliar a participação de um conjunto de “forças vivas” da região, nomeadamente, técnicos municipais, políticos, associações, empresários e todas as entidades que se mostram interessadas, na construção do desenvolvimento sustentável desta zona”.

Como coordenador da Agenda 21 Local (A21L) de Alfândega da Fé realço a importância que a “Resíduos do Nordeste” teve no avanço deste projecto regional e pioneiro em Portugal, envolvendo oito municípios do Nordeste Transmontano, na procura da sustentabilidade e indo de encontro às regras do novo quadro comunitário-QREN, actuando em conjunto, na região.

O “Nordeste 21” é um projecto que pretende conciliar a participação de um conjunto de “forças vivas” da região, nomeadamente, técnicos municipais, políticos, associações, empresários e todas as entidades que se mostrem interessadas, na construção do desenvolvimento sustentável desta zona.

Fruto do atraso estrutural que sofremos, a Comunidade Europeia disponibiliza alguns fundos de coesão para o nosso desenvolvimento, para que nos aproximemos dos níveis de qualidade de vida de outras regiões mais dinâmicas e evoluídas. Esta região tem de encontrar uma nova forma de trabalhar, em conjunto, apostando em projectos viáveis e sustentáveis que possam integrar o QREN. E este projecto, “Nordeste 21”, poderá ajudar a criar os mecanismos intermunicipais, que facilitem essa tarefa.

Uma área preocupante e estratégica para o desenvolvimento da região e do todo nacional é a da eficiência energética, apostando na produção de energia renovável, onde há ainda muito por explorar e um potencial enorme nesta zona. Daí a sugestão da Câmara Municipal em convidar uma empresa especialista no sector das energias renováveis, para integrar o leque de oradores deste seminário. Esta empresa irá produzir um painel solar móvel e que todos poderão apreciar, em funcionamento, no recinto da Feira da Cereja.

A implementação das energias renováveis tem sido difícil e sofrido fortes entraves, nomeadamente por questões ambientais. Como exemplo, refiro que no concelho de Alfândega da Fé foi aprovada a implantação de um parque eólico (30 torres e cerca de 60Mw), há já alguns anos, localizado na serra de Bornes, mas surgiram alguns problemas, como a capacidade de recepção da energia produzida e a sua integração na rede eléctrica, assim como a classificação no PDM que considera aquela área como tendo “elevado valor paisagístico”.

Resumidamente, esta região e o País têm de melhorar a sua aposta na energia renovável, como motor de desenvolvimento económico, de diminuição da emissão de “CO₂”, melhorando os recursos disponíveis. Dessa forma, a A21L tem um projecto já assumido que visa a criação de uma Agência de Energia Regional, esperando-se que, em breve, dê os primeiros passos e possa vir a produzir frutos.



Seminário de Alfândega da Fé:

Dinamização da Economia Local: Potenciar a Criação de Emprego, Formando e Qualificando

Orador: Helena Ferreira

Actividade: Coordenadora do Projecto Nordeste 21

Entidade: Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

Tema da Apresentação:

“A Agenda 21 Local como Motor de uma Economia Sustentável”

Breve Citação do Orador:

“O Nordeste Transmontano tem de apostar numa economia que assente nos recursos endógenos da região, ou seja, naquilo que os transmontanos possuem e que não existe nas outras regiões e assim primar pela diferença, podendo ser competitivos e melhores.”

O tema do seminário de hoje “Dinamização da Economia Local” vai de encontro aos compromissos de Aalborg assumidos por todo o Nordeste 21. No oitavo compromisso os concelhos integrantes deste projecto comprometeram-se a: 1. Adoptar medidas que estimulem e garantam a empregabilidade e o “start-ups” de empresas; 2. Cooperar com empresários locais como forma de promoção e implementação de boas práticas de associativismo; 3. Desenvolver e implementar os princípios da sustentabilidade nas empresas locais; 4. Fomentar o desenvolvimento de mercados com elevada qualidade local e regional; 5. Promover o turismo local de forma sustentada.

Durante esta sessão pretende-se que todos, em conjunto, participem na construção da estratégia para que o Nordeste Transmontano cumpra os cinco designios que enumerei. Para tal apelo à vossa participação nas mesas temáticas que estão subordinadas a dois temas: Emprego com Futuro e Economia Sustentável.

Do diagnóstico realizado não restam dúvidas que a economia e o emprego são prioritários para a Sustentabilidade desta terra e os números que vos apresento de seguida deverão servir de base a qualquer política e planeamento a implementar no futuro.

Os municípios do Nordeste 21, revelam do ponto de vista demográfico a existência de crescimentos demográficos negativos para a generalidade dos concelhos. Na origem destes crescimentos estão os fortes surtos migratórios, resultantes da falta de condições efectivas que permitam a fixação das populações. A região encontra-se marcada por uma população envelhecida com uma taxa de actividade de 37% numa região Norte em que a mesma sobe aos 48%. O desemprego, consequência de uma estrutura económica incapaz de criar e fixar os seus activos, avaliado, ao nível concelhio, em termos da taxa de inscritos no centro de emprego pela população activa, atingiu em 2006 valores na ordem dos 11%. Maioritariamente, os desempregados do Nordeste 21 integram a faixa etária dos 35 aos 54 anos e em termos de qualificação escolar, apesar de 77% terem o ensino básico ou inferior, 10% possuem qualificação superior, o que claramente denota uma estrutura económica incapaz de absorver a população mais qualificada e jovem que será, crescentemente, impelida para migrações em direcção ao litoral. A distribuição do desemprego, por sexo, evidencia uma sociedade com dificuldades em integrar a mulher no mercado de trabalho, já que estas, no ano de 2006, representaram 66% dos desempregados dos concelhos do Nordeste 21. A existência de um perfil relativamente rico de recursos endógenos e de fluxos de investimento público em infra-estruturas não têm, contudo, contribuído para um relançamento consistente da região. A corroborar esta afirmação e a falta de dinamismo, o número de empresas, nos concelhos incluídos no projecto, de 1998 a 2005, sofreu um decréscimo de cerca de 12,5%, o que se traduziu, numa perda efectiva de 1180 empresas. No mesmo período e apesar da criação líquida de empresas ainda registar números positivos há um retrocesso significativo, na ordem dos 60%.



Seminário de Alfândega da Fé:

Dinamização da Economia Local: Potenciar a Criação de Emprego, Formando e Qualificando

Orador: Enrique Espinel

Actividade: Presidente do Conselho de Administração da Mecapisa.

Entidade: Mecapisa

Tema da Apresentação:

“Parcerias Público Privadas na Procura da Eficiência Empresarial”

Breve Citação do Orador:

“Os quatro factores essenciais que possibilitam o êxito de uma empresa são a liderança, a existência de um meio favorável para as actividades empresariais, o compromisso de realizar e investir em formação e fomentar o espírito de colaboração entre empresas e administração.”

Segundo a directiva europeia, uma parte considerável do consumo bruto de electricidade terá de ser produzido a partir de energias renováveis até ao ano de 2010, nomeadamente a partir das fontes de energias eólica, hidroeléctrica, solar fotovoltaica, solar termoeléctrica, biomassa, biogás e biocombustíveis.

A actividade da Mecapisa centra-se na produção de painéis para produção de energia fotovoltaica, para utilização *in-situ* (auto-consumo), armazenando-se essa energia em baterias para posterior ligação à rede e venda à rede eléctrica. Esta empresa inicia agora a sua actividade, em Alfândega da Fé, tendo já espaço e pessoal contratado para laborar na área de fabricação de equipamentos para as energias renováveis – Mecapisa Portugal. O grupo tem outras filiais em Espanha que se dedicam exclusivamente ao desenho de equipamentos para energias renováveis e à construção de alterações, e manutenção de utilização de equipamentos. Em suma, os principais trabalhos desenvolvidos pela Mecapisa na área dos painéis fotovoltaicos ao nível de todas as subsidiárias prendem-se essencialmente com o desenvolvimento de produto, construção de moldes, materiais e utilitários, adaptações e manutenções, protótipos e fabricação de séries.

Um dos equipamentos a ser construído em Portugal é designado por *south face*. Neste dispositivo verificamos um avanço inédito em relação à reprodução da trajectória solar do painel por meio mecânico, eliminando-se um motor. Apesar disso este seguidor simplificado estruturalmente não perde a sua produtividade. Esta estrutura fixa solar tem um sistema de cavaletes que permite facilitar e otimizar a instalação de módulos fotovoltaicos e o posicionamento mediante o giro dos painéis em cerca de 2,5°.

Mediante a experiência desta empresa gostava de deixar patente algumas reflexões no caminho para o êxito empresarial, nomeadamente, incrementar uma forte aposta no conhecimento (investigação, ideias, concepções), nas capacidades (potencial de produção e conhecimento) e nas redes de ligação (contactos).

Os quatro factores essenciais que possibilitam o êxito de uma empresa ou projecto são a liderança (espírito visionário), as condições favoráveis do meio para as actividades empresariais, a aposta na formação, e o espírito de colaboração entre empresas e administração, sem nunca esquecer e descurar a máxima de que, o progresso somos todos e cada um de nós.



Seminário de Alfândega da Fé:

Dinamização da Economia Local: Potenciar a Criação de Emprego, Formando e Qualificando

Orador: Avelino Leite

Actividade: Delegado Regional do Norte do IEFP

Entidade: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Tema da Apresentação:

"Plano Regional de Emprego de Trás-os-Montes e Alto Douro"

Breve Citação do Orador:

"As nossas empresas também enfrentam novos desafios, tendo de apostar mais na investigação, na produção com qualidade, no marketing, e nos canais de distribuição eficientes. Entre as principais áreas estratégicas a nível económico destacamos os produtos endógenos, a saúde, o turismo, etc."

O contexto que levou Portugal a ter uma elevada taxa de desemprego nos últimos anos assenta em alguns factores, nomeadamente com a entrada na U.E., com a implantação de bastantes empresas multinacionais no pós 25 Abril, criando nessa altura muitos postos de trabalho e assistiu-se a uma situação de passagem de milhares de pessoas do sector agrícola para o sector produtivo e terciário, com o crescimento do sector da construção civil. Por último, outro factor que contribuiu para o crescimento do emprego, no pós 25 de Abril, foi o crescimento de lugares na administração central e local, criando milhares de postos de trabalho. Mas como o mundo não pára, e as situações relativas ao emprego continuaram a mudar, passando-se de um mercado fechado para um mercado aberto (fenómeno da globalização), também fruto da implementação e vulgarização das novas tecnologias, e os factores anteriormente referidos que trouxeram milhares de empresas para o nosso país, são os mesmos que levam essas mesmas empresas a deslocarem-se para países de Leste e para o Norte de África, sendo a região do Norte Litoral a mais afectada com este fenómeno do desemprego. Esta situação é agravada pelo facto de milhares de desempregados serem pessoas com baixas qualificações e sem grandes competências profissionais e em alguns casos com a agravante da idade. Chegando a este ponto há que tentar dar a volta à actual situação, e depararmo-nos com outro paradigma, as necessidades de mercado vão ao encontro de pessoas mais qualificadas e com mais formação profissional. Por outro lado, as nossas empresas também enfrentam novos desafios e têm de apostar mais na investigação, produção com qualidade, no marketing, ter redes e canais de distribuição eficientes.

Perante este cenário, a população nordestina tem de ser capaz de participar na tentativa de colaboração de resolução dos problemas inerentes à região relativamente à criação do emprego com futuro, pois no IEFP tentamos solucioná-los mas não é nada fácil, por exemplo ao nível de formação profissional tem sido muito difícil trabalhar nesta zona. Estando sujeitos a regras muito apertadas por parte dos regulamentos e normas FSE (Fundo Social Europeu), por exemplo, para se avançar com uma acção de formação profissional temos de ter no mínimo um grupo de formandos inscritos na mesma área profissional, e em Trás-os-Montes e Alto Douro é muito difícil consegui-lo.



Seminário de Alfândega da Fé:

Dinamização da Economia Local: Potenciar a Criação de Emprego, Formando e Qualificando

Orador: Dinis Martins

Actividade: Presidente da Agriarbol

Entidade: Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente (Agriarbol)

Tema da Apresentação:

“Solução Global – da Produção à Comercialização dos Produtos Biológicos”

Breve Citação do Orador:

“Realço a importância da agricultura biológica como a alternativa viável das nossas explorações familiares.”

A Agriarbol – Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente, formada em 1998, tem desenvolvido, desde então, um projecto direccionado para o fomento da agricultura biológica, actuando desde a produção até à comercialização, ao qual chama Solução Global.

As principais áreas de actuação e intervenção desta associação prendem-se com os sectores da agricultura e pecuária, floresta e ambiente, para além da formação e contabilidade.

Como principais trabalhos oferecidos pela associação referem-se os projectos de investimentos, promoção de produtos e apoio técnico em cada uma das referidas áreas, sendo o público-alvo destes projectos proprietários, produtores e desempregados.

Na lógica da Solução Global a Agriarbol tem apoiado a criação de várias empresas, contribuindo para o fomento do empreendedorismo na região, a saber:

- RuralPuro, que presta serviços de consultadoria, faz gestão de explorações agrícolas e florestais e executa trabalhos agrícolas e florestais;
- Monte Rural, empresa que abrange as áreas da agricultura biológica, pecuária, floresta e jardinagem;
- Usos e Costumes, empresa que se dedica à recolha, normalização, transformação e comercialização de produtos regionais.

Como a alternativa viável para a continuidade e perenidade das explorações familiares no Nordeste Transmontano há um caminho a seguir que é a grande aposta na agricultura biológica.



Seminário de Alfândega da Fé:

Dinamização da Economia Local: Potenciar a Criação de Emprego, Formando e Qualificando

Orador: Rute Teixeira

Actividade: Técnica Superior da CCDR-N

Entidade: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

Tema da Apresentação:

“O papel do OREN na Dinamização da Economia Transmontana”

Breve Citação do Orador:

“O grande designio estratégico do novo quadro comunitário (OREN) visa a qualificação dos portugueses valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio cultural e de qualificação territorial.”

O novo quadro comunitário, OREN, valoriza o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio cultural e de qualificação territorial. Está direccionado para a valorização da igualdade de oportunidades e aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas, resultando como prioridades estratégicas nacionais a promoção da qualificação dos portugueses e do crescimento sustentado, a garantia da coesão social, a qualificação do território e das cidades, e o aumento da eficiência da governação. Considerando globalmente o OREN, a Região do Norte poderá beneficiar de cerca de 8 mil milhões de euros dos fundos estruturais. O PO Norte 2007-2013 define cinco áreas estratégicas, com as seguintes tipologias de acções, algumas das quais de extrema importância para o Nordeste Transmontano: **Competitividade, Inovação e Conhecimento (787 Meuros):** Apoio à Intensificação tecnológica em empresas ligadas a actividades tradicionais; Promoção da gestão integrada e profissional de infra-estruturas de acolhimento industrial; Apoio à implementação de tecnologias de suporte à concepção e desenvolvimento de redes de cooperação entre empresas e/ou sectores; Criação de pólos de competência; Projectos-piloto de utilização racional de energia e fontes renováveis.

Qualificação Ambiental e Valorização Económica de Recursos específicos (400 Meuros):

Intervenções integradas de gestão activa de espaços de sustentabilidade (alojamento, animação turístico-desportiva, promoção do lazer, promoção de serviços e produtos locais) e acções de sensibilização e educação ambiental; Promoção da oferta de espaços ordenados para a localização industrial em territórios de baixa densidade; Programas de acção de desenvolvimento turístico, valorizando subespaços regionais de âmbito supra municipal; Promoção de operações integradas de valorização de pólos de excelência rural: valorização e requalificação do espaço público; incentivo às actividades turísticas e artesanais e desenvolvimento de produtos locais; diversificação de actividades em meio rural; requalificação ambiental e paisagística; Valorização e gestão integrada de Sistemas Produtivos Locais; Promoção de serviços económicos de proximidade com apoio a iniciativas locais de emprego.

Qualificação do Sistema Urbano (525 Meuros):

Promoção de redes urbanas para a competitividade e inovação; Promoção de acções de valorização económica em zonas de excelência urbana; Promoção da mobilidade urbana. **Valorização do Território para a**

Coesão (770 Meuros):

Acções intermunicipais de serviços colectivos territoriais de proximidade; Acções integradas de desenvolvimento social e comunitário, de combate à exclusão; Desenvolvimento de infra-estruturas de mobilidade sub-regional.

Governação e Capacitação Institucional (230 Meuros):

Articulação de serviços colectivos regionais e locais – governo electrónico; Projectos integrados de modernização de serviços colectivos aos cidadãos e às empresas; Instrumentos de gestão e monitorização do território, das infraestruturas e dos equipamentos colectivos; Projectos inovadores e de elevado efeito demonstrativo de valorização regional e local com distintas parcerias.



Seminário de Alfândega da Fé:

Dinamização da Economia Local: Potenciar a Criação de Emprego, Formando e Qualificando

Orador: Luis Rodrigues

Actividade: Docente Universitário

Entidade: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

Tema da Apresentação:

“A Valorização do Potencial Humano no QREN 2007-2013”

Breve Citação do Orador:

“Os principais objectivos a desenvolver na dinamização do potencial humano, segundo o novo quadro estratégico, passam por superar o défice estrutural de qualificações da população, promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo e da administração pública, estimular a criação e a qualidade de emprego e promover a igualdade de oportunidades.”

A valorização do potencial humano segundo o novo quadro comunitário assenta na competitividade, coesão social e qualidade de vida, tendo como objectivos superar o défice estrutural de qualificações da população, promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo e da administração pública, estimular a criação e a qualidade de emprego e promover a igualdade de oportunidades.

São várias as vertentes de intervenção para este eixo estratégico, nomeadamente a aposta na **“Qualificação inicial”** que tem como objectivo o ensino até ao 12º ano como referencial mínimo obrigatório, a intervenção ao nível da **“Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida”** pretendendo-se elevar os níveis de qualificação da população adulta, desenvolver competências críticas à modernização económica empresarial e promover a adaptabilidade dos trabalhadores. Pretende-se também apostar na **“Gestão e aperfeiçoamento profissional”**, que promove a capacidade de inovação, gestão e modernização das empresas e outras organizações, a **“Formação avançada para a competitividade”** que pretende superar o atraso científico e tecnológico nacional apostando no reforço da formação avançada de recursos humanos em ciência e tecnologia, em investigação e inovação, e o **“Apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida activa”**, que tem como objectivo fomentar a qualidade e a mobilidade do emprego, privado e público, bem como promover a equidade entre homens e mulheres no acesso ao mercado de trabalho.

Outras medidas se enquadram neste eixo da valorização do potencial humano, como a medida designada por **“Cidadania, inclusão e desenvolvimento social”** que tem como requisito a promoção da inclusão de grupos desfavorecidos e socialmente excluídos, e o reforço da educação e da formação em cidadania e também a medida designada por **“Igualdade de Género”** que visa promover uma cultura de igualdade, tendo como principais medidas a prevenção da violência de género, a igualdade de oportunidades no acesso e participação no mercado de trabalho, a promoção de estratégias de conciliação entre a vida profissional e familiar, e o incentivo à eficiência dos instrumentos de política pública na promoção da igualdade do género.



Seminário de Alfândega da Fé:

Dinamização da Economia Local: Potenciar a Criação de Emprego, Formando e Qualificando

Orador: Firmino Cordeiro

Actividade: Presidente da AJAP

Entidade: Associação de Jovens Agricultores de Portugal

Tema da Apresentação:

"A Agricultura versus Actividades Complementares, as Oportunidades"

Breve Citação do Orador:

"É com preocupação que a AJAP observa o desenhar do futuro Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) extremamente selectivo. O PDR é pouco ambicioso no que respeita à política de instalação de Jovens Agricultores, fundamental para alcançar a desejada renovação do tecido empresarial agrícola, apresenta um novo modelo de assistência técnica aos agricultores, de impacte deveras duvidoso, e desiste de um trabalho de cooperação desenvolvido com o associativismo de cúpula."

A Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) está preocupada com a falta de instalação de jovens agricultores em Portugal com apoios comunitários e criticou a "falta de ambição" da meta definida no Plano de Desenvolvimento Rural (PDR), entre 2007 e 2013. Para regenerar esta actividade, a associação prevê que sejam necessários "pelo menos" mais "10 mil" jovens agricultores. A marcada orientação da agricultura para o mercado, a melhoria da competitividade de fileiras estratégicas designadamente vinho, horto-frutícolas, azeite e floresta, constituem premissas para o desenvolvimento do sector que a AJAP corrobora. Contudo, importa atender à realidade do País caracterizado por uma população agrícola envelhecida, com elevado número de explorações de pequena dimensão, com baixos níveis de instrução e formação, elevado nível de desemprego que afecta sobretudo os mais jovens e que se confronta com um fenómeno gravíssimo, a desertificação física e humana do Mundo Rural.

A formulação de futuras políticas não deverá colocar em causa as pequenas e médias explorações sobretudo nas regiões já fustigadas pelo fenómeno de desertificação, como é o caso do Nordeste Transmontano. É com preocupação que a Associação observa o desenhar do futuro programa de desenvolvimento rural extremamente selectivo. O PDR é pouco ambicioso no que respeita à política de instalação de Jovens Agricultores, fundamental para alcançar a desejada renovação do tecido empresarial agrícola, apresenta um novo modelo de assistência técnica aos agricultores, de impacte deveras duvidoso, e desiste de um trabalho de cooperação desenvolvido com o associativismo de cúpula. Acresce-se às ineficiências detectadas o desenho de Medidas Agro-Ambientais objectivando em primeira instância o mercado que conduz a um afastamento abrupto relativamente ao objectivo subjacente à sua génese, que consistiu e cremos que consistirá em incentivar os agricultores a adoptar práticas culturais que minimizem o impacto da actividade agrícola no ambiente. A meta contemplada no PDR relativamente ao n.º de Jovens Agricultores a instalar (4.400 – 4.800) constitui uma proposta pouco ambiciosa, sobretudo atendendo às necessidades de rejuvenescimento do tecido empresarial, ao fenómeno crescente de desertificação e à elevada taxa de desemprego das zonas rurais, particularmente sentida pelos jovens. Importa relevar que em Portugal a percentagem de Jovens Agricultores é de apenas 2,9%, que representa pouco mais de metade da média comunitária, 5,3%.



PROJECTOS E ACÇÕES SUGERIDOS NAS MESAS DE TRABALHO

Criação de uma rede de pequenas empresas de serviço de apoio domiciliário: 19 votos

Levantamento de necessidades do território;

Oferta empreendedora em potencialidade;

Estudo Financeiro;

Formação para qualificação de pessoas.

Central de compras do Nordeste Transmontano: 14 votos

Inventariação dos produtos a comercializar;

Transformação dos produtos e acrescentar valor;

Criação de uma imagem de marca;

Comercialização dos produtos ao público em geral, focalizando à grande distribuição.

Prestação de serviços na área do ambiente: 10 votos

Estudo de mercado;

Avaliação da viabilidade do projecto com identificação de potenciais clientes;

Definir a estrutura, estratégias e recursos necessários;

Operacionalização da empresa.

Potenciar e promover o turismo local em todas as suas vertentes: 6 votos

Incentivar a criação de associações que ajudem a implementação do turismo rural;

Promoção e apoio à agricultura biológica;

Promoção e divulgação do projecto a nível nacional e internacional;

Criação de infra-estruturas de energia renovável, solar, biomassa e eólica com objectivos de auto-alimentação do projecto.

Criação de uma plataforma de emprego e formação: 5 votos

Inventariar as necessidades de formação;

Adaptação da formação às necessidades dos formandos;

E-Learning /formação itinerante.



Carrazeda de Ansiães

Seminário – Estratégia de Turismo Sustentável no Nordeste

Realizado no dia 20 de Junho no Auditório do Centro de Apoio Rural de Carrazeda de Ansiães

No âmbito de promover e incentivar o desenvolvimento de um turismo sustentável para a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro e destes oito concelhos em particular, o Projecto Nordeste 21 organizou este seminário temático tendo como principal objectivo dar a conhecer aos participantes várias medidas e programas que poderão ser aplicados na região, contribuindo para o desenvolvimento deste sector com imenso potencial ainda por explorar.

O seminário contou com oradores representantes das entidades mais relevantes do sector do turismo como o Instituto de Turismo de Portugal, a Unidade Missão do Douro, o Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, a Região de Turismo do Nordeste Transmontano, entre outros.



Seminário de Carrazeda de Ansiães:

Estratégia de Turismo Sustentável no Nordeste

Orador: António Nascimento

Actividade: Vereador da Câmara

Entidade: Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães

Breve Citação do Orador:

“O turismo não será viável se não tivermos uma adequada gestão do espaço territorial, preservação da floresta, da fauna e da flora da região e, neste ponto, a agricultura e a pesca poderão ser uma das âncoras para a sustentabilidade turística.”

Apelo ao contributo de todos os presentes na construção da Agenda 21 Local, para que este trabalho não seja apenas mais um plano fechado numa gaveta.

Ao longo deste dia pretende-se debater o turismo sustentável como motor económico para esta região, tendo em conta o despovoamento e as dificuldades na fixação de jovens e o facto do sector agrícola ainda ser significativamente representativo na economia do Nordeste Transmontano.

O turismo não será viável se não tivermos uma adequada gestão do espaço territorial, preservação da floresta, da fauna e da flora da região e, neste ponto, a agricultura e a pesca poderão ser uma das âncoras para a sustentabilidade turística. Contudo, isto não é condição suficiente, é necessário pensar na melhoria das acessibilidades, dando continuidade ao investimento no Plano Nacional Rodoviário, nomeadamente, no IP2 e na A4, reabilitando as vias ferroviárias que, outrora, eram o principal meio de ligação da região e têm sido, progressivamente, encerradas e, por último, tendo em atenção que a via aérea é praticamente inexistente. Relativamente à oferta de serviços básicos, com ênfase no campo da saúde, ainda estamos aquém de possibilitar uma resposta adequada à população residente ou a quem nos visita. Mas nem tudo é catastrófico já que temos um grande potencial turístico que pode e deve ser aproveitado. A Região do Nordeste Transmontano é única pelas suas características ímpares a nível de fauna e flora, por aliar a beleza natural ao magnífico trabalho que o homem tem feito nestas paisagens com as vinhas, as amendoeiras em flor, os pomares, as várias espécies florestais e a vegetação espontânea que durante a Primavera cobre os montes e vales. Possuímos uma vasta riqueza a nível cultural, arquitectónico e arqueológico, em que as tradições ancestrais têm sido preservadas.

Por exemplo, aqui, em Carrazeda de Ansiães pode-se visitar o Castelo de Ansiães, a Fonte das Sereias, as várias antas, as Termas de S. Lourenço, as casas brasonadas e as igrejas.

Mas tudo isto terá que ser valorizado, o turismo terá de se organizar e estruturar com vista a obter o apoio de três elementos essenciais: a relação turismo-governo, apoio e investimento dos empresários, apoio e envolvimento da comunidade local.



Seminário de Carrazeda de Ansiães:

Estratégia de Turismo Sustentável no Nordeste

Orador: Helena Ferreira

Actividade: Coordenadora do Projecto Nordeste 21

Entidade: Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

Tema da Apresentação:

“Construir um Modelo de Turismo Sustentável Participado”

Breve Citação do Orador:

“O desenvolvimento do turismo sustentável na Europa baseia-se em três metas, nomeadamente a Prosperidade Económica, a Equidade e Coesão Social e a Protecção Ambiental.”

O desenvolvimento do turismo sustentável na Europa assenta em três metas: a Prosperidade Económica, assegurando a longo prazo a competitividade, a viabilidade e a prosperidade das empresas do sector turístico, proporcionando emprego de qualidade evitando qualquer forma de discriminação, a Equidade e Coesão Social, melhorando a qualidade de vida das comunidades locais através do turismo, apostando no seu planeamento e gestão proporcionando experiência de segurança e de satisfação e realização para os visitantes da região, por último a Protecção Ambiental que pretende minimizar a poluição e degradação do ambiente ao nível global e local e otimizar a utilização dos escassos recursos utilizados pelas actividades turísticas, pretendendo também de reforçar a riqueza cultural e a biodiversidade, contribuindo para a valorização e conservação local.

COMO ATINGIR ESTES OBJECTIVOS?

Através de um processo participativo que envolva todos os agentes políticos, económicos, educativos e população em geral.

E a vossa participação pode começar agora. Lanço-vos um pequeno desafio. Vou mostrar-vos dois blocos de fotografias muito similares de duas regiões portuguesas, com os respectivos indicadores no que diz respeito à actividade turística e peço-vos que tentem identificar a que regiões pertencem cada um dos blocos.

Apesar das fotografias similares claramente os indicadores são díspares, uns denotam uma região turisticamente dinâmica e na outra o turismo é incipiente.

Por fim, a plateia facilmente adivinhou que a região com os piores indicadores correspondia ao Nordeste Transmontano e que a região com excelentes indicadores correspondia à Madeira. O público sugeriu algumas razões para tais disparidades como a falta de estratégia e planeamento, a falta de um plano de marketing, os difíceis acessos, a falta de regionalização, entre outros.



Seminário de Carrazeda de Ansiães:

Estratégia de Turismo Sustentável no Nordeste

Orador: Ricardo Magalhães

Actividade: Gestor da Unidade Missão Douro (UMD)

Entidade: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Tema da Apresentação:

“Douro: Pólo Turístico e de Desenvolvimento Sustentável”

Breve Citação do Orador:

“Os principais factores críticos para o desenvolvimento turístico sustentável do Douro passam por proteger e conservar os recursos naturais e culturais da região, enquanto base de sustentação da actividade turística, concretizar medidas e projectos que visem a criação e a melhoria das infra-estruturas de suporte ao desenvolvimento, estimular e apoiar o investimento turístico privado assente em padrões de qualidade e sustentabilidade e promover um processo de planeamento integrado e articulado.”

Portugal recebe cerca de 12 milhões de turistas internacionais, 15,5 milhões de excursionistas, o turismo representa 11% do PIB, 15% do total de exportações de bens e serviços, 10% do emprego, contudo 75% da actividade turística está concentrada em três regiões: Algarve, Lisboa e Madeira. Daqui se depreende que o sector do turismo tem futuro noutras regiões, nomeadamente, no Vale do Douro. Esta é uma região com enorme potencial turístico, afirmação consubstanciada, por exemplo, por ser a primeira zona demarcada e classificada pela UNESCO como “Alto Douro Vinhateiro” e “Parque Arqueológico do Côa”, com maior produção e volume de negócio de vinho em Portugal, comercializados em 70 mercados internacionais, quando nos referimos ao Vinho do Douro e em 106 no caso do Vinho do Porto.

COMO É QUE UMA REGIÃO COM ESTES ATRIBUTOS E COM ESTA PROJECCÃO INTERNACIONAL NÃO SE CONSEGUE AFIRMAR COMO UM DESTINO TURÍSTICO DE EXCELÊNCIA NOS MERCADOS INTERNACIONAIS?

Indo de encontro a esta problemática, no Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD), temos como principais objectivos estratégicos tornar o Vale do Douro um destino turístico de referência através de um processo de indução de dinâmicas públicas e privadas de desenvolvimento turístico sustentável. Exemplos de projectos realizados no Douro são:

Comboios Históricos do Douro - Recuperação de locomotivas e campanhas promocionais;

Escola de Hotelaria e Turismo - Criação de uma infra-estrutura para a qualificação de recursos humanos para o turismo e hotelaria da Região;

Dissonâncias Ambientais - Recuperação e conservação do património natural, envolvendo, nomeadamente, a eliminação de intrusões ambientais e campanhas de sensibilização ambiental.

Os principais factores críticos para o desenvolvimento turístico sustentável do Douro passam por proteger e conservar os recursos naturais e culturais da região, enquanto base de sustentação da actividade turística, concretizar medidas e projectos que visem a criação e a melhoria das infra-estruturas de suporte ao desenvolvimento, estimular e apoiar o investimento turístico privado assente em padrões de qualidade e sustentabilidade e promover um processo de planeamento integrado e articulado para um desenvolvimento turístico sustentável. Para tal o Governo Português decidiu, recentemente, criar uma Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro e, a nível turístico, deixou algumas notas sobre os próximos passos e alguns projectos a desenvolver pela Missão do Douro:

- Criação e lançamento da marca turística Douro/Vale do Douro;
- Desenvolvimento de um Plano de Comunicação para a promoção turística de toda a Região do Douro, incluindo a concepção e edição de material turístico-promocional da Região, assente numa marca turística única, forte e apelativa;
- Preparação do 1º Salão Turismo do Douro;
- Rede de Sinalização do Alto Douro Vinhateiro - Património Mundial.



Seminário de Carrazeda de Ansiães:

Estratégia de Turismo Sustentável no Nordeste

Orador: Luís Costa

Actividade: Departamento de Estudos e Planeamento Estratégico

Entidade: Instituto de Turismo de Portugal

Tema da Apresentação:

“Plano Estratégico Nacional para o Turismo”

Breve Citação do Orador:

“O Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT) pretende traçar um caminho estável de acção, com metas e objectivos claros, que permita ao turismo contribuir decisivamente para a imagem do país e para o bem-estar da população portuguesa, através da geração de riqueza, da criação de postos de trabalho e da promoção da coesão territorial.”

O Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT) pretende traçar um caminho estável de acção, com metas e objectivos claros, que permita ao turismo contribuir decisivamente para a imagem do país e para o bem-estar da população portuguesa, através da geração de riqueza, da criação de postos de trabalho e da promoção da coesão territorial.

Temos como objectivo o crescimento sustentado das receitas – 9% ao ano – contribuindo para o crescimento económico, e que o turismo nacional cresça cerca de 2,5% ao ano, tanto no número de turistas como no número de dormidas. As principais linhas de desenvolvimento estratégico para o Turismo de Portugal desenvolvem-se em 11 itens, a saber:

- **Mercados emissores** – Apostar na captação de turistas de 20 mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do Turismo interno;
- **Produtos** – Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos;
- **Regiões** – Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando na vocação natural de cada região e desenvolvendo factores de qualificação;
- **Pólos** – Desenvolver 6 novos pólos turísticos para diversificar a oferta turística em Portugal, e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado;
- **Acessibilidades aéreas** – Reforçar as acessibilidades aéreas com as cidades/regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor;
- **Eventos** – Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure a notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista;
- **Enriquecimento da oferta** – Desenvolver e inovar conteúdos diferenciadores da oferta turística nacional;
- **Qualidade urbana, ambiental e paisagística** – Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o Destino Portugal;
- **Qualidade de serviço e recursos humanos** – Reforçar a qualidade do turismo português ao longo dos “momentos de verdade” de interacção com o turista, através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos;
- **Promoção e distribuição** – Implementar uma abordagem inovadora, actuando por mercado emissor e por segmento, conferindo maior enfoque no canal Internet, promovendo uma gestão proactiva da relação com operadores e jornalistas, e definindo como prioridade o Destino Portugal;
- **Eficácia e Modernização da actuação dos agentes públicos e privados** – Facilitar a interacção das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento do sector, estimular a investigação e desenvolvimento e a adopção de práticas inovadoras pelas empresas, e incentivar a modernização empresarial.

Saliento que é necessário reforçar a percepção de qualidade do Turismo em Portugal ao longo dos “momentos de verdade” de interacção com o turista, nomeadamente nos aspectos relativos a: **1. Informação:** Sites de Internet oficiais, Agências de viagem, Delegações de Turismo, Guias turísticos; **2. Chegada e Transportes:** Aeroporto, Estações de comboio, Áreas de serviço (auto-estradas), Transportes públicos, Táxis; **3. Alojamento:** (Importante para o Nordeste) Hotelaria, Apartamentos turísticos, Resorts; **4. Actividades Locais** (importante para o Nordeste) Postos de serviço, Restauração, Cafés, bares e discotecas, museus e monumentos; Comércio e Serviços turísticos.



Seminário de Carrazeda de Ansiães:

Estratégia de Turismo Sustentável no Nordeste

Orador: Paula Paulino

Actividade: Coordenadora da área técnica (Desenvolvimento Regional)

Entidade: Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.

Tema da Apresentação: “Rota dos Sabores e Rede Europeia de Turismo de Aldeia”

Breve Citação do Orador:

“A aposta nos produtos qualificados é uma porta para o desenvolvimento de nichos de mercado específicos, para a manutenção da riqueza patrimonial das regiões, pois são uma mais-valia para o produtor e por fim constituem-se enquanto produto turístico.”

O projecto “Rotas e Sabores”, desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento do Alentejo surge co-financiado no âmbito do Programa Regional de Acções Inovadoras da Região Alentejo, contando com o apoio institucional da CCDR-A, e estruturou-se em duas fases: a criação do itinerário de valorização de 34 produtos tradicionais com nome protegido (DOP, IGP, ETG, AB e PI) e a campanha de promoção e divulgação do projecto.

Como produtos qualificados da região consideram-se os que tinham características diferenciadores dos restantes, nomeadamente quando apresentam delimitação geográfica específica, promovem a história da região, assim como, o património cultural e privilegiam os métodos tradicionais resultantes do saber-fazer tradicional. Esta aposta nos produtos qualificados é uma porta para o desenvolvimento de nichos de mercados específicos, para manutenção da riqueza patrimonial das regiões, sendo uma mais-valia para o produtor e constituem-se enquanto produto turístico.

Ao nível de divulgação do projecto foram feitas algumas brochuras informativas em diversas línguas, providenciando informação detalhada relativa à localização, descrição e identificação dos produtos, agrupamentos de produtores e produtores da “Rota dos Sabores” e disponibilizada nos postos de turismo, nos agrupamentos de produtores e produtores aderentes a esta rota. Paralelamente também foram criados painéis promocionais, com bolsas para a colocação das brochuras e que podem ser disponibilizados aos municípios aderentes, bem como aos produtores e agrupamentos de produtores, para promoção e divulgação da Rota dos Sabores em eventos, e também um site promocional informando e promovendo globalmente este projecto, possibilitando a reserva *on line* de visitas aos produtores associados.

Em suma este projecto foi uma aposta em cerca de 40 produtores, inseridos em 17 concelhos do Alentejo com 10 produtos diferentes. Futuramente pretende-se aumentar a área de intervenção, aumentar a oferta de produtos e transformar a Rota num produto identificativo e emblemático da Região Alentejana.



Seminário de Carrazeda de Ansiães:

Estratégia de Turismo Sustentável no Nordeste

Orador: Maria Aurora Ribeiro

Actividade: Direcção Desteque

Entidade: Desteque, Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente

Tema da Apresentação:

“Dinamização de Projectos para o Desenvolvimento de um Cluster Turístico”

Breve Citação do Orador:

“Para melhorar a eficácia da região é necessário ter bons planos de acção com respectivo acompanhamento financeiro, ter melhor oferta turística ao nível de comercialização, deixando de ser amadores, e começando a trabalhar em rede conjunta e organizada, explorando e apostando no binómio natureza e ruralidade.”

A Desteque é uma associação para o desenvolvimento da Terra Quente, tendo nos últimos 10 anos dinamizado variados projectos, no âmbito dos programas Leader I, Leader II e Leader+, que contribuíram para o desenvolvimento turístico desta região. Das tipologias de projecto mais trabalhadas destacam-se os investimentos na animação sócio-cultural, infra-estruturas e equipamentos e reabilitação do património construído. Actualmente, está em curso um projecto estratégico de elevada importância para o desenvolvimento turístico de toda a Região do Nordeste Transmontano, do qual a Desteque é parceira. Este projecto está classificado de “Turismo Activo” e pretende a qualificação de empresas turísticas de animação sob o registo da marca “Long Adventure”, garantindo um certificado de qualidade ao serviço que o turista está a comprar. Em suma, há que apostar num turismo de qualidade, fazendo com que o turista volte e identifique a região como uma imagem de marca e qualidade, sendo esta uma mais-valia para o desenvolvimento estratégico da região ao nível turístico.

Devemos aprender com a experiência passada com os projectos implementados na área do turismo de forma a não cometer novamente as mesmas falhas. Como exemplos refiro a falta de estabelecimento de regras exigidas aos promotores do projecto, nomeadamente ao nível de regulamentos e normas para prestação de serviços com qualidade, ao nível de formação, entre outras. Enfoco que o não cumprimento destes pressupostos facilmente pode tornar um projecto com boas condições num fracasso. É necessário apostar fortemente em mais acções de formação para os promotores dos projectos, para os empregados, guias, monitores de empresas e inclusive para a população local onde se verifique grande concentração turística, pois estas falhas poderão condicionar o sucesso da imagem turística deste território.

Como notas finais deixo patente que a Terra Quente, na generalidade, não sabe claramente o que é a oferta turística e que estes conceitos têm de ser transmitidos aos actuais e potenciais promotores de projectos e agentes turísticos, pois o produto Turismo é um recurso ao qual se acrescenta um serviço. E este serviço requer uma fileira de qualificação e formação. Para melhorar a eficácia da região é necessário ter bons planos de acção com respectivo acompanhamento financeiro, ter melhor oferta turística ao nível de comercialização, deixando de ser amadores, e começando a trabalhar em rede conjunta e organizada, explorando e apostando no binómio natureza e ruralidade. Há também que trabalhar em rede, na região de Trás-os-Montes, e criar sinergias com pólos turísticos existentes, nomeadamente com o termalismo do Alto Tâmega, com as Arribas do Douro, de forma a trabalhar tantos recursos e transformá-los em produtos, funcionando como oferta turística e vendê-lo de forma profissional.



Seminário de Carrazeda de Ansiães:

Estratégia de Turismo Sustentável no Nordeste

Orador: Ricardo Correia

Actividade: Docente do IPB

Entidade: Instituto Politécnico de Bragança (IPB)

Tema da Apresentação: "Marketing Turístico"

Breve Citação do Orador:

"Aqui para a região quero deixar uma nota, é necessário investir em **parcerias**, pois o território conjuntamente oferece recursos que nenhuma organização isoladamente poderá oferecer, e uma maior cooperação entre vós conduzir-vos-á a uma maior dimensão e notoriedade.

O princípio do marketing turístico não deve ser pensado pela seguinte ordem: Crescer?, Como?, O quê?, Quem?, mas sim de forma invertida, começando por pensar em Quem?, de seguida O quê?, Como? e, por último, Crescer? Com esta lógica de pensamento as possibilidades de êxito serão acrescidas.

Assim, mais detalhadamente, os operadores turísticos, quando constroem o seu plano de marketing devem começar por pensar quem é o nosso público-alvo e segmentar o mercado, pois como diz Bill Coshy: "Não sei qual é o segredo do sucesso mas o segredo do fracasso é tentar agradar a toda a gente ... *com o mesmo produto*".

Quando nos referimos a o quê, pretende-se definir um posicionamento, ou seja, criar um destino de eleição para um mercado alvo exige que se escolha o que o destino quer que o mercado conheça, pense ou sinta sobre ele, não esquecendo que a diferenciação é um valor acrescentado para a área de turismo.

Tendo ultrapassado as duas primeiras etapas, deparamo-nos com o como e aí primeiro teremos de nos organizar e promover internamente e só depois "vender" o destino, pois não faz sentido divulgar os serviços turísticos de um *território* antes que ele esteja preparado para oferecer serviços de qualidade. De referir que, actualmente, é muito importante oferecer experiência e não apenas simples visitas, ou seja quando o turista se dirige para um local também quer viver experiências, tais como, desportos radicais, andar de cavalo ou burro, andar de balão, etc. Tudo isto é possível se conseguirmos equilibrar paradigmas como sustentabilidade, autenticidade e conforto, mercados internacionais e mercados domésticos, explorando todos os possíveis nichos de mercados: culturais, desportos de natureza, gastronomia, vinhos, entre outros. Outra componente a ter em conta é nunca esquecer o reforço que terá ser feito no mundo digital, na Web, pois actualmente mais de 40% das vendas *online* resultam da indústria do turismo.

Aqui para a região quero deixar uma nota, é necessário investir em **parcerias**, pois o território conjuntamente oferece recursos que nenhuma organização isoladamente poderá oferecer, e uma maior cooperação entre vós conduzir-vos-á a uma maior dimensão e notoriedade. Por fim, falamos do crescer, aqui refiro apenas parcerias nacionais e mesmo internacionais.



Seminário de Carrazeda de Ansiães:
Estratégia de Turismo Sustentável no Nordeste

Orador: Paula Bártolo

Actividade: Técnica Superior do ICNB

Entidade: Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)

Tema da Apresentação:

“Turismo Sustentável de Natureza”

Breve Citação do Orador:

“É necessário implementar, em parceria com as autarquias locais, regiões e organizações locais de turismo e empresários do sector, acções de qualificação ambiental da envolvente dos diversos destinos turísticos. Estruturar os produtos que poderão introduzir elementos diferenciadores, nomeadamente o turismo de natureza, turismo equestre, rotas de vinhos, turismo rural.”

Para muitos países as áreas protegidas tornaram-se em espaços de excelência onde se concentram importantes reservas de biodiversidade, pelo que o ecoturismo/turismo de natureza também, no contexto português pode ser uma alternativa à gestão e usufruto destas áreas, como elemento conciliador entre a sua conservação e a exploração económica. Este tipo de aposta pode trazer grandes benefícios ao nível da conservação da natureza e biodiversidade, apresentando alternativas económicas para as populações locais, reduzindo a exploração de áreas de protecção, aumentando a consciencialização dos residentes locais, e servindo para manutenção de algumas práticas agrícolas e de habitats. Ao nível do desenvolvimento local o turismo de natureza apresenta potencial de crescimento mais acentuado nas regiões deprimidas do território, sendo uma alternativa ao abandono da prática de outras actividades que colidem com o desenvolvimento sustentável e uma oportunidade de criação de emprego qualificado, e consequente fixação das populações. Como principais conclusões do balanço do Programa Nacional de Turismo de Natureza estão em curso a revisão jurídica do conceito deste tipo de turismo, o licenciamento de actividades de animação ambiental, a elaboração/implementação do Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas para o desenvolvimento dos produtos turísticos de natureza e a criação de um novo quadro de apoio financeiro às empresas turísticas. Pretende-se igualmente estimular e aumentar a certificação ambiental relacionada com produtos e empresas turísticas, a implementação em parceria com as autarquias locais, regiões e organizações locais de turismo e empresários do sector de acções de qualificação ambiental da envolvente dos diversos destinos turísticos e a estruturação de produtos que poderão introduzir elementos diferenciadores da sua oferta (turismo rural, turismo de natureza, turismo de saúde, rotas de vinhos, gastronomia, turismo equestre, fluvial). O principal objectivo do Programa de Visitação e Comunicação prende-se com a melhoria das condições de visitabilidade de forma integrada e sustentada para recreio e sensibilização ambiental, aperfeiçoando o modelo actual de atendimento dos visitantes. Como principais acções a desenvolver propõe-se a criação e desenvolvimento de um sistema de identidade para a Rede Nacional de Áreas Protegidas, a elaboração de conteúdos para produtos de visitação, desenvolvimento de programas de marketing e comunicação, parcerias estratégicas e programas de monitorização, avaliação e controlo. Alguns exemplos de acções que se poderão implementar e associar a este tipo de turismo são a sinalização interna e externa, a colocação de câmaras de vídeo para captação em tempo real da fauna/avifauna, a actividade da venda de produtos locais, a recuperação de percursos existentes, a criação de observatórios de fauna, parques subaquáticos e centros de desportos náuticos, ecomuseu, centro multimédia, oficinas temáticas, laboratórios, biblioteca, balcões de venda de serviços das empresas de animação turística, sala de exposições, etc.



Seminário de Carrazeda de Ansiães:

Estratégia de Turismo Sustentável no Nordeste

Orador: Carlos Ferreira

Actividade: Comissão Executiva da RTNT

Entidade: Região de Turismo do Nordeste Transmontano (RNTN)

Tema da Apresentação:

“Estratégia de Desenvolvimento Turístico no Nordeste Transmontano”

Breve Citação do Orador:

“Requer-se que haja acessibilidades modernas e condignas para a região, que haja apenas um organismo a delinear e coordenar a estratégia para o turismo, que as ofertas tenham quantidade e qualidade, recursos humanos motivados e qualificados.”

A estratégia de desenvolvimento Turístico para o Nordeste Transmontano da nova Comissão Executiva da Região de Turismo do Nordeste Transmontano pretende assumir-se como inovadora de ideias e atitudes na gestão do turismo nordestino, sector de actividade que a termo deverá transformar-se no principal motor de desenvolvimento do distrito de Bragança. Sem descurar o peso que assume a imagem tradicional transmontana no subconsciente do turista – região calma e segura, paisagens classificadas, originais e telúricas, etnografia popular única, simbologia e mítica ancestral, *a lhéngua mirandesa*, gastronomia de qualidade, património histórico farto, recursos abundantes em caça e pesca - pretende-se apostar definitivamente numa renovada imagem turística para o Nordeste Trasmontano, criando uma ideia nova e actual de Trás-os-Montes enquanto “destino turístico de interior e ecoturismo”.

O Ecoturismo é uma forma de turismo que afirma na sua definição o conceito de desenvolvimento económico numa vertente de protecção e valorização dos recursos naturais locais, afirmando uma forte vocação para valorizar o património natural, histórico e cultural. Porque na implementação da sua componente económica requer uma forte participação das populações locais está-se perante uma forma de turismo altamente sustentável. À definição de Ecoturismo podemos associar as designações de turismo de aventura, turismo no espaço rural, turismo ecológico, turismo alternativo, turismo verde e turismo cultural.

O turismo de interior está na moda, as motivações que movem os cidadãos na escolha dos destinos são a busca de calma e de uma certa identidade territorial, mais ou menos romântica, e o interior já é não somente um meio físico e social produtor de alimentos, mas sim um guardião das paisagens, memórias e tradições que é preciso preservar e redescobrir. Assim, cabe a esta região e conseqüentemente ao mundo rural desenvolver as capacidades e infra-estruturas que levem à maximização do aproveitamento económico que induz esta nova procura em turismo.

Saliento que para o sucesso integrado e sustentável desta estratégia requer-se que haja acessibilidades modernas e condignas nesta região, que haja apenas um organismo a delinear e coordenar todas as acções, que as ofertas tenham quantidade e qualidade, recursos humanos motivados e qualificados. É necessária uma gestão centralizada moderna e atempada dos fluxos turísticos gerados, uma ligação forte e estreita entre agricultura, agropecuária, agro-alimentar e o sector do turismo, por fim e muito importante que tenha uma estratégia de comunicação clara e eficaz.



Seminário de Carrazeda de Ansiães:

Estratégia de Turismo Sustentável no Nordeste

Orador: Ricardo Fiães

Actividade: Director

Entidade: Escola Profissional de Ansiães

Tema da Apresentação:

“Escola Profissional de Ansiães – Cursos na Área do Turismo”

Breve Citação do Orador:

“A EPA tem como objectivo apostar num ensino qualificado, conciliando a oferta formativa às necessidades naturais, culturais e sociais do concelho e da região, através da criação de cursos na área do Turismo, em parceria com entidades geradoras de emprego.”

A Escola Profissional de Ansiães (EPA), foi criada no ano 2000, tendo como promotores a Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia, a Associação Comercial e Industrial, a Junta de Freguesia de Carrazeda de Ansiães e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. Dos seus principais objectivos fazem parte proporcionar aos jovens da região uma formação profissional de qualidade, adaptada às necessidades particulares da mesma, prestar serviços educativos à comunidade, na base de uma troca de conhecimentos e enriquecimento mútuo, analisar as necessidades locais de formação e proporcionar as respostas formativas adequadas, contribuindo para o desenvolvimento social, económico e cultural da comunidade.

A oferta profissional desta escola passa por um variado leque de cursos, nomeadamente, Técnico de Turismo, Técnico de Turismo / Profissionais de Informação e Animação Turística, Técnico de Instalações Eléctricas, Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente e Técnico de Electrotecnia.

Centrando-me apenas nos cursos de turismo da Escola de Ansiães, as competências de um Técnico de Turismo/Profissionais de Informação e Animação Turística provenientes desta escola são essenciais para o sucesso do turismo desta região. São elementos capazes de organizar actividades no âmbito da Animação Turística, informar os turistas sobre o património histórico e cultural do país e da região, receber e atender turistas nacionais e estrangeiros, desenvolver acções de promoção e divulgação turística e informar potenciais viajantes sobre alojamento, transportes, restaurantes e outros motivos de interesse turístico. Já o técnico de turismo tem competências para prestar informações de carácter turístico sobre o país, bem como da região a visitar, apresentar, aconselhar e propor ao turista diversos tipos de produtos turísticos adequados aos seus interesses, efectuar reservas, emitir bilhetes e outra documentação relevante para as viagens e/ou serviços a prestar e realizar o atendimento e a recepção do turista.



PROJECTOS E ACÇÕES SUGERIDOS NAS MESAS DE TRABALHO

Criação de portal turístico do Nordeste Transmontano: 12 votos

Levantamento do património: gastronómico, cultural, biodiversidade, hoteleiro, arquitectónico, etnográfico, mitos e lendas, festas e romarias, produtos da terra, etc.;

Agregação da informação e disponibilização em portal único;

Criação de roteiro de fim-de-semana;

Atribuição da actualização do portal a empresa independente;

Divulgação nos agentes turísticos (nacionais e internacionais).

Criação de Lojas Rurais para escoamento dos produtos locais dos pequenos produtores: 4 votos

Escolha das localidades para implantação das lojas;

Levantamento dos produtores locais;

Criação do espaço físico;

Incentivar a certificação;

Incentivar à produção biológica;

Incentivar ao microcrédito.



Miranda do Douro

Seminário – Empreendedorismo como Forma de Potenciar os Recursos Naturais, Culturais e Humanos da Região

Realizado no dia 9 de Julho no Auditório Municipal de Miranda do Douro

Num país em que a taxa de empreendedorismo está abaixo da linha de tendência da Europa, o Nordeste Transmontano não foge à regra e diminui ainda mais por se tratar de uma zona rural, em que a acreditação de desenvolvimento há muito desapareceu. Estando o empreendedorismo relacionado com a densificação do tecido económico com pequenas empresas que empurram a inovação e o crescimento a longo prazo, deve ser considerado como um determinante vital do crescimento económico.

Este seminário teve como principal propósito promover uma reflexão alargada sobre a importância do empreendedorismo enquanto mecanismo de criação de emprego e riqueza a nível local, numa perspectiva integrada de desenvolvimento regional. Este proporcionou a discussão de mais um dos temas considerados estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Transmontano. Com o objectivo de fomentar o empreendedorismo na Região, o seminário foi organizado de modo a divulgar diversos mecanismos de apoio para o desenvolvimento de novos projectos e negócios.



Seminário de Miranda do Douro:

Empreendedorismo como Forma de Potenciar os Recursos Naturais, Culturais e Humanos da Região

Orador: Manuel Rodrigo Martins

Actividade: Presidente da Câmara

Entidade: Câmara Municipal de Miranda do Douro

Breve Citação do Orador:

“O desafio tem que ser o de qualificar/educar as pessoas e, especialmente, os empresários, de forma a que sejam capazes de abordar os negócios numa escala global e numa perspectiva multicultural, com grande rigor, profissionalismo e com espírito crítico.”

As iniciativas, no âmbito do Nordeste 21, têm sido promovidas pela equipa técnica do GEA, ESB-UCP e pela Resíduos do Nordeste e envolvem oito municípios do Nordeste Transmontano.

Esta temática, com a actualidade e importância que todos lhe reconhecemos, constantemente proferida nos media e pela comunidade política e empresarial, tem que sair do campo da retórica dos discursos, mais ou menos inflamados, para a praxis do nosso dia-a-dia.

Mas porquê falar de empreendedorismo neste concelho, a que chamamos Paraíso Natural e Cultural? A escolha do tema e do local não podia ser mais acertada.

Vive-se actualmente um período de transição entre paradigmas de desenvolvimento. Tal como o lema da Agenda 21 Local: pensar local e agir global, temos que ser capazes de ganhar o desafio da globalização com recurso aos nossos recursos endógenos adoptando um comportamento pró-activo de análise e implementação de novas oportunidades de negócio locais, que acrescentem valor a uma escala global.

As oportunidades existem: o turismo científico, cultural ou ambiental, a língua e a cultura mirandesa, o património natural e construído, a gastronomia ou ambiente, associadas aos desafios da sociedade de informação e das novas tecnologias.

O desafio tem que ser o de qualificar/educar as pessoas e, especialmente, os empresários, de forma a que sejam capazes de abordar os negócios numa escala global e numa perspectiva multicultural, com grande rigor, profissionalismo e com espírito crítico.

É neste âmbito que a Agenda 21 Local desempenha um papel crucial, pois permite entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas adoptando processos consultivos e de estabelecimento de consensos, capazes de implementar um Plano de Acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.

Trata-se de uma estratégia integrada, consistente, que procura o bem-estar social melhorando a qualidade do ambiente. O Mundo de hoje tem ritmos acelerados e vive-se um intenso processo de globalização que só pode ser ganho se conseguirmos concorrer ao nível dos produtos e serviços internacionalmente transaccionáveis, com recursos qualificados, produtos de qualidade, com empresas de nichos de alto valor acrescentado, seja em áreas tradicionais seja em novas áreas de negócio.



Seminário de Miranda do Douro:

Empreendedorismo como Forma de Potenciar os Recursos Naturais, Culturais e Humanos da Região

Orador: Leonel Vaz

Actividade: Coordenador da CoraNe

Entidade: Associação para o Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina (CoraNe)

Tema da Apresentação:

“Empreendedorismo em Meios Rurais”

Breve Citação do Orador:

“Não é fácil ser-se empreendedor nos meios rurais, mas não devemos ficar quietos ou a carpir mágoas e imputar a responsabilidade pelo marasmo económico a terceiros, nomeadamente ao poder central, também não devemos assumir humildemente que toda a responsabilidade seja nossa.”

Dos três factores que podem influenciar a capacidade do empreendedor: envolvente empresarial facilitadora; ambiente cultural favorável e programas públicos de incentivo bem estruturados, os dois primeiros não estão presentes no meio rural da Terra Fria Transmontana. Por outro lado os sucessivos governos nunca demonstraram uma vontade séria de combater as fragilidades endémicas desta região e as políticas actuais não só não procuram atenuá-las como tendem a agravá-las. Fácil se torna, pois, concluir que também o terceiro factor prima pela ausência.

Assim, não é fácil ser-se empreendedor nestes territórios rurais. E, ainda que não possamos, nem devemos, ficar quietos ou a carpir mágoas e desgostos e a imputar a responsabilidade pelo marasmo económico em que a região se encontra, a terceiros, nomeadamente ao poder central, também não devemos assumir humildemente que toda a responsabilidade seja nossa.

Atendendo a que a agricultura nos moldes em que vinha e vem a ser feita não poderá ser mais a base da actividade económica da região há que, por um lado, torná-la mais empresarial e, por outro, seleccionar as áreas da actividade agrícola que poderão ter ainda algum impacte económico importante. Por outro lado há que diversificar a actividade económica em meio rural e, no que depende da nossa capacidade empreendedora, apostar claramente nas áreas de transformação dos produtos agro-pecuários, no turismo - cultural, de natureza e gastronómico - no artesanato e nos serviços de apoio às empresas e às populações.

Nos tempos que correm, é premente unir esforços no sentido de nesta região serem adoptadas medidas dentro das cinco áreas estratégicas identificadas como fundamentais pela EU, como forma de promover o desenvolvimento sustentado do meio rural, e o desenvolvimento sustentado e equilibrado do território nacional. Essas medidas passariam por fomentar nas escolas de ensino secundário e superior e centros de formação cursos adequados à actividade empresarial e implementação de programas de promoção do espírito empresarial, por eliminar os obstáculos burocráticos para a criação de empresas, por facilitar o acesso a financiamentos, pelo fomento da partilha de riscos entre o sector público e privado, e redução do estigma do insucesso e valorização do espírito empresarial e pela criação de parques de C&T, centros de empresa e inovação, centros de apoio à criação de empresas, ninhos de empresas, clubes de investidores, agências de investimento, etc.



Seminário de Miranda do Douro:

Empreendedorismo como Forma de Potenciar os Recursos Naturais, Culturais e Humanos da Região

Orador: Isabel Escudeiro

Actividade: Técnica Superior da DRAPN

Entidade: Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN)

Tema da Apresentação:

“Plano de Desenvolvimento Rural e os Mecanismos de Financiamento”

Breve Citação do Orador:

“Não é suficiente traçar uma Estratégia Nacional, torna-se indispensável traçar um conjunto de outras estratégias regionais, em articulação com a nacional que reflectam as especificidades e os interesses dos agentes da região, assim como as temáticas que desenvolvem factores de competitividade e ainda estratégias de fileira, melhorando a contribuição do sector agrícola para a economia nacional.”

A Política Agrícola Comum (PAC) na sua programação de 2007 até 2013 instituiu dois fundos agrícolas europeus, o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA), para financiamento das medidas de apoio ao mercado e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), para financiamento dos programas de desenvolvimento rural.

Neste período a PAC incidirá, preferencialmente, na programação e no financiamento do plano de desenvolvimento rural (PDR). O quadro financeiro inscrito na política de desenvolvimento contribuirá para o fortalecimento de três áreas fundamentais que também constituem prioridades nacionais e objectivos estratégicos: a economia agro-alimentar, o ambiente e a economia e população rural. Para que sejam alcançados os objectivos do PDR foi proposta uma operacionalização em quatro sub-programas, a saber: promoção da competitividade; gestão sustentável do espaço rural; dinamização das zonas rurais; promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências.

Não é suficiente traçar uma estratégia nacional, torna-se indispensável delinear um conjunto de outras estratégias, as regionais, em articulação com a nacional que reflectam as especificidades e os interesses dos agentes dessas regiões. Essas estratégias devem focar temáticas que estabeleçam os factores de competitividade necessários ao desenvolvimento sustentado dos territórios e ainda estratégias de fileiras que melhorem a contribuição do sector agrícola para a economia nacional.

Com o PDR passa a ocorrer uma discriminação positiva para os sectores incluídos nas fileiras estratégicas. Existe uma diferenciação dos apoios consoante o tipo de despesas e uma diferenciação do apoio consoante apresentação isolada em candidatura individual ou inserida num plano de investimento que integre vários projectos. O montante mínimo estabelecido fica em 25.000€, enquanto que investimentos materiais entre 5.000€ e 25.000€ são considerados investimentos de pequena dimensão com acesso a uma linha simplificada de microcrédito.

A agricultura continua a ser um dos importantes sectores de actividade na Região Norte, apresentando um significativo potencial de crescimento, tendo como grande desafio a orientação para o mercado e a atractibilidade para os mais jovens. Por outro lado as zonas rurais têm forte potencial de crescimento também em torno de outros sectores, nomeadamente turismo, artesanato, entre outros.



Seminário de Miranda do Douro:

Empreendedorismo como Forma de Potenciar os Recursos Naturais, Culturais e Humanos da Região

Orador: André Março

Actividade: Director de Participadas e Instrumentos Financeiros do IAPMEI

Entidade: Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI)

Tema da Apresentação:

“Instrumentos de Financiamento de Novas Empresas- Programa Finicia”

Breve Citação do Orador:

“A estratégia inovadora do FINICIA consiste na criação e alargamento da base de acesso de empreendedores e empresas a instrumentos de capitalização e de crédito, isto é, facilita e promove o acesso a recursos essenciais ao desenvolvimento empresarial nas fases da criação e inicial do ciclo de vida das empresas.”

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) tem por missão facilitar e assistir as PME nas suas estratégias de crescimento inovador e internacional, de aumento da produtividade e da competitividade, de reforço de competências e da capacidade de gestão e de acesso aos mercados financeiros, a par da promoção do empreendedorismo.

Dos programas de financiamento do IAPMEI destacam-se: o programa FINICIA que visa promover a concretização de novos projectos inovadores, facilitando o acesso ao financiamento a empreendedores e pequenas empresas nas fases iniciais do ciclo de vida; o programa FINCRESCER visa contribuir para otimizar as condições de financiamento de empresas em fase de crescimento e para o reforço da sua base competitiva e o programa FINTRANS estimula empresas em fase de reestruturação e/ou mudança de propriedade.

A estratégia inovadora do FINICIA consiste na criação e alargamento da base de acesso de empreendedores e empresas a instrumentos de capitalização e de crédito, isto é, facilita e promove o acesso a recursos essenciais ao desenvolvimento empresarial nas fases da criação e inicial do ciclo de vida das empresas. A concretização do Finicia assenta no estabelecimento de parcerias público-privadas, com o envolvimento de mais de 160 entidades a nível nacional e regional e na mobilização de Instrumentos Públicos de Financiamento que suportam ou partilham risco nas operações financeiras.

O programa FINICIA encontra-se estruturado em torno de três eixos:

1. Os projectos de forte conteúdo de inovação que beneficiam de um financiamento por capital de risco, ou por capital de risco e crédito, que pode atingir 85% do investimento (para um investimento global máximo de 2,5 milhões de euros);
2. Os negócios emergentes de pequena escala promovidos por micro, pequenas e médias empresas, beneficiam de micro-crédito suportado em garantia mútua, concedido no âmbito de linhas de crédito disponibilizadas por Bancos tendo como limite 100 mil euros por projecto e de capital de risco até 90% do investimento e um máximo de 45 mil euros por projecto. Em caso de sucesso, está prevista a majoração da quota-parte do empreendedor nas mais-valias geradas.
3. As iniciativas empresariais de interesse regional, favorecem o financiamento das micro e pequenas empresas de âmbito local, através da criação de fundos envolvendo autarquias e bancos e a garantia mútua na partilha de risco de crédito.

Até ao momento já foram apresentados 178 projectos ao programa FINICIA, tendo sido aprovados 88, destes já se encontram realizados 37 o que correspondeu a um total de 356 postos de emprego gerados.



Seminário de Miranda do Douro:

Empreendedorismo como Forma de Potenciar os Recursos Naturais, Culturais e Humanos da Região

Orador: Paula Santos

Actividade: Directora da Comissão de Crédito do Norte

Entidade: Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)

Tema da Apresentação:

“A Oportunidade de Criação de Micro-Empresas”

Breve Citação do Orador:

“Em suma, o microcrédito pode tornar possível que pessoas em situação de exclusão iniciem uma actividade económica própria graças ao empréstimo que recebem. São pequenos negócios de produção de bens ou de prestação de serviços – limpeza, comércio, costura, reparações domésticas, restauração, vestuário, artesanato, etc.”

O microcrédito é um conceito inovador, que corresponde a uma outra forma de entender o combate à pobreza e exclusão social, apostando na autonomia e responsabilização e no aumento da auto-estima das pessoas. Dirige-se aos mais desprotegidos, aos social e economicamente excluídos e exclusivamente àqueles que queiram criar o seu próprio emprego ou pequeno negócio. Normalmente está direccionado para uma parte importante dos desempregados e para pessoas com boas ideias mas com necessidades de micro-financiamento ou que não encontram resposta no mercado de trabalho. Pode ajudar estas pessoas a desenvolver uma actividade económica, criando o seu próprio emprego, a sua micro-empresa e não deixando que fiquem dependentes de apoios públicos. Cada vez mais, em todo o mundo, o microcrédito é visto como uma ferramenta de desenvolvimento altamente reprodutiva.

Em Portugal a instituição responsável pela atribuição do microcrédito é a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) que recebe as candidaturas, realiza a identificação dos candidatos, faz o acompanhamento dos mesmos, a análise do negócio e aprova ou não o crédito. A ANDC tem por parceiros institucionais o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o Millennium BCP, a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Espírito Santo (BES), tendo ainda outros parceiros a nível de ONG (Organizações Não Governamentais), Misericórdias, IPSS, entre outros.

Este tipo de empréstimos apresenta vantagens a nível das oportunidades do negócio, como sejam uma maior rapidez na resposta, menos burocracia e uma redução nos riscos do crédito concedido. Por outro lado, a ANDC apoia e acompanha a evolução do negócio, repensando-o em caso de necessidade. As condições de empréstimo passam por uma atribuição máxima de 10.000€ num período de 3 anos. Outra vantagem é a não exigência de garantias reais e o facto de todas as despesas serem elegíveis no pedido de crédito. Desde o início do programa, em 1999, a ANDC já concedeu 3 milhões de euros de crédito para um total de 764 pedidos concedidos, o que permitiu criar cerca 1,24 postos de trabalho por projecto.

Em suma, o microcrédito pode tornar possível que pessoas em situação de exclusão iniciem uma actividade económica própria graças ao empréstimo que recebem. São pequenos negócios de produção de bens ou de prestação de serviços – limpeza, comércio, costura, reparações domésticas, restauração, vestuário, artesanato, etc.



Seminário de Miranda do Douro:

Empreendedorismo como Forma de Potenciar os Recursos Naturais, Culturais e Humanos da Região

Orador: Cristina Coelho

Actividade: Directora Iniciativa GLOCAL

Entidade: Superação SPA Consultadoria

Tema da Apresentação:

“Medidas de Dinamização da Empregabilidade pela Via do Auto-Emprego- Projecto GLOCAL”

Breve Citação do Orador:

“Nesta região temos todas as condições para criar empresas e sermos os mais dinâmicos em termos de empreendedorismo por causa das potencialidades de negócio e investimento existentes. A falta de industrialização se, por um lado, fomentou algum subdesenvolvimento, noutros aspectos preservou-a criando oportunidades cada vez mais valorizadas em mercados externos, daí o nome do projecto ser GLOCAL, Empresas Locais com Orientação Global.”

Nesta região temos todas as condições para criar empresas e sermos os mais dinâmicos em termos de empreendedorismo por causa das potencialidades de negócio e investimento existentes. A falta de industrialização se, por um lado, fomentou algum subdesenvolvimento, noutros aspectos preservou-a criando oportunidades cada vez mais valorizadas em mercados externos, daí o nome do projecto ser GLOCAL, Empresas Locais com Orientação Global.

O projecto GLOCAL promove e apoia o empreendedorismo local e funciona em parceria com entidades representativas da região, tendo em vista a criação de empresas abertas a mais mercados, os mercados extra-locais, como por exemplo o mercado do litoral ou mesmo o mercado externo. Apostando num empreendedorismo inovador e socialmente responsável, o projecto começou por desenvolver acções de sensibilização para potenciais empreendedores, trabalhando as suas ideias e os seus projectos, resultando na criação de uma série de empresas. Durante esta fase foi criada uma metodologia para avaliação das oportunidades de investimento em meio rural, um guia de criação e consolidação de empresas (G)Locais e, especialmente, os serviços integrados de apoio ao empreendedor e o SIM (sistema de microcrédito) para o auto-emprego e a criação de empresas. A grande vantagem do SIM é a canalização do investimento para a região de forma rápida e eficaz. A instrução do processo prima pela sua grande originalidade, ou seja, é o empreendedor quem faz o seu plano de negócio e estudo de mercado, o GLOCAL apenas dá a formação ao empreendedor, facultando um especialista que trabalhe com ele. Todos os empreendedores são acompanhados durante a vigência do seu crédito.

Actualmente, as principais ideias chave do projecto passam pela necessidade de inovar, promover o empreendedorismo socialmente responsável e sustentável, e dinamização das redes de cooperação inter-empresarial, inter-institucional e ainda a promoção da ligação com os outros mercados. Aposta-se nos empreendedores em geral, mas em especial nos desempregados, nas mulheres, empreendedores residentes em espaços rurais, ex-emigrantes e jovens recém-licenciados.

Entretanto foram criados novos serviços e produtos a oferecer, nomeadamente o mapeamento de oportunidades concelhias (identificar quais as oportunidades de investimento de um concelho, informando toda a comunidade), o programa Premium – Criatividade, Competência e Sustentabilidade que premeia o empreendedor competente, o Sistema de Apadrinhamento e o Programa de Mentores Voluntários que permitem que empreendedores já instalados possam apoiar novos empreendedores, partilhando experiências ou investindo no novo empreendedor.



Seminário de Miranda do Douro:

Empreendedorismo como Forma de Potenciar os Recursos Naturais, Culturais e Humanos da Região

Orador: Catarina Fernandes

Actividade: Membro associado do AUDAX

Entidade: AUDAX

Tema da Apresentação:

“O Papel do AUDAX na Dinamização do Empreendedorismo”

Breve Citação do Orador:

“Actualmente muito se fala de empreendedorismo em Portugal e da necessidade de empreender, de forma a desenvolver a economia portuguesa. As estatísticas revelam que 67% dos portugueses querem empreender, sendo Portugal o país da Europa com maior desejo empreendedor, Todavia apenas 3% realmente empreende e, por conseguinte, somos o país europeu com menor percentagem de concretização. Esperamos, pois, que este seminário contribua para elevar esta percentagem.”

O Audax é um Centro de Investigação e Apoio ao Empreendedorismo e Empresas Familiares que pretende, nomeadamente, desenvolver e apoiar projectos inovadores; desenvolver programas de formação especializados nos temas do empreendedorismo, criação e gestão de empresas de natureza familiar; promover a constituição de veículos de investimento para suportar o arranque de projectos empresariais e prestar serviços especializados no domínio da gestão empresarial, gestão financeira, marketing e inovação. Este centro surgiu no seguimento de uma pós-graduação que identificou a existência de ideias inovadoras, que por um vasto conjunto de razões não eram concretizadas na prática. Os principais fundamentos do Audax são: o estudo e a promoção do espírito empreendedor, a inovação sistemática e o auto-emprego sustentável; a intervenção junto de potenciais empreendedores e empresários de empresas familiares e o desenvolvimento de projectos com capacidade inovadora e que apostem em actividades de forte crescimento. Pretende, ainda, desenvolver actividades de investigação e prestação de serviços à comunidade científica, académica e empresarial. O empreendedor é alguém que transforma sonhos em realidade, mas se não conseguir vender o seu projecto e gerar meios para o garantir não é um empreendedor, é um sonhador.

Há alguns princípios que os empreendedores devem ter em mente:

1. Não há só casos de sucesso, menos de 1/3 das start-ups sobrevivem 5 anos;
2. As empresas mais jovens fecham com maior frequência do que as empresas já instaladas;
3. O fecho de negócios não é insolvência. O desafio é reformular o projecto e fazê-lo renascer;
4. O espírito empreendedor é genético mesmo em caso de insucesso;
5. O insucesso é pedagógico;
6. Os empreendedores aprendem com os erros. O importante é não cometer o mesmo erro duas vezes e aprender com os erros dos outros;
7. Os negócios que exploram nichos de mercado com potencial de crescimento sobrevivem mais tempo;
8. Num mundo em constante mutação os negócios têm que se ajustar permanentemente à evolução do mercado. A única certeza no mundo dos negócios é a incerteza;
9. Os negócios com maior número de clientes sobrevivem mais tempo;
10. A inovação é um pilar fundamental para um empreendedor;
11. O empreendedor tem que aprender a lidar com os “Velhos do Restelo”. Ultrapassar obstáculos e seguir em frente é o desafio permanente na vida do empreendedor.



Orador: Luís Ferreira

Actividade: Consultor

Entidade: EMPREENDE Portugal

Tema da Apresentação: Acção de Formação e Sensibilização – “O Que É Ser Empreendedor?”



Seminário de Miranda do Douro:

Empreendedorismo como Forma de Potenciar os Recursos Naturais, Culturais e Humanos da Região

Orador: Paulo Praça

Actividade: Director da RN

Entidade: Resíduos do Nordeste -EIM

Luís Ferreira

Os empreendedores são as peças-chave na criação de empregos e riqueza possuindo características e competências chave, nomeadamente a presença de auto-confiança e de auto-motivação, a capacidade de planeamento, capacidade de liderança e negociação, entre outras. De forma a testarmos e avaliarmos as nossas competências como potenciais empreendedores existem no mercado ferramentas que nos permitem fazê-lo, nomeadamente o programa Ottomax, um produto inédito oriundo do Brasil, que conta com uma interface de administração para empresas e instituições académicas. Trata-se de um jogo em que é simulado um ambiente empresarial, onde o jogador conhece e pratica as suas habilidades empreendedoras, decidindo o dia-a-dia do protagonista e tentando levar a empresa ao sucesso. No final do jogo o jogador tem acesso a um relatório personalizado que analisa o caminho percorrido no jogo, apresentando o seu perfil empreendedor.

Paulo Praça

A envolvimento da empresa promotora, Resíduos do Nordeste, no projecto Nordeste 21, foi um processo inovador na região do Nordeste Transmontano, estando-se numa etapa de aprendizagem e desenvolvimento de trabalhos participativos com a população, com vista ao desenvolvimento sustentável dos oito municípios que integram o projecto. Tem-se continuado a trabalhar com grande objectividade nesta Agenda 21 Local, mais especificamente com tudo o que tenha a ver com o QREN e a sua respectiva aplicabilidade. Para as pessoas que têm acompanhado este processo, apercebem-se que só na semana passada é que saiu em Conselho de Ministros a aprovação do quadro geral. É importante para o Nordeste 21 o facto de termos de trabalhar muitas das ideias e projectos saídas deste seminário e de outros seminários realizados no âmbito deste projecto, com um sentido prático e objectivo que, obviamente numa região como esta vai depender de financiamento dos novos quadros.

Ao longo deste projecto houve oscilações e períodos mornos, mas os obstáculos foram-se ultrapassando, apesar das diversas críticas feitas que, por vezes são construtivas neste tipo de processo inovador para a região. E para finalizar, deixo uma palavra de esperança referindo um grande poeta da região, Miguel Torga, que disse que, numa aventura o importante não é chegar mas sim partir, e neste projecto também o importante foi a partida que esperamos que nos leve a algum lugar.



IDEIAS DE PROJECTOS PROPOSTOS INDIVIDUALMENTE

Aproveitamento dos recursos hídricos, eólicos e de biomassa: 23 votos

Centro de recolha de produtos regionais: 14 votos

Criação de uma empresa de turismo/turismo rural/agro-turismo: 8 votos

Criação de uma quinta pedagógica: 7 votos

Aliar a cultura e as tradições com o património natural: 3 votos

Valorizar os recursos endógenos - produção florestal certificada, cogumelos: 2 votos

Criação de lares de terceira idade: 4 votos

Desenvolvimento da apicultura e das culturas de cogumelos: 4 votos

Empresa de desportos radicais e de natureza: 3 votos

Turismo termal: 2 votos

Parcerias com indústria de restauração e hotelaria: 2 votos

Exploração das grutas de Santo Adrião, para fins turísticos: 2 votos

Fábrica de instrumentos musicais tradicionais: 2 votos

Parque de campismo/turismo rural e turismo de natureza: 2 votos

Empresa de embalagem e comercialização de produtos locais: 2 votos

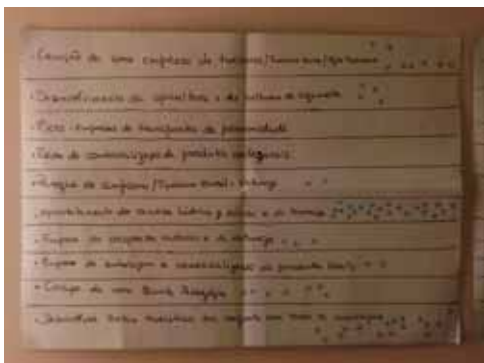
Cooperativa de comercialização do "cordeiro mirandês": 2 votos

Desenvolvimento do parque do Douro Internacional: 1 voto

Marca própria com design específico, comercialização de plantas aromáticas e medicinais

Escoamento de produtos biológicos

Rede de comercialização de produtos artesanais



IDEIAS DE PROJECTOS PROPOSTOS INDIVIDUALMENTE

Aliar a cultura e as tradições ao património natural do nordeste

Construção de uma empresa aberta a todos os cidadãos residentes e não residentes de aproveitamento de recursos hídricos, aliando o turismo e energia

Criação de um centro hospitalar

Criação de uma associação de agricultores

Potenciar os recursos existentes, de forma a torná-los rentáveis, dinamizar recursos potenciais para os jovens em início de actividade

Gabinete sem fins lucrativos de apoio às empresas

Valorização do espaço rural

Criação de associação promotora do turismo da região

Fábrica de rações com base em produtos da região

Criação de associação que trabalhe em conjunto o espírito cultural, social e económico

Criação de infra-estruturas de regadio com criação de presas de água

Aproveitamento hídrico do rio Fresno

Criação de empresa de limpeza e manutenção de matas, aproveitando esses resíduos para produção de energia (biomassa)

Preservar o meio ambiente e as suas culturas históricas e as suas tradições

Empresa de restauração antiga

Micro-empresas de transportes de proximidade

Turismo de Natureza – aproveitar as potencialidades do concelho de Miranda do Douro na vertente ambiental e cultural: 3 votos



Vila Flor

Seminário – Acrescentar Valor aos Produtos Locais- Como Aceder a Mercados Mais Vastos?

Realizado no dia 13 de Julho de 2007 no Centro Cultural Adelina Campos

Este seminário teve como objectivo debater estratégias para os produtos transmontanos, essencialmente de base agropecuária e florestal, como aceder a outros mercados e assim promover uma economia sustentável de base local, respeitando o património natural desta região. Os participantes foram incentivados a construir, em conjunto, uma estratégia de promoção e marketing para os produtos transmontanos, tal como eleger os produtos locais com mais potencial.



Seminário de Vila Flor:

Acrescentar Valor aos Produtos Locais:
Como Inovar e Aceder a Mercados mais
Vastos?

Orador: Artur Pimentel

Actividade: Presidente da Câmara

Entidade: Câmara Municipal de Vila Flor



Seminário de Vila Flor:

Acrescentar Valor aos Produtos Locais:
Como Inovar e Aceder a Mercados mais
Vastos?

Orador: Fernando Barros

Actividade: Vice-Presidente da Câmara

Entidade: Câmara Municipal de Vila Flor

Artur Pimentel

Hoje, neste seminário, vamos trabalhar a Agenda 21 Local do Nordeste Transmontano. Falar em Agenda 21 Local é falar em futuro, é falar em desenvolvimento sustentável, em economia, em turismo, em agricultura, em produtos locais. É falar da Terra Quente, mas também da Terra Fria e do Douro Superior. Quando massivamente nos dizem que é necessário ganharmos escala, aqui na Agenda 21 Local já o estamos a fazer, o Nordeste 21 engloba oito municípios do distrito de Bragança, que há alguns meses, em conjunto, têm debatido os temas que já aponte, com o intuito de procurar soluções e novos projectos regionais. E tudo isto é importante porque, neste momento, o país e a nossa região se preparam para o novo quadro comunitário de apoio, o QREN, e assume-se que esta é a última oportunidade para nos desenvolvermos, para nos modernizarmos. Pessoalmente, penso ser um erro afirmar que o QREN é o último quadro comunitário de apoio, antes fosse o último, pois seria a certeza que teríamos chegado ao patamar europeu, o que, tendo em conta os nossos indicadores, se revela difícil. Contudo teremos a aprovação do QREN, em breve, e assim devemos trabalhar, em conjunto, para estarmos em posição de implementar projectos viáveis e sustentáveis para esta região.

Fernando Barros

A Agenda 21 Local do Nordeste, que engloba 8 municípios, organizada pela empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste e pela Universidade Católica Portuguesa, é um processo que tem sido bastante envolvente, porque tem por objectivo a procura do caminho que visa o desenvolvimento sustentável, em harmonia com o ambiente, mas através da participação da comunidade. Atendendo ao tema deste seminário *“Acrescentar valor aos produtos locais”* faço uma breve referência sobre a nossa Terra Flor, que está a decorrer e pretende-se que esta feira seja uma montra dos produtos locais, e daquilo que melhor existe na região e no concelho de Vila Flor. Entendo que aos produtos devem estar aliados às marcas e as marcas valem aquilo que vendem. Para finalizar deixo patente duas importantes notas ao público em geral:

Espero que reflectam sobre o que é uma marca e o que é a marca “Trás-os-Montes”. Todas as outras marcas podem existir dentro desta, é necessário acrescentar valor aos nossos produtos de uma forma organizada, ganhando dimensão, apostando no planeamento, inclusive no planeamento comercial que é deveras importante. Urge a necessidade de acrescentar mais-valias aos produtos, desde a produção ao comércio final. Há muitas formas de o fazer mas a grande aposta na marca “Trás-os-Montes” é uma grande possibilidade.

Deixo também uma nota em relação às vossas sugestões de projectos, como o Nordeste 21 é um processo participativo, apela-se a que todos os participantes nos ajudem a encontrar o caminho, o caminho para o desenvolvimento sustentável.



Seminário de Vila Flor:

Acrescentar Valor aos Produtos Locais:
Como Inovar e Aceder a Mercados mais
Vastos?

Orador: João Amaral

Actividade: Técnico Superior do INPI

Entidade: Instituto Nacional da Propriedade
Industrial (INPI)

Tema da Apresentação:

“Marcas e Patentes: como consegui-las?”

Breve Citação do Orador:

“Não basta ter uma boa ideia ou um bom produto há que saber diferenciar, não basta saber distinguir, há que garantir o exclusivo legal através do registo, assegurando um monopólio legal, ou seja o direito de uso exclusivo do sinal e o direito de impedir o seu uso por terceiros.”

Os direitos de propriedade industrial dividem-se em dois grandes grupos, um com incidência tecnológica através das patentes e modelos de utilidade que se aplicam a invenções novas resultantes da actividade inventiva e têm uma aplicação industrial, e um outro grupo com incidência a nível comercial, através das marcas, nomes e insígnias de estabelecimentos, logótipos e/ou denominações de origem e indicação geográfica.

A Marca visa distinguir os produtos ou serviços correspondendo a um sinal graficamente representável que permite a sua distinção; o Nome e a Insígnia de Estabelecimento tem por finalidade tornar um estabelecimento conhecido quer por um nome ou uma figura, e o Logótipo distingue a entidade/empresa e corresponde a um sinal gráfico que referencia o modo como a entidade é conhecida pelo público, normalmente é por este sinal que conhecemos a empresa em questão. Por último, a denominação de origem tem por finalidade distinguir produtos ligados ao meio geográfico onde são produzidos. Por exemplo, há certos produtos que são produzidos aqui nesta região de Trás-os-Montes e que só aqui é que têm estas características e um valor acrescentado enorme e é isso que a denominação de origem tem por finalidade proteger.

Denominação de Origem - Nome de uma região que serve para identificar e distinguir um produto originário dessa região, e cujas características ou qualidades se devem, essencial ou exclusivamente, ao meio geográfico.

Indicação Geográfica - Nome de uma região que serve para identificar e distinguir um produto originário dessa região e cujas características ou qualidades podem ser atribuídas ao meio geográfico.

Os sinais distintivos são meios para despertar a atenção e fidelização do cliente, o que se traduz numa vantagem em relação aos outros produtos. As marcas e os demais sinais distintivos do comércio são importantes: não só para os consumidores, pois transmitem confiança, garantia, comodidade, como para as empresas e sociedade, estimulando a concorrência e a inovação e até para a economia, pela promoção do crescimento e do emprego, pois quando há marcas fortes o mercado tem mais perspectivas de progressão.

Não basta ter uma boa ideia ou um bom produto, há que saber diferenciar, não basta saber distinguir, há que garantir o exclusivo legal através do registo, assegurando um monopólio legal, ou seja o direito de uso exclusivo do sinal e o direito de impedir o seu uso por terceiros. Assim, este registo nacional terá de ser apresentado, estudado e despachado ou não, pela entidade competente para o efeito que em Portugal é o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI). Os registos podem ser feitos online através do site www.inpi.pt.



Seminário de Vila Flor:

Acrescentar Valor aos Produtos Locais:
Como Inovar e Aceder a Mercados mais
Vastos?

Orador: António Monteiro

Actividade: Grão-Mestre

Entidade: Confraria dos Gastrónomos e
Enólogos de Trás-os-Montes e Alto Douro

Tema da Apresentação:

“Valorização e Promoção dos Produtos
Regionais”

Breve Citação do Orador:

“Para um eficaz combate à
desertificação rural é necessário fazer
uma aposta clara e inequívoca na
criação de competências acrescidas
para que se desenvolvam formas de
actuação mais profissionalizadas e
tecnologicamente mais adequadas aos
mercados de hoje e do futuro.”

O desempenho dos produtos tradicionais, tal como de outros e por todo o país, face ao mercado caracteriza-se por estratégias de oferta assentes em posturas duplas, apoiadas em produções certificadas e não certificadas. Esta duplicidade de atitude, suportada essencialmente pelos mercados intermediários e/ou paralelos, tem conduzido à emergência de elementos retardadores do processo de estabilização da produção e certificação integral dos produtos locais/tradicionais com condições para usufruírem dessa regalia. Neste domínio, também a continuada ausência de estratégias de comercialização por parte dos produtores, em geral, de determinadas organizações de produtores e dos agrupamentos gestores das “denominações” se afigura, a par da actual proliferação “bairrista” e insensata de modos de produção, como um dos factores que mais tem contribuído para a sua fraca valorização.

Os produtos tradicionais, certificados ou não, acabam por ser mais facilmente encaminhados para as grandes superfícies comerciais, principalmente quando atingem dimensão de oferta, embora para tal continuem a existir “os tais” operadores intermediários no processo de distribuição. É um absurdo, mas é a realidade!

Alguns casos de especial relevância sócio-económica para Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD) são os sectores do azeite, das carnes autóctones, das Alheiras de Mirandela e demais enchidos, a castanha e a maçã que continuam a escoar uma baixa quantidade de produtos certificados e através de canais que pouco os valorizam economicamente, apesar da excelente qualidade que todos lhe reconhecem.

Contudo os mercados nacionais e internacionais procuram, cada vez mais, este tipo de produtos – produtos com história, identidade própria, de tradição e qualidade garantida. Os ventos estão-lhes favoráveis, como bem diria quem os produz! Contudo, a falta de uma estratégia organizada e aglutinadora em torno dos produtos tradicionais de uma região no seu todo (ou de um país), como poderia ser de TMAD, é, também, outro dos factores que está a delimitar o processo de sua valorização.

Para um eficaz combate à desertificação rural é necessário fazer uma aposta clara e inequívoca na criação de competências acrescidas para que se desenvolvam formas de actuação mais profissionalizadas e tecnologicamente mais adequadas aos mercados de hoje e do futuro; promover uma maior articulação entre todas as medidas de ajuda ao desenvolvimento de base territorial, bem como a implementação de medidas objectivamente definidas para o apoio aos casos específicos dos produtores de produtos tradicionais e locais.

Nota: Texto integral em www.residuosdonordeste.pt/nordeste21



Seminário de Vila Flor:

Acrescentar Valor aos Produtos Locais:
Como Inovar e Aceder a Mercados mais
Vastos?

Orador: Paulo Castro

Actividade: Gestor de Projecto Weblevel

Entidade: WebLevel.pt

Tema da Apresentação:

“Novas Tecnologias e Mercado Global”

Breve Citação do Orador:

“São vários os proveitos que as empresas que aderiram ao comércio electrónico ganharam, como a sua visibilidade a nível mundial, a disponibilidade online da informação detalhada para cada produto, permanentemente actualizada, a captação de novos clientes, e o aumento das vendas.

Em apenas cinco anos, a percentagem da população portuguesa que já fez compras online aumentou de 1,6% para 4,7%. Nos últimos dois anos as transacções unitárias passaram de 30€ para 100€. A maioria destas aquisições corresponde a livros, CD, DVD, revistas e electrodomésticos. Em média 20% dos utilizadores de *internet*, em Portugal, compra *online*. Estas vendas, representaram apenas 1,3 % do total da facturação das empresas portuguesas, enquanto que a nível europeu já atingem os 4% (em 2004).

Perante este cenário coloca-se a questão, será que o comércio electrónico compensa?

Actualmente apresenta inúmeras vantagens, nomeadamente, montras apelativas, detalhadas e de fácil manutenção, está aberto 24 horas/dia, existência de facilidade de análise e comparação pelo cliente, e em suma é uma ferramenta no mercado global e permite a redução de custos (comerciais e de distribuição). Apesar de tudo, ainda há alguns receios neste tipo de comércio, relacionados com os custos de envio, confiança do cliente, não ser possível tocar nos produtos, possíveis fraudes com os cartões de crédito e, eventualmente, terem um processo de encomenda complexo. A melhor forma de combater e ultrapassar estes receios prende-se com o aproveitamento da redução de custos e preços, com as disponibilidades e entregas rápidas, seguras e eficientes.

São vários os proveitos das empresas que aderiram ao comércio electrónico como a visibilidade a nível mundial, a disponibilidade *online* da informação detalhada e permanentemente actualizada para cada produto, a captação de novos clientes, e o aumento das vendas (tanto *online* como *offline*).

As empresas que não pretendam avançar para uma solução completa de comércio electrónico, não deverão excluir o canal *online* nas suas estratégias de marketing e negócio, pois o negócio online tem as mesmas (ou até mais) responsabilidades que o presencial. O acompanhamento ao cliente deverá ser ainda mais forte.



Seminário de Vila Flor:

Acrescentar Valor aos Produtos Locais:
Como Inovar e Aceder a Mercados mais
Vastos?

Orador: Pedro Lobo

Actividade: Responsável de Marketing

Entidade: Vinko/Vinihold

Tema da Apresentação:

“Marketing e Promoção: - O Caso do Vinho.”

Breve Citação do Orador:

“Uma das formas de chegar a mercados externos é pela aposta no marketing, pois para competir com os vinhos de todo o mundo não se pode ter complexos de inferioridade, nem desculpas ao nível do custo.”

O mercado nacional de vinhos, segundo dados do Instituto da Vinha e do Vinho, representou, na última década, entre 65-70% das vendas de vinhos portugueses, correspondendo apenas a cerca de 3 milhões de consumidores reais. Assim para crescer será necessário direccionarmo-nos para os restantes mercados, com um maior potencial mas, igualmente, com uma concorrência muito mais feroz.

Portugal apresenta alguns pontos fortes na produção e comercialização de vinhos que assentam no facto de ser um país com história e tradição neste sector, tem uma boa imagem na imprensa internacional e acima de tudo possui castas únicas.

Nos últimos tempos têm ocorrido melhorias na viticultura, vinificação e consequentemente na qualidade dos vinhos, o que resulta numa produção de vinhos com estilo moderno e frutado, com as nossas castas principais como base e/ou utilizando castas internacionais. No entanto, ainda temos que melhorar esta actividade de forma a descolarmos de alguma imagem que persiste do país dos vinhos verde e rosé. É também necessário reduzir e eliminar a produção de castas difíceis e, em demasiado número, no fundo abandonar a produção de pequena escala, em que é difícil gerar margens de lucro baseadas na quantidade, melhorar a consistência e qualidade (super e hipermercados), e apostar mais no *marketing* e promoção, atacando nichos de mercado.

Uma das formas de chegar a mercados externos é pela aposta no *marketing*, pois para competir com os vinhos de todo o mundo não se pode ter complexos de inferioridade, nem desculpas ao nível do custo.

A imagem é fundamental!

Aconselha-se a visitar o ponto de venda, a comparar produtos: garrafas, rótulos, rolhas, disposição, a seleccionar um agente adaptado à nossa oferta e ao nosso mercado-alvo e recorrer aos mecanismos já implementados como sejam o auxílio do ICEP ou da Viniportugal.

As únicas formas de crescermos são através dos mercados externos, através da obtenção de economias de escala ou através de nichos de mercado. Quem produz tem que se adaptar aos consumidores e não ao contrário, sem esquecer que consistência e profissionalismo são factores críticos de sucesso (pensar nos casos de sucesso portugueses).



Seminário de Vila Flor:

Acrescentar Valor aos Produtos Locais:
Como Inovar e Aceder a Mercados mais
Vastos?

Orador: João Lomba

Actividade: Responsável Comercial de Loja
Gourmet

Entidade: El Corte Ingles

Tema da Apresentação:

“Como Aceder a Mercados mais Vastos?”

Breve Citação do Orador:

“... Trás-os-Montes e Alto Douro produz com qualidade e deve continuar a fazê-lo, promovendo o associativismo porque só assim é que se consegue chegar a mercados mais vastos e ter sucesso, ampliando o número de vendas e aumentando a rentabilidade.”

O *El Corte Inglés* destaca-se relativamente à concorrência pela qualidade dos seus produtos. Visa a aposta na qualidade dos produtos e Trás-os-Montes e Alto Douro produz com qualidade e deve continuar a fazê-lo, promovendo o associativismo porque só assim é que se consegue chegar a mercados mais vastos e ter sucesso, ampliando o número de vendas e aumentando a rentabilidade.

Os produtos que são produzidos, aqui nesta região, já estão, em parte, representados nas lojas desta cadeia, com maior representatividade para o azeite, seguido de alguns produtos da área do fumeiro, do sector das carnes, das raças autóctones, e também dos queijos. Outra área com bastante reconhecimento nos mercados são os vinhos, e sendo esta uma região duriense está bastante representada no *El Corte Inglés*. Actualmente regista-se uma crescente procura dos produtos biológicos, e temos vindo a reforçar essa apetência, nomeadamente através de feiras temáticas e específicas, tornando-se esses produtos em nichos de mercado.

O nosso público e o nosso “*target*” de clientes reconhecem o valor dos produtos da região.

Relativamente ao seu escoamento, deixo a informação que *El Corte Inglés* tem o departamento de compras em Lisboa, mas reforço que a melhor forma de acederem a este mercado é produzirem produtos de qualidade, apresentá-los ao departamento de controlo de qualidade que, posteriormente os analisará em conjunto com cada departamento de compras e avaliará se é um produto que tem aceitação junto dos clientes Para além da qualidade, a sua imagem deve ser objecto de trabalho. Sabe-se que há certos produtos que são mais vendáveis pelas próprias características mas a verdade é que a imagem, o rótulo ajudam a que o cliente olhe e decida comprar. Tendo todas estas considerações em conta recomenda-se que os produtores nordestinos continuem a apostar na qualidade e a apostar na imagem do produto.

Relativamente ao mercado em geral, e todos nós temos consciência disso, o mercado nacional é um mercado em redução, há um abrandamento no consumo mas a verdade é que nas nossas lojas continuam a vender produtos Premium e da linha Gourmet. Será necessário avaliar a melhor forma de aceder a mercados exteriores, mas primeiro terá de se ganhar o mercado nacional e criar infra-estruturas e sustentação internas para depois se pensar nesse passo.



IDEIAS DE PROJECTOS PROPOSTOS INDIVIDUALMENTE

IDEIAS DE PROMOÇÃO E MARKETING

AZEITE

Promover a produção de azeite biológico e a sua qualidade. Realizar concursos internacionais com promoção da imagem e da restauração, com o slogan "Azeite de Trás-os-Montes a manteiga de Portugal";

Valorização do "ouro" do Nordeste através de associações de histórias/registos culturais das aldeias como a etnografia do azeite, sua produção, usos e costumes associados, venda em lojas de grandes centros urbanos e "lojas de aldeia";

Divulgar o azeite junto das escolas primárias e secundárias "o Azeite também vai à escola";

Praticar ementas a nível da restauração e hotelaria que coloquem em evidência o azeite de Trás-os-Montes, como azeite de qualidade e com características próprias que o distinguem de outros azeites;

Criar uma marca chapéu "Trás-os-Montes";

Criar lojas *Gourmet*;

Acrescentar valor ao azeite, melhorar a promoção e divulgação das qualidades do azeite de Trás-os-Montes. Construir cabazes de produtos complementares ao azeite, nomeadamente, vinagre de vinho, entre outros;

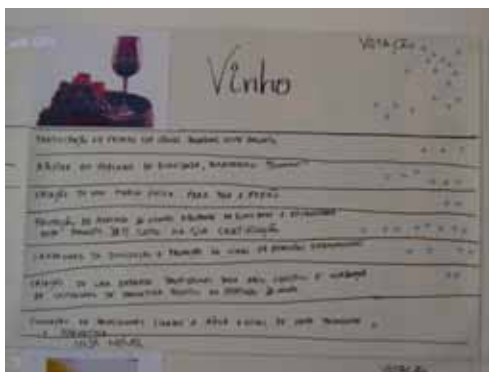
Exposições, provas de azeite, percursos levando o produto a todo o país, ou seja, a expansão do produto.

Demonstrações do processo de extracção do azeite;

Criar uma marca chapéu com o nome Terraflor e encontrar uma parceria entre a Câmara Municipal de Vila Flor e uma empresa privada para desenvolver a marca Terraflor;

Promover o azeite transmontano e reforçar a ideia DOP;

Integração do produto nos grandes eventos da moda portuguesa, tanto a nível nacional como internacional, valorizando o azeite como um dos produtos que levam a um ideal de beleza;



IDEIAS DE PROMOÇÃO E MARKETING

Criação de marcas “sub-regionais” e promoção deste produto em eventos, nacionais e internacionais, de referência dos produtos locais;

Criação da Associação das Cooperativas do Azeite de Trás-os-Montes, apostando na imagem gráfica e da embalagem, numa campanha de publicidade;

Realizar a feira do azeite de Trás-os-Montes;

Azeites topo de gama, apostar no “*paying*” no rótulo do produto, como algo superior e utilizar a marca Via Flor, uma vez que Vila Flor está para o azeite como o *vintage* está para o Vinho do Porto;

Política macroscópica supra municipal, integrando a região no seu todo, podendo criar, eventualmente, uma região demarcada do azeite, que possa ser publicitada a nível nacional e internacional.

VINHO

Divulgação em mercados internacionais, com constantes campanhas de promoção (feiras, campanhas de marketing, mostras, provas, concursos, etc.);

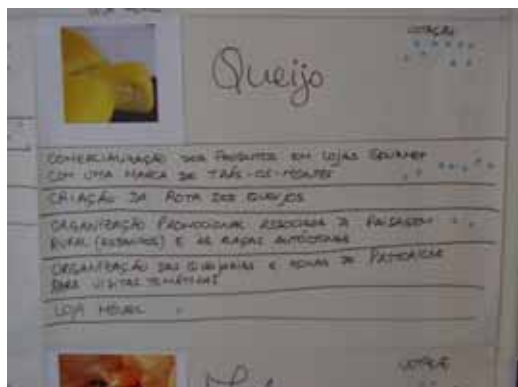
Apostar nos canais de distribuição para o mercado nacional;

Criação de uma marca única para toda a região ou aproveitar a já existente. Trás-os-Montes funcionando como uma fileira, ganhando assim dimensão, atendendo a que um dos maiores problemas é a reduzida dimensão das empresas agrícolas, criação de uma empresa profissional para apoiar toda a logística, marketing e colocação no mercado;

Agrupamento de produtos de selecção e produtos que se imponham pela qualidade ou pela exclusividade das suas características. Há que ter em conta que na procura de outros mercados a divulgação conjunta de um produto genuíno desta região – o Vinho do Porto;

Participação em feiras com um pavilhão;

Qualidade, “ *Mercados Gourmet*” (nichos de mercado);



IDEIAS DE PROMOÇÃO E MARKETING

Construção de mentalidades locais para o profissionalismo, marketing, imagem, novas tecnologias de promoção, Internet, visitas a quintas, mostras locais turísticas com valor acrescentado no conhecimento dos trabalhos efectuados, parcerias com a CAP, confrarias e agentes económicos já instalados no mercado.

QUEIJO

Comercializar os produtos em lojas *Gourmet* com uma marca de "Trás-os-Montes";

Criar uma rota de queijos em articulação de trabalhos com a rota do azeite, organização promocional associada à paisagem rural (rebanhos) e às raças autóctones e visitas temáticas às queijarias.

CASTANHA

Linha de produção de vários produtos que valorizem a castanha, sob a marca "Trás-os-Montes", nomeadamente licores, compotas, etc;

Apostar na qualidade e variedade;

Preparação de um magusto;

Apresentação de um convívio com produtos variados, tendo como base a castanha, por exemplo a preparação de um magusto.

PRODUTOS HORTÍCOLAS E FRUTÍCOLAS

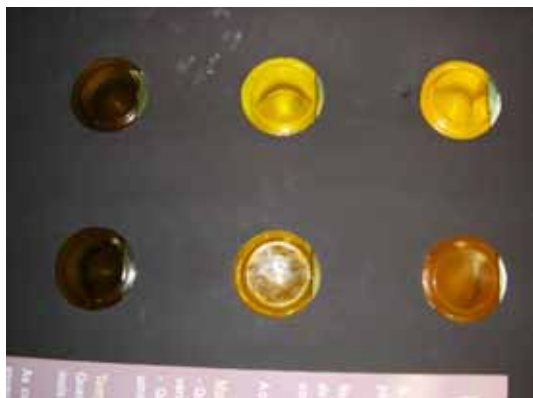
Criar uma central de recolha, embalagem e distribuição;

Promover os produtos com recurso à marca "Trás-os-Montes", valorizando a sua qualidade.

FIGO

Tratando-se de um produto ancestral mas para o qual a produção tem vindo a ser abandonada deverá ser promovido a sua produção;

Proceder à divulgação junto das comunidades locais das vantagens do produto.



IDEIAS DE PROMOÇÃO E MARKETING

FUMEIRO

Criação de uma marca regional "Trás-os-Montes";

Realização de uma feira regional, anual, em grandes centros urbanos, para além da promoção em meios audiovisuais.

MEL

Divulgar e promover a qualidade do mel produzido na região do nordeste transmontano relacionando-a com a qualidade do ambiente destas terras, com reduzida poluição e indústria. Divulgar os benefícios do mel para a saúde dos consumidores.

CARNE TRANSMONTANA

Apostar forte na diferenciação pela qualidade excepcional do produto, nomeadamente, as suas características únicas, o meio e as condições geográficas. Neste contexto torna-se necessário criar uma marca forte e sugestiva que capte a atenção dos consumidores.

COMPOTAS

Atribuição da marca regional "Trás-os-Montes";

Promoção do produto em grandes superfícies.

RECURSOS NATURAIS

Potenciar os recursos locais e patrimoniais do Nordeste Transmontano de forma a criar condições atractivas para os públicos, quer locais quer de outras zonas do país;

Aproveitar a sensibilidade para as questões do ambiente promovendo o gosto pelo ar livre e pela natureza, potenciando os desportos radicais, atraindo outro tipo de públicos à região.



IDEIAS DE PROMOÇÃO E MARKETING

PRODUTOS REGIONAIS

Central de recolha e distribuição de produtos regionais – criação e associação da marca “Trás-os-Montes”;

Criação de uma loja móvel (por exemplo um camião) onde se procedam a mostras de vários produtos (mel, queijo, enchidos, vinhos, amêndoa). A loja poderia percorrer o país, nomeadamente os grandes centros urbanos e até para o estrangeiro, mostrando e vendendo o produto da região transmontana. Ao mesmo tempo a marca “Trás-os-Montes” iria incremento na sua visibilidade;

Apostar na qualidade e certificação dos produtos e apoiar a promoção externa;

Promover os produtos localmente e melhorar e trabalhar a imagem dos produtos;

Divulgar os produtos no resto da Europa, na América e restantes continentes;

Divulgar os produtos além fronteiras, na Europa e Brasil (entre outros). A Internet poderá ser um meio de divulgação poderoso. Aproveitar a proximidade com Espanha e com o resto da Europa. A nova marca tem que surgir nos locais, com acções presenciais de mostra da qualidade dos produtos.

CARNE TRANSMONTANA

Aproveitar a sensibilidade para as questões do ambiente promovendo o gosto pelo ar livre e pela natureza, potenciando os desportos radicais, atraindo outro tipo de públicos à região.



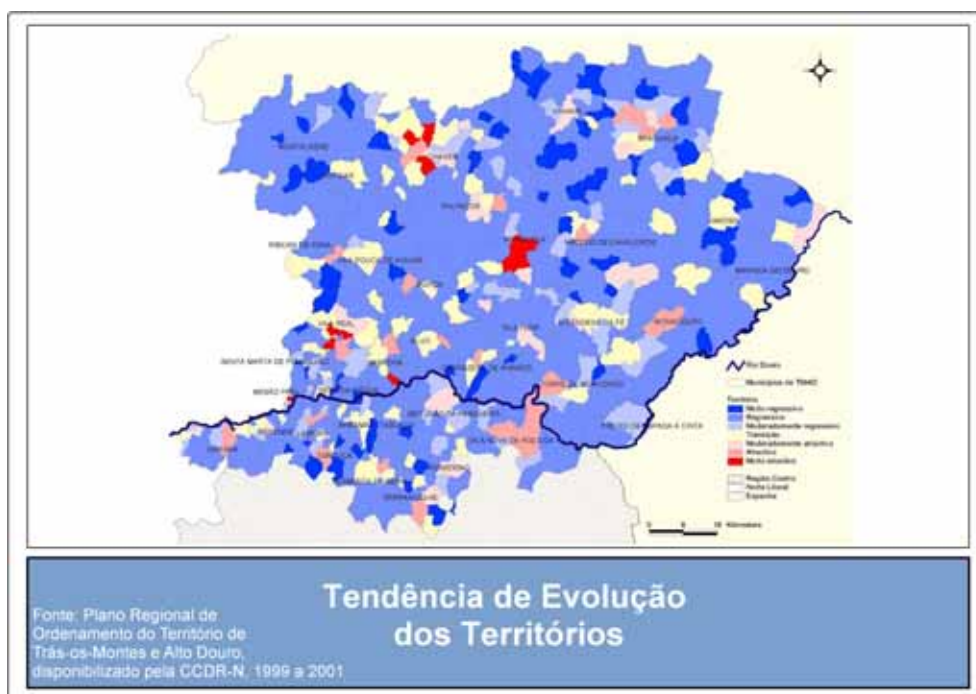
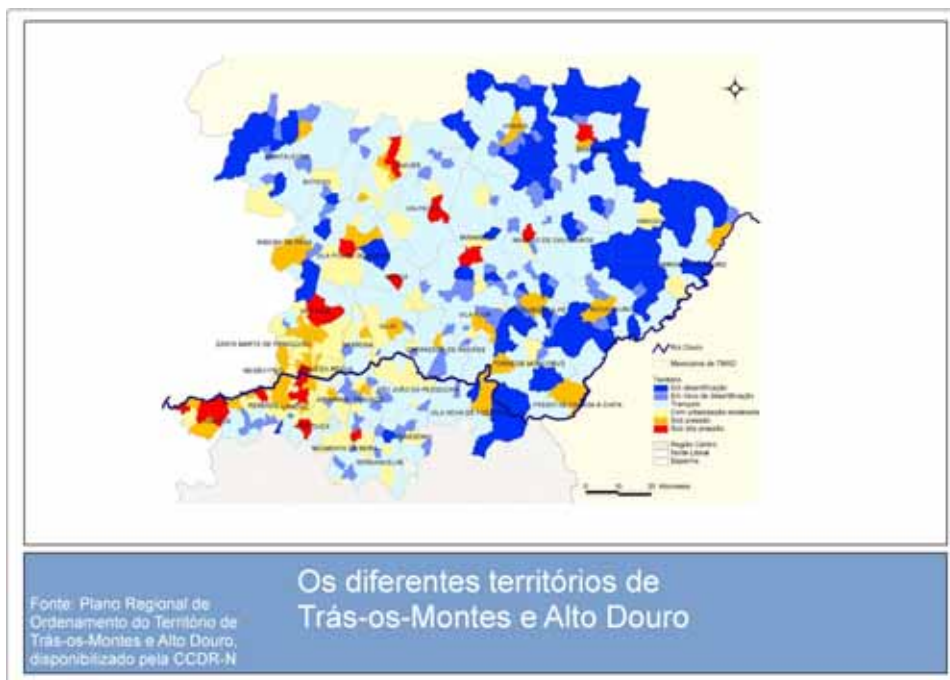
5.Síntese do Diagnóstico do Nordeste 21

Para gerir a sustentabilidade temos de a medir

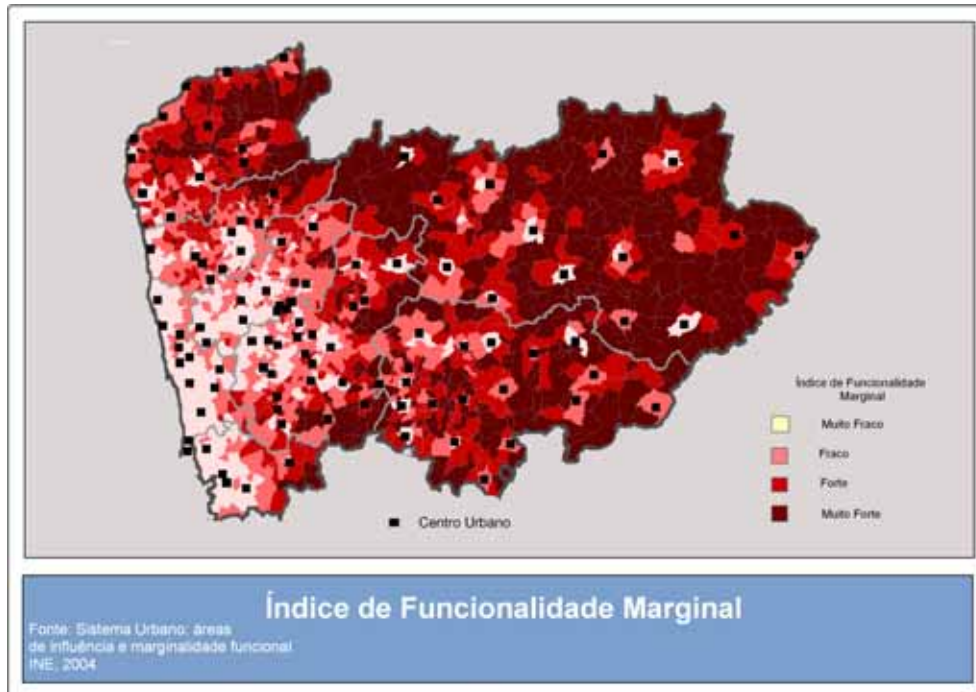


5.1 Território e População

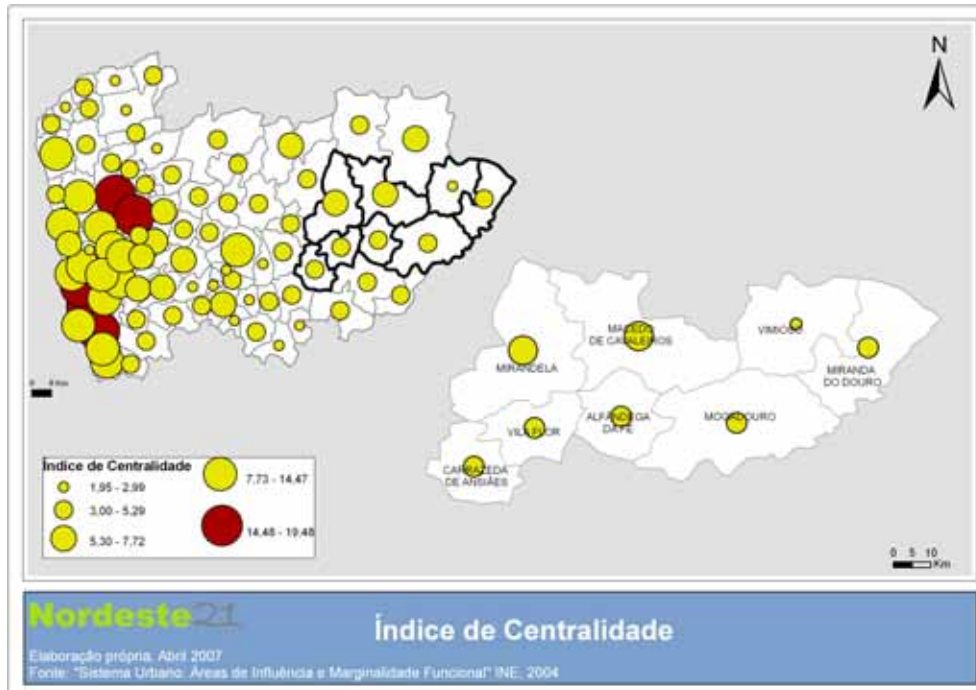
Território



Território



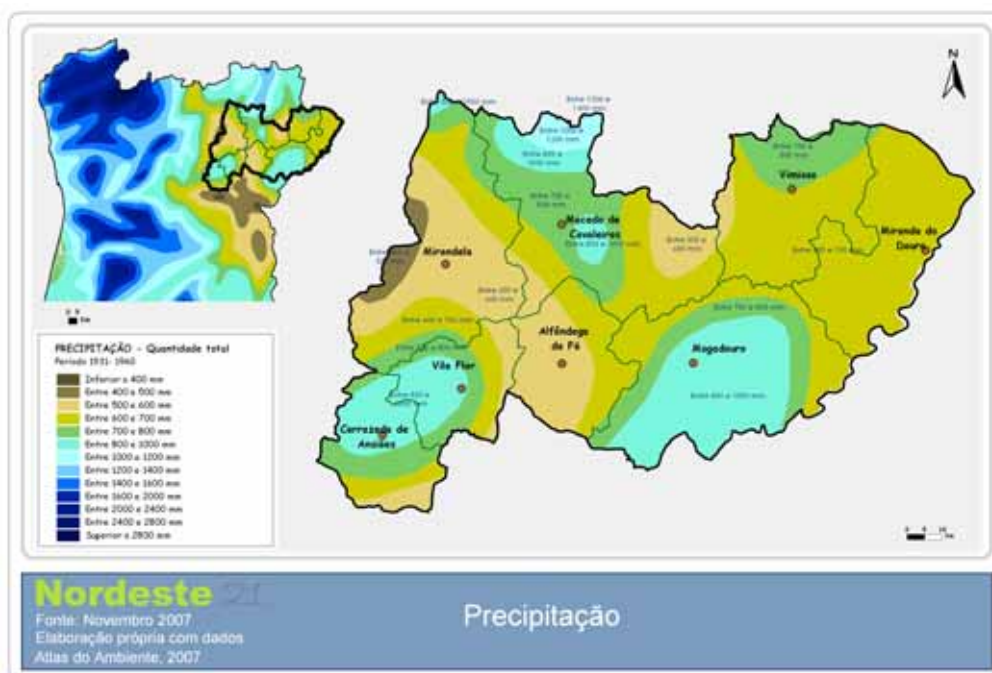
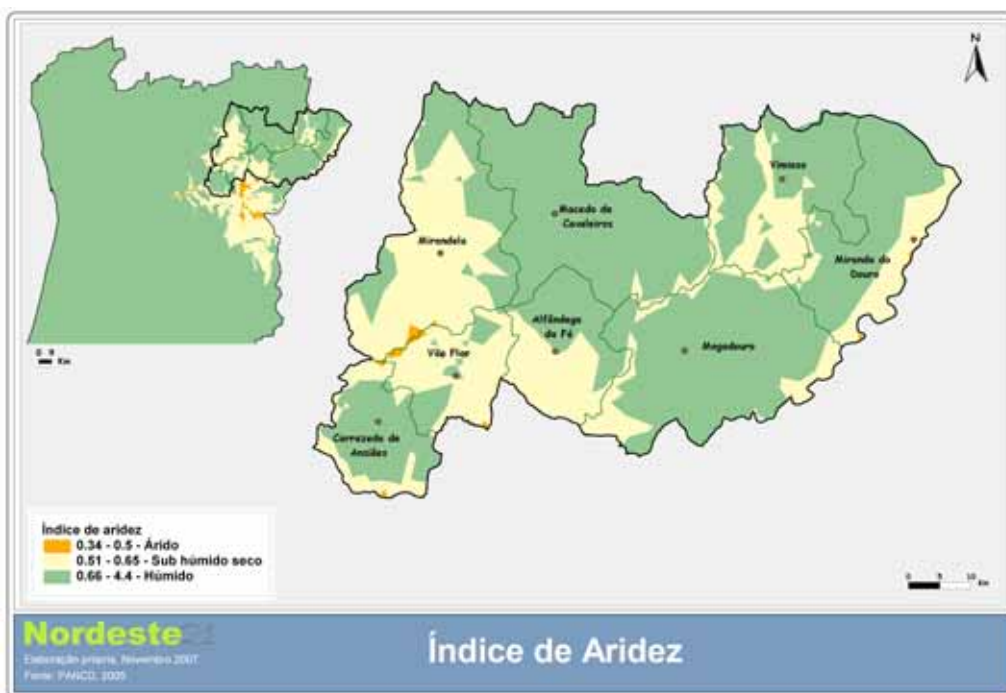
Território



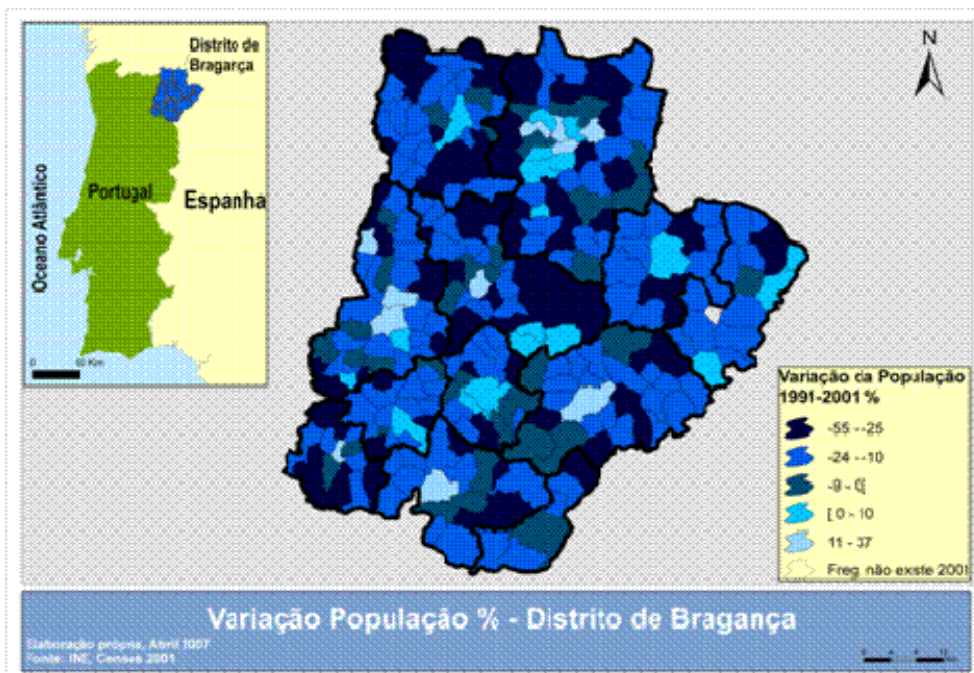
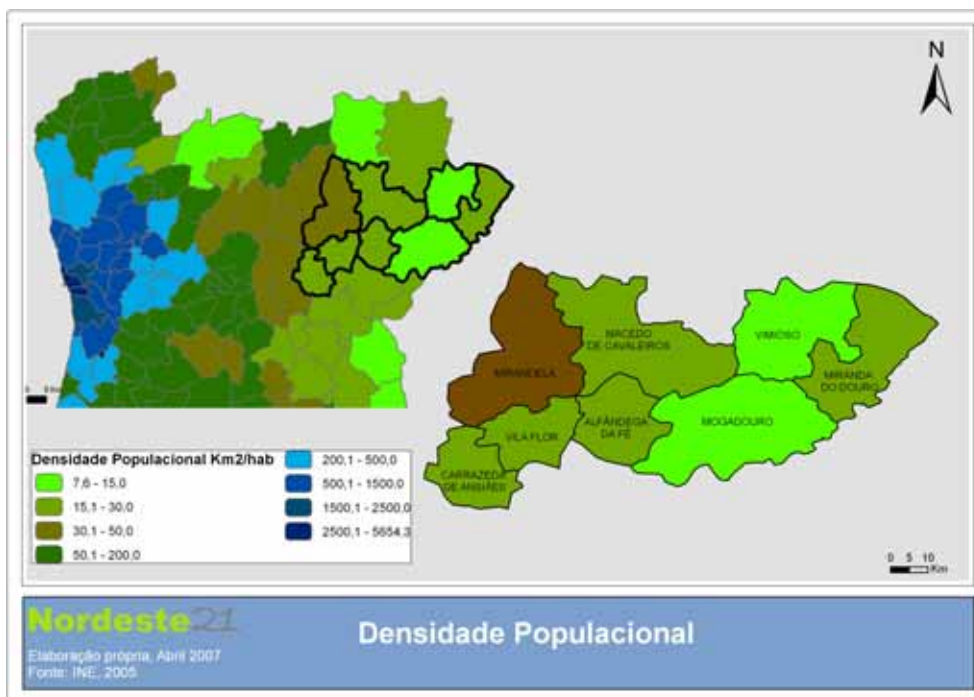
Território



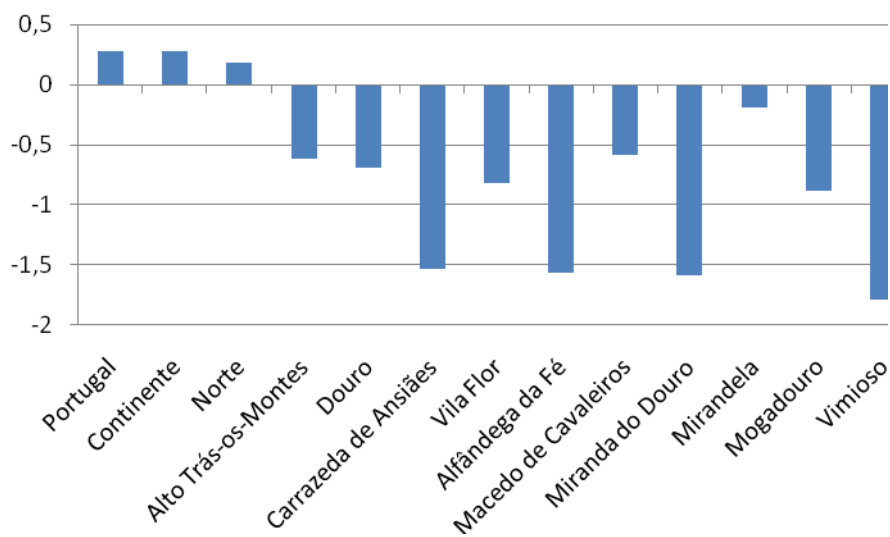
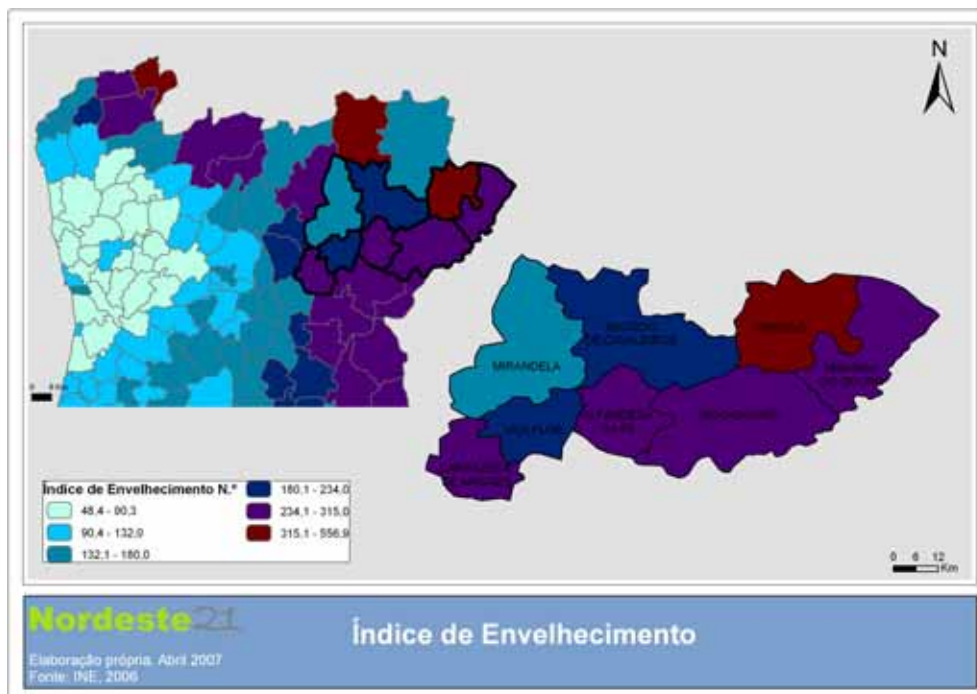
Território



População



População



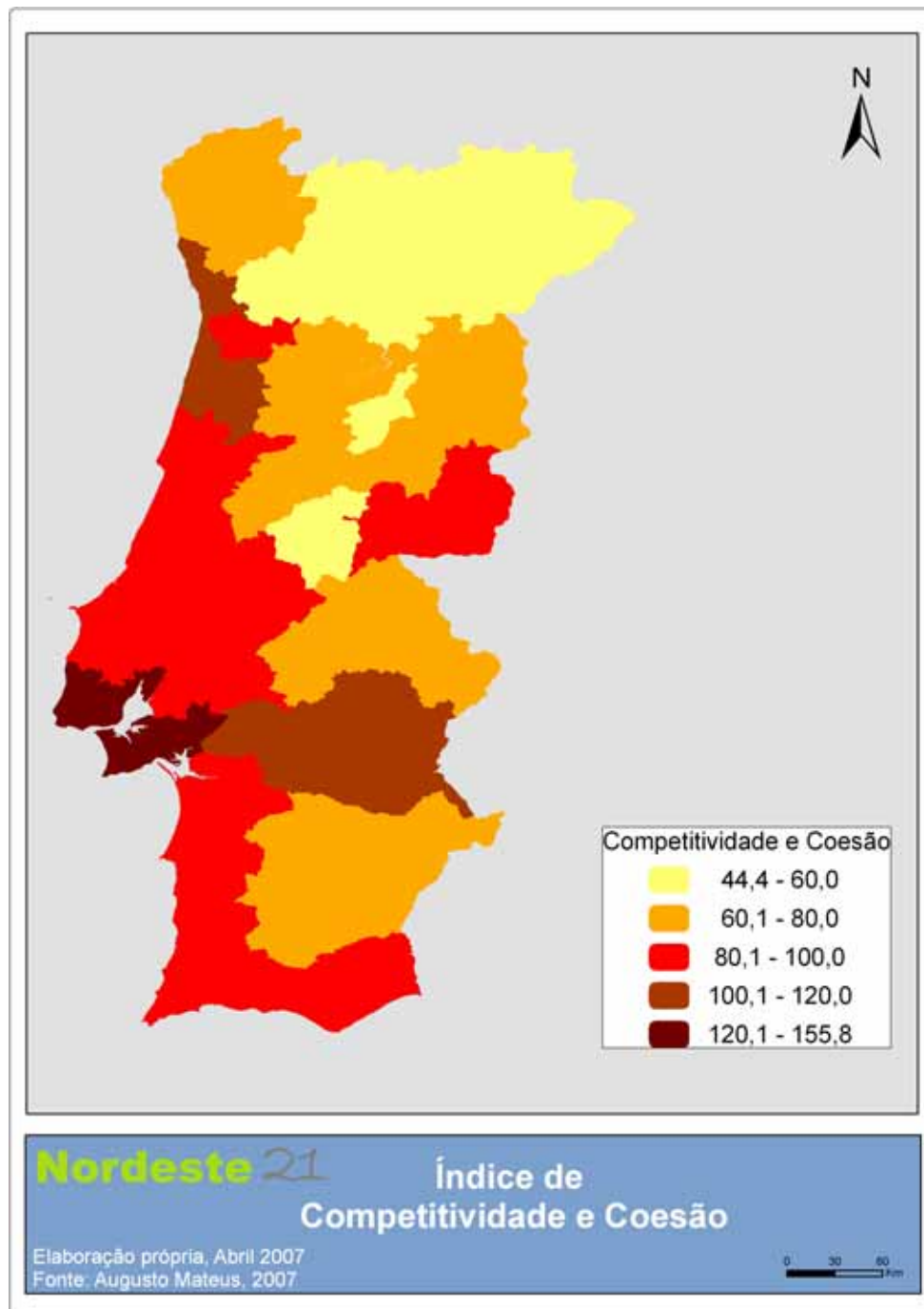
CRESCIMENTO EFECTIVO DA POPULAÇÃO, 2006

FONTE: INE, ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO, 2006

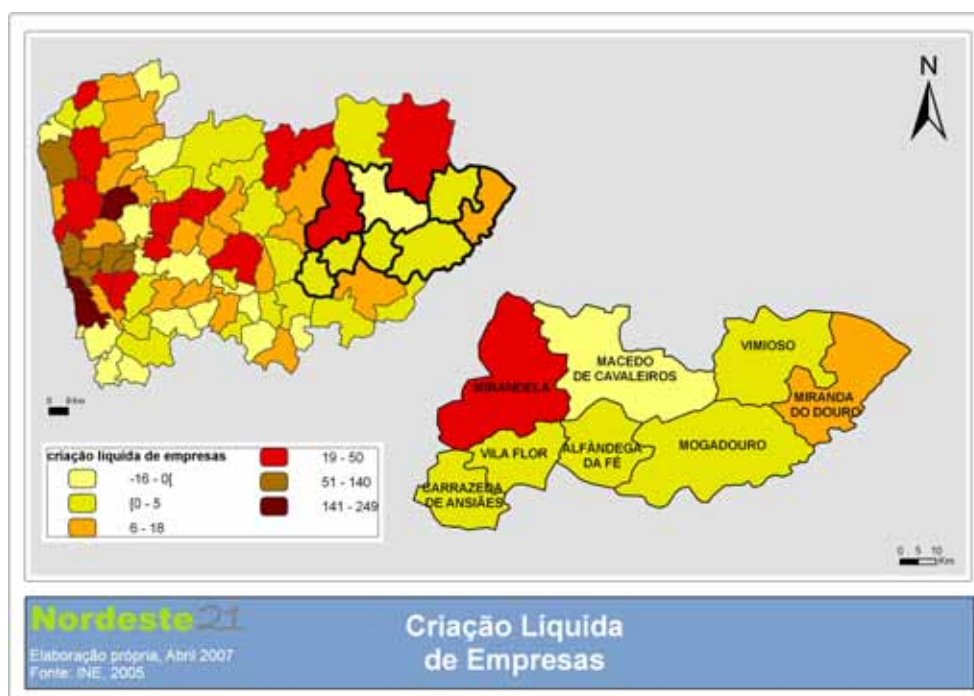
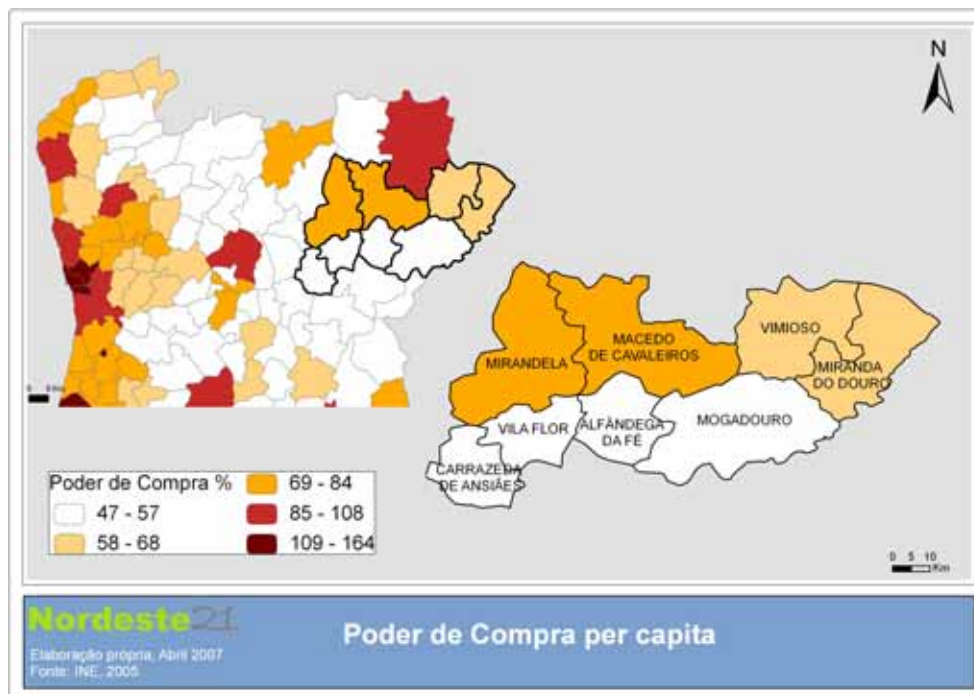


5.2 Economia e Emprego

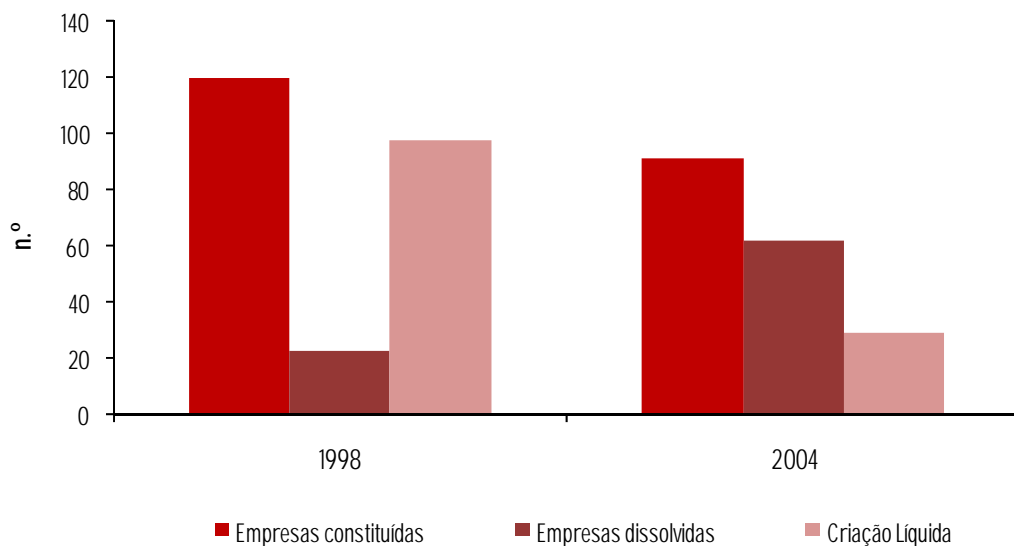
Economia



Economia

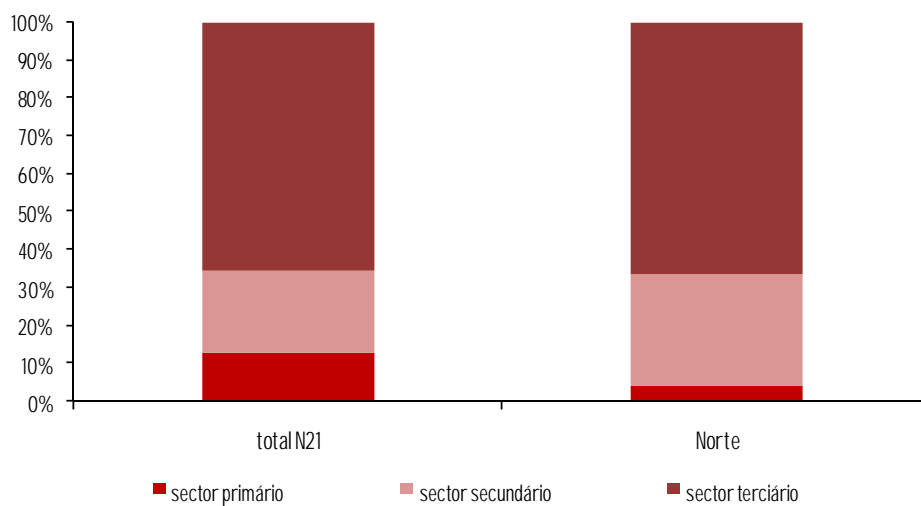


Economia



CRIAÇÃO LÍQUIDA DE EMPRESAS NO NORDESTE 21

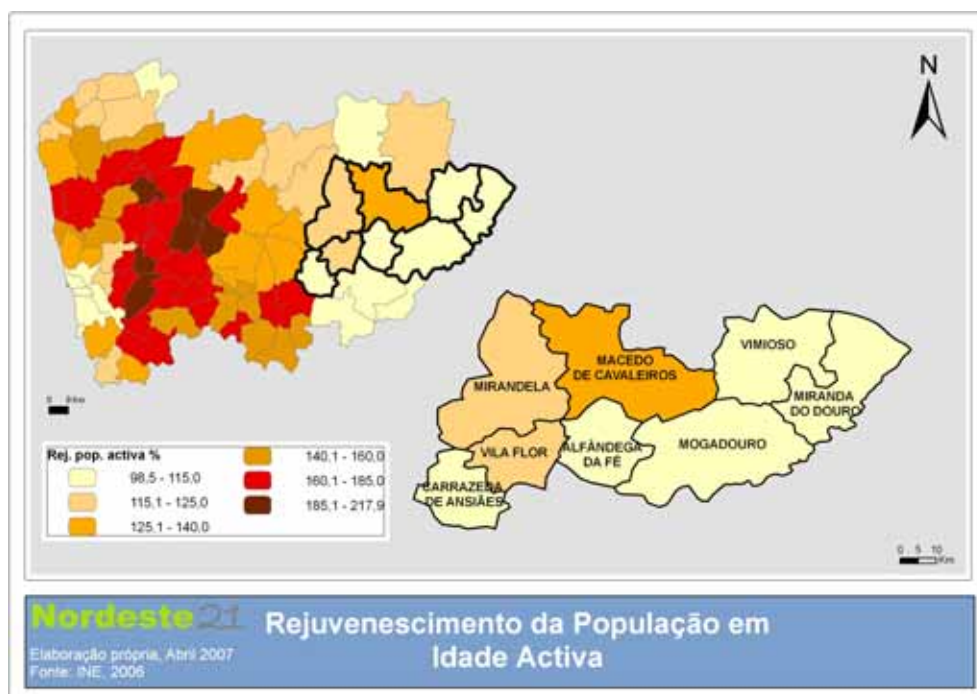
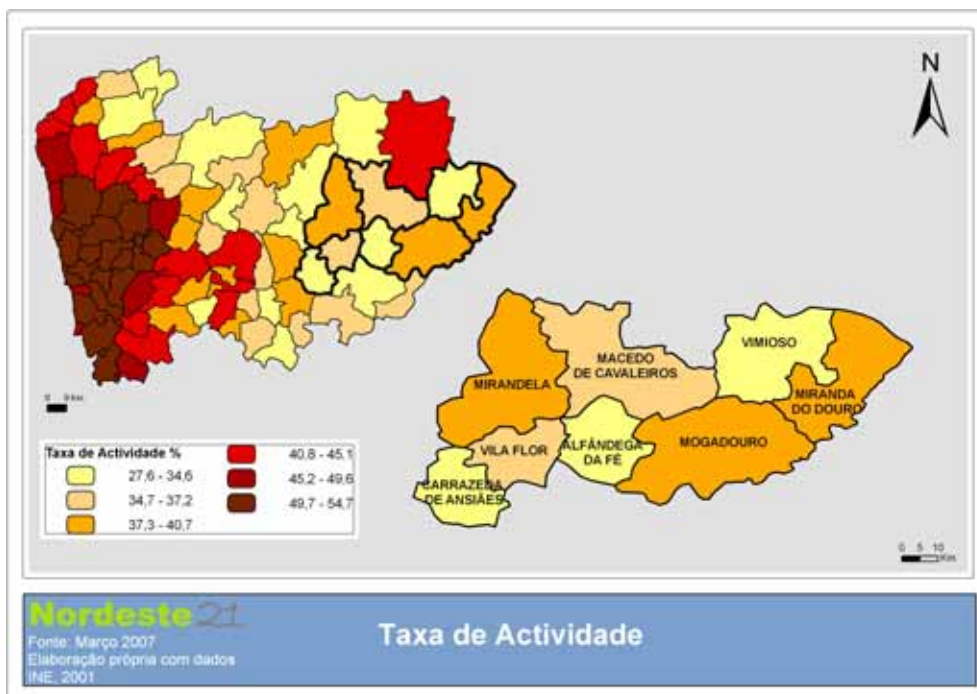
FONTE: INE, 2006



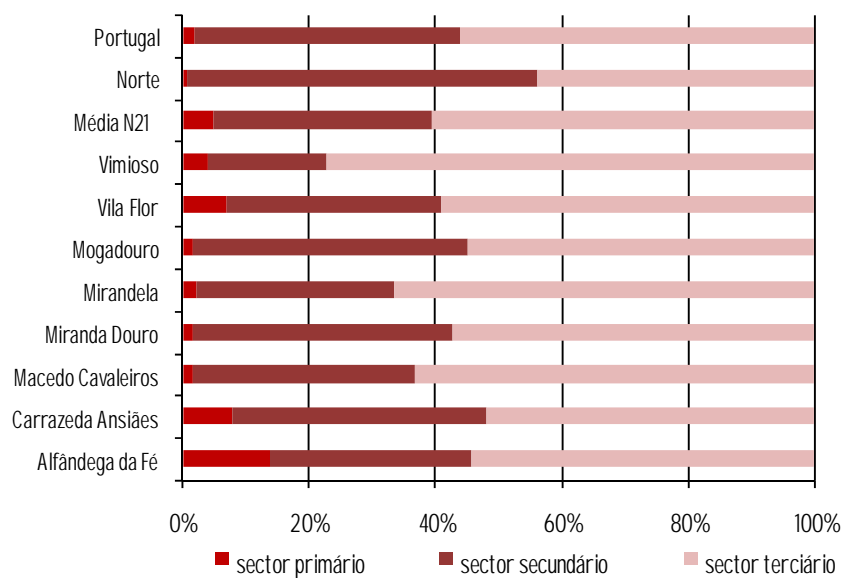
EMPRESAS POR SECTOR

FONTE: INE, 2006

Emprego

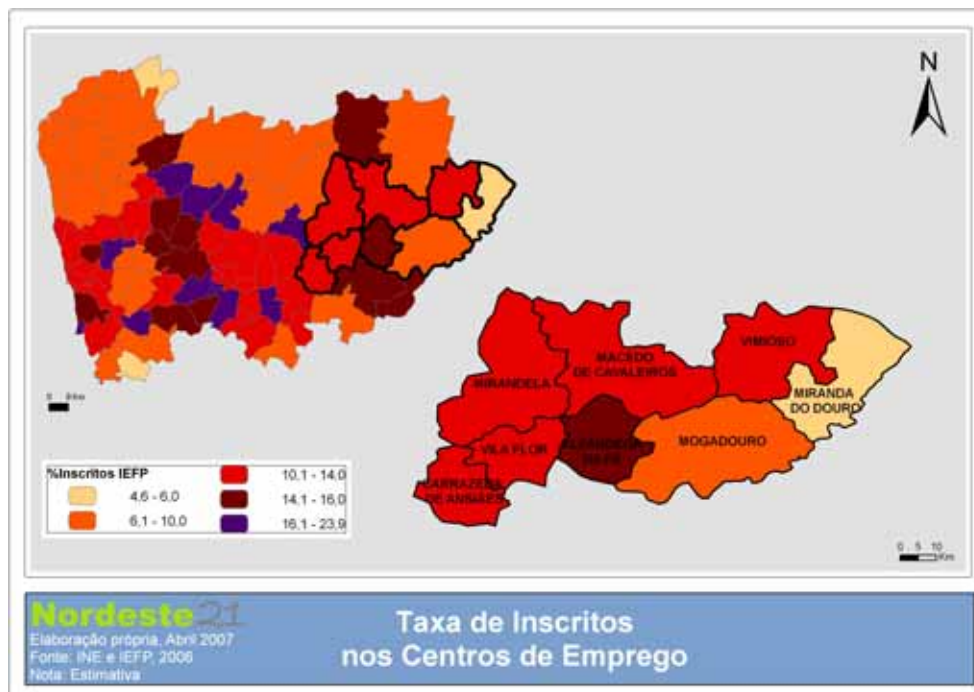


Emprego

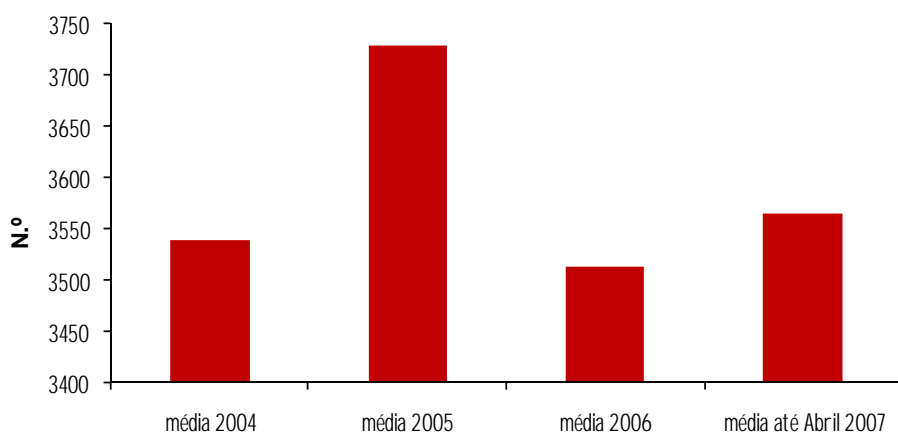


POPULAÇÃO EMPREGADA POR SECTOR

FONTE: INE, 2006

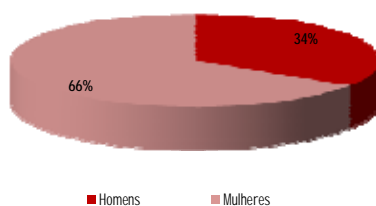


Emprego



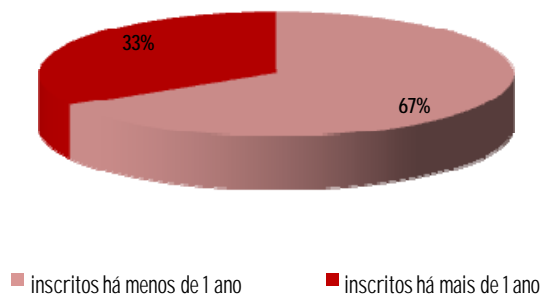
EVOLUÇÃO DA MÉDIA DE INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO

FONTE: IEF, 2007



EVOLUÇÃO DA MÉDIA DE INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO

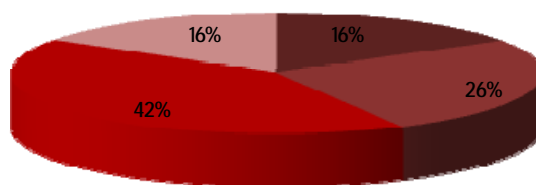
FONTE: IEF, 2006



MÉDIA DE INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO POR TEMPO DE PERMANÊNCIA

FONTE: IEF, 2006

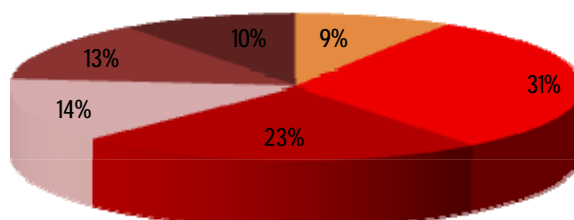
Emprego



■ menos de 25 anos ■ 25 a 34 anos ■ 35 a 54 anos ■ 55 e mais anos

MÉDIA DE INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO

FONTE: IEFP, 2006

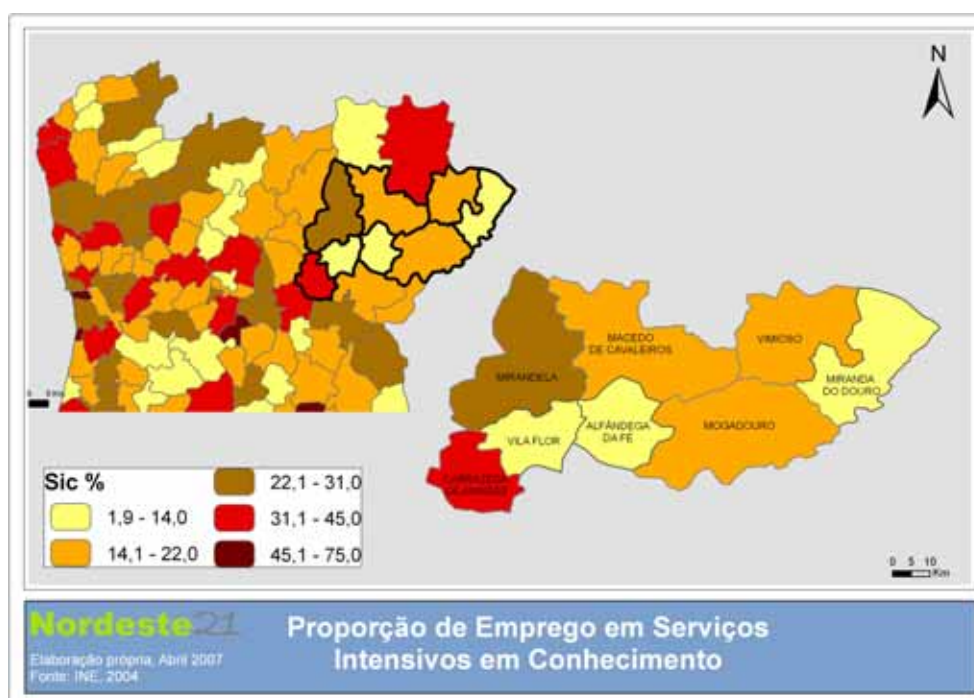
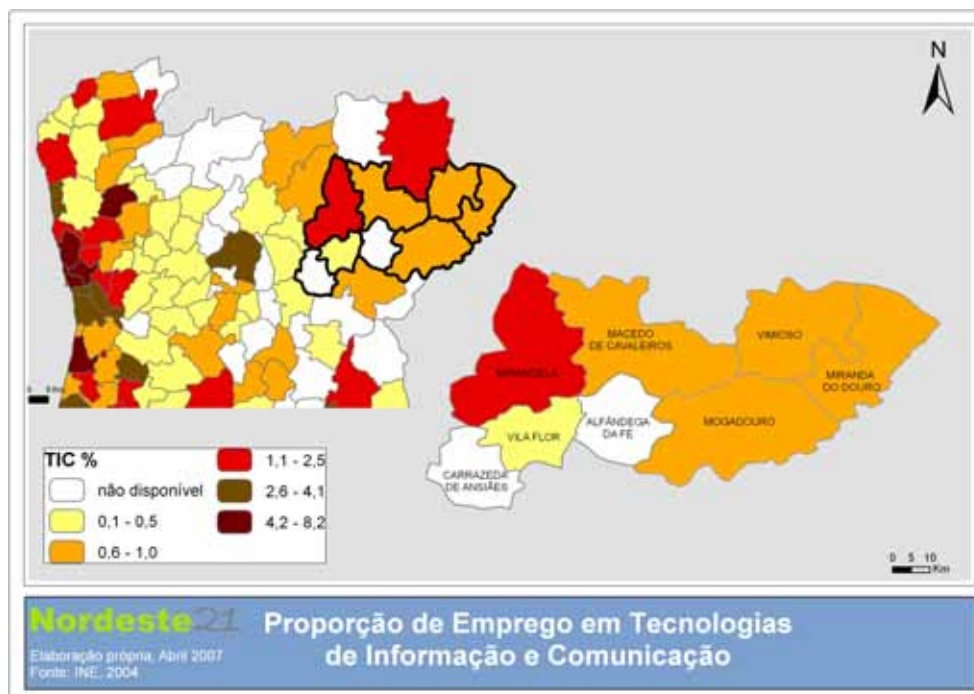


■ nenhum ■ 1º ciclo ■ 2º ciclo ■ 3º ciclo ■ secundário ■ superior

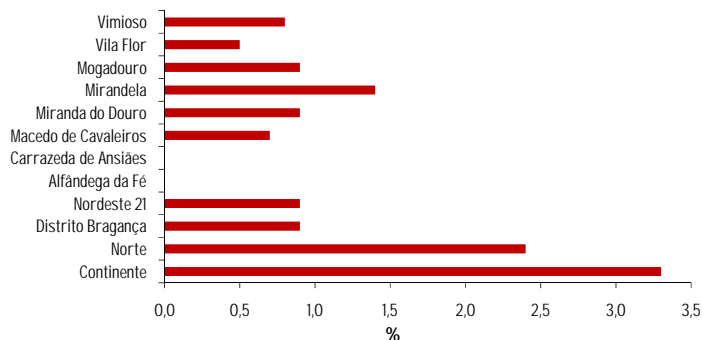
MÉDIA DE INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO POR GRAU DE ESCOLARIDADE

FONTE: IEFP, 2006

Emprego em TIC e SIC

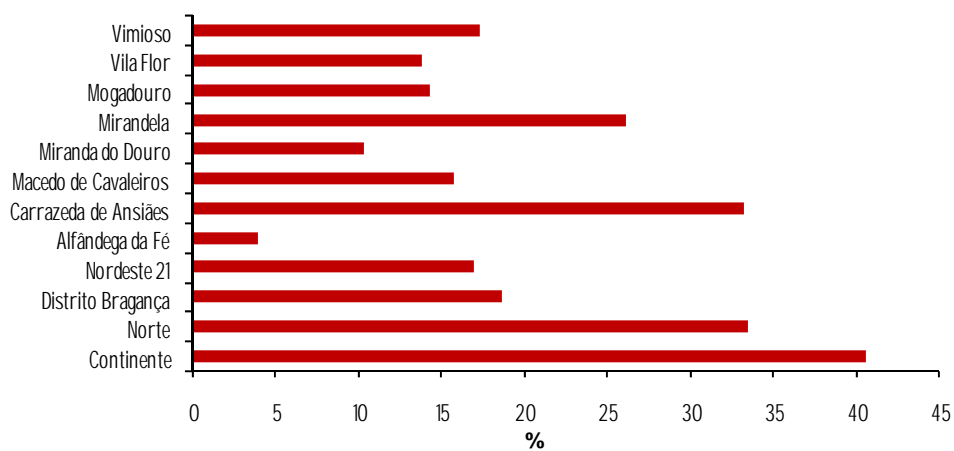


Emprego em TIC e SIC



EMPREGOS EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

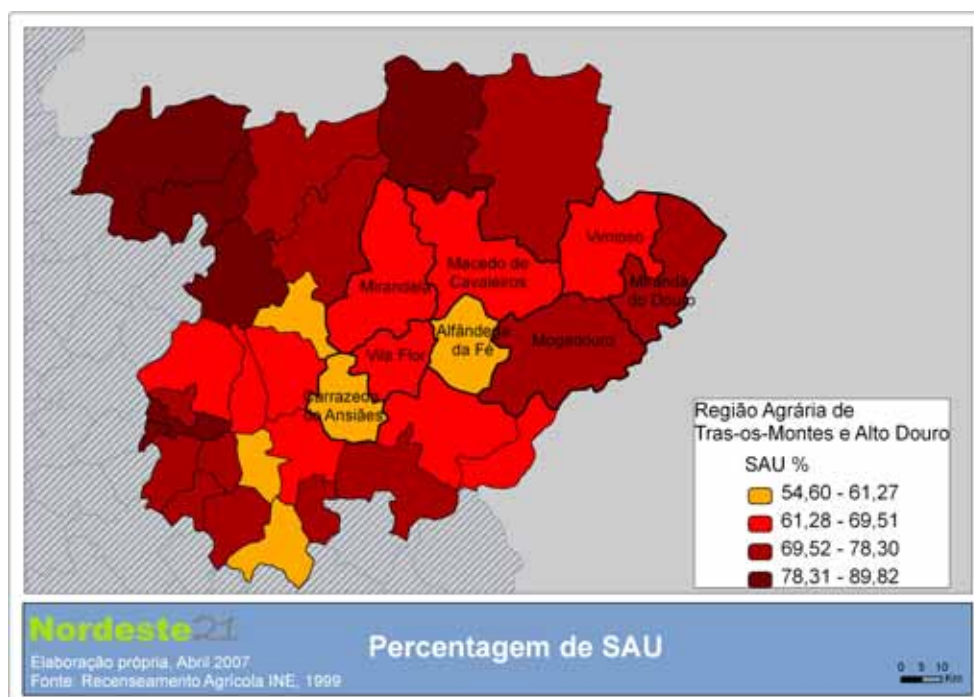
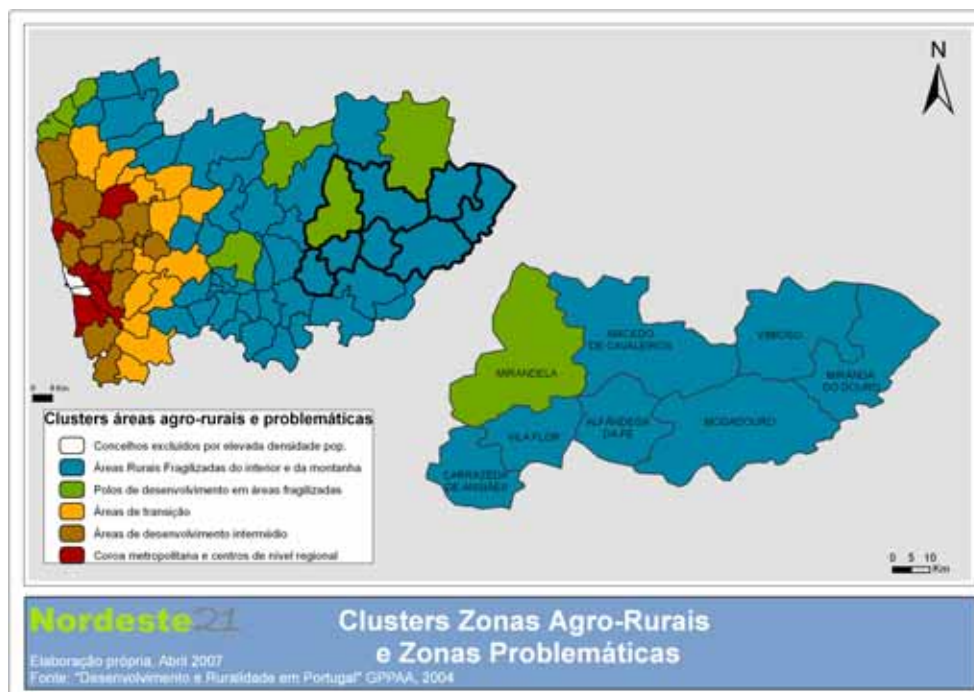
FONTE: INE, 2006



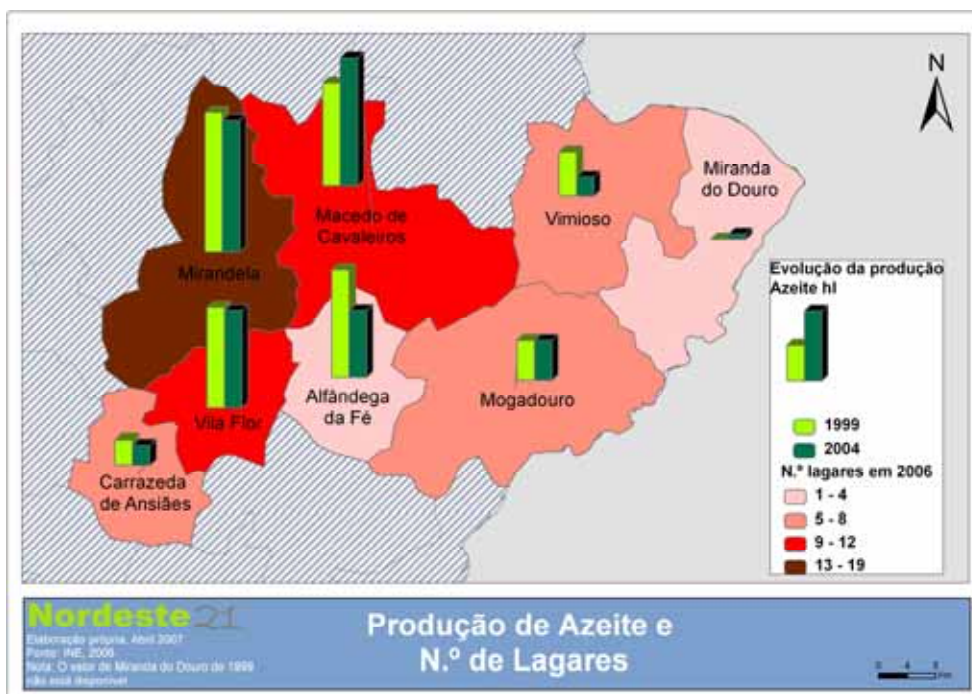
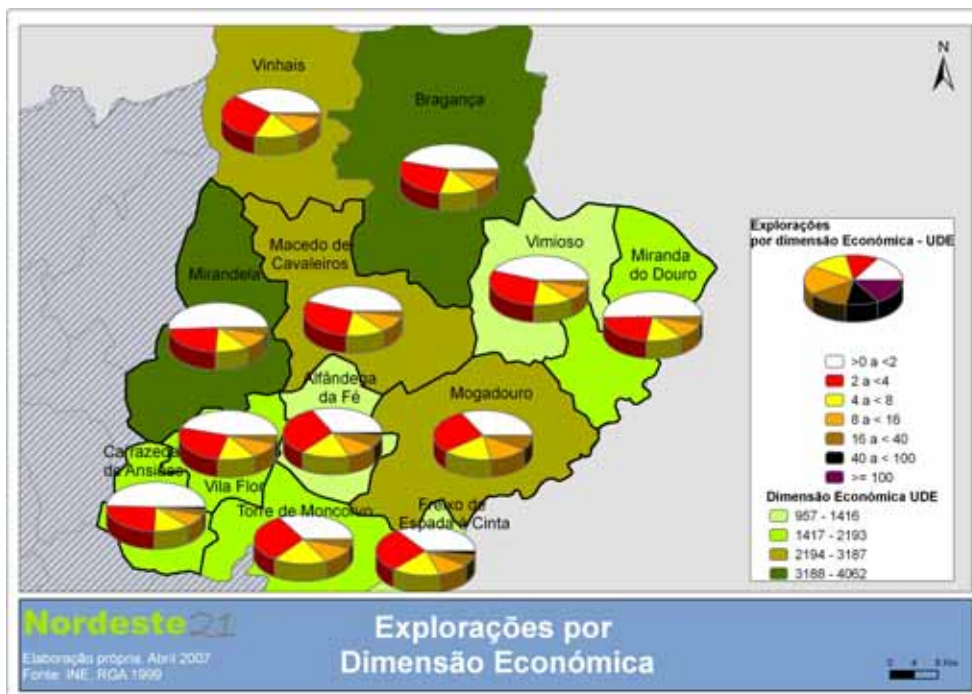
EMPREGOS EM SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO (SIC)

FONTE: INE, 2006

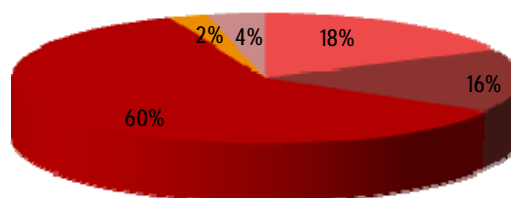
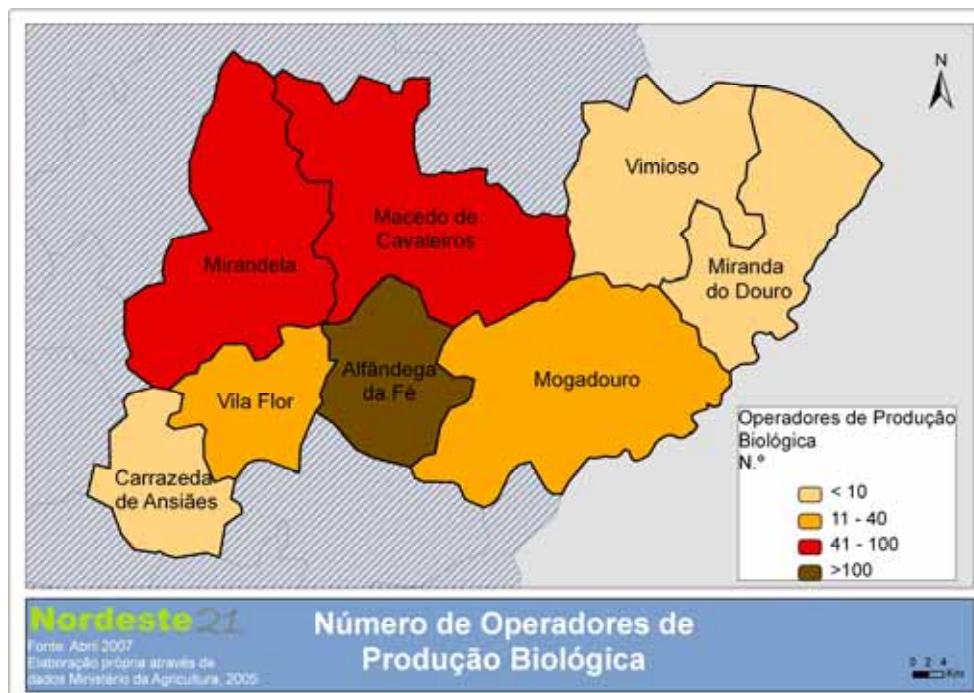
Agricultura e Floresta



Agricultura e Floresta



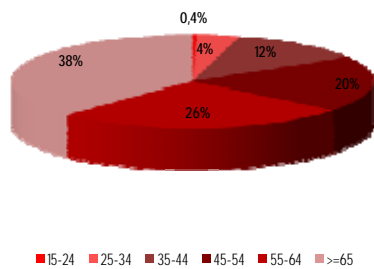
Agricultura e Floresta



- Não sabe ler nem escrever
- Sabe ler e escrever
- Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Ensino Superior

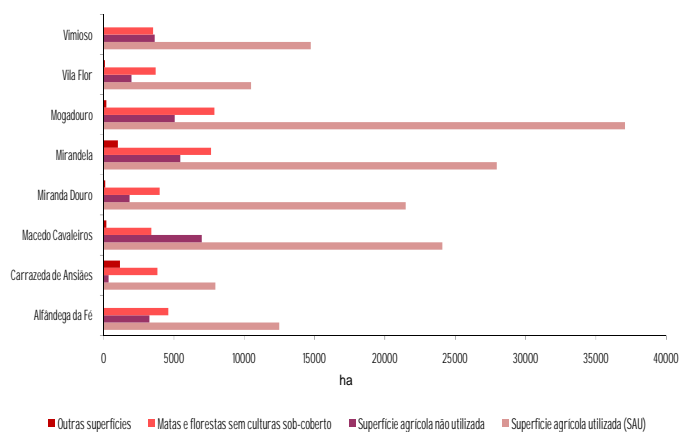
NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO PRODUTOR AGRÍCOLA

FONTE: RECENSEAMENTO GERAL DA AGRICULTURA (RGA), 1999



CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR AGRÍCOLA POR ESCALÃO ETÁRIO

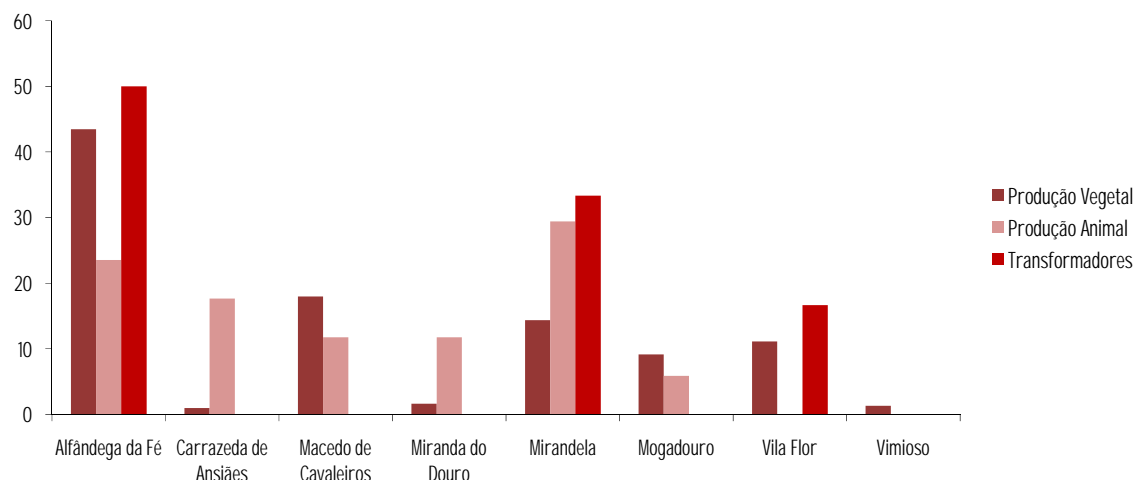
FORNE: RECENSEAMENTO GERAL DA AGRICULTURA, 1999



UTILIZAÇÃO DA TERRA (ha)

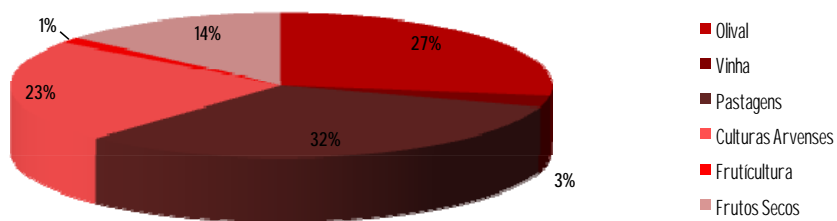
FORNE: RECENSEAMENTO GERAL DA AGRICULTURA, 1999

Agricultura e Floresta



NÚMERO DE OPERADORES DE AGRICULTURA BIOLÓGICA POR TIPO DE PRODUÇÃO

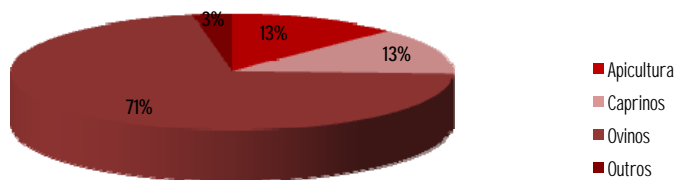
FORTE: MADRP, 2005



PRINCIPAIS CULTURAS BIOLÓGICAS VEGETAIS

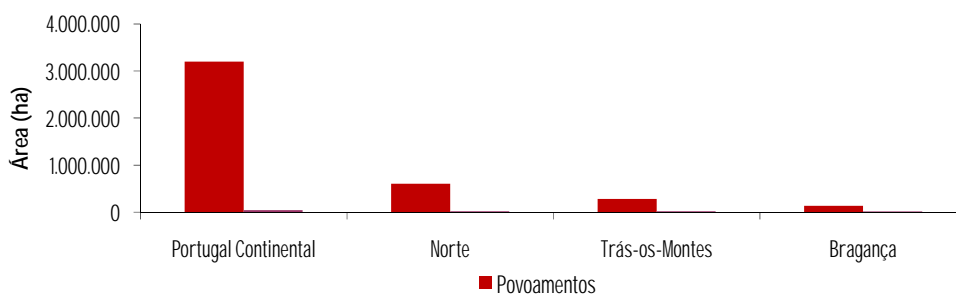
FORTE: MADRP 2005

Agricultura e Floresta



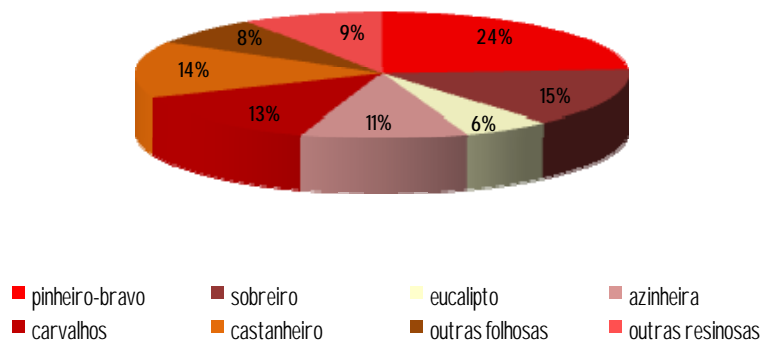
PRINCIPAIS CULTURAS BIOLÓGICAS ANIMAIS

FORNTE: MADRP 2005



POVOAMENTOS FLORESTAIS

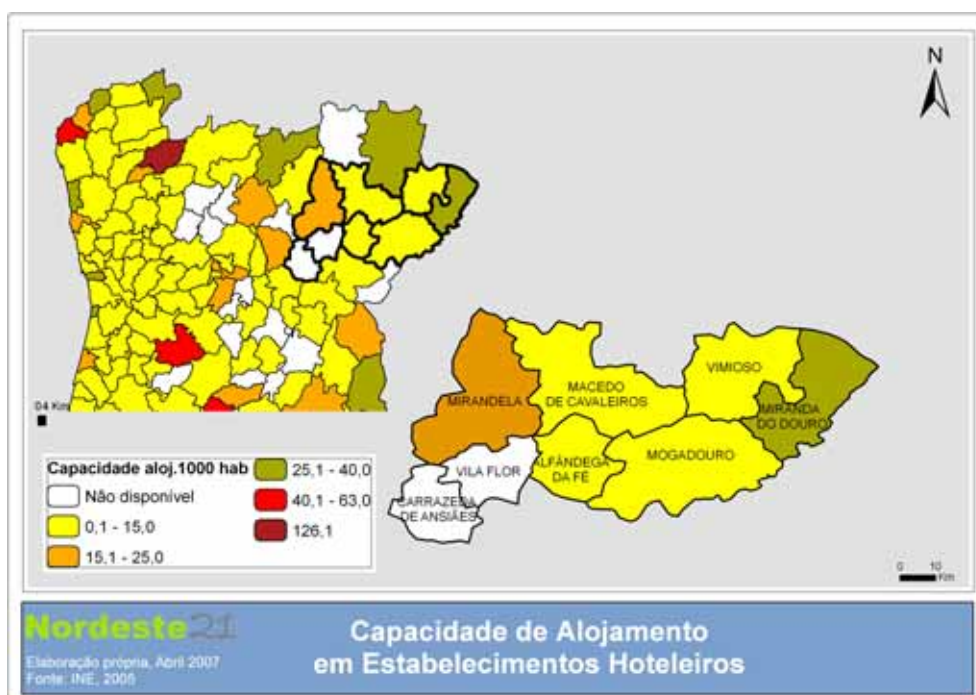
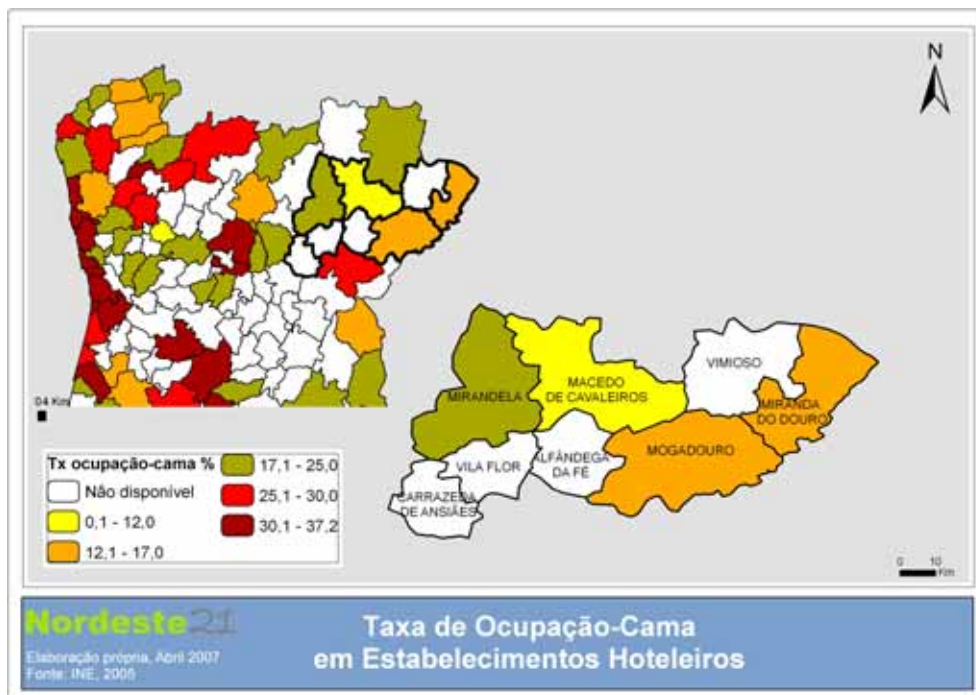
FORNTE: DGRF 2006



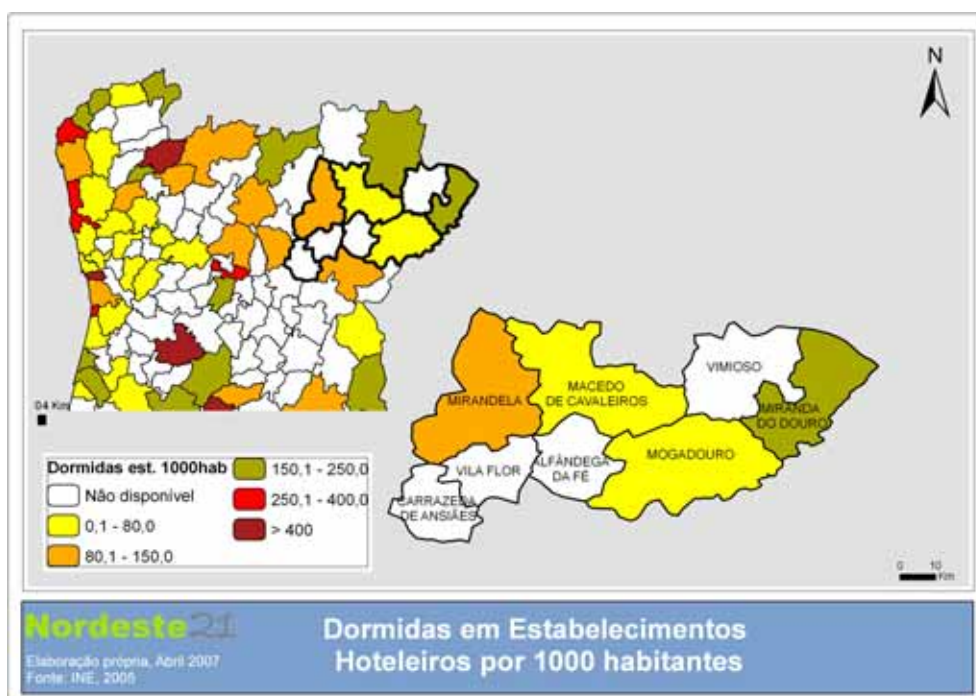
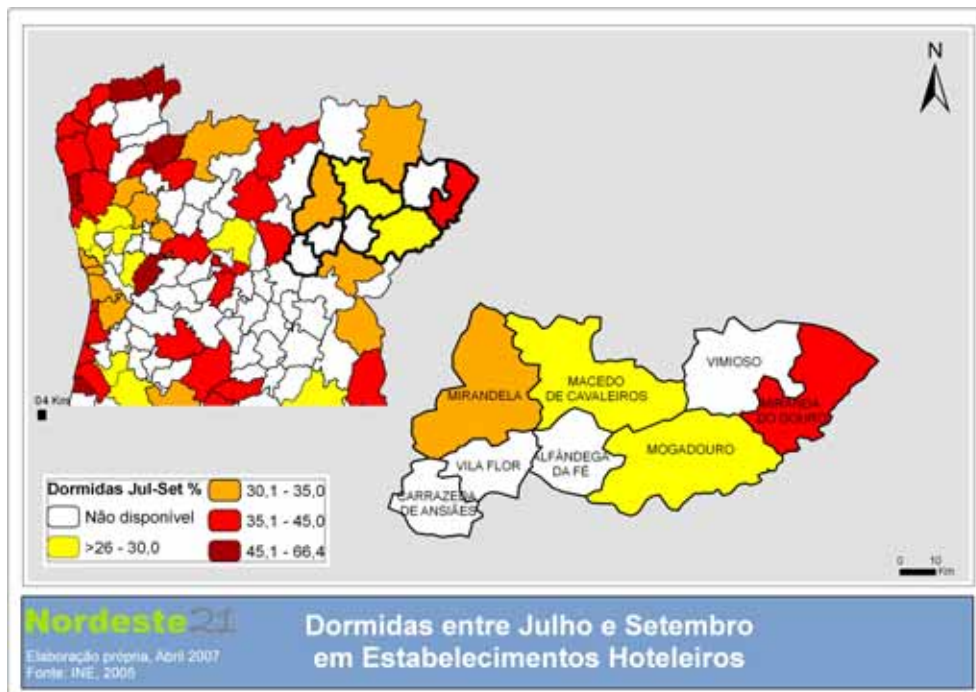
ESPÉCIES FLORESTAIS NO NORDESTE 21

FORNTE: DGRF 2006

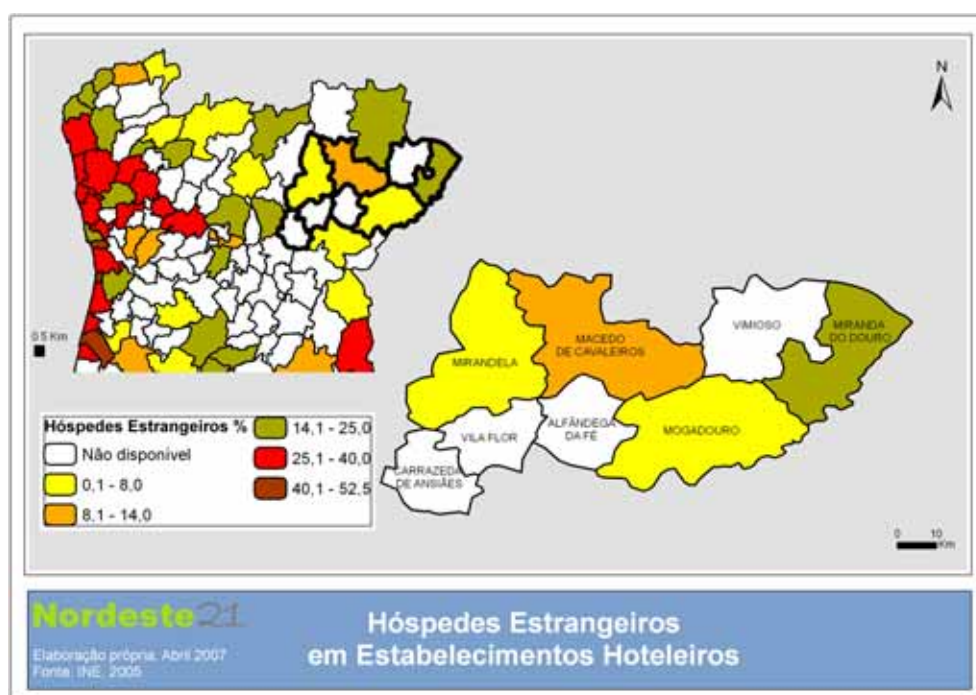
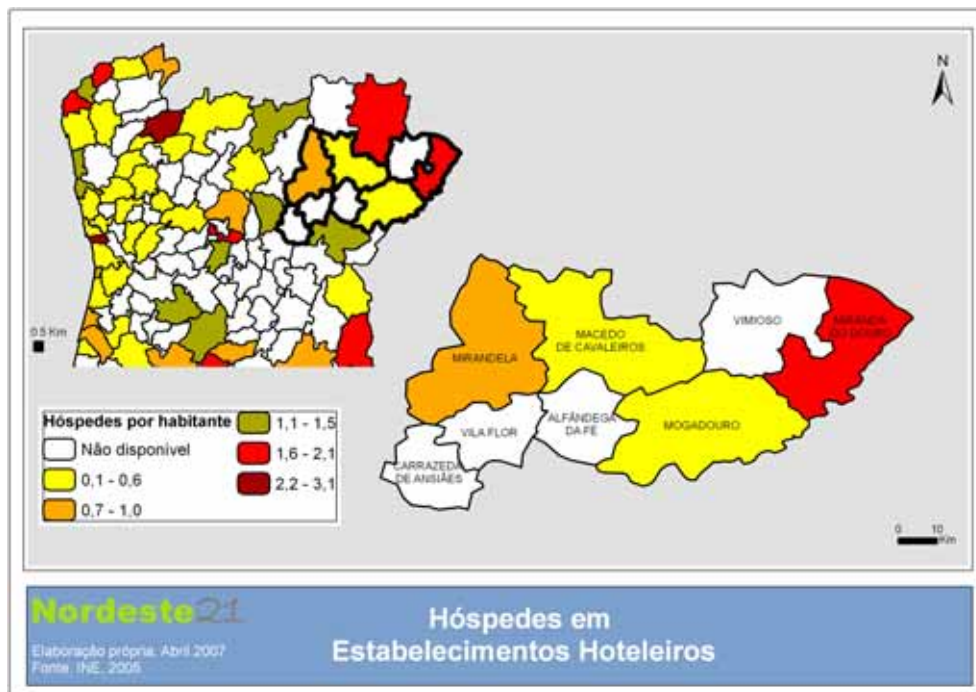
Turismo



Turismo



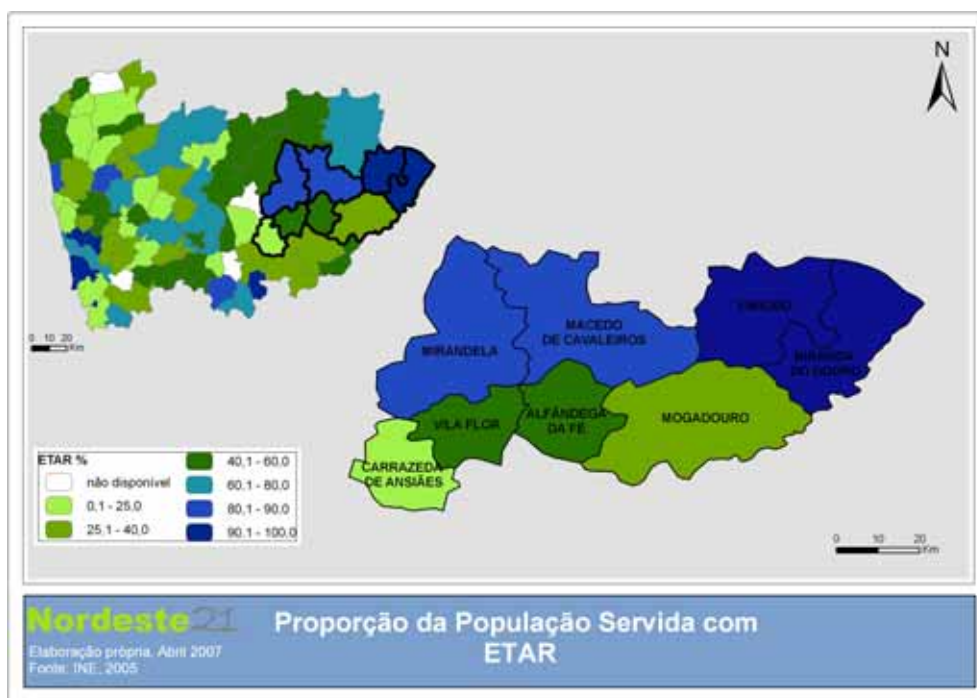
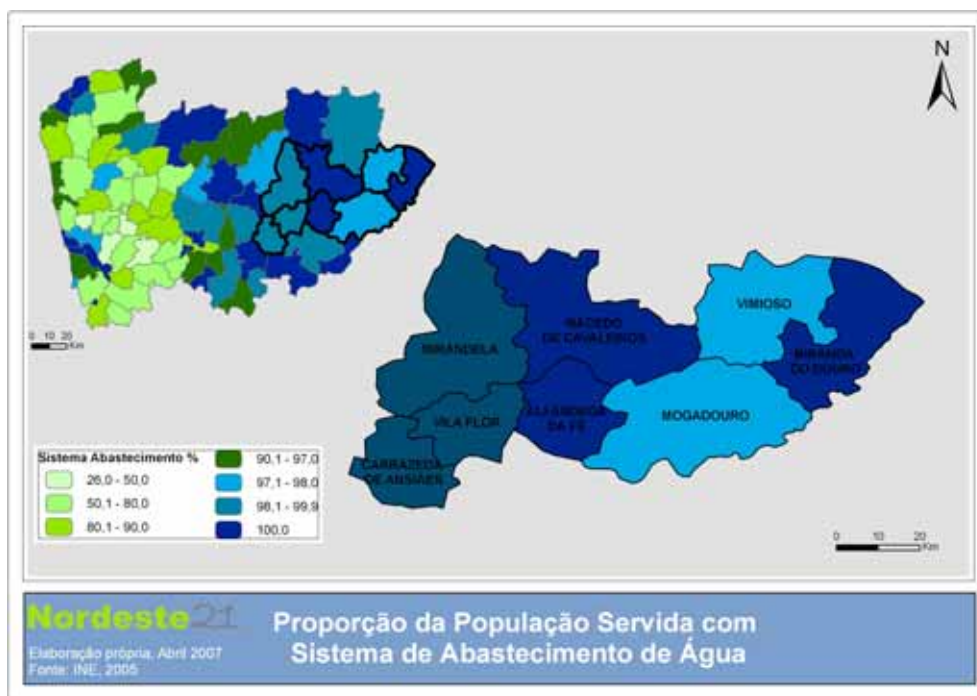
Turismo



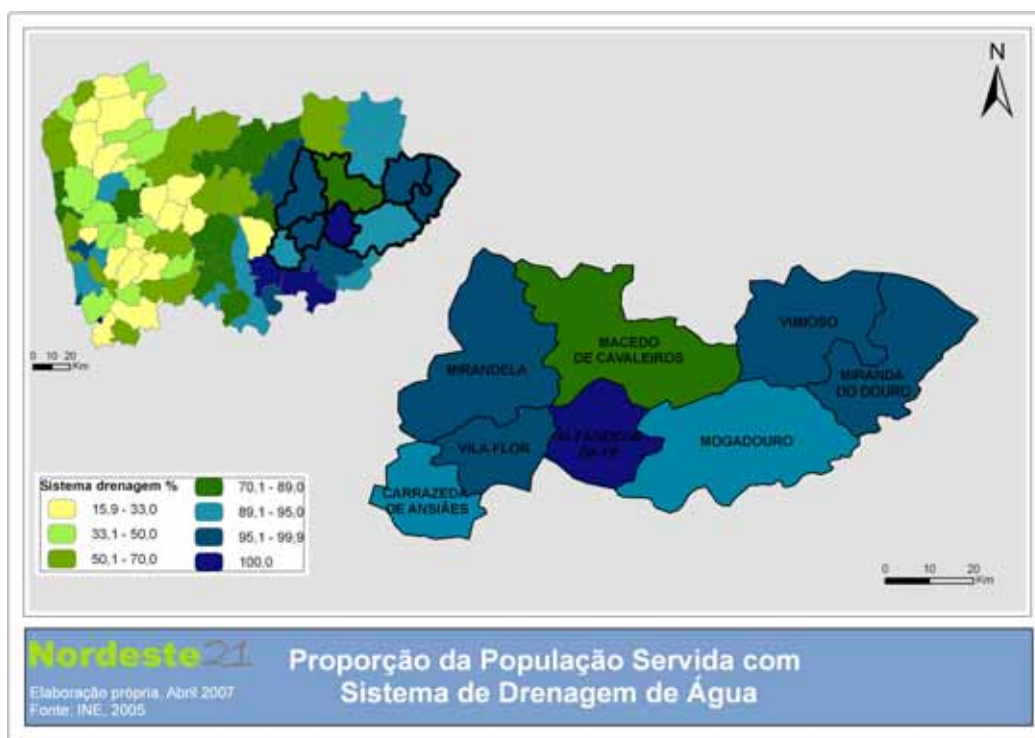


5.2 Ambiente

Água



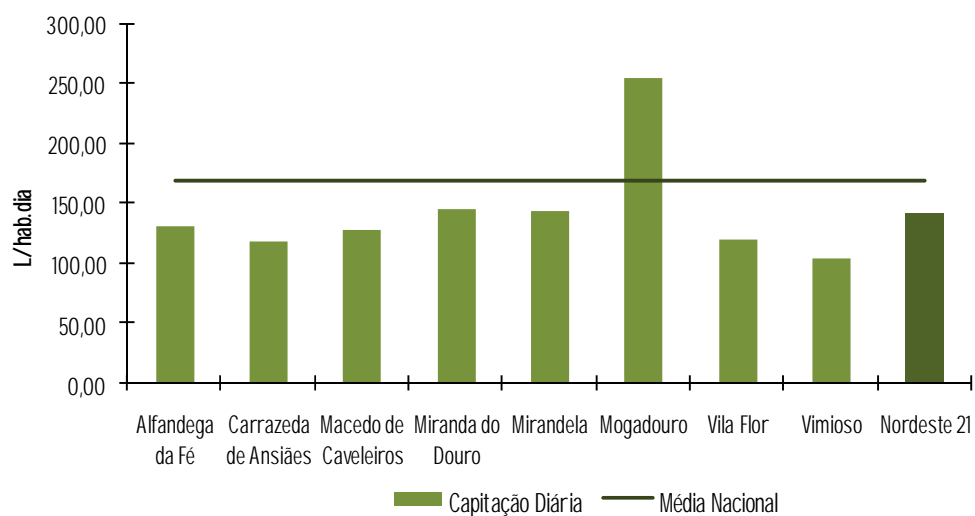
Água



EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA POR HABITANTE NO NORDESTE 21

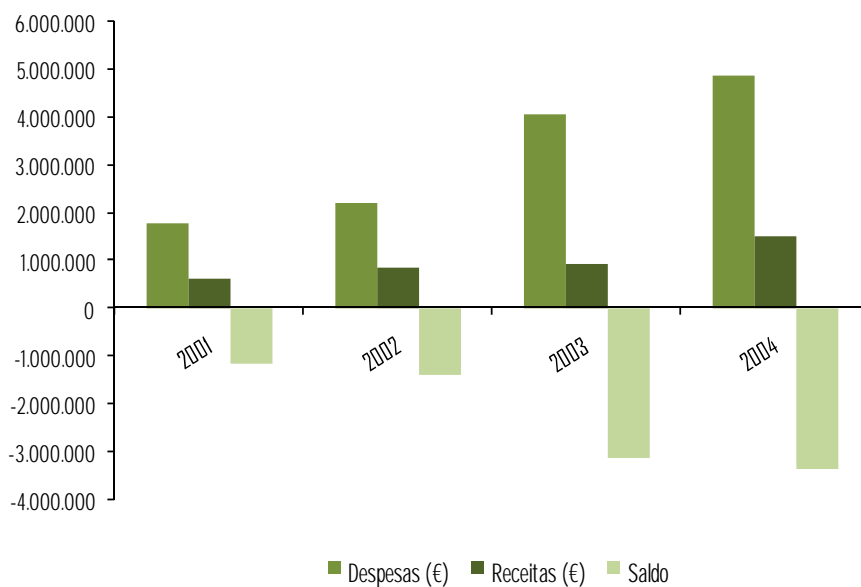
FONTE: INE, 2001 A 2004

Água



CAPITAÇÃO DIÁRIA DO CONSUMO DE ÁGUA

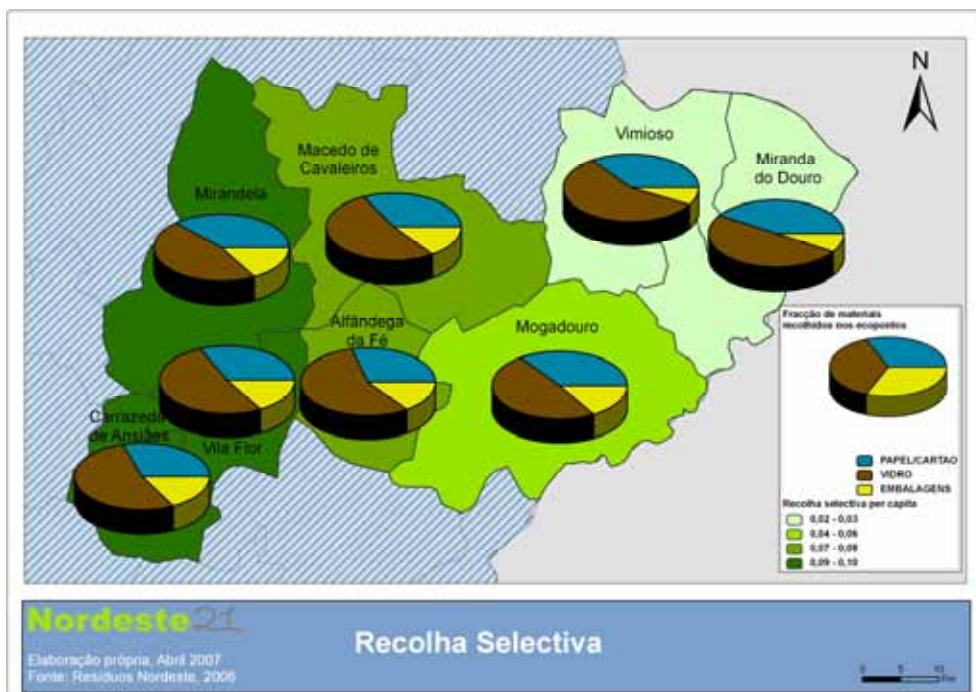
FONTE: CÂMARAS MUNICIPAIS, 2006



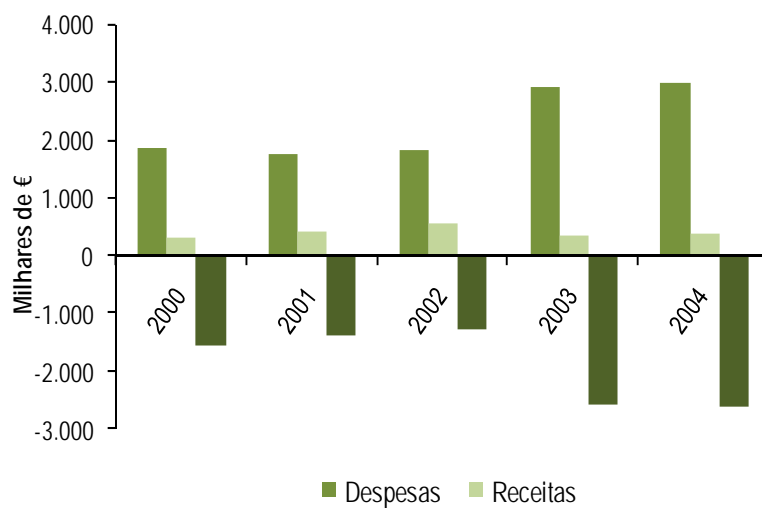
DESPESAS E RECEITAS DA GESTÃO DE ÁGUA DO NORDESTE 21

FONTE: INE, 2001 A 2004

Resíduos



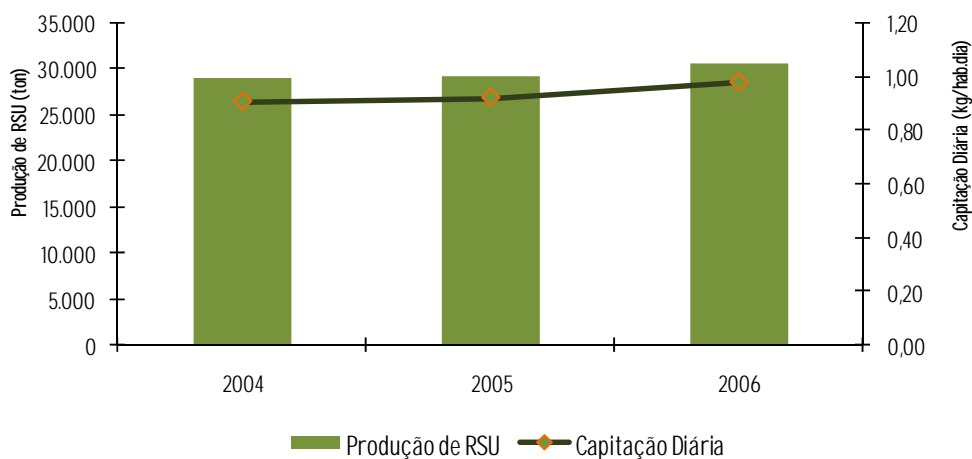
Resíduos



RECEITAS E DESPESAS DA GESTÃO DE RESÍDUOS

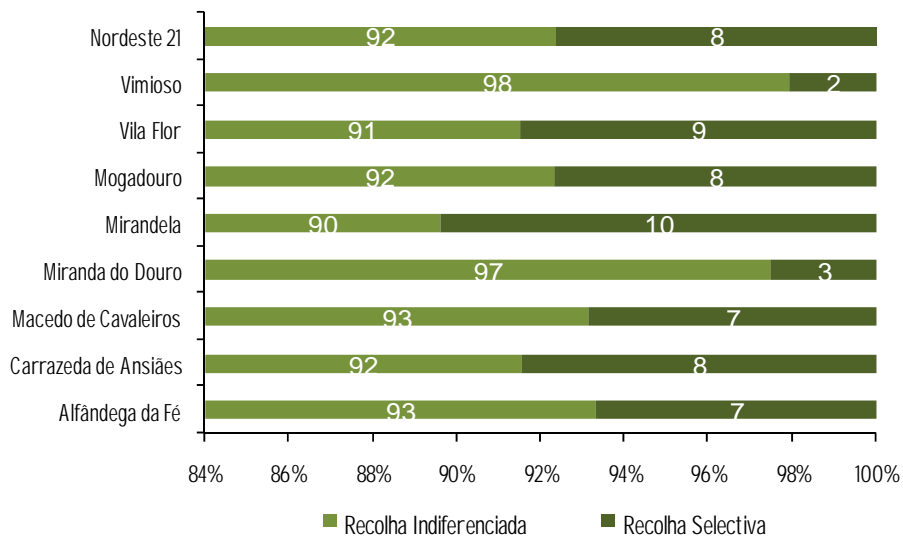
FONTE: INE, 2004

Resíduos



PRODUÇÃO DE RESÍDUOS E CAPITAÇÃO DIÁRIA DO NORDESTE

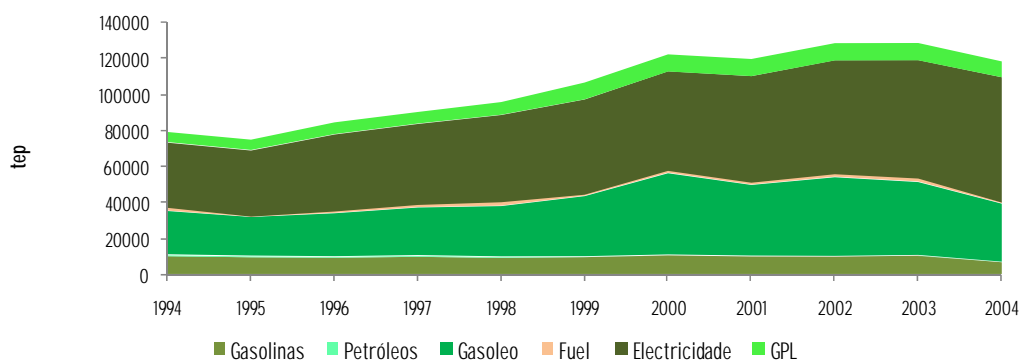
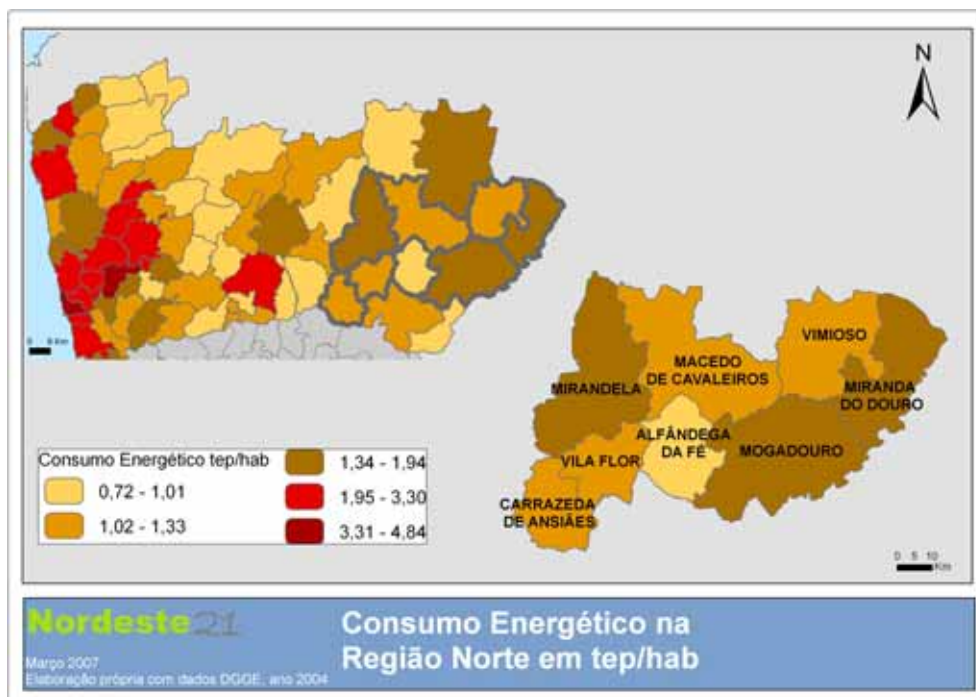
FONTE: RESÍDUOS DO NORDESTE, 2004 A 2006



RECOLHA DE RESÍDUOS TOTAL, 2006

FONTE: RESÍDUOS DO NORDESTE EIM, 2006

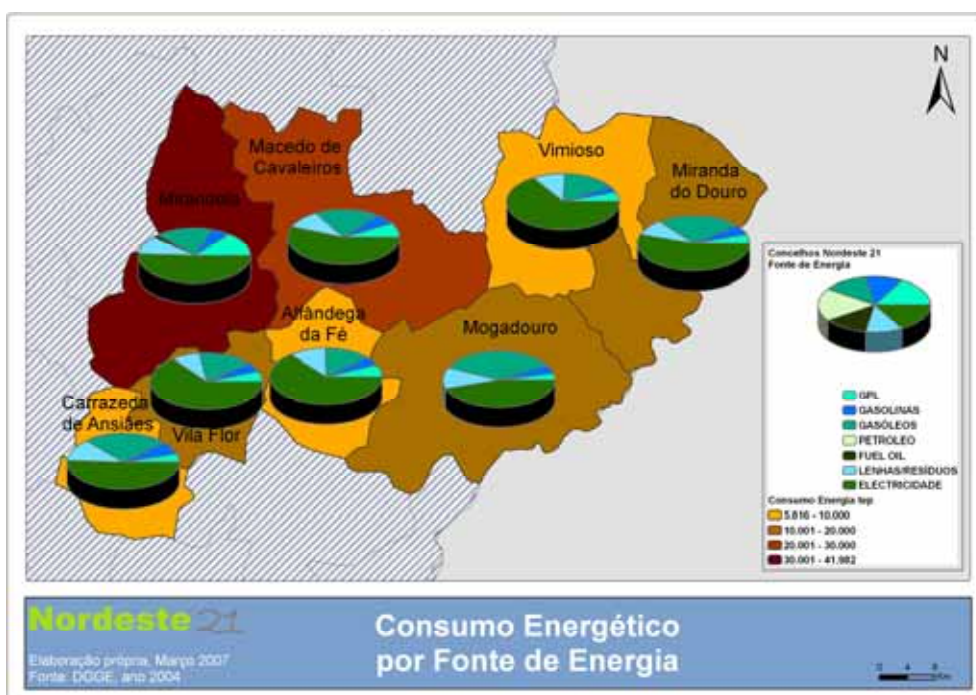
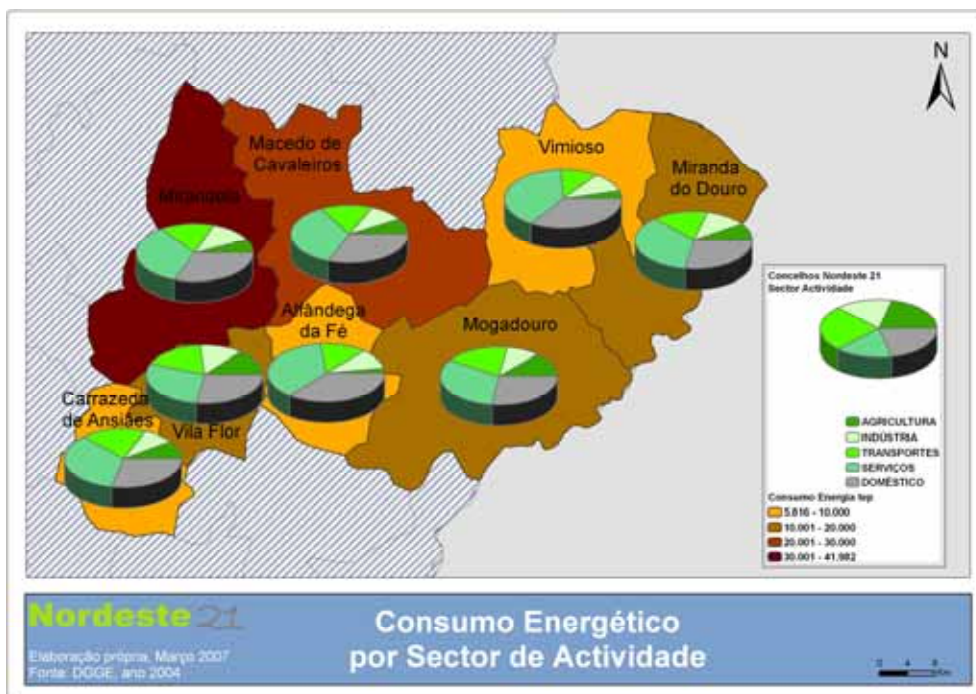
Energia



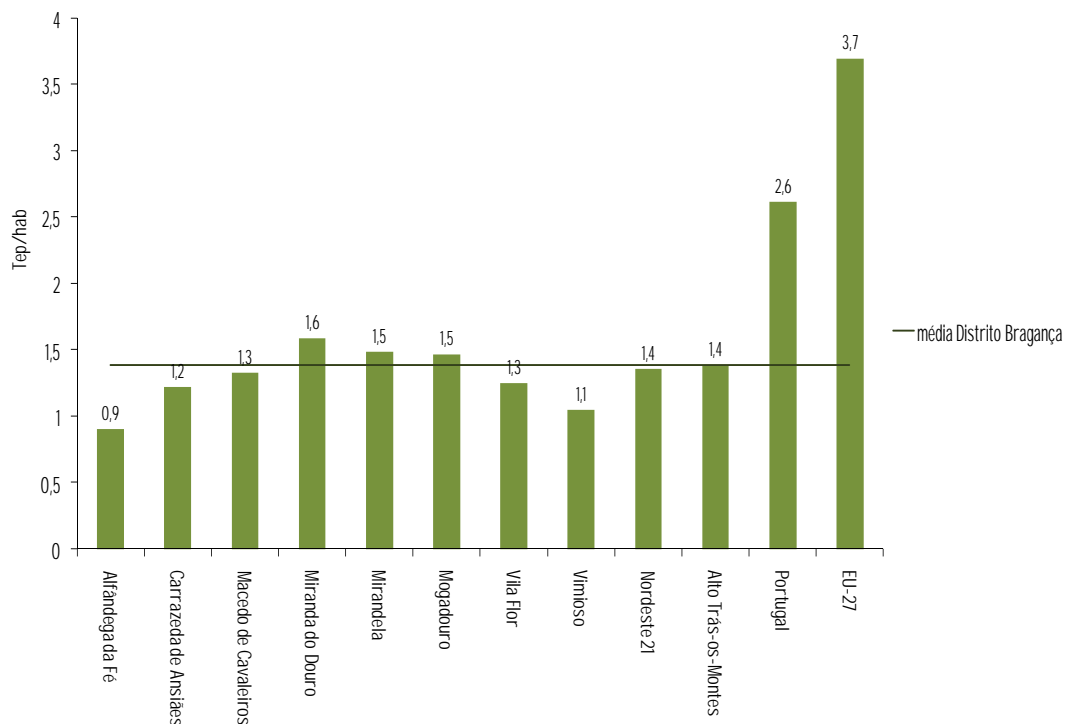
EVOLUÇÃO DE VENDAS DE ENERGIA, 1994 A 2004

FONTE: DGGE, 1994 A 2004

Energia

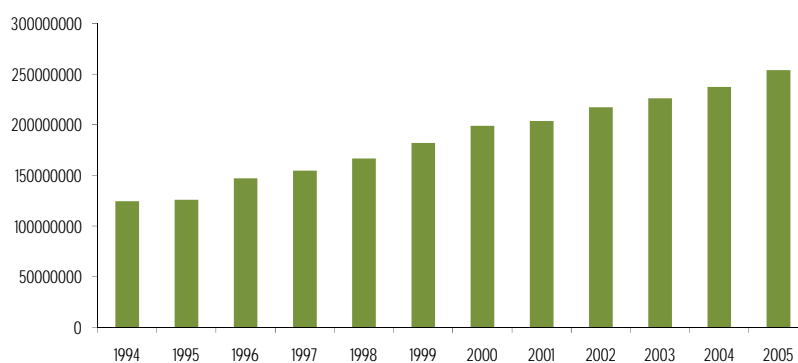


Energia



CONSUMO TEP/HAB., 2004

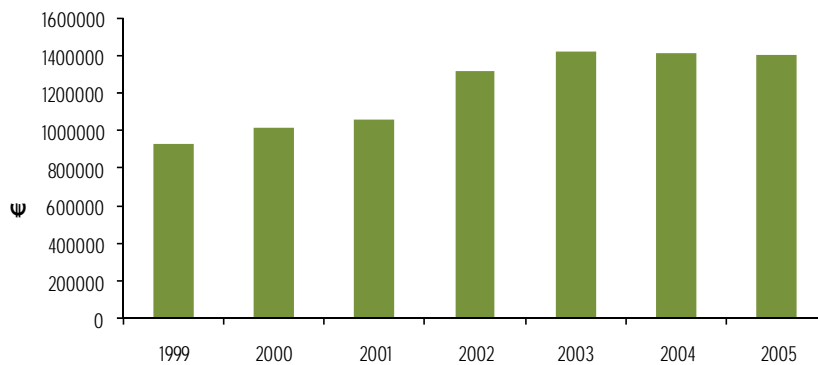
FONTE: DGGE E INDICADORES DE ENERGIA_EC_EUROPA, 2004



EVOLUÇÃO DO CONSUMO ELÉCTRICO EM kWh

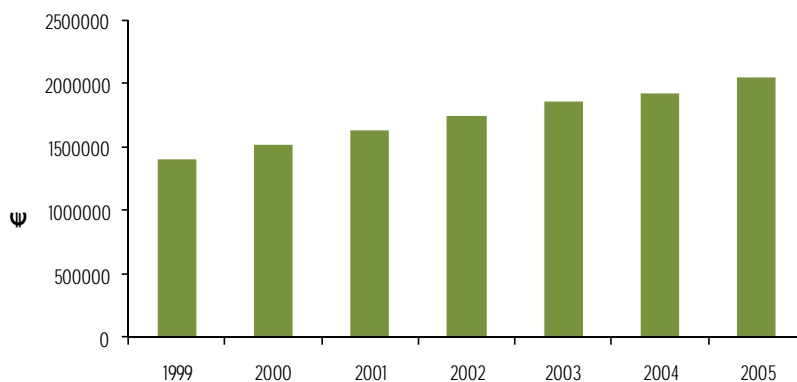
FONTE: DGGE, DE 1994 A 2005

Energia



EVOLUÇÃO DOS CUSTOS TOTAIS DE ILUMINAÇÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS DO N21

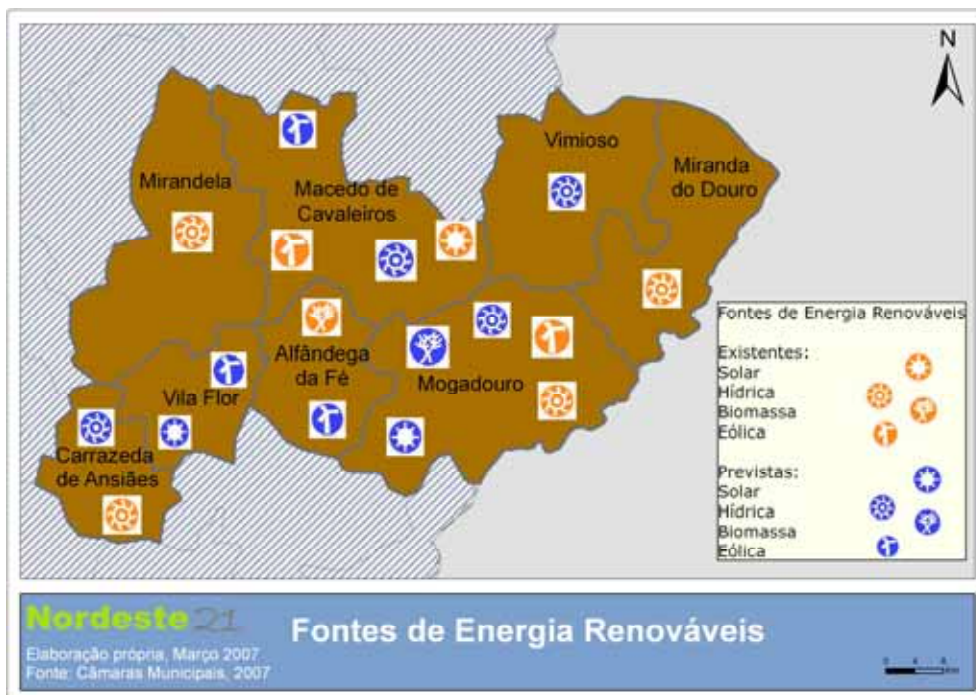
FONTE: DGGE, DE 1999 A 2005



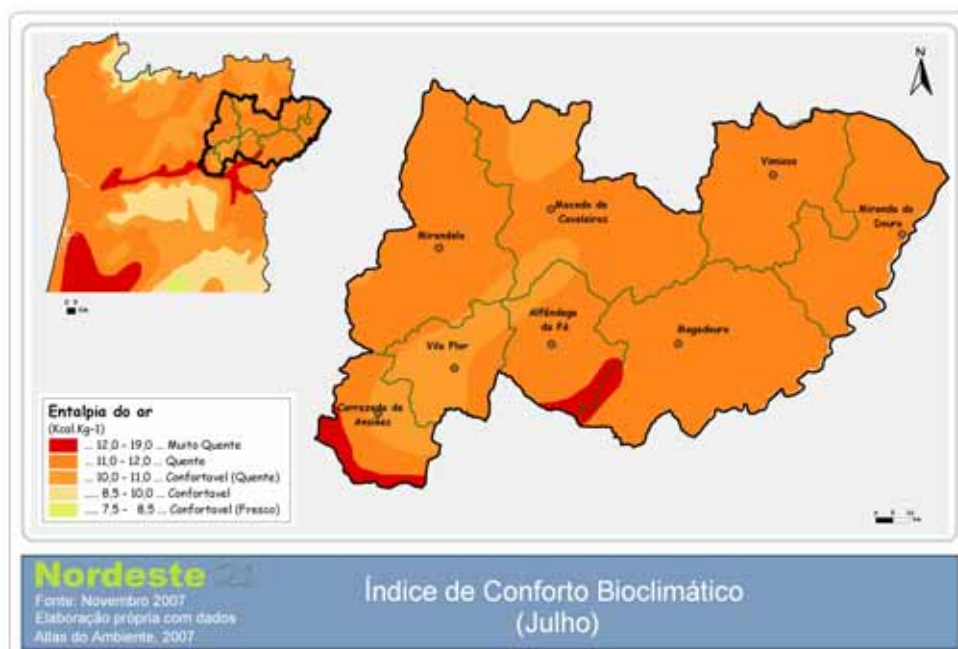
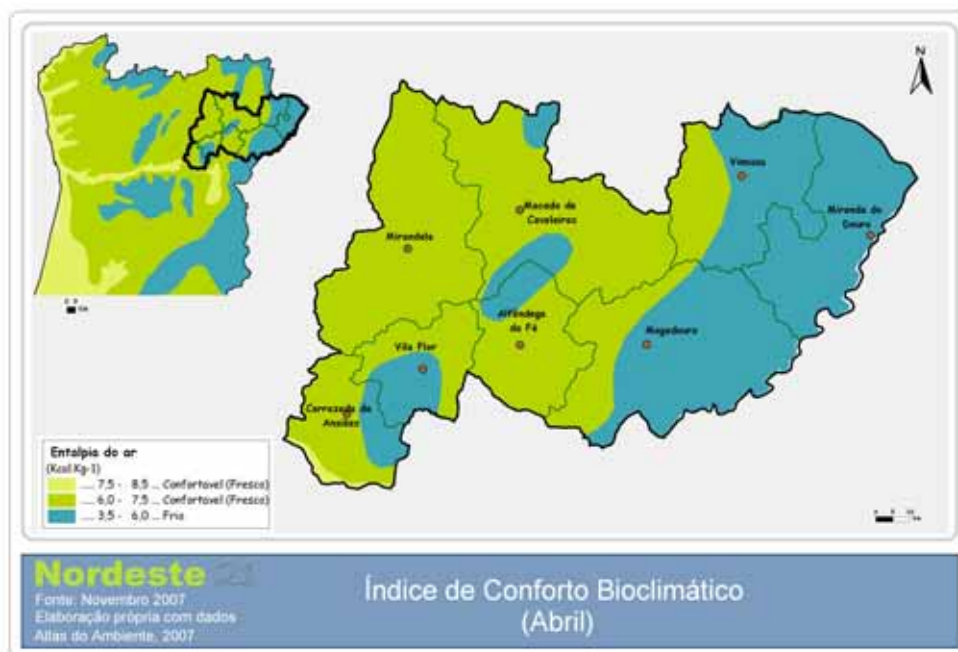
EVOLUÇÃO DOS CUSTOS TOTAIS DE ILUMINAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO N21

FONTE: DGGE, DE 1999 A 2005

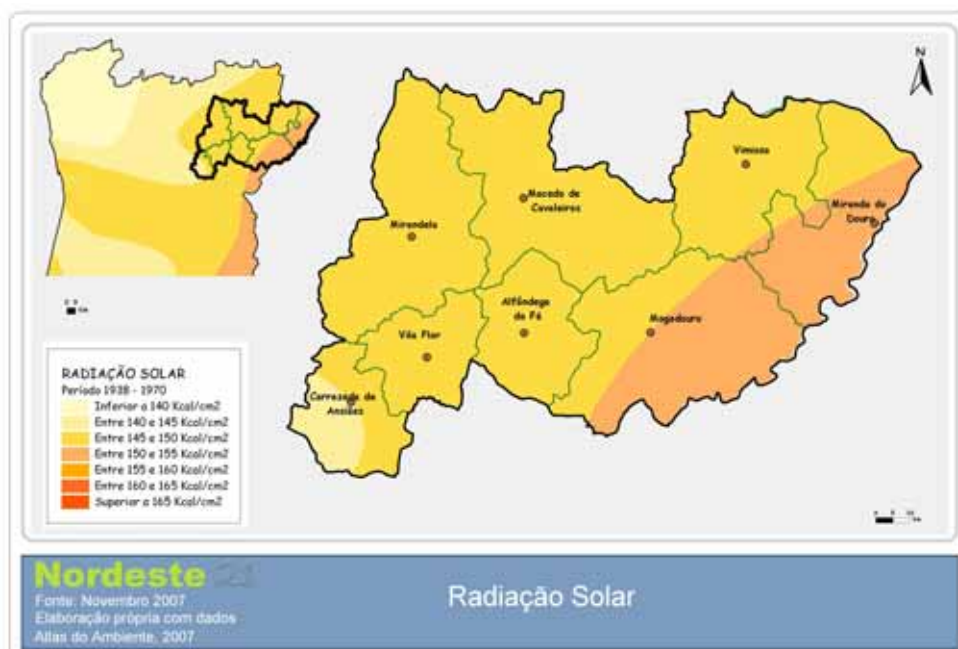
Energia



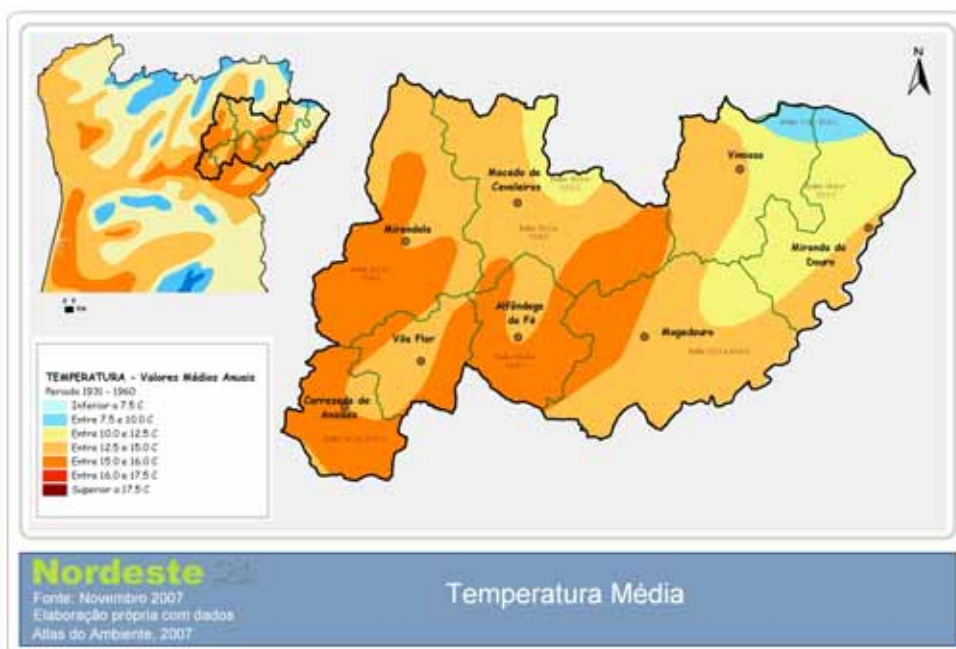
Energia



Energia



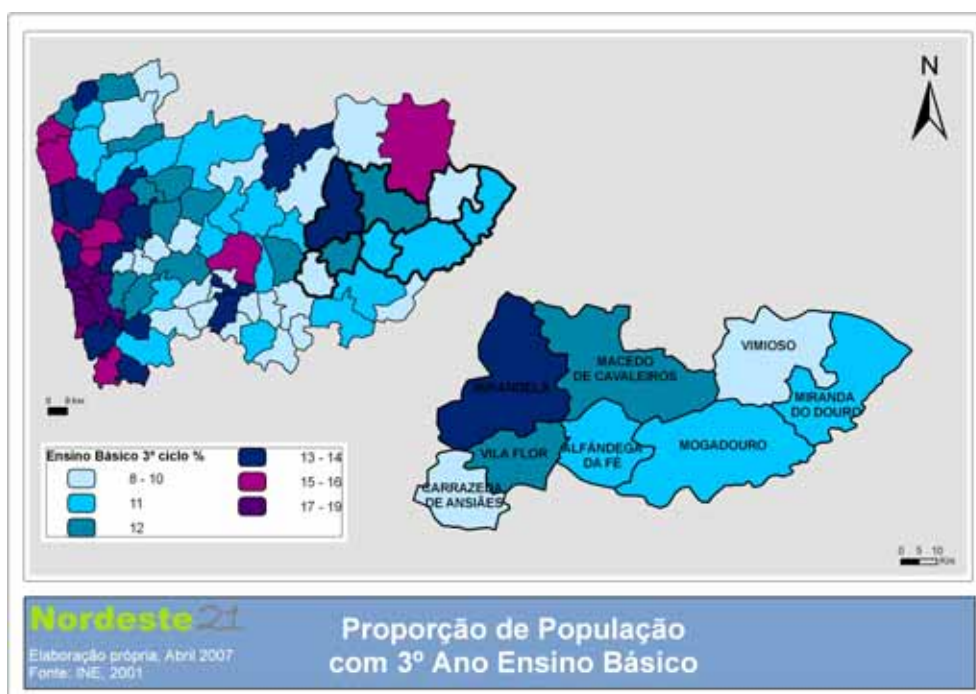
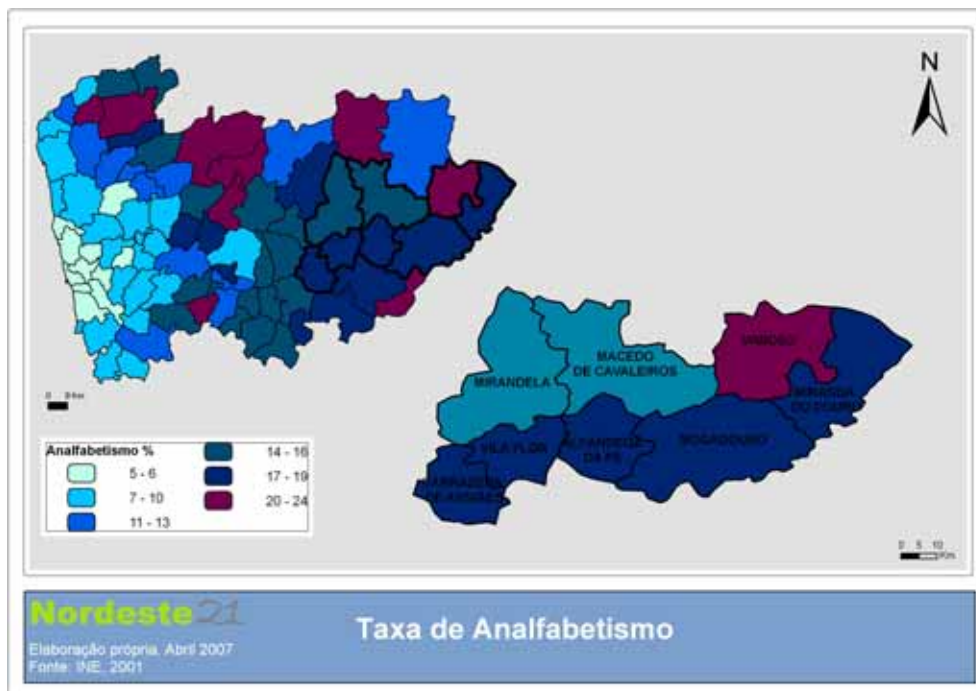
Energia



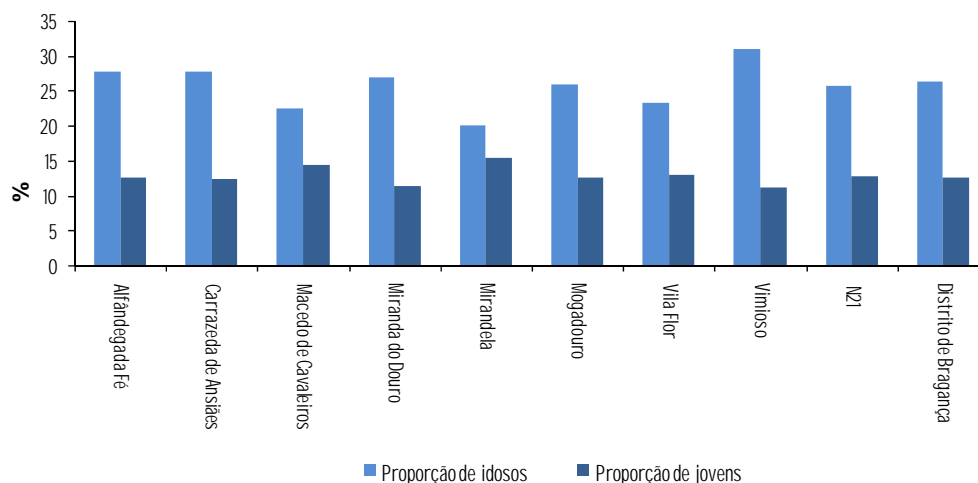
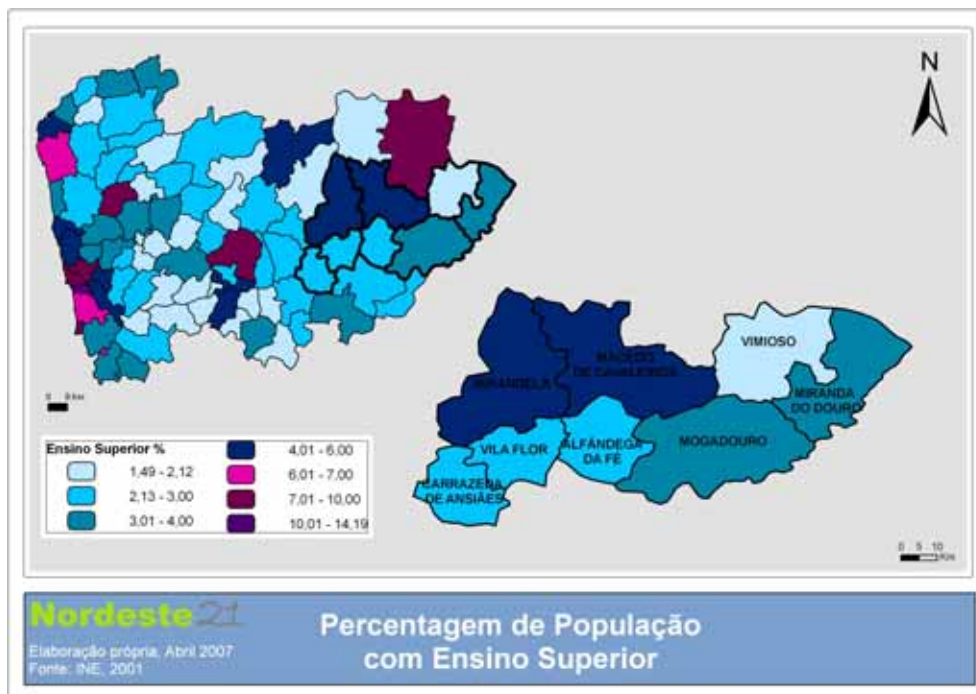


5.4 Coesão Social

Coessão Social



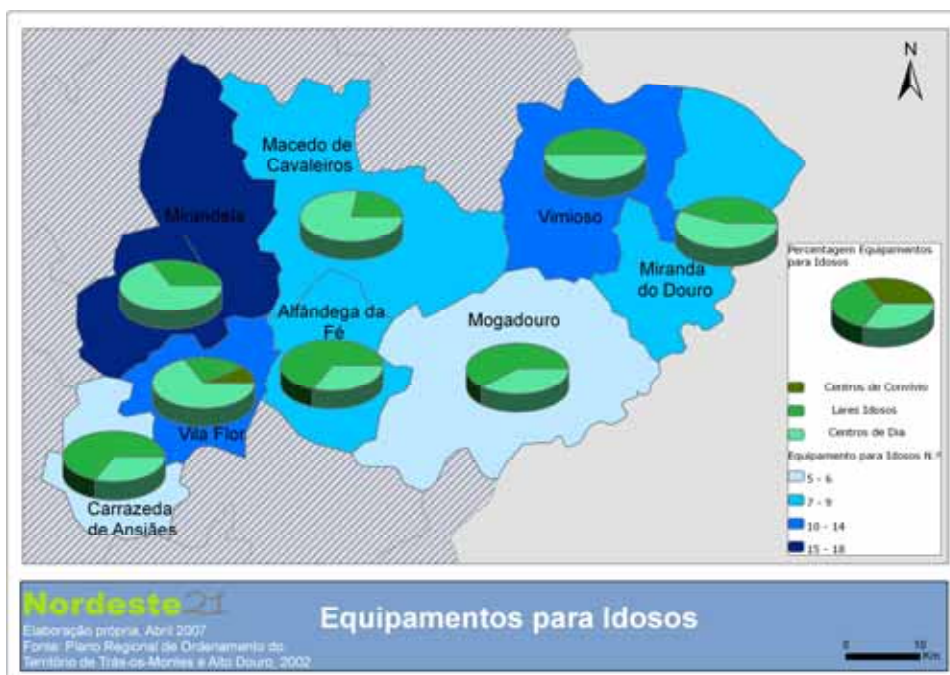
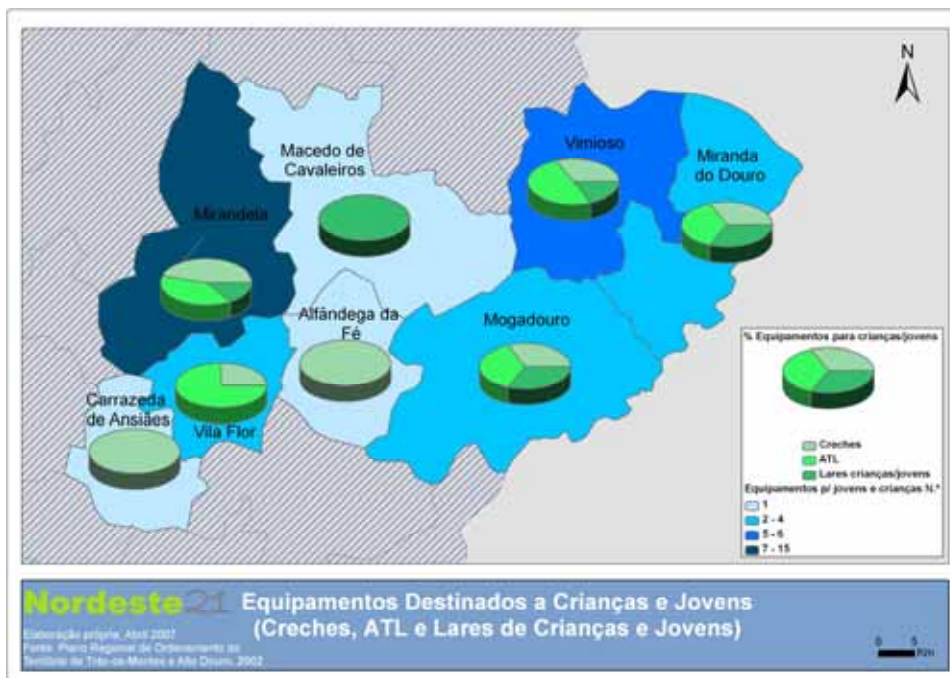
Coessão Social



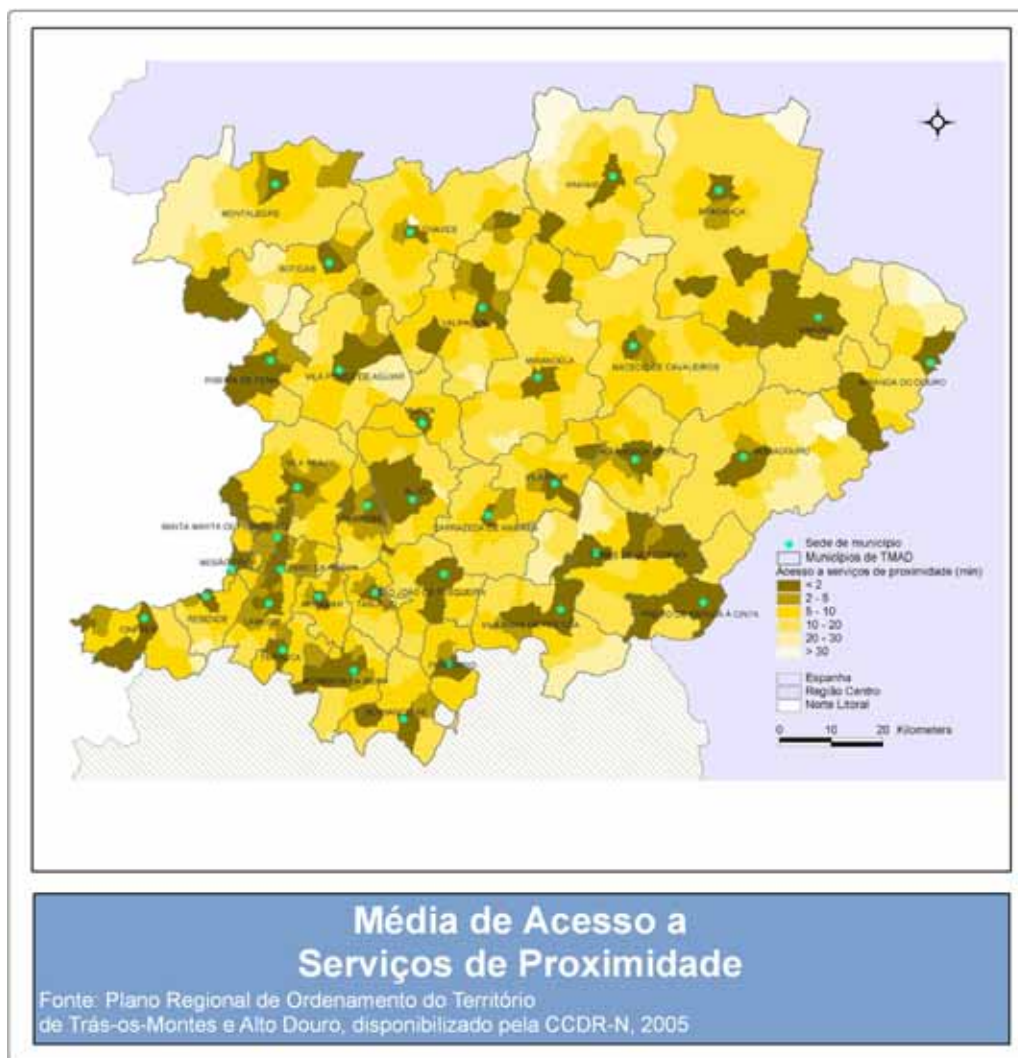
RELAÇÃO ENTRE AS POPULAÇÕES IDOSA E JOVEM

FONTE: INE, 2006

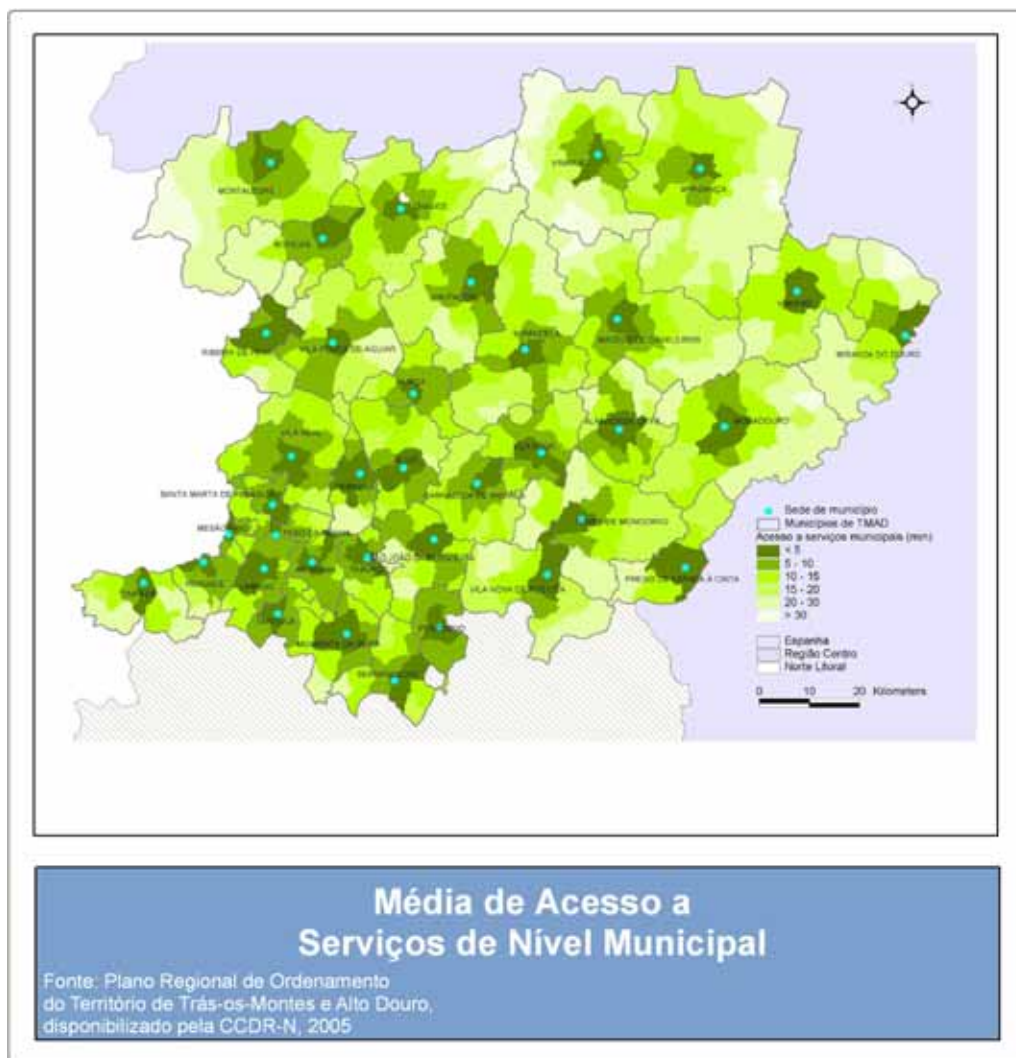
Coessão Social



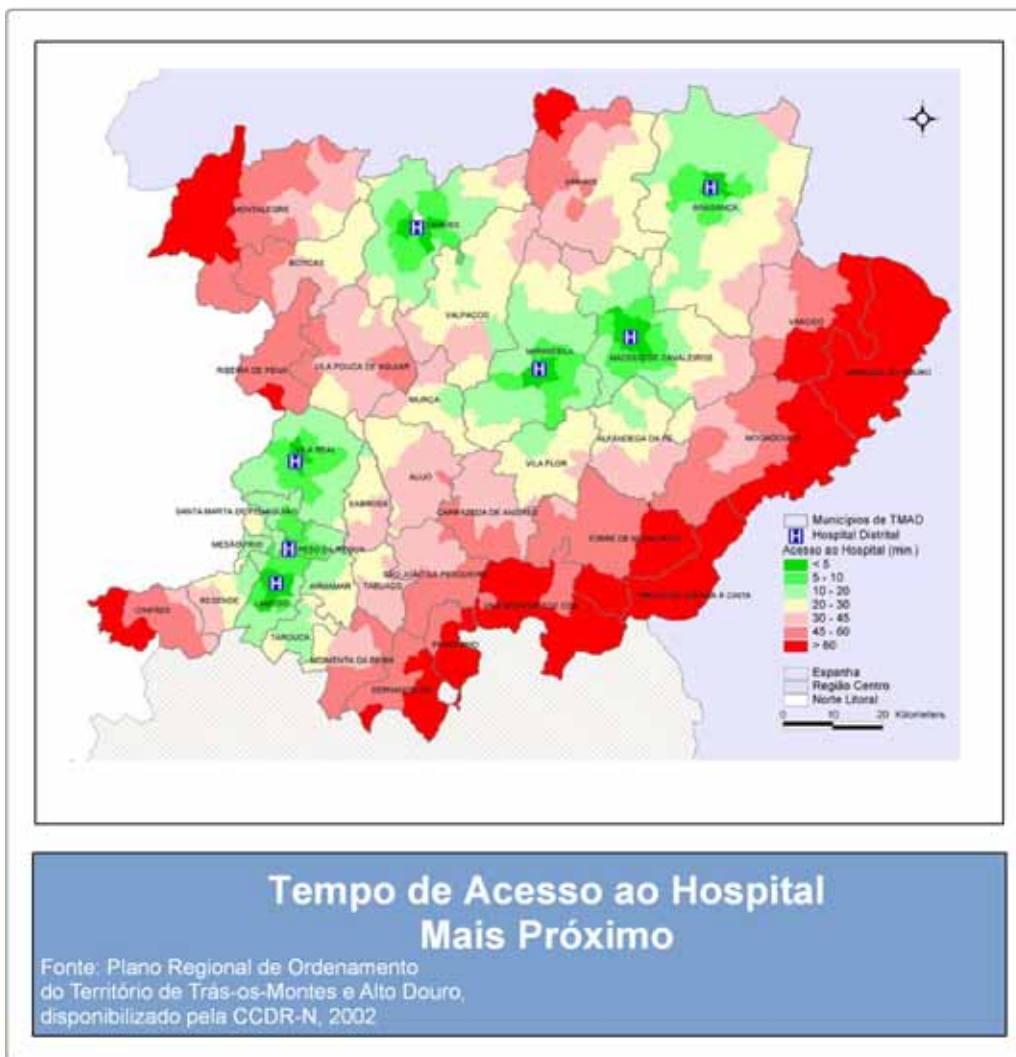
Coessão Social



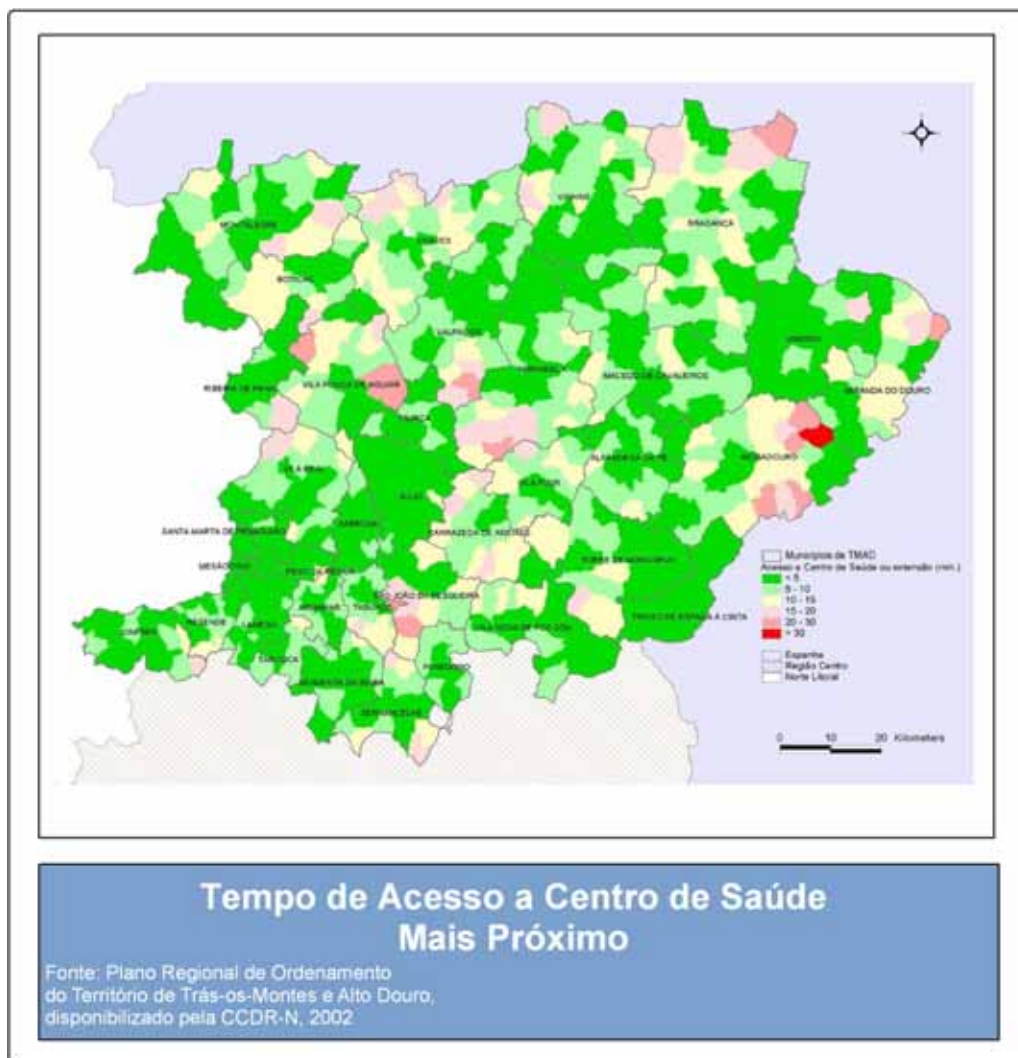
Coessão Social



Coessão Social



Coessão Social



6. BIBLIOGRAFIA

Atlas dos Resíduos Florestais e Aplicações da Biomassa no Espaço Atlântico

CCDR-N, Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2005

Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: O que são? Acedido em Julho de 2007, em <http://civitas.dcea.fct.unl.pt/faqs.php>.

Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972). Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 5 a 16 Junho 1972.

Direcção-Geral de Recursos Florestais, dados estatísticos, 2001, 2003 e 2006

Direcção-Geral de Geologia e Energia, dados estatísticos, 1994 a 2005

GPPA, "Agricultura Portuguesa, principais indicadores", 2005

Instituto do Ambiente, Atlas do Ambiente

Instituto de Conservação da Natureza, Rede Natura, 2005

Instituto do Emprego e Formação Profissional, dados estatísticos, 2006

Instituto Nacional de Estatística, Cidades em Números, 2004

Instituto Nacional de Estatística, País em Números, 2005

Instituto Nacional de Estatística, dados estatísticos, 2006

Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, dados estatísticos, 2006

Resíduos do Nordeste-EIM, dados estatísticos, 2006

Eixo Atlântico, Agenda 21 Local do concelho de Bragança

ESB-UCP, Agenda 21 Local do concelho de São João da Madeira

Pinto, Marta (2007). *Processos de Agenda 21 Local em curso em Portugal*. Acedido em Julho de 2007, em www.agenda21local.info/index.php?option=com_content&task=view&id=491&Itemid=1

RESÍDUOS DO NORDESTE – EIM

Rua Fundação Calouste Gulbenkian, 5370-340 Mirandela

Tel: (+351) 278 201 570

Fax: (+351) 278 261 897

Email: geral@residuosdonordeste.pt

**ESCOLA SUPERIOR DE BIOTECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA PORTUGUESA**

Rua António Bernardino de Almeida, 4200-072 Porto

Tel: (+351) 22 558 0001

Fax: (+351) 22 509 0351

Email: esb@esb.ucp.pt